

volume I

# Terra e trabalho: usos e abusos do espaço agrário brasileiro

**organização:**

Rosa Ester Rossini  
Maria Rita Ivo de Melo Machado  
Mateus de Almeida Prado Sampaio



## UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

### **Reitor**

Vahan Agopyan

### **Vice-Reitor**

Antonio Carlos Hernandez



## FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

### **Diretor**

Paulo Martins

### **Vice-Diretora**

Ana Paula Torres Megiani

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores, os quais também se responsabilizam pelas imagens utilizadas.

Livro de acordo com as normas técnicas da ABNT.

Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada.



Catálogo na Publicação (CIP)  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas  
Universidade de São Paulo  
Maria Imaculada da Conceição – CRB-8/6409

---

T323 Terra e trabalho [recurso eletrônico] : usos e abusos do espaço agrário brasileiro : volume I / Rosa Ester Rossini, Maria Rita Ivo de Melo Machado, Mateus de Almeida Prado Sampaio (organizadores). -- São Paulo : FFLCH/USP, 2020. 4.700 Kb ; PDF.

ISBN 978-65-87621-38-8

DOI 10.11606/9786587621388

1. Uso do solo. 2. Território. 3. Economia agropecuária. 4. Trabalho rural. I. Rossini, Rosa Ester. II. Machado, Maria Rita Ivo de Melo. III. Sampaio, Mateus de Almeida Prado.

CDD 333.320981

---

DOI 10.11606/9786587621388

Rosa Ester Rossini  
Maria Rita Ivo de Melo Machado  
Mateus de Almeida Prado Sampaio  
[Organizadores]

**TERRA E TRABALHO:  
usos e abusos do espaço  
agrário brasileiro**

**Volume I**

1ª Edição  
FFLCH/USP  
São Paulo – 2020



---

## FICHA TÉCNICA

Revisão	Mateus de Almeida Prado Sampaio José Fonseca da Rocha Filho
Normalização Técnica	Gisele Silva Araújo Luis Flávio de Araújo
Diagramação	Gisele Silva Araújo Luis Flávio de Araújo
Projeto Gráfico da Capa	Mateus de Almeida Prado Sampaio
Créditos da Foto da Capa	Raul Borges Guimarães "Seria o planeta Marte? Não, é a enorme transformação da paisagem provocada pela expansão da cultura canaveira no município de Teodoro Sampaio, SP - 01 de abril de 2014"

---

**Apoio:** Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico | CNPq

EDITAL CHAMADA UNIVERSAL MCTI/CNPq Nº 01/2016  
Apoio a Projetos de Pesquisa / Universal 01/2016 - Faixa C  
Processo Número: 405731/2016-7

BOLSA DE PRODUTIVIDADE EM PESQUISA – PQ  
“Geografia e Gênero: queimando mulheres e homens no trabalho de corte da cana e esquentando as máquinas nos canaviais da macro-área de Ribeirão Preto (SP)”  
Processo Número: 311332/2014-5

## PREFÁCIO

*Terra e Trabalho*, em dois volumes, é uma contribuição importante para interpretar o presente histórico, com especial ênfase nos problemas do espaço agrário e nas desigualdades territoriais próprias do capitalismo contemporâneo. Os textos aqui reunidos foram escritos por conceituados professores e pesquisadores de universidades públicas brasileiras e do exterior.

Cabe realçar, em primeiro lugar, a importância da universidade na produção de conhecimento. Embora não seja detentora exclusiva desse papel, ela propicia e estimula a curiosidade sobre as principais questões que a contemporaneidade sugere. As grandes mudanças históricas criam dinâmicas novas ou renovam as já existentes, encorajando estudos, pesquisas, diálogos interdisciplinares. Nesse sentido, a universidade constitui um âmbito que possibilita a discussão dos problemas do mundo e da humanidade e, ao mesmo tempo, ergue-se como o lugar da crítica.

Não obstante a ampla gama de temas abordados nestes dois volumes, bem como a diversidade de perspectivas metodológicas adotadas, há preocupações em comum, quais sejam as desigualdades socioespaciais, as disputas e os conflitos presentes nas dinâmicas territoriais, questões que a Geografia suscita e aborda. Eis aqui um outro aspecto a ser sublinhado. Trata-se de dois livros, organizados em coletânea, que trazem as ciências humanas e sociais para o centro do debate acadêmico; isto ganha especial destaque na atual conjuntura em razão da insistência de alguns em negar a relevância das humanidades.

A vida acadêmica vive e floresce em função de uma multiplicidade de olhares, ênfases, matizes. Este é, justamente, o objetivo que busca o Laboplan (Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental, do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo), criar um ambiente de estímulo ao diálogo, ao intercâmbio de ideias. Desde sua criação, em 1988, o Laboplan é um centro onde se reúnem, em torno de um esforço de estudo e pesquisa, pessoas provenientes de diferentes

estados da federação, países, tradições, experiências, campos disciplinares. Constitui-se, assim, em um lugar que promove a formação de pesquisadores, a realização de colóquios e seminários, a organização de reuniões científicas, dentre várias atividades. Promove, ainda, e este livro bem ilustra isso, a integração entre pesquisadores: sejam estes integrantes atuais do laboratório; sejam os que em alguma etapa de seu processo de formação acadêmica tiveram no laboratório um importante espaço de convívio, ensino e aprendizado; sejam aqueles que estão conectados por redes de colaboração científica que ultrapassam os limites físicos desse ambiente.

Rosa Ester Rossini, uma das professoras fundadoras do Laboplan, sobressai pelo seu trabalho de pesquisa rigoroso, liderando equipes de pesquisadores no nível de pós-doutorado, doutorado, mestrado e iniciação científica. Sua trajetória no CNPq mostra o seu compromisso para o avanço e ampliação do sistema científico e tecnológico no Brasil, principalmente na formação de recursos humanos. Nesta ocasião, dedicada à publicação dos livros ora apresentados, Rosa Ester reuniu um grupo de colegas a partir de um eixo norteador, Terra e Trabalho, proposta que a acompanha permanentemente nas suas indagações e inquietações sobre o mundo contemporâneo.

Mais uma vez reiteramos a importância da universidade pública e, em particular, das humanidades, que contribuem ao enaltecimento da capacidade criativa, do pensamento crítico e de princípios pautados na diversidade.

Boa leitura! O debate está aberto.

*Mónica Arroyo  
Coordenadora do Laboplan  
Departamento de Geografia  
Universidade de São Paulo*

## APRESENTAÇÃO

É com muita satisfação que trazemos ao público o volume I do livro Terra e Trabalho, cujo subtítulo é Usos e Abusos do Espaço Agrário Brasileiro. Organizado por Rosa Ester Rossini, Maria Rita Ivo de Melo Machado e Mateus de Almeida Prado Sampaio, a obra é composta por uma coletânea de autores que abordam diferentes temas atinentes à Geografia. É composto por visões e abordagens diversificadas sobre o espaço agrário brasileiro, trazidas por pesquisadores especialmente convidados para aportarem suas contribuições. Os capítulos ora trazem como área de análise a totalidade do território nacional, ora recortes regionais ou estaduais.

Ainda que a territorialização dos fenômenos e aspectos abordados neste livro revele um campo caracterizado por conflitos e contradições intensas, percebe-se, pela sua leitura, que novas possibilidades, socialmente mais justas e ambientalmente mais equilibradas estão sendo gestadas no país. Abaixo, segue uma breve apresentação de cada capítulo. Fica o nosso convite à leitura e apreciação do conteúdo trazido pelos autores, que certamente contribuirá para uma compreensão mais aprofundada e detalhada sobre diversas das questões atinentes ao espaço agrário brasileiro. Boa leitura!

No primeiro capítulo **“O Espaço Dividido no Brasil Agrícola”**, Danton Leonel de Camargo Bini apresenta uma proposição teórica acerca da divisão do espaço agrícola brasileiro em circuitos, tendo por base a obra miltoniana. Entende que há, e define no interior da economia agropecuária, circuitos espaciais dominantes, circuitos espaciais dominantes complementares e circuitos espaciais subalternos. Analisando a produção, circulação e distribuição dos produtos agropecuários, distingue diferenças e correlações entre estes diferentes circuitos que vão de culturas de exportação de *commodities* à agricultura camponesa não integrada ao agronegócio no que se refere à capitalização, tecnificação e acesso a recursos financeiros públicos e privados.



O autor salienta a importância da valorização econômica, social e política das culturas alimentares voltadas ao abastecimento de feiras livres, atacadistas, varejistas e indústrias de beneficiamento para a elaboração de projetos geradores de segurança alimentar e nutricional para a população em escala local e regional. Indica um caminho que permeia escolhas, decisões e lutas para o estabelecimento de uma política de planejamento geral da economia que integre a população urbana e o entorno rural nas regiões agrícolas voltados à um redirecionamento efetivo do território usado rumo ao período popular da História.

Rosa Ester Rossini e Mateus de Almeida Prado Sampaio em seu texto **“Cartografia Exploratória, Cartografia de Síntese e Estudos Populacionais: uma reflexão sobre a evolução histórica da (re)produção do espaço agrário no Brasil”** apresentam, por meio da tabulação de dados, elaboração cartográfica, revisão bibliográfica e, principalmente, da extensa experiência acumulada nos estudos de questões ligadas ao campo brasileiro, um exame sobre inovações e continuidades no longo processo histórico de ocupação do espaço agrário brasileiro.

Ao entenderem o Brasil como uma nação jovem, essencialmente em formação, onde os chamados “novos municípios” são muitos e ocupam vasta área nas quais ocorre o advento da terra como mercadoria e a implantação de lógicas capitalistas de produção, trazem apontamentos sobre demografia, migração, urbanização, raça e gênero nos atuais processos de expansão da frente pioneira, comparando elementos atuais com elementos do passado que se repetem ao longo da história. Como estudo de caso, abordam a participação de homens gaúchos no norte do país e sua relação com o aumento do cultivo de soja nas zonas pioneiras de expansão da fronteira agrícola na Amazônia Legal. O material cartográfico, apresentado como técnica, artifício e linguagem, ilustra e complementa a análise da dinâmica de interiorização das contradições vinculadas à modernização e ao desenvolvimento do território interiorano nacional.

Lúcia Ferreira Lirbório, em seu capítulo intitulado **“Pesquisa Pública na Agropecuária Brasileira”**, aborda o

processo histórico que deu início à construção de um saber científico associado à produção agropecuária no Brasil. Após longo tempo sem aportes técnicos significativos, em que todas as atividades rurais eram baseadas no conhecimento empírico, surgem, ainda que pontuais e raras, as primeiras iniciativas para a criação de instituições de suporte ao desenvolvimento agrícola no Brasil. Perseguindo uma ideia de progresso por meio de atividades educacionais e de pesquisa, foram criadas escolas e agrícolas e agrônômicas, dentre os quais destacavam-se os Imperiais Institutos de Agricultura, numa parceria público-privada.

A autora reconstitui os principais elementos datados dos períodos Colonial, Imperial e Republicano que prepararam o terreno para finalmente abordar o surgimento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) no ano de 1973. A partir daí, faz apontamentos sobre a atuação das 47 Unidades Descentralizadas de Pesquisa e Serviços, presentes em 25 das unidades de federação brasileiras, assim como contextualiza a projeção internacional da empresa. Apresenta sua importância para as grandes cadeias produtivas do agronegócio, assim como para a agricultura familiar, colocando-a na condição de responsável por parte das melhorias vivenciadas no campo brasileiro e dotada de potencial para dar contribuições ainda maiores.

O quarto texto, de autoria de Maria Rita Ivo de Melo Machado, Maria Amália da Silva Marques e Patrícia Novais Calheiros Cardoso, **“Economia Solidária como Enfrentamento e Articulação ao Modo de Produção Capitalista: há contradição?”** se inicia com a contextualização e o debate do conceito de “economia solidária”, para em seguida apresentar o caso da ECOVÁRZEA. A Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicas da Várzea Paraibana (ECOVÁRZEA) teve seu momento embrionário ainda no início da década de 1990, quando no estado da Paraíba um grupo de agricultores familiares conquistou o acesso à terra por meio da criação dos assentamentos Dona Helena e Padre Gino. Ao iniciarem uma nova luta, pela permanência no campo e por uma vida digna, buscaram estabelecer laços horizontais entre produtores, comerciantes e consumidores de produtos orgânicos,

criando uma alternativa política, econômica e socialmente viável no enfrentamento da exploração do trabalhador dentro do modelo econômico capitalista neoliberal, promovendo melhorias na qualidade de vida. Neste contexto, muitas dificuldades foram superadas, e outras novas surgiram. E a luta continua.

No capítulo **“Questão Agrária e Ação Pastoral Da Igreja Católica no Nordeste do Brasil: o papel da pastoral rural e da CPT na luta pela construção de Territórios de Esperança no estado da Paraíba”**, Emilia de Rodat Fernandes Moreira, Ivan Targino e Bárbara Zen abordam o espaço agrário nordestino, a igreja católica e as múltiplas transformações ocorridas ao longo dos sucessivos momentos históricos. Periodizando sua análise, partem do estabelecimento inicial do monopólio fundiário calcado na monocultura canavieira e na escravidão negra, passando pelos períodos do pós-segunda guerra mundial, ditadura militar no Brasil, até chegarem ao período atual. Abordam a formação de um campesinato no interior dos engenhos e a maneira como a Igreja Católica no Nordeste e, mais especificamente na Paraíba, deixou para trás sua postura conservadora a serviço da classe dominante para comprometer-se com as famílias camponesas sem-terra.

É destacada a luta empreendida pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, pelas Ligas Camponesas, pelos Círculos Operários Cristãos, por Dom José Maria Pires e Dom Marcelo Carvalheira, Dom José, Dom Hélder e Dom Frago, entre tantos outros, para converterem as ações sociais católicas, que se iniciaram com foco na alfabetização e promoção de condições básicas de saúde, em pautas mais progressistas, que envolviam temas como o sindicalismo, o cooperativismo e a reforma agrária. No aspecto internacional, é salientada a importância da Conferência Latino-Americana de Medellín, convocada pelo papa Paulo VI em 1968. No plano interno, são destacadas as práticas vinculadas à Teologia da Enxada e à Teologia da Libertação, assim como o papel central desempenhado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) na luta pela construção dos aqui denominados “Territórios de Esperança”, abrangendo seus avanços e os novos obstáculos encontrados.

Ozeias de Almeida Santos, em seu capítulo intitulado **“Territórios de Resistência: o lugar dos quilombos e a luta pela terra no espaço agrário do estado da Bahia – Brasil pós-abolição da escravidão em 1888”**, apresenta o processo de formação, lutas e resistências das Comunidades Remanescentes de Quilombos no espaço agrário baiano. Contrapondo-se a ideia de os quilombos eram “espaços proibidos”, destinados ao esconderijo de escravos insubordinados, fugidos e foragidos, o autor apresenta estes espaços como territórios formados em sua maioria após a abolição da escravidão. São espaços de resistências onde vigoram estratégias de sobrevivência contemporâneas, nos quais presente e passado se encontram na histórica luta pelo acesso à terra. A terra, o quilombo e os territórios são entendidos em seus significados simbólicos, enquanto espaços sagrados, provedores do sustento, mas também como a base física material sobre a qual se desenvolve a vida.

A revisão constitucional parte da Lei de Terras de 1850, abarca a Lei Áurea de 1888 e dá ênfase à Constituição Federal de 1988 para finalmente alcançar os pontos de maior destaque: o Decreto Presidencial 4.887 de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos e a Portaria nº 98 da Fundação Cultural Palmares, de 2007, que institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos. A partir da comunidade de Paus Altos, município de Antonio Cardoso, localizado no Grande Recôncavo Baiano, discute-se teoricamente os processos de territorialização, (des)territorialização e (re)territorialização, assim como o conceito miltoniano de “território usado”, entendido como sinônimo de espaço habitado. Politicamente, são salientados os avanços e os entraves intermediados pela Fundação Cultural Palmares e o INCRA no que se refere à titulação definitiva de tais territórios.

No sétimo texto, **“Região de Ribeirão Preto: população e migração”**, Aline Lima Santos aborda os impactos da modernização tecnológica agrícola no quadro populacional e demográfico da Região Metropolitana de Ribeirão Preto (RMRP).

A autora parte do entendimento de que uma região é uma realidade concreta, material e socialmente constituída, resultante do desenvolvimento desigual e combinado característico do modo de produção capitalista, cujo uso político almeja promover o controle e a gestão territorial. Entende ainda que o modo como se deu a sujeição da natureza e a intensificação da divisão do trabalho ao longo da história e segundo especificidades de cada formação sócio-espacial promovem e alteram a distribuição populacional. Neste sentido, analisa a região de Ribeirão Preto desde o ponto de vista das dinâmicas populacionais associadas ao desenvolvimento agropecuário.

Inicia dando ênfase à expansão da lavoura canavieira atrelada ao estabelecimento do Pró-Álcool na década de 1970, fenômeno impulsionador de fluxos migratórios temporários interestaduais e inter-regionais, apresentando considerações sobre a figura do trabalhador volante também denominado como “bóia-fria”. Mas, quer em função do surgimento de inovações mecânicas, físico-químicas e biológicas, quer em função de novas diretrizes regulatórias, o processo de modernização da produção sucroenergética promoveu, sobretudo a partir da década de 2000, ampla redução nos postos de trabalho na lavoura canavieira paulista e sobretudo na regional, impactando a vida de homens e mulheres. A intensificação de produtividade média do trabalho, via substituição dos trabalhadores e trabalhadoras braçais pelas tecnologias intensivas em capital, trouxe implicações na composição étnico racial, na taxa de razão de sexos, na relação entre a população rural e a urbana e na estrutura etária dos habitantes da região, estabelecendo novas tendências nos fluxos migratórios.

No fechamento deste volume Carlos Alberto Feliciano e Wilians Ventura Ferreira Souza, em seu capítulo **“Da Cidade ao Campo: o colorir da luta de LGBTs no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)”**, trazem aos leitores uma leitura histórica da atuação dos Movimentos LGBTs e de como se dá sua com o relação com Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Aportam uma leitura histórica, mas, sobretudo, geográfica e embasada na compreensão de que os

movimentos socioterritoriais e socioespaciais abarcam diferentes processos, ações, lutas, e manifestações na disputa por espaços e territórios.

Traçam o longo e não linear percurso de construção das pautas e dos ativismos das populações Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, inicialmente em escala internacional, em seguida nas grandes metrópoles brasileiras e para enfim difundir-se por todo o território nacional por meio da luta conjunta pela emancipação da classe trabalhadora. A aproximação com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é apresentada como fruto de constantes discussões e debates ocorridos em espaços de formação e diálogo, sendo citada a realização do 1º Curso de Formação Política de LGBTs Sem Terra, ocorrido no ano de 2017. Na luta contra um sistema que oprime e mantém desigualdades plurais, marcado por violências, a atuação dos sujeitos LGBTs Sem Terra vincula-se ao projeto de reforma agrária popular e às lutas mais gerais por transformações sociais e pelo socialismo, atuando concomitantemente no campo e nas cidades.

*Organizadores*

*Rosa Ester Rossini*

*Maria Rita Ivo de Melo Machado*

*Mateus de Almeida Prado Sampaio*



## SUMÁRIO

O ESPAÇO DIVIDIDO NO BRASIL AGRÍCOLA .....17

*Danton Leonel de Camargo Bini*

CARTOGRAFIA EXPLORATÓRIA, CARTOGRAFIA DE SÍNTESE E ESTUDOS POPULACIONAIS: uma reflexão sobre a evolução histórica da (re)produção do espaço agrário no Brasil .....45

*Mateus de Almeida Prado Sampaio*

*Rosa Ester Rossini*

PESQUISA PÚBLICA NA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA .....94

*Lúcia Ferreira Lirbório*

ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ENFRENTAMENTO E ARTICULAÇÃO AO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: há contradição?.....116

*Maria Amália da Silva Marques*

*Maria Rita Ivo de Melo Machado*

*Patrícia Novais Calheiros Cardoso*

QUESTÃO AGRÁRIA E AÇÃO PASTORAL DA IGREJA CATÓLICA NO NORDESTE DO BRASIL: o papel da Pastoral Rural e da CPT na luta pela construção de Territórios de Esperança no estado da Paraíba .....136

*Emilia de Rodat Fernandes Moreira*

*Ivan Targino*

*Bárbara Zen*



TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA: o lugar dos quilombos e a luta pela terra no espaço agrário do estado da Bahia - Brasil pós-abolição da escravidão em 1888.....174

*Ozeias de Almeida Santos*

REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO: população e migração ..200

*Aline Lima Santos*

DA CIDADE AO CAMPO: o colorir da luta de LGBTs no Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST).....225

*Wilians Ventura Ferreira Souza*

*Carlos Alberto Feliciano*

SOBRE OS AUTORES.....263



## O ESPAÇO DIVIDIDO NO BRASIL AGRÍCOLA

*Danton Leonel de Camargo Bini*

### INTRODUÇÃO

Entender a ocupação hegemônica do espaço rural pelas *commodities* agropecuárias nas regiões no Brasil Agrícola não é o suficiente para explicar as dinâmicas de sua geografia econômica. Como enfatizado por Rofman (1974),

*La región determinada por el comportamiento teórico o empírico del mercado de un solo producto pierde validez en tanto ahora nos referimos no solo al proceso de producción, sino también al de circulación, distribución y consumo. Y además el análisis se ocupa de todas y no de una mercancía aislada* (ROFMAN, 1974, p. 44 apud DE JONG, 2009, p. 212, grifo nosso).

Mesmo que a predominância ascendente dos fluxos de culturas como a canavieira e da pecuária bovina de corte tenha se destacado na difusão do consumo produtivo agrícola nos anos 2000 (dinamizando o terciário da economia urbana através das novas casas de comércio de máquinas, implementos, escritórios contábeis, administrativos, de assistência técnica e propaganda, entre outros), os estudos acadêmicos de temática regional não podem se eximir da tarefa de compreensão do funcionamento dos outros circuitos espaciais agropecuários vigentes na configuração territorial pesquisada.

Como acontece a atividade produtiva de outras culturas nas regiões do Brasil Agrícola? São circuitos capitalizados? Qual o nível tecnológico de suas produções? Estão ao serviço de quais demandas? Produtos alimentícios não produzidos regionalmente ou com produções insuficientes são trazidos de quais regiões? Essas são algumas perguntas que devem ser respondidas, as quais

darão um indicativo da possibilidade de se captar a realidade dos circuitos espaciais agropecuários nas dimensões da produção (agropecuária e agroindustrial), da circulação atacadista e da distribuição varejista. Ao se deparar com as intensivas interações inseparáveis entre o campo e as cidades do Brasil Agrícola, ou melhor, das Regiões Produtivas Agrícolas (RPAs) brasileiras (ELIAS, 2012), ousou-se aqui incluir os circuitos espaciais agropecuários a partir de suas diferenciações enquanto circuitos dominantes, circuitos complementares e circuitos subalternos da economia.

Numa realidade em que as cidades existentes são em grande quantidade cidades do campo (SANTOS, 2000), lócus de atividades econômicas que vão além do terciário especializado no setor (comprovado pela presença de agroindústrias, indústrias de beneficiamento e de variadas produções artesanais de produtos alimentares no tecido urbano dessas regiões agropecuárias), a classificação dos circuitos espaciais aí presentes não pode se limitar à correlação entre agricultura científica moderna e circuito superior (dominante) da economia (ELIAS, 2006)<sup>1</sup>. Para as culturas alimentares demandadas pelo mercado interno regional e nacional, foi realizada uma abordagem teórica a partir de suas diferenciações em capitalização, uso das técnicas e organização social. Daí a compreensão dos circuitos espaciais de produção agropecuários menos modernos no Brasil Agrícola enquanto circuitos dominantes complementares e circuitos subalternos da economia.

Para a tomada desse entendimento, visto que o resultado de uma produção relativamente moderna no campo percorre - até

---

<sup>1</sup> Denise Elias faz essa ligação ao relatar que “[...] grande parte dos circuitos espaciais da produção dessas redes de produção agropecuária há muito não se esgotam no interior da própria empresa agropecuária, que passa a ser somente um dos elos de uma complexa cadeia produtiva. Dessa forma, os circuitos espaciais de produção assim como os círculos de cooperação da agricultura científica extrapolam, de forma cada vez mais intensa, os limites de um lugar, de um município, de uma região ou de um país, reforçando-se sua presença no circuito superior da economia (SANTOS, 1979)” (ELIAS, 2006, p. 286). Destaca-se que essa referência a Milton Santos (1979) é direcionada ao livro *Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*, citado neste estudo a partir da republicação do ano de 2002.

seu abastecimento final ao consumidor - caminhos diferenciados em relação à tecnologia, capitalização e organização dos empreendimentos, cogita-se a necessidade de não mais se confundir aquilo definido como circuito espacial de produção enquanto o resultado de um processo compreendido “ [...] pelas diversas etapas pelas quais passa um produto, desde o começo do processo da produção até chegar ao consumo final” (SILVEIRA, 2011, p. 6). Partindo-se do pressuposto de que há produções agropecuárias realizadas em moldes arcaicos característicos do circuito subalterno captadas por modernas agroindústrias e atacados e varejos urbanos capitalizados, torna-se muito confuso definir-se todo o circuito espacial de uma cultura alimentar enquanto circuito espacial de produção. Defende-se nessa pesquisa a categorização de subcircuitos para a produção, a circulação e a distribuição dos produtos (na compreensão de que a divisão social do trabalho atua fragmentando os níveis dos atores de cada etapa do circuito espacial de uma mercadoria). Daí que a análise do circuito espacial de produção de um alimento deve ser realizada especificamente nas etapas até sua conformação final enquanto mercadoria.

Dessa forma, caso o produto seja direcionado para o varejo em formato *in natura*, o circuito espacial de produção termina na propriedade agropecuária. Quando beneficiado e processado tem sua etapa final na agroindústria. Partindo dessa consideração, cabe se atentar que quando há beneficiamento/processamento configuram-se nessa etapa de produção dois subsistemas de capital: o capital agropecuário de um lado e o capital agroindustrial de outro. Contudo, mesmo quando a agroindústria verticaliza o processo ao também realizar a produção da matéria-prima no campo, torna-se importante verificar as diferenças técnicas e organizacionais das duas atividades (a agropecuária e a agroindustrial) que constituem o circuito espacial de produção. Por isso, propõe-se aqui, fazer sempre quando necessário a classificação diferenciada entre circuito espacial da produção agropecuária e circuito espacial da produção agroindustrial. Para as etapas restantes do circuito espacial de um produto fica também o indicativo de as denominar enquanto circuito espacial de

circulação (atacado), circuito espacial de distribuição (varejo) e circuito espacial de consumo.

Por conseguinte, no abarcamento epistemológico de todas as etapas socioeconômicas de um produto no espaço geográfico, como fizeram Frederico e Castillo (2004) e Toledo e Castillo (2008), acredita-se que o uso do termo circuito espacial produtivo ao invés de circuito espacial de produção apresenta um entendimento mais preciso dos elos que constituem os diferentes momentos de reprodução do capital num circuito espacial. Daí que

[...] os Circuitos Espaciais Produtivos pressupõem a circulação de matéria (fluxos materiais) no encadeamento das instancias geograficamente separadas da produção, distribuição, troca e consumo, de um determinado produto num movimento permanente (FREDERICO; CASTILLO, 2004, p. 236).

Demonstra-se, assim, a importância da análise que pressuponha a diferenciação das etapas de um circuito espacial, numa conformação em que

[...] a localização das diversas etapas do processo produtivo (produção propriamente dita, circulação, distribuição e consumo) pode ser dissociada e autônoma, as necessidades de complementação entre os lugares aumentam, gerando Circuitos Produtivos e fluxos cuja natureza, direção, intensidade e força variam segundo os produtos, as formas produtivas, a organização espacial preexistente e os impulsos políticos (TOLEDO; CASTILLO, 2008, p. 81).

Cabem aos círculos de cooperação (consubstanciados na forma de serviços em logística, contábeis, jurídicos, bancários, técnico-científicos, informacionais e outros) integrar os interesses dos capitais de produção, circulação e distribuição,

[...] garantindo os níveis de organização necessários para articular lugares e agentes dispersos

geograficamente, isto é, unificando, através de comandos centralizados, as diversas etapas, espacialmente segmentadas da produção (FREDERICO; CASTILLO, 2004, p. 236).

## **AS VERTICALIDADES DOS CIRCUITOS DOMINANTES NA ECONOMIA REGIONAL**

Cana-de-açúcar (em quase sua totalidade), o setor moderno da pecuária bovina de corte, a sojicultura - na maior parte do país, assim como fragmentos hegemônicos das culturas do milho, da avicultura e da suinocultura, configuram circuitos dominantes das economias regionais do Brasil Agrícola. São produções agropecuárias que ao gerarem a maior valorização do uso da terra, atendem nas regiões aos interesses da classe dos grandes proprietários rurais. Partindo do pressuposto de que o dono da terra a ocupa com a cultura agropecuária que lhe proporciona os maiores retornos financeiros do momento, entendem-se as composições hegemônicas dos espaços agrários nas regiões enquanto especializações produtivas ao serviço da divisão territorial da produção no capitalismo internacionalizado<sup>2</sup>. Ou seja, é o grande capital estruturado nas culturas *commodities* quem oferece as melhores rendas ao latifúndio. Quando tudo isso ainda não é suficiente, o pastoreio extensivo da pecuária bovina mantém ao menos a posse de exércitos de lugares de reserva (via especulação) no intuito de se garantir explorações futuras (ELIAS, 2006).

Ao gerarem frutos de demandas longínquas de consumo, os sistemas de produção dessas culturas hegemônicas se servem de espaços de fluxos constituídos por redes num sistema reticular exigente de fluidez e velocidade.

---

<sup>2</sup> Alguns poucos produtos, como os legumes e verduras registrados enquanto orgânicos e o leite tipo A - ao demandarem capitalização e moderna certificação técnica para serem produzidos legalmente – são exceções de circuitos dominantes da economia regional a serviço de demandas de consumo elitizadas locais/regionais. Isso demonstra que nem todo circuito dominante (e sim a maioria) existe fruto de demandas longínquas, e, também, que nem todo circuito de mobilidade local ou regional (circuito curto) caracteriza-se enquanto circuito subalterno da economia.

## Esses espaços de fluxos

[...] vivem uma solidariedade do tipo organizacional, isto é, as relações que mantêm a agregação e cooperação entre agentes resultam em um processo de organização, no qual predominam fatores externos às áreas de incidência dos mencionados agentes. [...]. Tomada em consideração determinada área, o espaço de fluxos tem o papel de integração com níveis econômicos e espaciais mais abrangentes. [...]. As frações do território que constituem esse espaço de fluxos constituem o reino do tempo real, subordinando-se a um relógio universal, aferido pela temporalidade globalizada das empresas hegemônicas presentes (SANTOS, 2000, p. 106-107).

Restam para as culturas alimentares abastecedoras do mercado interno fatias marginais do espaço geográfico.

Como um primeiro elemento definidor de quais culturas agropecuárias são ou serão instaladas na valorização do espaço agrário regional tem-se a posse da terra, ou melhor, a propriedade privada desse meio de produção. É um valor contido que condiciona a orientação dos processos de produção vindouros (MORAES; COSTA, 1984). É a estrutura fundiária herdada pela formação socioespacial enquanto sustentáculo dos sistemas de objetos presentes no espaço rural. São valores imateriais contidos numa agricultura política (LOPES, 1996), embasadora de redes de poder polarizadas em pontos distantes do território usado em questão. É uma economia política da agropecuária que direciona (1) a instalação das infraestruturas (desde os insumos, sementes, maquinários e implementos até a melhor localização das agroindústrias beneficiadoras), (2) o sistema de escoamento em grandes escalas e (3) o consumo de produtos padronizados.

Estimulando a escolha da composição mais vantajosa para a ocupação dessas terras está a atuação estruturada do capital agroindustrial e comercial representado cada vez mais pelos mesmos atores (numa concentração verticalizada dos circuitos espaciais da economia agropecuária). Capitalizados e organizados



em grupos de interesses representantes da economia global, esses atores fornecem as melhores condições (principalmente via arrendamento das terras) para os proprietários direcionarem o uso de suas possessões. Daí que na horizontalidade regional predominam manchas contíguas de ocupação do espaço rural que asseguram predominantemente o funcionamento de uma cooperação garantidora da reprodução ampliada do capital internacional. São verticalidades pelas quais as solidariedades organizacionais (SANTOS; SILVEIRA, 2001) são obtidas através da circulação, da distribuição e das demandas de consumo distantes.

O que predomina na paisagem transparece homogeneização, pois as infraestruturas mais fluidas foram construídas e funcionam para servir prioritariamente aos volumes mais densos das forças econômicas hegemônicas de capitais forâneos. São incorporações de nexos com efeito desintegrador às solidariedades orgânicas locais (SANTOS e SILVEIRA, 2001). Ao mesmo tempo em que se fundamentam sob os auspícios da racionalidade econômica, técnica e organizacional do capitalismo prevalecente, os circuitos espaciais com padrões estruturais de consumos globalizados, ao verticalizarem os ditames das atividades predominantes nas regiões do Brasil Agrícola, constituem configurações espaciais esquizofrênicas quando abordados pelos seus resultados sociais e ambientais. São situações em que as verticalidades atuam perversamente, representando estranhamento e alienação para a maioria dos autóctones em seus próprios espaços de vida.

O território, tanto quanto o lugar, são esquizofrênicos, porque de um lado acolhem os vetores da globalização, que neles se instalam para impor sua nova ordem, e, de outro lado, neles se produz uma contraordem, porque há uma produção acelerada de pobres, excluídos, marginalizados (SANTOS, 2000, p. 114).

O Estado comparece nesse processo de estruturação desses circuitos espaciais modernos como o principal parceiro. As

maiores partes dos investimentos públicos em inovação tecnológica na agropecuária brasileira se encaminharam e ainda se encaminham para as culturas *commodities*. A generosidade oficial no oferecimento de créditos para a formação de oligopólios como os grupos JBS Friboi e BRF *Foods* acontece em detrimento da formação e consolidação de grupos regionais que abastecem e possibilitam a segurança alimentar da população.

Como bem apontado por Belik (2000),

Atualmente tem aumentado a real dependência financeira dos governos – nos três níveis – em relação às grandes empresas. Essa dependência condiciona o processo político e o apoio da sociedade aos governantes. Na prática, a manutenção das receitas de exportação e a arrecadação tributária exercem um enorme poder no que se refere à determinação das políticas. Como não poderia deixar de ser, eventuais problemas no desempenho das grandes empresas, que geram desemprego ou retaliações comerciais de outros países, são normalmente tratados de forma generalizada como assuntos de Estado (apud PAULILLO, 2000).

Chega-se ao momento em que a política é feita no mercado e para o mercado. De tal forma, o Estado se ausenta do planejamento que define as quantidades necessárias de produção agropecuária das culturas prioritárias para um abastecimento alimentar satisfatório que gere segurança nutricional à população nacional. Ao contrário, reforça anualmente os investimentos nas culturas de exportação, seja para o aumento da composição orgânica do capital das atividades produtivas, seja para o alargamento da concentração das agroindústrias de beneficiamento em poucos grupos. São recordes sobre recordes nas safras dessas culturas, o que tem forçado as políticas de mobilidade territorial a priorizarem a fluidez de seus escoamentos das regiões produtivas aos portos em detrimento da melhoria na qualidade dos fluxos inter-regionais no território nacional.

Ficam ainda mais dependentes dos mecanismos da lei da oferta e da procura a produção, a circulação, a distribuição e o consumo dos alimentos básicos no cotidiano pela população. Como a maioria das áreas, dos investimentos e dos créditos oficiais é encaminhada para as culturas padronizadas de exportação, a produção insuficiente de alimentos saudáveis (frutas, legumes e verduras, por exemplo) elevam seus preços para patamares que impedem uma quantidade muito grande de assalariados possuírem uma dieta diversificada em qualidade nutricional (CLARO; MONTEIRO, 2010). Uma oferta cada vez mais abundante a baixos preços de alimentos industrializados ricos em açúcar, gordura, sódio e carboidratos restringe as alternativas de consumo alimentar para a maior fatia da sociedade (MARTINS et al., 2013). Combinado ao efeito-demonstração (impulsionado pela publicidade e propaganda) de produtos modernos não alimentares (automóveis, motocicletas, celulares e outros) e as facilidades oficiais criadas para seus consumos, deforma-se ainda mais o perfil de consumo alimentar da população, elevando os problemas em saúde pública (ligados às doenças como a obesidade, a diabete e a hipertensão) influenciados diretamente pela má alimentação (FAGUNDES, 2008).

## **O CIRCUITO DOMINANTE COMPLEMENTAR NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS**

Característica do abastecimento de alimentos *in natura* nas regiões é a maioria do consumido ter origem distante. Resultado da divisão territorial da produção das diferentes culturas alimentares no espaço geográfico e do acúmulo de conhecimento técnico-organizacional dos produtores nas regiões agropecuárias, cada alimento possui um circuito originário predominante dado à especialização produtiva dos territórios no mercado capitalista<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Daí as adjetivações dadas aos lugares e regiões para interpretar essa realidade irem dos termos mais popularizados como “a terra do boi gordo” e “o circuito das frutas” até conceitos bastantes em voga no meio acadêmico como os “Arranjos Produtivos Locais (APL)” (COSTA, 2010) e o “cinturão cítrica” (PAULILLO, 2000).

Para Maria Laura Silveira (2011),

[...] Tal agregação tem efeitos econômicos importantes. Em primeiro lugar, a acumulação de atividades semelhantes ou complementares numa área cria uma espécie de efeito de massa, uma nova economia de escala que acaba por reduzir os custos globais e individuais. Em segundo lugar, a proximidade entre tais atividades produz um efeito de vizinhança que implica facilitar a difusão de informações gerais e específicas não apenas ligadas aos processos, mas interessando também ao próprio funcionamento do mercado, o que representa vantagem comparativa. Esses dois primeiros conjuntos de vantagens criam outros, relacionados à possibilidade de implantação, sustentação e desenvolvimento de serviços especializados locais (SILVEIRA, 2011, p. 7).

A constituição dessas situações condiciona muitos produtores e regiões a se especializarem em mais de uma cultura agropecuária quando estas são temporárias e o calendário agrícola não é conflitante<sup>4</sup>.

São economias de escopo que equilibram os orçamentos quando uma das atividades apresenta baixa rentabilidade. É o aproveitamento racionalizado do território usado que ao combinar condições naturais, conhecimento técnico e economias de escala garantem custos de produção vantajosos e preços competitivos destas produções regionais em mercados consumidores longínquos.

Relativamente capitalizados para o custeio dessas culturas, fazendo uso de um arcabouço técnico moderno em algumas etapas

---

<sup>4</sup> Numa mesma área chega-se às vezes a plantar e colher em um ano agrícola três culturas temporárias de ciclos curtos. Exemplo disso são os casos de produtores que plantam soja no final de um ano para colhê-la em fevereiro do próximo. Em seguida entram com a semente de milho (safrinha), que em junho está pronto pra colheita. Até setembro existe ainda a possibilidade do plantio e a colheita de algumas variedades de leguminosas. Posteriormente a isso, na primavera, inicia-se um novo ciclo com o plantio da soja.

do processo de produção agropecuária e agroindustrial (como maquinários, implementos e insumos) e minimante organizados em associações e cooperativas<sup>5</sup>, muitos dos circuitos espaciais de produção de alimentos para o mercado interno constituem espacialidades daquilo definido como circuito dominante complementar (superior marginal) da economia. Ao serem culturas agropecuárias menos atraentes ao grande capital nacional e internacional, essas atividades são conformadas por demandas incapazes de engendrar circuitos espaciais completamente modernos.

O circuito superior marginal pode ser o resultado da sobrevivência de formas menos modernas de organização ou a resposta a uma demanda incapaz de suscitar atividades totalmente modernas. Essa demanda pode vir tanto de atividades modernas, como do circuito inferior. Esse circuito superior marginal tem, portanto, ao mesmo tempo um caráter residual e um caráter emergente. Nas cidades intermediárias é o caráter emergente que domina (SANTOS, 2008, p. 103).

Dito isso, entende-se que a maioria dos alimentos de primeiras necessidades direcionados ao mercado interno das regiões brasileiras configura predominantemente espacialidades características do que se define como circuito dominante complementar (superior marginal) da produção. No elo agropecuário, essas produções são realizadas prioritariamente por agricultores tradicionais, em pequenas e médias propriedades (em muitos casos arrendadas), gestadas pela família empreendedora da atividade produtiva e que quase sempre faz uso de mão de obra subcontratada (tanto para o plantio como para a colheita).

---

<sup>5</sup> Muitas dessas Associações e Cooperativas possuem patrulha agrícola que disponibilizam o aluguel de maquinários e implementos para os produtores integrantes de seus quadros. A compra de insumos em grandes escalas também possibilita uma redução dos custos de produção para aqueles que aderem ao associativismo/cooperativismo.

Constituídos por culturas predominantemente temporárias, esses circuitos se caracterizam pela pequena fixação de capital constante ao território usado.

De sazonalidades curtas, essas culturas, em poucos casos, fazem uso de plantadeiras e colheitadeiras. Com o auxílio do trator anexo a implementos principalmente nos cultivos, utilizam na maioria das situações mão de obra subcontratada na forma de empreitadas e diárias. No estado de São Paulo, por exemplo, muitos desses trabalhadores, ao serem os mesmos excluídos do corte manual da cana-de-açúcar com a mecanização, tiveram suas vidas bastante dificultadas, num movimento aonde a criação de novos empregos conduziu ao aumento do subemprego<sup>6</sup>. Como forasteiros, peregrinam de cultura em cultura, entre plantio e colheita, na busca de suas subsistências.

Em cooperação com agentes atacadistas que em alguns casos financiam (via adiantamentos) parte dos custos de produção dos agricultores, essas produções do circuito dominante complementar são majoritariamente direcionadas para mercados consumidores longínquos. À vista disso, somente uma pequena fatia desses alimentos se encaminha para o consumo regional. Em alguns casos, representando a racionalidade esquizofrênica dos circuitos espaciais hegemônicos do atacado e varejo nacional de alimentos, a maioria do volume produzido primeiramente é captada pelos atacados das metrópoles e posteriormente redirecionada para a comercialização na região produtora<sup>7</sup>. Numa realidade em que a

---

<sup>6</sup> Com a cana-de-açúcar, esses trabalhadores, mesmo diante de uma realidade de trabalhos árduos, tinham uma maior visibilidade perante a sociedade e obtiveram no decorrer das últimas décadas conquistas sindicais importantes. Ou seja, quando na cana, esses trabalhadores viviam uma perspectiva de luta por melhores salários. Hoje, a luta é por trabalho.

<sup>7</sup> Em estudo de caso que realizamos na região de Araçatuba, no oeste do estado de São Paulo, no que se refere ao quiabo, um grande atacadista do município de Piacatu (município de maior produção do estado de São Paulo), representando permissionários da CEAGESP paulistana, coloca-se na condição de comprar praticamente a totalidade da produção regional. Resta aos atacadistas da região de Araçatuba, de menor porte, permissionário da CEAGESP local, recorrer ao mercado metropolitano para acessar a quantidade requerida para abastecer as cidades da região com o produto. Sendo assim, apenas uma pequena quantidade

renda da terra é subordinada ao capital comercial (OLIVEIRA, 1996), além da expropriação sofrida pelo agricultor via agregação de margens de comercialização no valor final do produto, apresenta-se “[...] o tema do custo ambiental dos circuitos desnecessariamente largos no espaço e no tempo” (MONTAGUT, 2009, p. 151).

Enquadram-se nesse universo de fluxos do circuito dominante complementar das economias regionais algumas outras culturas que são direcionadas para beneficiamento agroindustrial. São exemplos dessa situação o tomate rasteiro que é transformado em molho, o amendoim que dá origem a variados doces (principalmente, paçocas e pé-de-moleque), o leite cru que é pasteurizado e diversas frutas que são beneficiadas em forma de polpas para sucos e doces. Num formato de caráter emergente, o circuito dominante complementar da produção desses alimentos beneficiados é manifestado através de configurações em que o beneficiamento e a etapa agropecuária se realizam majoritariamente em níveis medianos de capitalização e tecnificação (com a presença intensiva em etapas do circuito ora de mão de obra, ora de capital – na forma de maquinários). Para essas culturas, os circuitos espaciais de produção são formados por dois subsistemas de capital: o primeiro se dá na produção da mercadoria *in natura* pela atividade agropecuária, e o segundo pela atividade de transformação agroindustrial que acontece na maioria das vezes no espaço urbano<sup>8</sup>. Não muito raro, quando as agroindústrias captadoras dessas produções são de regiões longínquas, o capital comercial representado por corretores surge como mais um elo de extração da renda da terra, na conformação do circuito espacial de circulação do produto.

Outra constatação notada nas pesquisas de campo realizadas na região de Araçatuba se refere à existência de circuitos

---

de quiabo cultivado na região é vendida diretamente para os atacadistas de Araçatuba (BINI, 2015).

<sup>8</sup> Ao se localizarem predominantemente no tecido urbano das cidades, as agroindústrias no Brasil Agrícola reduzem custos em muitos quesitos como a) na isenção de impostos recebida ao aceitar se instalarem nos distritos industriais municipais; b) na locomoção dos trabalhadores no recorrido entre a casa e a empresa, dentre outros.

espaciais de produção agroindustrial em que as empresas, mesmo ao se caracterizarem por possuir um beneficiamento relativamente moderno, para atingir um nível ótimo de uso de sua capacidade instalada, captam parte da matéria-prima por ela demandada de pequenas produções agropecuárias características do circuito subalterno. O setor de beneficiamento de lácteos, por exemplo, foi o que mais manifestou a presença dessas interações heterogêneas relacionadas à capitalização, tecnificação e estrutura organizacional constitutiva dos circuitos espaciais de alimentos.

Com isso, enfatiza-se que uma cultura agropecuária se espacializa no território em diferentes circuitos espaciais. São diferentes níveis de produção. Há produções de uma cultura que perpassam etapas totalmente modernas, configurando circuitos espaciais de produção pertencentes ao circuito dominante da economia. Como já visto, mesmo ocupando a maioria das áreas agricultáveis, direciona seus resultados majoritários quase sempre para os mercados elitizados das regiões metropolitanas e ao mercado internacional. Outras são impulsionadas por atividades de produção parcialmente modernas, numa espacialização definida enquanto circuito dominante complementar da economia. Já aquelas que funcionam sem nenhum grau de inovação atualizada, conformam-se circuitos espaciais de produção entendidos como circuitos subalternos da economia.

## **A AGROPECUÁRIA NO CIRCUITO SUBALTERNO DA ECONOMIA REGIONAL**

Predominantemente nos países subdesenvolvidos e ‘em desenvolvimento’ (nas diferentes regiões especializadas em produtos para o mercado globalizado), em contraposição e concomitante aos modelos hegemônicos de produção, circulação e distribuição agropecuária, e enquanto resultado da “[...] existência de superposições de divisões territoriais do trabalho particulares, responsáveis pela formação de vários circuitos da economia agrária, tais como os formados a partir da agricultura camponesa não integrada ao agronegócio” (ELIAS, 2012, p. 4) funcionam circuitos subalternos que configuram circuitos inferiores nas economias regionais.



Numa realidade em que a alocação da maior parte dos recursos nacionais para a agropecuária é feita em nome de um processo de modernização que beneficia quase somente aqueles que já estão estruturados em circuitos superiores da economia, muitos pequenos agricultores ficam incapacitados de pagar pelas melhorias tecnológicas surgidas (mesmo quando elas custam pouco) (SANTOS, 2002). Constituem-se nesses casos circuitos espaciais de produção em que os instrumentos de trabalho são ainda rudimentares e as atividades produtivas se qualificam por serem intensivas em mão de obra. Como exemplo, pode-se citar o caso do leite, que em muitas localidades apresenta-se em situações nas quais os produtores realizam a ordenha de forma manual (mesmo com a presença de tecnologia a baixos custos no mercado).

Perfaz também a compreensão da coexistência dessa disparidade, a organização deficiente desses empreendimentos fruto da baixa escolaridade de seus integrantes (SANT'ANA; COSTA, 2004). Ao predominar no campo brasileiro (com ênfase para os pequenos produtores) homens e mulheres com poucos anos de estudos, justifica-se a quantidade significativa de produções onde o controle de negócios frequentemente é arcaico (SANTOS, 2002). Assim, mesmo onde haja oportunidade de acesso às linhas de créditos e financiamentos para obtenção de inovações, as limitações principalmente educacionais impedem a autonomia desses atores sociais num processo de transformação.

Frutos de demandas ocorrentes quase em suas totalidades na horizontalidade contígua, os circuitos subalternos da produção das culturas alimentares (enquanto territorialidades menores coexistentes nas regiões do Brasil Agrícola) apresentam como principais características, além da fundamental tríade 1) baixa capitalização, 2) tecnificação ultrapassada e 3) frágil organicidade:

- a)** acontecerem quase exclusivamente pelo esforço do trabalho familiar (com restrita contratação de mão de obra complementar);
- b)** serem o resultado de produções pequenas e pouco planejadas (no que se refere ao modo de gestão capitalista);
- c)** estarem parcialmente direcionados ao autoconsumo;
- d)** quando comerciais, ao configurarem ciclos Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria (M-D-M), legitimam suas produções para a obtenção de outros bens de

consumo que satisfaçam as necessidades essenciais da família, e não a formação de capital (MARX, 1984); e) atenderem majoritariamente circuitos espaciais de circulação e distribuição curtos (distâncias reduzidas percorridas entre os lócus da produção e o do consumo); f) atuarem parcialmente na ilegalidade (com produções e beneficiamentos artesanais, fora dos padrões métricos do mercado).

Por mais antiquados que sejam os domínios da técnica, eles existem. E postos em prática em sistemas de produção exigentes de baixa capitalização (de pequenas barreiras à entrada), dão vida para uma diversidade de produtos fornecidos em pequenas escalas quase exclusivamente para os mercados locais e, às vezes, regionais.

Mantendo o trabalho manual (familiar predominantemente) enquanto fator essencial das atividades agropecuárias no circuito subalterno, sua presença é bastante forte nos assentamentos de reforma agrária surgidos após o período da redemocratização brasileira nos anos 1980. Vê-se também sua manifestação em pequenas propriedades de agricultores tradicionais.

Constituído por produtores de baixa escolaridade, que possuem dificuldades em formalizarem burocraticamente parte de suas produções (principalmente aquelas de agregação de valor quando há beneficiamento de produtos), o circuito subalterno da produção de alimentos compreende atividades que mesmo sem se enquadrarem nas normativas da legalidade hegemônica são frutos de demandas não ofertadas pelo mercado formal.

Assim, constata-se que uma fatia significativa do alimento consumido nas economias regionais não é legalmente reconhecida pelo Estado. Não recebe a estruturação necessária para ser certificada e registrada pelos sistemas oficiais de inspeção governamental, sejam eles federal (como o SIF<sup>9</sup> para produtos de

---

<sup>9</sup> Os estabelecimentos cadastrados e registrados no Serviço de Inspeção Federal (SIF) garantem a inocuidade necessária de seus produtos com os padrões requeridos para exportação.

origem animal), estadual (SISP, para São Paulo<sup>10</sup>) ou municipal (SIM<sup>11</sup>).

Para alguns grupos regionais minimamente capitalizados, há a concessão para o funcionamento de pequenas e médias agroindústrias de produtos alimentares. Já aos pequenos beneficiamentos artesanais (devido à inatividade ou inexistência dos Serviços de Inspeção Municipal na maioria das cidades), resta a ilegalidade parcialmente tolerada pelo significativo fragmento da população regional que consome os produtos tradicionais resultados dessas atividades.

Dessa forma, mesmo não reconhecida em sua maior parte pela estatística dos fluxos contabilizados no espaço econômico abstrato dos órgãos oficiais (públicos e privados), a produção, circulação e distribuição ilegais de muitos alimentos do circuito subalterno acontecem no espaço concreto. Reconhece-se que essa totalidade parcial presente nos lugares e nas regiões,

[...] Trata-se do espaço de todos os homens, não importa suas diferenças; o espaço de todas as instituições, não importa a sua força; o espaço de todas as empresas, não importa o seu poder. Esse é o espaço de todas as dimensões do acontecer, de todas as determinações da totalidade social. É uma visão que incorpora o movimento do todo, permitindo enfrentar corretamente a tarefa de análise (SANTOS et al., 2000, p. 104).

Esses circuitos inferiores da economia regional manifestados desde a produção agropecuária acontecem estimulados por escassos capitais próprios, créditos não oficiais (de agiotas, por exemplo), adiantamentos (feitos por atacadistas, agroindústrias e varejistas) e por partes minúsculas do

---

<sup>10</sup> Os estabelecimentos cadastrados e registrados no Serviço de Inspeção de São Paulo (SISP) garantem a inocuidade necessária de seus produtos para comercialização dentro da delimitação territorial estadual.

<sup>11</sup> Os estabelecimentos cadastrados e registrados no Serviço de Inspeção Municipal (SIM) garantem a inocuidade necessária de seus produtos para comercialização dentro das delimitações territoriais dos municípios.

investimento oferecido pelo poder público. São fluxos subalternos dos diferentes produtos pertencentes à cesta básica de alimentos da população que constituem espacialidades menores na economia agropecuária regional. Produzidos na maioria dos casos em pequenas propriedades, de escalas reduzidas e por técnicas rudimentares totalmente intensivas em mão de obra, esses alimentos propiciam a oferta de uma significativa fatia abastecedora dos mercados locais/regionais (MONTAGUT, 2009).

É dessa forma que, na convivência com a necessidade e com o outro, se elabora uma política, a política dos de baixo, constituída a partir das suas visões do mundo e dos lugares. [...]. A política dos pobres é baseada no cotidiano vivido por todos, pobres e não pobres, e é alimentada pela simples necessidade de continuar existindo. Nos lugares, uma e outra se encontram e confundem, daí a presença simultânea de comportamentos contraditórios, alimentados pela ideologia do consumo. Estes, a serviço das forças socioeconômicas hegemônicas, também se entranham na vida dos pobres, suscitando neles expectativas e desejos que não podem contentar (SANTOS, 2000, p. 132-133).

É atendendo demandas reprimidas principalmente da população pobre que a alimentação se manifesta no circuito subalterno. Numa realidade em que as pessoas são induzidas a preferir modelos de consumo não alimentares possíveis de serem atendidos predominantemente através do uso do crédito formal (como os eletroeletrônicos em geral), parte de consumos essenciais (como a alimentação) são atendidos por linhas de varejos alternativos (SANTOS, 2002). O fiado nos mercadinhos e nos açougues de bairros da periferia urbana das cidades médias e das cidades pequenas são exemplos desse acontecer diferenciado no território usado.

Outra característica na qual a agropecuária demonstra suas facetas no circuito subalterno das economias regionais no Brasil Agrícola apresenta-se quando o produtor rural expande suas ações

além da atividade agropecuária ao realizar a venda direta de seu produto. Numa fuga à subsunção da renda da terra obtida pelo seu trabalho ao capital comercial de intermediários atravessadores, a venda direta de parte da produção no perímetro urbano adjacente em feiras livres e no tradicional e popular “porta a porta” (onde são fortes os laços de confiança adquiridos junto a uma clientela cativa, seja ela o consumidor direto ou algum estabelecimento varejista) representa o formato majoritário da agropecuária no circuito subalterno (isto é, o de percorrer pequenas distâncias da produção ao consumo).

Consolidando esses fluxos inferiores das economias regionais, os programas governamentais de compra direta dos pequenos produtores agropecuários para abastecimento de demandas institucionais locais surgidos nas últimas décadas - como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – têm legitimado e potencializado a produção de alimentos no circuito subalterno. Ao se apresentar uma demanda cativa de muitos produtos até então pouco cultivados (principalmente nos assentamentos de reforma agrária), passou-se a se estabelecer uma nova realidade na oferta de alimentos para as economias local e regional.

No caso de culturas muito perecíveis, excedentes regularmente obtidos além do enviado aos programas têm sido direcionados para as vendas diretas “porta a porta”, para as feiras livres e para atacadistas, varejistas e indústrias de beneficiamento.

Tudo isso demonstra que os esquemas clássicos que descrevem os fluxos de comercialização da produção agropecuária não consideram o circuito subalterno enquanto parte da realidade. Seus resultados persistem no cotidiano da horizontalidade como “produção invisível” (GRISA; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2010). Ao retratarem de forma generalizada e linear os encaminhamentos dessa produção para os mercados atacadistas e varejistas (Fluxograma 1), muitos especialistas não captam a totalidade dos circuitos espaciais agropecuários.

**Fluxograma 1:** Abordagem clássica dos fluxos de comercialização de produtos agrícolas.

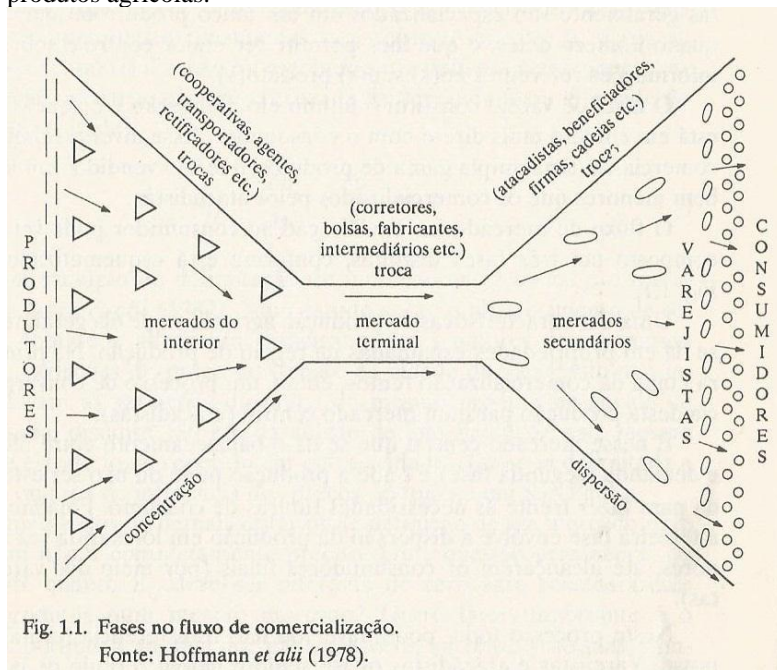


Fig. 1.1. Fases no fluxo de comercialização.  
Fonte: Hoffmann et alii (1978).

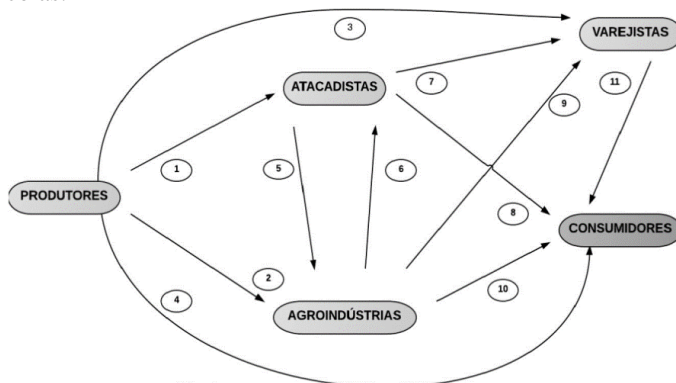
**Fonte:** Hoffmann et al. (1978) apud Marques e Aguiar (1993, p. 20).

Ao considerar a produção do circuito subalterno e seus destinos enquanto ramificações rizomáticas (DELEUZE; GUATARRI, 1995), um fluxograma da comercialização dos produtos agropecuários deve representar os diferentes trajetos dos seus circuitos espaciais. Assim, mesmo que aconteça no subterrâneo da ilegalidade dos mercados locais/regionais contíguos e horizontais à produção, as vendas diretas aos consumidores, aos varejistas e às indústrias de beneficiamento devem ser apreendidas como parte da totalidade analisada e compreendida nos estudos acadêmicos (Fluxograma 2).

Olhando por esse viés, passa-se a se enxergar relações cidade-campo (ou campo-cidade) muito além dos fluxos corporativos hegemônicos pelo circuito superior em sua solidariedade organizacional (SANTOS, 1994). Em situações de

complementaridades efetivadas pela manutenção de hábitos alimentares locais/regionais (HESPANHOL, 2013), esses fluxos curtos de produtos alimentares do circuito inferior são o resultado de uma “solidariedade orgânica localmente tecida” (SANTOS, 1994, p. 115). Numa fuga à unicidade massificada do padrão alimentar global que tem gerado vulnerabilidade nutricional às populações (MAGALDI, 2010), mantêm-se em diferentes regiões do Brasil e do Mundo Agrícola resistências ferrenhas no objetivo de se manter produções autóctones diversificadas de alimentos saudáveis (GÓMEZ, 2009; GUTTAL, 2009; MUÑOZ, 2009; ROSSET, 2009; SARAGIH, 2009).

**Fluxograma 2:** Fluxos rizomáticos da comercialização de produtos agrícolas.



**Legenda:**

- 1 – Comercialização produtores – atacadistas;
- 2 – Comercialização produtores – agroindústrias;
- 3 – Comercialização produtores – varejistas;
- 4 – Comercialização produtores – consumidores;
- 5 – Comercialização atacadistas – agroindústrias;
- 6 – Comercialização agroindústrias – atacadistas;
- 7 – Comercialização atacadistas – varejistas;
- 8 – Comercialização atacadistas – consumidores;
- 9 – Comercialização agroindústrias – varejistas;
- 10 – Comercialização agroindústrias – consumidores;
- 11 – Comercialização varejistas – consumidores.

**Fonte:** organizado por Bini (2014), com elaboração de Silmara Bernardino da Silva (2014).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um patamar no qual a função da terra se manifesta hegemonicamente segundo os anseios do mercado verticalizado de *commodities* internacionais, sua posse especulativa sustenta a manutenção de uma lógica perversa que coloca o abastecimento de alimentos dependente de longos circuitos espaciais de circulação. Reforça essa tendência, a insuficiência de políticas públicas que subsidiem as produções regionais (além da política de preços mínimos, do PAA e do PNAE) e invertam parte dos investimentos em ciência e tecnologia para a adaptação e o aumento da produtividade de culturas alimentares nos diferentes domínios morfoclimáticos.

Há tempos, no ensaio *Natureza e Sociedade* (1984), Rossini já enfatizava que o alargamento das distâncias entre os seres humanos e a natureza somente estenderia, de maneira desatinada, suas necessidades em relação a ela (ROSSINI, 1984). Posto isso, após o aprofundamento maléfico dos monocultivos durante a onda neoliberal, tornou-se premente a necessidade de se desalienar os usos locais do espaço geográfico, revalorizando a realidade concreta das horizontalidades (CONTEL, 2006).

É preciso assim ir além das deliberações pontuais que reorientam meramente porções pouco significativas da totalidade (como os assentamentos de reforma agrária) rumo à projetos geradores de segurança alimentar e nutricional para a população regional. Na busca de um futuro diferente, a tomada de consciência de que a realidade pode ser transformada por intermédio das escolhas, das decisões e das lutas, deixa em aberto as possibilidades de inversão dialética, na concretização de utopias e esperanças (SANTOS, 2000). Trata-se da criação de um novo mundo, no qual o reencontro da sociedade com a natureza se efetivará primordialmente por intermédio da reestruturação produtiva de toda agricultura numa solidariedade orgânica que garanta o acesso universal de todos os seres humanos a uma alimentação saudável. Como já enfatizado em 1969 por Milton Santos na pesquisa *De la géographie de la faim a la planification régionale*, somente uma política de planejamento geral da economia que integre a população urbana e o entorno rural nas regiões agrícolas permitirá



um redirecionamento efetivo do território usado ao que ele denominou posteriormente como o período popular da História (SANTOS, 2000).

## REFERÊNCIAS

BELIK, W. [Prefácio]. In: PAULILLO, L. F. **Redes de Poder e Territórios Produtivos**. São Carlos: Rima: Editora UFSCar, 2000.

BINI, D. L. C. **Da Formação Socioespacial à Diferenciação dos Circuitos Espaciais Agropecuários na Região de Araçatuba (SP)**. 2015. 638 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/T.8.2015.tde-16072015-121345>. Acesso em: 20 maio 2020.

CLARO, R. M.; MONTEIRO, C. A. Renda Familiar, Preço de Alimentos e Aquisição Domiciliar de Frutas e Legumes no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 44, n. 6, p. 1014-1020, dez. 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102010000600005>. Acesso em: 20 maio 2020.

CONTEL, F. B. **Território e Finanças: técnicas, normas e topologias bancárias no Brasil**. 2006. 343 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/T.8.2007.tde-01062007-135730>. Acesso em: 20 maio 2020.

COSTA, E. J. M. **Arranjos Produtivos Locais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional**. Brasília: Mais Gráfica Editora, 2010.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs - capitalismo e esquizofrenia**. v. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DE JONG, G. M. **Geografía, Método Regional y Planificación**. 1. ed. Buenos Aires: Catálogos, 2009.

ELIAS, D. Novas Dinâmicas Territoriais no Brasil Agrícola. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (Org.). **Cidades Médias: produção do espaço urbano e regional**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 279-303.

\_\_\_\_\_. Relações Campo-Cidade, Reestruturação Urbana e Regional no Brasil. In: XII COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 2012, Bogotá. **Anais** [...]. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2012.

FAGUNDES, M. J. D. Regulamentação da Propaganda de Alimentos no Brasil. [Entrevista concedida a] Luciana Azevedo Maldonado. **CERES**, Viçosa, v. 3, n. 1, p. 47-52, 2008.

FREDERICO, S.; CASTILLO, R. Circuito Espacial Produtivo do Café e Competitividade Territorial no Brasil. **Ciência Geográfica**, Bauru, ano 10, v. 10, n. 3, p. 236-241, set./dez. 2004.

GOMÉZ, A. Unión Nacional de Organizaciones Regionales Campesinas Autónomas em Mexico [Entrevista]. In: MONTAGUT, X.; VIVAS, E. (Org.). **Del Campo al Plato: los circuitos de producción y distribución de alimentos**. Barcelona: Icaria Antrazyt, 2009, p. 71-80.

GRISA, C.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A “Produção Invisível” na Agricultura Familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Agroalimentaria**, v. 16, n. 31; p. 65-79, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2XCgsKF>. Acesso em: 20 maio 2020.

GUTTAL, S. Focus on the Global South in India [Entrevista]. In: MONTAGUT, X.; VIVAS, E. (Org.). **Del Campo al Plato: los circuitos de producción y distribución de alimentos**. Barcelona: Icaria Antrazyt, 2009, p. 59-62.

HESPANHOL, R. Estado e Políticas Públicas para a Agricultura Familiar: A Experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In: 14º ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 2013, Lima. **Anais** [...]. Lima: 2013.

LOPES, M. R. **Agricultura Política**: história dos grupos de interesse na agricultura. Brasília: Embrapa, 1996.

MAGALDI, S. B. Alimentação: instrumentalização, dinâmica industrial e vulnerabilidades alimentares (uma proposta de análise na Perspectiva da Geografia). In: SPOSITO, E. S.; SANT'ANNA NETO, J. L. (Org.). **Uma Geografia em Movimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARQUES, P. V.; AGUIAR, D. R. D. **Comercialização de Produtos Agrícolas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993

MARTINS, A. P. B. et al. Participação crescente de produtos ultraprocessados na dieta brasileira (1987-2009). **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 47, n.4, p. 656-665, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-8910.2013047004968>. Acesso em: 20 maio 2020.

MARX, K. **El Capital**: crítica de la economía política. Tomo I. 14. ed. Cidade do México: Siglo Veintiuno, 1984. v. I e II.

MONTAGUT, X.; DOGLIOTTI, F. **Alimentos Globalizados**: soberanía alimentaria y comercio justo. Barcelona: Icaria Antrazyt, 2009.

MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. **Geografia Crítica**: a Valorização do Espaço. São Paulo: Hucitec, 1984.

MUÑOZ, J. P. Fundación Terranueva en Ecuador [Entrevista]. In: MONTAGUT, X.; VIVAS, E. (Org.). **Del Campo al Plato**: los circuitos de producción y distribución de alimentos. Barcelona: Icaria Antrazyt, 2009, p. 47-58.

OLIVEIRA, A. U. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1996.

PAULILLO, L. F. **Redes de Poder e Territórios Produtivos**. São Carlos: Rima: Editora UFSCar, 2000.

ROFMAN, A. **Desigualdades Regionales y Concentración Economía: el caso argentino**. Buenos Aires: Planteos, 1974.

ROSSET, P. Centro de Estudios para el Cambio en el Campo Mexicano [Entrevista]. In: MONTAGUT, X.; VIVAS, E. (Org.). **Del Campo al Plato: los circuitos de producción y distribución de alimentos**. Barcelona: Icaria Antrazyt, 2009, p. 93-100.

ROSSINI, R. E. Natureza e Sociedade. In: IV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 1984, Águas de São Pedro. **Anais [...]**. Belo Horizonte: ABEP, 1984. p. 1743-1756. Disponível em: <https://bit.ly/2zvRZi0>. Acesso em: 20 maio 2020.

SANT'ANA, A. L.; COSTA, V. M. H. M. Produtores Familiares e Estratégias Ligadas a Terra. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, v. 42. n. 4, p. 663-683, 2004.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

\_\_\_\_\_. **Por Uma Outra Globalização**. São Paulo: Record, 2000.

\_\_\_\_\_. **O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: EDUSP, 2002.

\_\_\_\_\_. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, M. et al. O Papel Ativo da Geografia: um manifesto. **Revista Território**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 103-109, 2000. Disponível em: <https://bit.ly/2zS8k0n>. Acesso em: 20 maio 2020.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SARAGIH, H. Federación de Sindicatos Campesinos Indonesios [Entrevista]. In: MONTAGUT, X.; VIVAS, E. (Org.). **Del Campo al Plato: los circuitos de producción y distribución de alimentos**. Barcelona: Icaria Antrazyt, 2009, p. 59-62.

SILVEIRA, M. L. Território Usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. **Ciência Geográfica**, Bauru, ano 15, v. 1, n. 3, p. 4-12, jan./dez. 2011.

TOLEDO, M.; CASTILLO, R. Grandes empresas e uso corporativo do território: o caso do circuito espacial produtivo da laranja. **Geosul**, Florianópolis, v. 23, n. 46, p. 79-93, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2177-5230.2008v23n46p79>. Acesso em: 20 maio 2020.



# **CARTOGRAFIA EXPLORATÓRIA, CARTOGRAFIA DE SÍNTESE E ESTUDOS POPULACIONAIS: uma reflexão sobre a evolução histórica da (re)produção do espaço agrário no Brasil**

*Mateus de Almeida Prado Sampaio*

*Rosa Ester Rossini*

## **INTRODUÇÃO: aspectos metodológicos da teoria cartográfica e da análise geográfica**

O objetivo deste artigo é apresentar aspectos vinculados à população brasileira e ao processo de ocupação do território nacional atrelado à agropecuária. Para tanto, utiliza-se a cartografia em sua dupla função, isto é, a de método de pesquisa e a de comunicação de resultados de pesquisa, para levantar e tentar responder certas questões vinculadas à geografia econômica, regional, agrária e da população brasileira. A partir da análise de dados selecionados, entende-se que há no espaço agrário brasileiro uma frente pioneira ativa, e sua correspondente frente de expansão. Os dados estatísticos foram trabalhados e tabulados para permitir a elaboração de mapas temáticos vinculados a aspectos demográficos do Brasil, notadamente aqueles que envolvem questões de gênero, migração e produção agrícola. Os mapas temáticos e os textos sobre os temas elencados buscam realizar uma “síntese reflexiva” das ideias apresentadas. A análise cartográfica é acompanhada de interpretações derivadas de revisão bibliográfica teórica e específica vinculada aos temas tratados, assim como da experiência acumulada em trabalhos de campo. Girardi (2008; 2014) constatou que a renovação teórica e metodológica verificada na geografia humana brasileira nos anos 1970 e 1980, que alçou as preocupações sociais e ambientais à posição central no âmbito do debate acadêmico, não foi acompanhada por um movimento semelhante na produção cartográfica da qual se utilizava. Assim, parte significativa dos

geógrafos brasileiros, notadamente os dedicados à Geografia Humana, gradualmente se afastou do processo de confecção de mapas. Para Girardi (2014, p. 302-303):

A partir do final da década de 1970, com o surgimento da Geografia Crítica, o mapa passou por um processo de marginalização na Geografia brasileira, havendo sinais de um início de reversão deste quadro apenas a partir do final da década de 2000. A marginalização do mapa na Geografia brasileira ocorreu porque a corrente Crítica, ao opor-se ao método e à visão de mundo das correntes Tradicional e Pragmática, também rejeitou as técnicas e procedimentos metodológicos utilizados nas pesquisas dessas duas correntes [...] fazendo com que os geógrafos preterissem o mapa a outras formas de representação do espaço.

A seu ver, no entanto, essa situação tem plena condição de se reverter, uma vez que atualmente a cartografia passa por um intenso processo de renovação técnica e teórica. A principal guinada relaciona-se, sobretudo, ao processo de renovação verificado em seus procedimentos metodológicos. Agora estes são amplamente facilitados e agilizados pelo trabalho realizado em computadores, havendo a possibilidade de publicar seus resultados também por meio eletrônico. Existem hoje softwares de “Cartomática” e de “Sistemas de Informação Geográfica” (SIG’s), desenvolvidos tanto por empresas (versões pagas) quanto por cientistas e comunidades de utilizadores e programadores (versões gratuitas).

Este capítulo visa a salientar a aplicação da cartografia em três de seus aspectos: como técnica, artifício e linguagem, com o intuito de, a partir da cartografia, abordar temas vinculados à migração, à relação campo x cidade, à questão de gênero e à questão agrária no Brasil, tendo por base, principalmente, os dados do último Censo Demográfico disponível para a consulta (IBGE, 2010).



## **Cartografia como Técnica**

Em 1885, Levasseur (apud MARTINELLI, 2009) proclamou existir apenas uma regra gráfica objetiva para os mapas: terem “clareza”. Preocupado em alçar a categoria “imagem” a um sistema de comunicação mais hábil e relativamente “autônomo”, em 1890 Vauthier (apud MARTINELLI, 2009) iniciou o estudo metodológico das técnicas de representação gráfica enquanto forma de linguagem. Apontou ser necessária a obtenção de uma “sintaxe” visual para o melhor resultado da comunicação. Décadas mais tarde, a proposta da “Semiologia Gráfica”, sistematizada por Jacques Bertin, apresentou-se ainda mais esclarecedora. Para este (BERTIN, 1962, p. 2), “a representação gráfica constitui-se num dos sistemas de signos básicos concebidos pela mente humana para armazenar, entender e comunicar informações essenciais”. Atuando como uma mensagem monossêmica e universal voltada para o olhar, isto é, para o campo visual, esta compõe a porção racional do mundo das imagens. Assim, o mapa converte-se numa “forma significativa” visualmente perceptível, estruturada essencialmente num sistema de signos não verbais, que têm por finalidade ampliar o poder de comunicação e de explicação das pesquisas geográficas. Nesse sentido, o mapa tem por finalidade central corroborar a linguagem escrita presente nos textos e, com isso, a argumentação dos autores.

## **Cartografia como Artifício**

A cartografia é aqui utilizada em sua dupla função, a de “método de pesquisa” e a de “resultado de pesquisa”. Isto porque, de acordo com Archela e Théry (2008), os mapas podem ser classificados como “analíticos” (compondo um método de pesquisa) ou “de síntese” (caracterizando-se como resultado de pesquisa). Auxilia-nos em nosso objeto, qual seja, a análise do espaço geográfico, da população que o habita e de seu uso. Os mapas apresentaram-se, num primeiro momento, como “meio” voltado à obtenção de resultados parciais, impulsionadores de uma visão mais cristalina acerca da territorialização desigual das variáveis selecionadas. Em seguida, apresenta-se também como

um “fim”, isto é, como forma de comunicação dos resultados e conclusões obtidos.

O que permite o uso da cartografia enquanto um método de pesquisa deriva, neste caso, basicamente da chamada “cartomática”. Segundo Brunet (1987) e Waniez (2002), este termo cunhado pela agregação das palavras “cartografia” e “automática”, refere-se “ao conjunto de procedimentos matemáticos e gráficos destinados a traduzir sobre uma base cartográfica a variação espacial de uma variável estatística” (WANIEZ, 2002, p. 47). Dito de outra forma, cartomática remete-se ao procedimento de converter, de modo veloz e com auxílio de softwares específicos, tabelas de dados estatísticos em mapas temáticos; o que se dá pela distribuição de informações geográficas sobre o espaço a partir de diferentes critérios. Esta modalidade de “cartografia investigativa” traz como resultados, senão mapas-finais propriamente ditos, ao menos “esboços” de mapas, servindo ao processo de construção do conhecimento. Trata-se da também chamada “pré-visualização cartográfica”, etapa intermediária entre a tabulação dos dados e o “mapa-final”. Sendo este procedimento realizado de forma relativamente rápida, constitui-se numa eficiente maneira de exploração de dados, obtenção e observação de resultados parciais e apreensão de aspectos territoriais até então invisíveis nas extensas tabelas de milhares de variáveis. Geram estes “mapas-rascunhos” novas informações, novos questionamentos, novas ponderações e, principalmente, novos mapas, cujo objetivo final é subsidiar o texto analítico. Essa metodologia de pesquisa possibilita a reestruturação dos problemas iniciais, que são então revistos a partir de uma nova perspectiva, recolocando-se aquilo que ainda permanecia desconhecido. Torna-se esta modalidade de “mapeamento investigativo” uma das etapas-chaves para a compreensão parcial e relativa do desconhecido, conforme indicaram Maceachren e Ganter (1990, p. 65). Neste sentido, a “pré-visualização cartográfica”, enquanto método e artifício de pesquisa, liga-se mais à ideia de processo de pesquisa do que de resultado de pesquisa, servindo o mapa como um instrumento voltado à construção de novas hipóteses e conhecimentos.

## Cartografia como Linguagem

Outros componentes da cartografia adotados neste artigo científico remetem-se ao conceito de “comunicação cartográfica”. Esta se constitui na principal preocupação da “Cartografia Temática”, da “Cartografia Geográfica”, da “Geocartografia”, da “Coremática” e da “Modelização Gráfica”.<sup>12</sup> Por este viés o mapa apresenta-se dotado de uma “discursividade” própria e transmite, assim como um texto, foto, vídeo ou pronunciamento, parte da visão de mundo de seu autor. Neste sentido, ambiciona-se que cada um dos mapas-finais apresentados sejam, a um só tempo, analíticos, críticos, explicativos e altamente comunicativos. Desse modo, a linguagem gráfica é parte inerente do discurso geográfico. Para que este se efetive plenamente, requer-se o emprego de “um conjunto de regras para a representação do conhecimento intrínseco às imagens que definimos como mapas” (HARLEY, 1989, p. 12). Carece, portanto, que seu confeccionador domine uma espécie de “linguagem dos mapas e a gramática cartográfica” (ARCHELA; THÉRY, 2008), para que assim se obtenha resultados mais eficazes enquanto forma de “comunicação”.

Um modo de apresentar e comunicar os resultados e as conclusões em um estudo geográfico-cartográfico são os “Mapas Sinóticos”. Também chamada de “Cartografia Temática de Síntese”, esta resulta da combinação de elementos qualitativos e quantitativos, sendo essencialmente o produto de uma abstração intelectual e sintética (BARBOSA, 1967). Para Girardi (2008, p. 83):

Os mapas sinóticos têm a função de demonstrar, de acordo com os objetivos e interpretações do autor, os fenômenos geográficos. A elaboração dos mapas sinóticos é caracterizada por ser mais livre e comportar maior subjetividade. Para esta elaboração a exatidão é menos rígida e o objetivo central é interpretar e demonstrar os fenômenos geográficos. Isso compreende um maior grau de generalização.

---

<sup>12</sup> Em contraposição às preocupações da “Cartografia Topográfica”, da “Cartografia de Referência Geral” e da “Cartografia Sistemática”.

Esses mapas comportam conceitos geográficos relativos à interpretação dos fenômenos pelo autor.

Finalmente, Fernanda Padovesi Fonseca destaca ainda a importância de se conjugar da forma mais indicada a linguagem verbal escrita e a visual cartográfica. Para Fonseca (2004, p. 162), “os textos escritos sobre um tema específico representado em um mapa deveriam ser escritos após a confecção do mapa, e não antes”. Tal colocação, com a qual concordamos plenamente, reforça a importância do mapeamento enquanto processo de pesquisa. Sendo o material cartográfico essencialmente analítico (e não descritivo), cabe ao mapa o papel de promover e comunicar uma “síntese reflexiva” da pesquisa, tão importante (ou mais) quanto o próprio elemento textual.

## **BRASIL, O HISTÓRICO DE UM TERRITÓRIO COM ACUMULAÇÕES TEMPORAIS DESIGUAIS**

Pode-se falar em "idade" de um lugar? A propósito desta ou daquela cidade nascida com a colonização é frequente ler que foi fundada em tal ou tal ano. Por exemplo, a cidade de Salvador da Bahia "foi fundada" em 1549 por Tomé de Sousa, por ordem do rei de Portugal... Esta é sua data de nascimento jurídico e, daí por diante, sua data cívica de aniversário. Será possível falar da idade de um lugar segundo outro critério? Por exemplo, será possível um critério propriamente "geográfico"? (SANTOS, 2006, p. 36).

O Brasil, país inserido no outrora chamado Novo Mundo, pode ser considerado um país novo quando comparado às nações da Europa, Oriente Médio e Extremo Oriente, zonas de povoamento mais antigo e de densidade populacional mais elevadas. Porém é jovem quando comparado a outras parcelas do globo, tais como Austrália e Nova Zelândia, por exemplo. Sem menosprezar a ancestralidade desses territórios, optamos por tomar como ponto de partida dessa análise o ano de 1500, quando ocorreu a “descoberta”, ou “invasão”, do Brasil pelos portugueses e outros

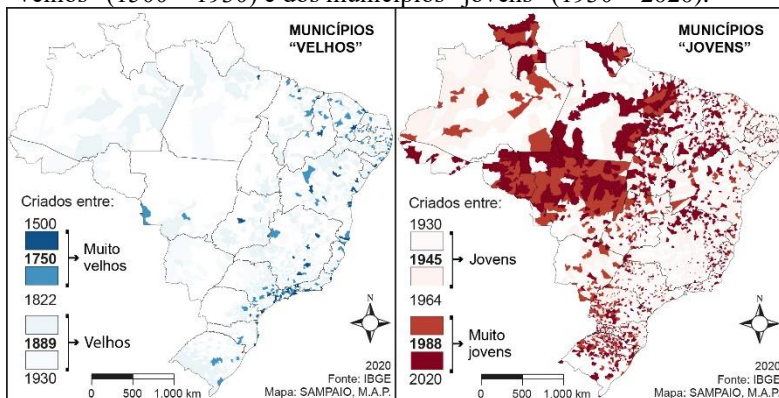
povos vindos de fora. Partiremos também do princípio de que o espaço geográfico pode ser entendido como a acumulação desigual de tempos (SANTOS, 2006).

Trata-se de um grande território, na época relativamente pouco ocupado pelas nações indígenas nativas, que ficaram ainda menos numerosas devido ao fato de as populações originárias terem sido parcialmente dizimadas por doenças trazidas pelos novos colonizadores, ou evadido aos rincões interioranos ante o contato com os novos ingressantes. Como a colonização lusitana foi realizada a partir do litoral rumo ao interior, temos que, via de regra, as zonas há mais tempo e atualmente mais densamente ocupadas localizam-se próximas a linha costeira. Com relação ao período inicial da colonização do território brasileiro, é emblemática a frase de Frei Vicente do Salvador acerca da ocupação lusitana naquela que era sua mais extensa possessão colonial. Em sua obra, referente aos primeiros 127 anos da ocupação portuguesa na América, afirma que:

[...] da largura que a terra do Brasil tem para o sertão não trato, porque até agora não houve quem a andasse, por negligência dos portugueses que, sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos (SALVADOR, 1627, p. 5).

A hinterlândia, isto é, o interior do Brasil, foi e continua sendo ocupada pelos colonizadores, gerações após gerações, que hoje avançam em direção ao centro e ao norte do país, ceifando as florestas, os cerrados, dizimando outros povos, em benefício próprio e do capital. Trataremos neste artigo, inicialmente da parcela territorial mais antiga do Brasil, para em seguida dar maior ênfase à parcela mais nova de seu espaço geográfico. Neste sentido, com o desenvolvimento de nossa análise, abordaremos mais atentamente os aqui chamados “municípios muito jovens” (aqueles emancipados entre 1964 a 2020) e os “novos municípios” (aqueles recenseados pela primeira vez em 2000 ou 2010).

**Mapa 1:** Brasil - período de criação/emancipação dos municípios “velhos” (1500 – 1930) e dos municípios “jovens” (1930 – 2020).<sup>13</sup>



**Fonte:** elaboração própria, a partir dos dados do IBGE.

## VILAS PIONEIRAS DO BRASIL PRETÉRITO

A materialidade artificial pode ser datada, exatamente, por intermédio das técnicas: técnicas da produção, do transporte, da comunicação, do dinheiro, do controle, da política e, também, técnicas da sociabilidade e da subjetividade. As técnicas são um fenômeno histórico [...] É o lugar que atribui às técnicas o princípio de realidade histórica, relativizando o seu uso, integrando-as num conjunto de vida, retirando-as de sua abstração empírica e lhes atribuindo efetividade histórica [...] Os respectivos "tempos" das técnicas [...] se constitui uma espécie de tempo do lugar, esse tempo espacial (Santos, 1971) que é o outro do espaço (SANTOS, 2006, p. 37).

Representantes da fase inicial da colonização do Brasil, constam os municípios com suas respectivas datas da fundação:

---

<sup>13</sup> Neste artigo a datação da criação/emancipação dos municípios se baseará exclusivamente em tabela fornecida pelo IBGE, referente ao Relatório de Legislação Municipal do Banco de Estruturas Territoriais. Em certos casos, poderá haver divergências com outras fontes.

Olinda (PE, 1537), Vitória (ES, 1545), Santos (SP, 1545), Salvador (BA, 1549), São Paulo (SP, 1554), Itanhaém (SP, 1561), Rio de Janeiro (RJ, 1565), São Cristóvão (SE, 1590) e Cananéia (SP, 1600), todas datadas do século XVI e de localização litorânea. Já no século XVII, ainda no litoral, foram fundadas as vilas de Natal (RN, 1608), São Luís (MA, 1612), Cabo Frio (RJ, 1615), Sirinhaém (PE, 1627), Penedo (AL, 1636) e São Sebastião (SP, 1636). Estas podem ser consideradas as primeiras aglomerações pioneiras da colonização do território brasileiro. Já a primeira região geoeconômica brasileira, segundo Caio Prado Júnior, foi a nordestina, com foco na produção de cana-de-açúcar. Este primeiro centro econômico colonial se pautou primordialmente em torno da produção açucareira.

Já se conhecia o bastante do Brasil para esperar que nele a cana-de-açúcar dar-se-ia bem [...] Foi o caso, particularmente do Extremo-Nordeste, na planície litorânea hoje ocupada pelo Estado de Pernambuco; e do contorno da baía de Todos os Santos [...] É nesta base, portanto, que se iniciarão a ocupação efetiva e a colonização do Brasil [...] quando] a grande propriedade monocultural instala-se no Brasil [junto com] o trabalho escravo. Para a instalação de novas culturas nada de novo se realizara que o processo brutal e primitivo da "queimada" [...] A mata, sempre escolhida pelas propriedades naturais do seu solo, e que dantes cobria densamente a maior parte das áreas ocupadas pela colonização, desaparecia rapidamente devorada pelo fogo (PRADO JÚNIOR, 1976, p. 19-20, 61).

Após uma primeira fase de criação de vilas distribuídas majoritariamente ao longo do litoral nordestino, processou-se um surto de interiorização da ocupação demográfica e econômica, estimulada pela produção de alimentos, pela criação de gado, pela preação ao indígena e pela caça aos tesouros minerais. No Nordeste, interligou-se a zona canavieira litorânea com locais de fornecimento de gêneros alimentícios e de animais de carga e

abate, respectivamente as zonas do agreste e do sertão. Esta foi a base da ocupação territorial no Piauí, estado do Nordeste cuja ocupação se deu a partir da expansão da pecuária do sul para o norte. Neste contexto destacamos o surgimento dos atuais municípios de Oeiras (PI, 1712), Jacobina (BA, 1722), Rio de Contas (BA, 1725) e Icó (CE, 1735). Em seguida vieram as fundações de Campo Maior (PI, 1761), Castelo do Piauí (PI, 1761), Jerumenha (PI, 1761), Parnaíba (PI, 1761), Valença do Piauí (PI, 1761), Crato (CE, 1764), Quixeramobim (CE, 1766), Campina Grande (PB, 1766), Sousa (PB, 1766), Açú (RN, 1766) e Caicó (RN, 1766).

A Coroa Lusa, objetivando estender seus domínios para porções mais meridionais, extrapolando os limites do Tratado de Tordesilhas em direção ao Rio da Prata, criou as vilas costeiras de Paranaguá (PR, 1648) e São Francisco do Sul (SC, 1662), assim como a chamada Colônia do Sacramento (1680). Esta última, localizada em território hoje uruguaio a partir da penetração via estuário do Rio da Prata, distava mais de 3.000 quilômetros ao sul de Salvador, então a capital da Colônia. Eram claramente fruto de um projeto geopolítico de ocupação territorial no Novo Mundo.

Em torno da Capitania de São Vicente, novas vilas inseriam-se num esforço pioneiro de interiorização da faixa de controle lusitano sobre o território, vinculadas ao ciclo bandeirante paulista de procura por terrenos férteis para a agricultura, caça aos indígenas e busca por pedras preciosas. Foram criadas Mogi das Cruzes (SP, 1611), Santana de Parnaíba (SP, 1625), Taubaté (SP, 1645), Guaratinguetá (SP, 1651), Jacareí (SP, 1652), Jundiá (SP, 1655), Itu (SP, 1657), Sorocaba (SP, 1661) e Curitiba (PR, 1693). Estas estão entre as primeiras vilas interioranas brasileiras, ainda que em geral não se afastassem muito mais de uma centena de quilômetros do litoral.

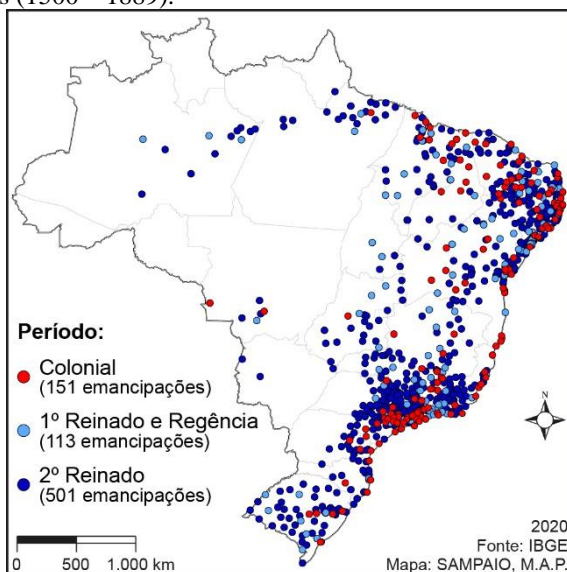
No interior mais remoto, a descoberta de minerais preciosos, notadamente ouro e diamantes em Minas Gerais e, posteriormente, também em Goiás e Mato Grosso, teve papel central na gradual migração do principal núcleo econômico e populacional do Nordeste para o Sudeste do Brasil. Novas vilas foram fundadas nos próprios locais de garimpo, tais como Sabará (MG, 1711), Ouro Preto (MG, 1711), Mariana (MG, 1711), São



João del-Rey (MG, 1713), Serro (MG, 1714), Pitangui (MG, 1715) e Goiás (GO, 1736), entre outras. A mineração também estimulou a criação núcleos urbanos incipientes ao longo das estradas de acesso às áreas de extração mineral, originando posteriormente municípios tais como Mogi Mirim (SP, 1769), Barbacena (MG, 1791,) Paracatu (MG, 1798), Baependi (MG, 1814), Franca (SP, 1821), Pouso Alegre (MG, 1831), Catalão (GO, 1835), Uberaba (MG, 1836) e Casa Branca (SP, 1841), entre outros.

Outra via de acesso ao interior digna de menção era fluvial, formada pelo leito navegável do rio São Francisco, em cujas margens emanciparam-se ainda no período colonial Paratinga (BA, 1749) e Barra (BA, 1752), e após a Independência Carinhanha (BA, 1832), Sento Sé (BA, 1832), Xique-Xique (BA, 1832), Juazeiro (BA, 1833) e Januária (MG, 1833).

**Mapa 2:** Período de fundação/emancipação das primeiras vilas e cidade brasileiras (1500 – 1889).



**Fonte:** elaboração própria, a partir dos dados do IBGE.

No extremo sul, na capitania de Rio Grande de São Pedro (1760), diversos municípios foram criados na transição do Brasil

Colônia para o Império, especializando-se a região dos Pampas gaúchos no fornecimento de tropas de animais de carga, carregamentos de couro e de carne salgada (charque) para as demais zonas geoeconômicas brasileiras, notadamente as terras de mineração. Visavam ainda sedimentar a presença luso-brasileira em áreas de disputas transfronteiriças da bacia do Prata. Podemos citar os casos de Porto Alegre (RS, 1809), Rio Grande (RS, 1809), Cachoeira do Sul (RS, 1819), Pelotas (RS, 1830), Piratini (RS, 1830), Alegrete (RS, 1831), Bagé (RS, 1846), São Gabriel (RS, 1846) e Uruguaiana (RS, 1846). Para auxiliar os viajantes que percorriam o caminho terrestre entre o Brasil meridional e o central, foram emancipadas as vilas de Castro (PR, 1789) e Guarapuava (PR, 1849).

É importante mencionar que no Sul do Brasil, após a independência, tiveram início projetos de colonização oficiais e de iniciativas particulares, pautados na atração de colonos europeus para povoar o território, notadamente áreas economicamente pouco exploradas e parcamente ocupadas. Assim, a partir da década de 1820, tendo por base a colônia de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, diversas famílias de agricultores alemães passaram a ocupar o vale do Rio dos Sinos e posteriormente, junto com italianos e demais imigrantes de outras origens, colonizaram também a chamada Serra Gaúcha. A partir da década de 1850, em torno das colônias de Blumenau, Joinville e Brusque, o Vale do Itajaí, em Santa Catarina, passou a se converter em outra importante região de colonização principalmente alemã, mas também italiana, polonesa, russa e belga, entre outras. Esses pioneiros, assim como os que lhes seguiram e seus descendentes, expandiram sucessivamente as áreas de cultivo agropecuário pelas Províncias e depois pelos Estados sulinos.

Com o deslocamento do principal eixo econômico para o Sudeste, visando melhor administrar o escoamento de ouro e diamantes, deu-se a transferência da capital da Colônia da cidade de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763. Posteriormente a própria Corte Portuguesa deslocou-se para esta cidade, no ano de 1808, envolta nos conflitos napoleônicos. Tais medidas trouxeram grande dinamismo econômico e demográfico para a região, estimulando a ocupação agrícola de viés comercial no seu entorno.

Visando abastecer tanto um ativo mercado de consumo alimentar doméstico, como também voltando-se à exportação de gêneros agrícolas tais como o café e o açúcar, emancipam-se Valença (RJ, 1823), Angra dos Reis (RJ, 1835), Campos dos Goytacazes (RJ, 1835), Niterói (RJ, 1835), Pirai (RJ, 1837) e Vassouras (RJ, 1837).

A zona nordestina, que já havia perdido seu lugar de primazia política e econômica, após o advento do governo imperial viu emergirem novos núcleos regionais na faixa costeira, a exemplo de Rio Largo (AL, 1830), São Miguel dos Campos (AL, 1832), Touros (RN, 1839), Alcântara (MA, 1836) e Mamanguape (PB, 1839); no Agreste, como Feira de Santana (BA, 1832) e Guarabira (PB, 1837) e no Sertão, como Teresina (PI, 1832), Carolina (MA, 1831), Patos (PB, 1832), Catolé do Rocha (PB, 1835), Apodi (RN, 1835), Maruim (SE, 1835), Irará (BA, 1842), Barbalha (CE, 1846) e Exu (PE, 1846), entre outras.

No que se refere às atuais regiões Norte e Centro-Oeste, apenas duas vilas haviam sido criadas nesta imensa área durante o longo período entre a chegada dos primeiros portugueses (1500) e a assinatura do Tratado de Madri (1750), que conferiu grande parte das bases territoriais do Brasil atual. Belém, em 1616 e Goiás, em 1736. Entre 1750 e a Independência nacional (1822) novamente apenas outras duas cidades emanciparam-se nesta vasta hinterlândia, tornando-se novas sedes político-administrativas: Vila Bela da Santíssima Trindade e Cuiabá, ambas em 1818. Desse modo, Belém pode ser considerada a porta de entrada para a colonização da Amazônia brasileira e ao mesmo tempo sua ligação econômica com o oceano Atlântico e conseqüentemente o restante do mundo. Goiás, Cuiabá e Vila Bela configuram-se como as primeiras vilas dos confins mais profundos do Brasil, já lindeiras ao bioma Amazônico, localizadas respectivamente nos biomas de Cerrado e Pantanal.

Embora houvesse uma geopolítica lusitana voltada à ocupação, militarização e desenvolvimento da bacia amazônica, objetivando defender e garantir posse desse território colonial, política está aumentada após o advento do período Pombalino (1750-1777), poucos eram os povoados com significativa presença de colonos europeus. Mesmo com a criação de fortificações distribuídas nos principais nódulos fluviais, a criação e a

emancipação de vilas autônomas nesta extensa região só foi se intensificar, e lentamente, a partir do Período Regencial (1831-1840), já após a Independência. A criação de Baião (PA), Muaná (PA), Manaus (AM), Maués (AM) e Tefé (AM), todas no ano de 1833, ilustram isso. Tal tendência prosseguiu no Segundo Reinado (1840-1889), a exemplo da criação de Portel (PA, 1843), Santarém (PA, 1848), Alenquer (PA, 1848), Breves (PA, 1851), Itapiranga (AM, 1852), Parintins (AM, 1852), Itacoatiara (AM, 1857), Coari (AM, 1874), Manicoré (AM, 1877), Monte Alegre (PA, 1880), Lábrea (AM, 1881), Gurupá (PA, 1885) e Anajás (PA, 1886).

## **O ATUAL PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DO BRASIL E SUA FRENTE DE EXPANSÃO**

A frente pioneira é mais do que o deslocamento da população sobre territórios novos [...] e] a fronteira tem sido cenário de encontros extremamente similares aos de Colombo com os índios da América: as narrativas das testemunhas de hoje, cinco séculos depois, nos falam das mesmas recíprocas visões e concepções do outro (MARTINS, 2019, p. 133-135).

Atentando-nos ao período mais recente da história do território brasileiro, percebemos quão “novo” o país ainda é. Verifica-se que 70% dos municípios existentes no país foram criados/emancipados após a segunda Guerra Mundial (3.911 municípios foram criados após 1945). Muitos desses são frutos (diretos ou indiretos) da campanha de Marcha para Oeste, oficialmente estabelecida por Getúlio Vargas, que declarou ser a exploração e a ocupação do interior do país uma tarefa de interesse nacional, tendo para tanto fundado a agência de desenvolvimento Fundação Brasil Central (COY; KLINGLER; KOHLHEPP, 2017). Ressalte-se ainda que a metade dos municípios atualmente existentes no país apresenta menos de 60 anos de idade (2.783 foram criados após 1960); e quase um quinto do total tem até 30 anos de idade, contada a partir de sua emancipação política-administrativa (1.074 criados após 1990). Tais dados reforçam o argumento de que o Brasil é um país jovem, essencialmente em

formação, a despeito de seus 520 anos de “descobrimento”. Seu espaço territorial ainda é, em termos relativos, parcamente povoado, com uma média de 24 habitantes por quilometro quadrado.<sup>14</sup>

**Tabela 1:** Brasil - período de criação dos municípios (1500 – 2020).

BRASIL	MUNICÍPIOS CRIADOS NO PERÍODO	PARTICIPAÇÃO SOBRE O TOTAL EXISTENTE (2020, em %)
Entre 1500 e 1821	151	3
Entre 1822 e 1888	601	11
Entre 1889 e 1929	513	9
Entre 1930 e 1963	2.516	45
Entre 1964 e 1987	492	9
Entre 1988 e 2020	1.297	23
Entre 1500 e 2020	5.570	100

**Fonte:** elaboração própria, a partir dos dados do IBGE.

Ao abordarmos o período mais recente da história nacional, por nós aqui delimitado como entre 1964 e 2020, veremos que continua havendo, com enorme força no espaço nacional, uma frente pioneira econômica e demográfica bastante ativa, assim como sua respectiva “frente de expansão” (MARTINS, 2019). Calculamos que os 492 municípios emancipados entre 1964 e 1987 possuem uma área que hoje corresponde a 1.013.038 km<sup>2</sup> e que os 1.297 municípios emancipados após 1988 possuem uma extensão adicional de mais 1.600.568 km<sup>2</sup>. Deduzimos, portanto, que 30% da área total do país está dentro de municípios que existem há no máximo 56 anos. Em termos populacionais, isso equivale a aproximadamente duas gerações.

Pretendemos focar nesse subitem aspectos associados as atuais regiões Norte e Centro-Oeste do país, onde se concentram atualmente os principais movimentos pioneiros de abertura da

---

<sup>14</sup>A título de comparação, a densidade demográfica de outros países, em hab./km<sup>2</sup> é de Austrália (3), Canadá (4), Rússia (8), Argentina (16), Estados Unidos (33), México (63), Iraque (89), Costa Rica (96), Espanha (97), Portugal (118), Itália (206), Jamaica (272), Haiti (384), Índia (390), Holanda (411), Coreia do Sul (513) e Bangladesh (1.063). Fonte: CIA World Factbook, 2018.

fronteira agropecuária brasileira e intensificação da ocupação demográfica. Não foi por acaso que justamente nas bordas da floresta amazônica se concentraram a maior parte das fundações de novos municípios. Já com relação às emancipações de antigos distritos, estas se concentraram sobretudo no Sudeste, Sul e Nordeste do país.

Enfoquemos agora os “municípios novos”, aqui entendidos como aqueles recenseados pela primeira vez pelos Censos Demográficos publicados nos anos de 2000 ou de 2010. Dos 5.570 municípios existentes no Brasil, 1.014 tiveram o seu primeiro recenseamento populacional realizado apenas na edição do ano 2000. Desses, 559 registraram população inferior a 5.000 habitantes, numa média geral de 7.626 moradores. Este conjunto de 1.014 municípios pode ser dividido em basicamente duas categorias distintas. O primeiro grupo é composto por municípios localizados em áreas ocupadas há mais tempo e já mais densamente povoadas, onde antigos distritos obtiveram sua autonomia advinda da pressão política e popular de seus moradores que requisitavam maior liberdade na gestão do território que consideravam seu. Estes “novos municípios”, cuja ocupação demográfica é mais densa e antiga, concentram-se no Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná e São Paulo. O outro tipo de “novo município”, que para o intuito proposto por este texto é mais relevante de ser analisado, é fruto das emancipações político-administrativas verificadas em áreas de expansão das novas regiões geoeconômicas atreladas ao mundo rural pioneiro e às conflitualidades agrárias a este associadas. Ocorrem, notadamente, nos estados do Tocantins, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Acre, em outras palavras, nas bordas e no interior da Amazônia Legal.

Do ponto de vista populacional, o maior desses “novos municípios” recenseados pela primeira vez no ano 2000 tinha em sua origem um engenho de açúcar existente desde o início do século XVII: Belford Roxo, com 434.474 habitantes, desmembrado de Nova Iguaçu. Localizado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, foi um dos 6 novos municípios criados na Baixada Fluminense durante a década de 1990. Representa, portanto, o caso de um antigo distrito que conseguiu

se emancipar. Por outro lado, o menor desses “novos municípios”, em termos populacionais, foi Oliveira de Fátima, representante do grupo associado à expansão da fronteira agrícola, econômica e demográfica do país. Localiza-se no interior de Tocantins, na margem da rodovia BR-153 Belém-Brasília, que liga o Sul ao Norte do país, tendo se desmembrado de Porto Nacional. Sua população no ano 2000 era de apenas 958 habitantes. No Censo Demográfico publicado no ano de 2010 o número de “novos municípios” foi significativamente menor, aparecendo pela primeira vez mais 58 municípios, com uma média populacional de 7.611 habitantes cada um.

A análise desses 1.072 “municípios novos” do Brasil recenseados pela primeira nos Censos Demográficos de 2000 ou de 2010 (Tabela 2 e Mapa 3) destaca, em termos absolutos, a fragmentação de territórios situados em zonas populosamente mais adensadas do país. Neste sentido, os números mais elevados de “novos municípios” encontram-se no Rio Grande do Sul (163) e em Minas Gerais (130), sendo estes geralmente de pequeno porte territorial: em média, respectivamente, 272 e 561 km<sup>2</sup>. O mapa demonstra também, em termos relativos, que a criação desse conjunto de “novos municípios” é mais significativa para os estados de fronteira agropecuária. Assim sendo, destaca que esses “novos municípios” compõem parte expressiva dos municípios atualmente existentes em certos estados mais fracamente povoados e associados às atuais frentes de colonização do território nacional, como ocorre em Rondônia (onde 56% dos municípios existentes foram recenseados, pela primeira vez, a partir do ano 2000) e em Roraima (47%). Nestes casos, os novos territórios municipais tendem a ser extensos, possuindo em média, respectivamente 2.881 e 16.043 km<sup>2</sup>. São vastidões espaciais que de forma gradual, porém acelerada, entram no processo produtor de mercadorias em escala internacional. Nestes casos peculiares, a primeira e mais rentável mercadoria produzida é a propriedade fundiária, isto é, “a conversão da terra em equivalente de mercadoria” (MARTINS, 2019, p. 156). Trata-se, via de regra, de uma frente de expansão vinculada a uma frente pioneira do agronegócio.

**Tabela 2:** Brasil – “municípios novos”, recenseados pela primeira vez no ano de 2000 ou de 2010: ranking das 6 UF’s mais destacadas em números absolutos (total) e em números relativos (%).

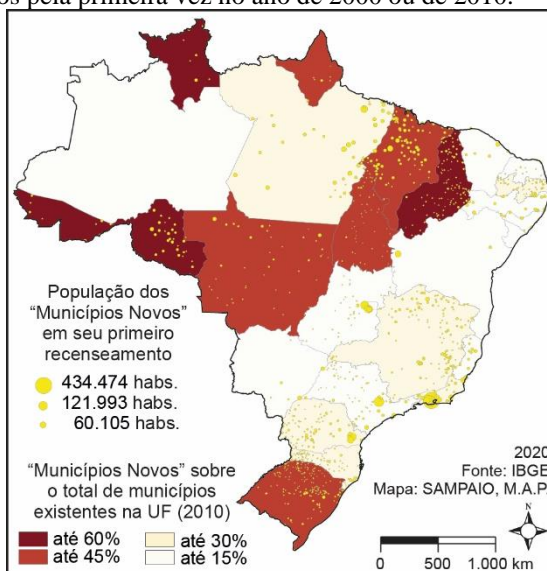
UF	TOTAL DE MUNICÍPIOS (2010)	TOTAL DE NOVOS	PARTICIPAÇÃO DOS NOVOS SOBRE O TOTAL (%)	TAMANHO MÉDIO DOS NOVOS (em km²)	UF	TOTAL DE MUNICÍPIOS (2010)	TOTAL DE NOVOS	PARTICIPAÇÃO DOS NOVOS SOBRE O TOTAL (%)	TAMANHO MÉDIO DOS NOVOS (em km²)
RS	497	163	33	272	RO	52	29	56	2.881
MG	853	130	15	561	PI	224	106	47	853
PI	224	106	47	853	RR	15	7	47	16.043
MA	217	81	37	1.063	AC	22	10	45	4.002
PR	399	76	19	396	AP	16	7	44	4.702
SC	295	76	26	197	TO	139	60	43	1.433

**Fonte:** elaboração própria, a partir dos dados do IBGE.

Uma análise atenta do Mapa 3 nos permite afirmar que, em termos relativos, no período analisado destacaram-se sobremaneira os estados de Rondônia, Piauí, Roraima e Acre, onde foram criados, respectivamente, 29 dos 52 municípios existentes (ou seja, 56% do total), 106 dos 224 existentes (47%), 7 dos 15 (47%) e 10 dos 22 existentes (45%) em cada uma dessas unidades da federação. Estes espaços podem ser considerados novos territórios do antigo processo de colonização do território brasileiro, que em pleno século XXI ainda é frequentemente pautado no conflito agrário, no latifúndio, no trabalho análogo à escravidão e na produção de bens agropecuários e minerais primários para a exportação. Em termos macrorregionais, o mapa salienta ainda a pressão antrópica que se intensifica nas bordas do bioma amazônico, considerado a última grande fronteira agropecuária nacional. O Norte do Brasil é a principal área de inserção de novos territórios no circuito produtivo agropecuária, o que não se dá sem grandes tensões sociais e ambientais.



**Mapa 3:** Brasil: localização e população dos “municípios novos”, recenseados pela primeira vez no ano de 2000 ou de 2010.



**Fonte:** elaboração própria, a partir dos dados do IBGE.

Desde a década de 1960 a Amazônia passou a ser vista por um novo olhar, ambicioso devido não só a sua vastidão, mas também por ter, em boa parte, a área desocupada. Nos governos da ditadura militar (1964-1985), boa parte dessas terras foram distribuídas quase a custo zero, tanto para os capitalistas do Brasil como os do exterior. Acrescente-se ainda que, neste período, a maior expansão e mais rápida ocupação do território se deu voltada para a atividade pecuária bovina, em grande medida financiada pelo Governo Federal. Desde os anos 1970 acentuou-se nas bordas da floresta amazônica e, mesmo em seu interior remoto, três formas de colonização: a privada, a estatal e a espontânea (COY; KLINGLER; KOHLHEPP, 2017).

Ainda que por muito tempo envolta no “mito dos espaços vazios” (BECKER; MIRANDA; MACHADO, 1990, p. 10), Martins (1980, p. 68-69) nos elucida que deve-se ter em mente que a Amazônia não é, e nem nunca foi, desde o início da história do Brasil, um “deserto a ser ocupado [...] estamos, na verdade, diante

de uma verdadeira invasão da Amazônia, em que os chamados pioneiros não raro se comportam ante dos primeiros ocupantes como autênticos invasores, devastando, expulsando, violando direitos e princípios”. A relação dialética e indissociável existente entre “frente pioneira” e “frente de expansão” (MARTINS, 2019)<sup>15</sup> faz com que nos municípios vinculados à expansão da fronteira agropecuária coexistam lógicas pautadas tanto por relações altamente capitalistas de produção quanto lógicas peculiares e específicas da situação de incorporação de novos territórios ao mundo do capital. É capitalista, entre outros motivos, pois envolve o loteamento fundiário e a produção tecnificada de *commodities* agrícolas voltadas ao abastecimento do mercado internacional, tais como carne bovina e soja. Mas é concomitantemente não-capitalista, ou pré-capitalista, pois ocorre envolta num contexto de acumulação primitiva pela expropriação de povos originários e de populações tradicionais via grilagem de terras e frequentemente se escora no trabalho análogo à servidão. Como explica Martins (2013, p. 21), trata-se da “produção capitalista de relações não-capitalistas de produção [que] expressa também a reprodução ampliada das contradições do capitalismo”. De todo modo, referimo-nos a um processo conflituoso relacionado à remoção da vegetação nativa, das populações originárias e tradicionais não alinhadas à produção hegemônica e voltada à expansão do modo capitalista de produção no campo. Nesse sentido, vale salientar a análise de Martins (2019, p. 84-85), para quem a ocupação dessas áreas de fronteira interna se insere “marginalmente no processo de reprodução ampliada do capital. A expansão territorial do capital [revela-se], assim, uma forma diversa e peculiar de sua reprodução

---

<sup>15</sup> “Adiante da fronteira demográfica, da fronteira da ‘civilização’, estão populações indígenas, sobre cujos territórios avança a frente de expansão. Entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica está a frente de expansão, isto é, a frente da população não incluída na fronteira econômica. Atrás da linha da fronteira econômica está a frente pioneira, dominada não só pelos grandes agentes da civilização, mas, nela, pelos agentes da modernização, sobretudo econômica, agentes da economia capitalista (mais do que simplesmente da economia de mercado), da mentalidade inovadora, urbana e empreendedora” (MARTINS, 2019, p. 138).

ampliada. O objetivo da expansão territorial não [é, por exemplo,] a produção pecuária, mas a produção de fazendas”.

Entre as molas propulsoras desse processo expansivo, Coy, Klingler e Kohlhepp (2017) destacam a relação recíproca existente entre, de um lado, zonas antigas, marcadas por solos exauridos (ou demasiadamente valorizados), diminuição da produção agrícola, degradação e redução das áreas de plantio por erosão ou por mudança para outros usos do solo. De outro lado, aparecem as zonas novas, com disponibilidade de grandes reservas fundiárias, condições favoráveis para o arroteamento e mecanização (relevo, clima, solos), preços bem mais baixos da terra e bastante atrativas para imigrantes. Percebe-se também que o avanço da expansão da fronteira agrícola em direção ao norte do país, em especial à Amazônia, está muito voltado para um recurso que a cada dia se escasseia mais, que é a água, muito valorizada pelo capital internacional.

Atualmente, diversos processos em curso resguardam fortes afinidades com outros ciclos de expansão ocorridos anteriormente no país. O processo de conversão contínua de terras devolutas em mercadorias continua ocorrendo sem grandes transformações em relação ao que ocorreu em ciclos econômicos pretéritos. Como exemplo, basta substituir na arguta análise feita por Martins (2013, p. 74) sobre a expansão da cafeicultura em São Paulo na transição do século XIX para o XX a palavra “café” por “soja e gado na Amazônia”, que veremos tais semelhanças:

Esse é o segredo da acumulação do capital na economia ~~do café~~ [da soja e gado na Amazônia]. A fazenda ~~produzia~~ [produz], a partir de relações não capitalistas de produção, grande parcela do seu próprio capital. Neste sentido é que a grande lavoura se transformou numa indústria de produção de fazendas de ~~café~~ [soja e gado na Amazônia], além de produzir ~~o próprio café~~ [a própria soja e gado]. Desse modo, é que na economia ~~cafeeira~~ [da soja e gado na Amazônia] a reprodução do capital assumiu a forma de reprodução extensiva de capital, pela incorporação contínua e progressiva de novas terras à produção de ~~café~~ [soja e gado na Amazônia].

No que se refere a questão ambiental e de biodiversidade, utiliza-se ainda a prática arcaica a que Monbeig (1984) se referia nos idos dos anos 1940, e que se mantém viva até hoje. De grande barbárie, usa-se a “caixa de fósforos” como “ferramenta agrícola” para a derrubada da mata, visto que é uma forma rápida e completa para “limpar” a área. Ainda antes, no início do século XX, Rangel (1908, p. 37-38) descrevia uma prática secular que se mantém viva no Brasil, que é a da derrubada e queima das matas:

Para cada cafezal que se pretende formar, penetram, desapiedados, o machado e o fogo na verdejante floresta, por sobre as ruínas da qual surge aquele, símbolos sinistros da imprevidência humana [...] escolhido o terreno, trata-se de derrubar a mata que o cobre [...] As árvores grandes, seculares, dominadoras da floresta, era espetáculo deveras impressionador ver tombar, os gigantescos jequitibás, os admiráveis pau-ferros, vinháticos, perobas, óleos-vermelhos e outros, cujos ecos, vibrando de grota em grota, de canhada em canhada, pareciam levar a maldição da floresta contra o orgulho e a teimosia do homem [...] se a derrubada está bem seca, a obra do fogo é completa e da antiga floresta ficam sobrando apenas alguns troncos mais ou menos carbonizados.

O fogo era e ainda é a forma mais rápida de ocupação e devastação, como tem sido demonstrado. O que mudou foi o uso da técnica e a rapidez da destruição. Hoje utilizam-se de modo complementar tanto do lançamento de produtos químicos com aviões para matar as árvores<sup>16</sup> como de possantes tratores para devastar as florestas<sup>17</sup>. O Mapa 4, referente à Amazônia Legal, indica onde ocorreram os últimos desmatamentos associados à expansão da fronteira agropecuária naquela região, enfocando o período compreendido entre 2008 e 2019. Trata-se do chamado

---

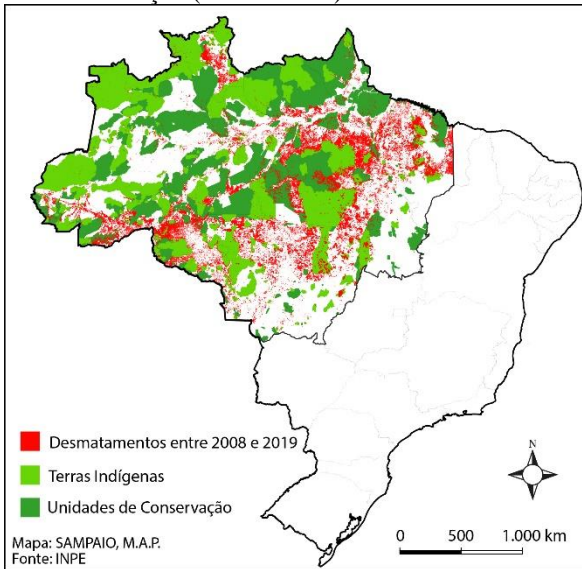
<sup>16</sup> Vide <https://glo.bo/3cOdx8g>. Acesso em: 12 fev. 2020.

<sup>17</sup> Vide <https://bit.ly/2ZebtSQ>. Acesso em: 22 fev. 2020.

“Arco do Desmatamento” (THÉRY; MELLO-THÉRY, 2018, p. 109). O mapa indica ainda haver um conflito de uso institucional do solo, pois aponta para a existência de grandes desmatamentos ocorridos tanto dentro de Terras Indígenas (TI’s), quanto de Unidades de Conservação (UC’s). Tais áreas, de uso e manejo específicos, têm sido recorrentemente invadidas, seja por madeireiros e garimpeiros, seja por grileiros de terras, posseiros e fazendeiros, forçando os novos despossuídos a migrarem, em geral para as áreas urbanas, aumentando o número de desocupados e engrossando a população das favelas, hoje denominadas comunidades.

A partir da década de 1960, o incentivo à intensa ocupação da região Norte do Brasil promoveu o incremento nas taxas de desmatamento e de mudanças no uso da terra e alterou drasticamente o regime de fogo na Amazônia. Os desmatamentos crescentes causaram fragmentação das florestas e as queimadas usadas para preparo de área agrícola, que eram naturalmente bloqueadas pela umidade da floresta, agora encontram fragmentos florestais e, assim, avançam sobre essas matas e empurram os seus limites ano após ano [...] Como desmatamento e fogo estão intimamente relacionados na Amazônia, seria esperado que, após o aumento registrado nas taxas de desmatamento no mês de julho de 2019 (80% comparado a julho de 2018), focos de queimadas aparecessem nas áreas mais desmatadas — fato confirmado em publicação recente na revista *Global Change Biology*. Mais da metade do desmatamento observado ocorreu em áreas privadas ou em terras públicas em diversos estágios de posse (áreas sem destinação pelo Estado), enquanto o restante foi registrado em assentamentos (20%), unidades de conservação (19%) e terras indígenas (6%) (COPERTINO et al., 2019, p. 4).

**Mapa 4:** Amazônia Legal - áreas desmatadas, Terras Indígenas e Unidades de Conservação (2008 – 2019).



**Fonte:** elaboração própria, a partir dos dados do INPE.

Por meio do fogo inicia-se um conjunto de atividades lícitas e ilícitas para a criação da propriedade privada da terra. A terra, ao se tornar mercadoria e adquirir preço,

passa a ser objeto e meio de produção de valores de troca. É inserida nas relações capitalistas de produção como um elemento das condições de produção controladas pela empresa privada (IANNI, 1981, p. 154).

“Para o capital, fronteira também é um lugar onde ele pode se reproduzir. Para o capitalista, reproduzir-se é reverter o seu dinheiro em capital, gerar mais lucro” (GRAZIANO DA SILVA, 1983, p. 28). De acordo com Martins (2013, p. 66):

As despesas realizadas com subornos, demarcações, tocaias a posseiros intransigentes, pagamentos a topógrafos e jagunços, constituíam [e ainda

constituem] fundamento do preço que a terra adquiria [e ainda adquire] através do grileiro no preâmbulo do nosso capitalismo agrário [...] Por isso, a transformação da terra em propriedade privada, que pudesse [e ainda pode] ser comprada pelo fazendeiro, antes de se converter em renda territorial capitalizada, era [e ainda é] objeto de outro empreendimento econômico - o do grileiro, às vezes verdadeiras empresas de conversão de terra alheia ou devoluta em papel limpo e passado, carimbado e registrado.

Desse cenário surgem numerosos alertas:

do movimento ecológico parte um brado que precisa adquirir um contorno político-cultural profundo: nossa sociedade está destruindo as fontes vitais à sua própria sobrevivência. E esse brado traz em si uma das características mais especificamente humanas: a consciência da morte (PORTO-GONÇALVES, 2002, p. 99).

A Revolução Verde, em realidade precisa ser repensada, pois baseada no princípio da seleção das sementes que são mais produtivas, mas que após colhidas são estéreis. Estas precisarão ser novamente compradas de empresas multinacionais para a realização das próximas safras, eliminando às pessoas que se dedicam à pequena produção agrícola a possibilidade de guardar alguns quilos de sua produção de soja, girassol ou algodão, por exemplo para novo plantio. Na realidade,

a homogeneização provocada pela seleção genética tornou os ecossistemas mais vulneráveis e, portanto, mais dependentes de insumos como defensivos, aumentando, por consequência, a dependência financeira dos produtores (PORTO-GONÇALVES, 2002, p. 123).

Outra característica da expansão e modernização agrícola no Brasil, da qual as regiões Centro-Oeste, MATOPIBA e Norte

representam os principais focos na atualidade, refere-se ao uso crescente de agrotóxicos, “que saltou de 170.000 toneladas no ano 2000 para 500.000 toneladas em 2014, ou seja, um aumento de [194%] em um período de apenas 15 anos”, sendo a sojicultura responsável por 52% do volume total consumido (BOMBARDI, 2017, p. 33).

## **SOJICULTURA, MIGRAÇÃO INTERNA E CORRIDA POR TERRAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA**

Insistimos, é preciso ver aqui a mesma lógica moderno-colonial que vem comandando o processo de globalização desde 1492 (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 26).

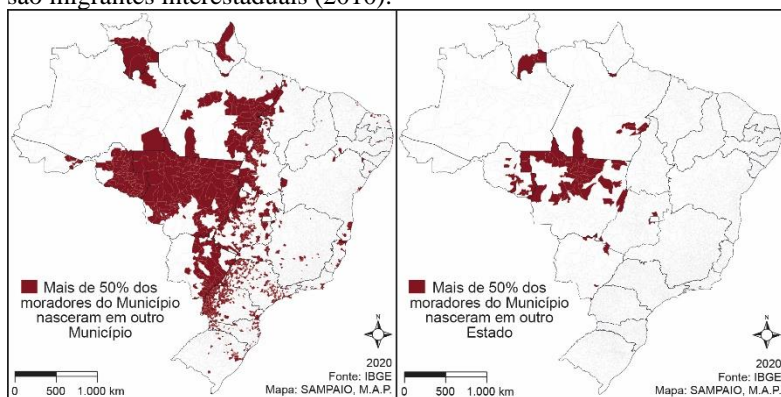
Entre os já mencionados “municípios novos” (vide Mapa 3), aqueles localizados nas zonas de fronteira agropecuária exercem intensa atração sobre a população migrante, que os procuram em busca de “melhorias” de vida. Ou, em certos casos, os municípios novos são criados justamente por pressão política desses migrantes. Ocorre inclusive, e com frequência, de uma parcela dos moradores desses municípios novos ser mais velha do que o próprio município, tendo, portanto, forçosamente nascido em outro município. Os fenômenos da migração intermunicipal, assim como da interestadual (Mapa 5), mostram claramente a atratividade desempenhada por uma fração historicamente mais jovem do território nacional, lócus atual de um processo colonizatório que guarda diversas características similares aos primórdios da ocupação lusitana da América. Paul Singer no último quartel do século XX, ao escrever a respeito das migrações internas, nos alertava para o fato de que estas “são sempre historicamente condicionadas, sendo resultado de um processo global de mudança, do qual elas não devem ser separadas” (SINGER, 1975, p. 31). É com este olhar que distinguimos o fenômeno migratório no Brasil, tendo sempre em mente que ele não é igual para todas as classes sociais. Ainda, para Singer, os primeiros a migrar são os despossuídos e os últimos são os detentores de capital, que o levam consigo. Na Amazônia de hoje encontramos todos estes exemplos,



seja o dos que migram de forma planejada, com capital e almejando ampliar sua renda e qualidade de vida, seja o dos que migram pela ausência de alternativas em seus locais de origem, sejam estes próximos ou distantes do local de destino. De forma velada, representa também a migração de pessoas expulsas de suas áreas de origem pelos processos de modernização conservadora de parcelas do território nacional, onde o agronegócio se apropria do campo, o ressignificando e repelindo antigos posseiros e expelindo trabalhadores que perdem suas funções ante o aumento da produtividade do trabalho decorrente da mecanização dos procedimentos agrícolas modernos.

Se de um lado mostramos os migrantes que mudam de lugar com capital, por outro lado é necessário destacar que a migração de força de trabalho sem capital é a migração como perda, expulsão e fim. Antes migravam para subir na vida. Agora migra-se para atenuar a queda e muitas vezes já se migra como parte do processo de queda (MARTINS, 2002 p. 148).

**Mapa 5:** Brasil – municípios onde mais de 50% dos moradores são migrantes intermunicipais e municípios onde mais de 50% dos moradores são migrantes interestaduais (2010).



**Fonte:** elaboração própria, a partir dos dados do IBGE.

Esses novos municípios do “Centro-Norte do Brasil” estão diretamente relacionados à existência de uma frente pioneira ativa e uma frente de expansão que se dirigem sobretudo ao bioma amazônico, no norte do país, em busca de perspectivas no extrativismo vegetal (madeiras) e extrativismo mineral (garimpos), assim como na apropriação privada de extensões de terras públicas e devolutas para a implantação de minifúndios voltados à economia de subsistência e de excedentes ou de latifúndios de pecuária extensiva (gado) e de lavouras de exportação (soja). Com a abertura de novas rodovias, como aquelas que interligaram os eixos Brasília-Belém; Barra do Garças-Marabá; Cuiabá-Santarém e Brasília-Cuiabá-Porto Velho, vasta porção do centro-norte brasileiro foi povoado com gente a procura de terras, colonos, latifundiários, investidores, aventureiros, etc. Como consequência do avanço da ocupação do território em direção às áreas até então pouco valorizadas pelo capital, propiciando a “aquisição de terras” por parte de particulares, do Estado e de posseiros que vivem e sobrevivem do trabalho na terra, populações indígenas e/ou tradicionais são obrigadas a saírem dos seus “lugares de vida” e a migrarem do campo para a cidade próxima, ou para o desterro em outros lugares, sem terem o preparo profissional e técnico para enfrentar uma nova vida.

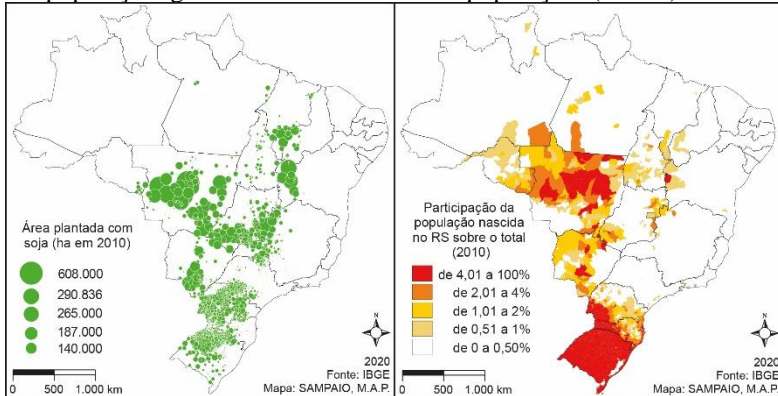
As Unidades da Federação que mais se destacaram no sentido de receberem migrantes foram o Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Pará, Mato Grosso do Sul, Amapá e Tocantins. O estado do Mato Grosso se destaca pois possui 96 municípios cuja maioria populacional é de mato-grossenses e 43 municípios cujo número de migrantes é maior do que o de nativos do próprio estado. Isto equivale a dizer que em quase um terço (31%) dos 139 municípios de Mato Grosso os migrantes provenientes de outras unidades da federação compõem a maior parte da população.

Um caso particular, que já foi pesquisado por diversos autores, é o da migração de gaúchos para as zonas de expansão da fronteira agrícola do Centro-Oeste, Norte e também do MATOPIBA (HAESBAERT, 1995). Destaque-se que as primeiras levas de migrantes gaúchos para fora do estado ocorreram já nos anos 1920, principalmente em direção ao oeste de Santa Catarina. Nos anos 1960 tal fenômeno se intensificou, estes dirigindo-se

intensamente ao oeste do Paraná e, a partir da década de 1970, também para sul do Mato Grosso do Sul. Estas levas de migrantes eram motivadas pelo fato de que as famílias que originalmente receberam ou adquiriram uma pequena propriedade no Rio Grande do Sul eram prolíferas e tinham muitos filhos. Com o passar do tempo as colônias iniciais tornaram-se insuficientes para a sobrevivência de todos. A saída foi, com poucos recursos, cada filho comprar individualmente terras em áreas pioneiras, geralmente com extensões de área bem superiores a que possuíam suas famílias nos locais de origem. Neste sentido, os gaúchos representam um caso emblemático no processo de migração interna no país. Entre a segunda metade do século XX e primeiras décadas do XXI, tal processo associou-se intimamente à abertura da fronteira econômica e demográfica nacional com base na produção agrícola, notadamente a de soja para a exportação.

Como se nota a partir da análise do Mapa 6, há sobre o território nacional uma nítida correlação entre a presença de gaúchos e o cultivo da soja. Ressalte-se que não queremos afirmar com isso que são os gaúchos os únicos responsáveis por esse cultivo, nem que que todos os gaúchos plantem soja; mas apenas que há uma clara correlação espacial evidenciada pelo mapa em questão entre a presença desses dois fenômenos: participação de gaúchos sobre o total da população municipal e existência da lavoura sojeira.

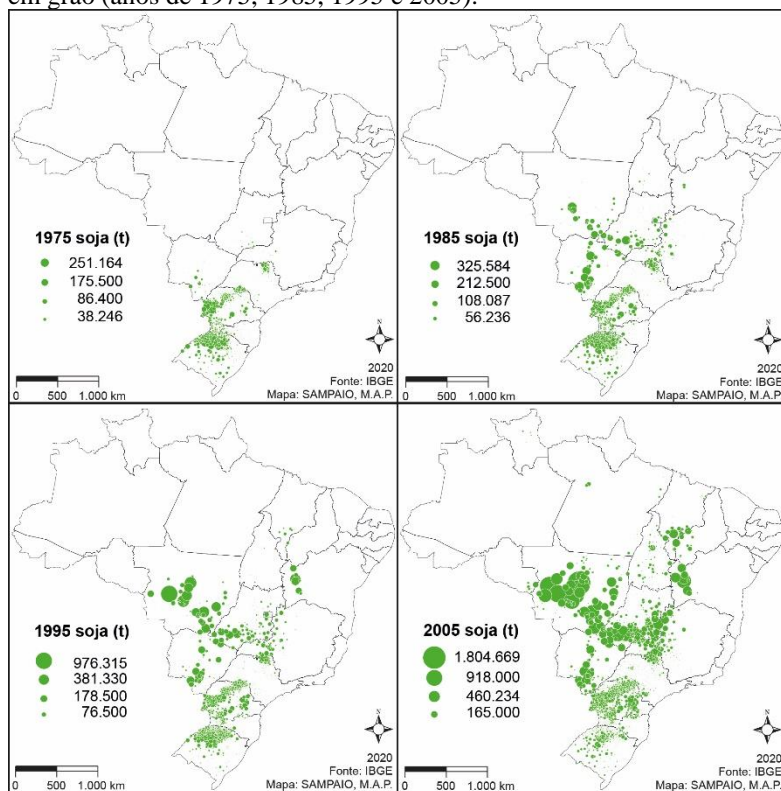
**Mapa 6:** Brasil - municípios produtores de soja (em ha.) e participação da população gaúcha sobre o total da população (em %) – 2010.



**Fonte:** elaboração própria, a partir dos dados do IBGE.

Basta analisar o conjunto cartográfico (Mapa 7) sobre a produção de toneladas de soja ao longo de um período de tempo um pouco mais largo (1975, 1985, 1995 e 2005) para notar que essa cultura se expandiu pelo país a partir de seu núcleo original no Sul do Brasil, ocupando em seguida terras do Centro e por fim também do Nordeste e agora do Norte.

**Mapa 7:** Brasil – evolução da produção municipal de toneladas de soja em grão (anos de 1975, 1985, 1995 e 2005).



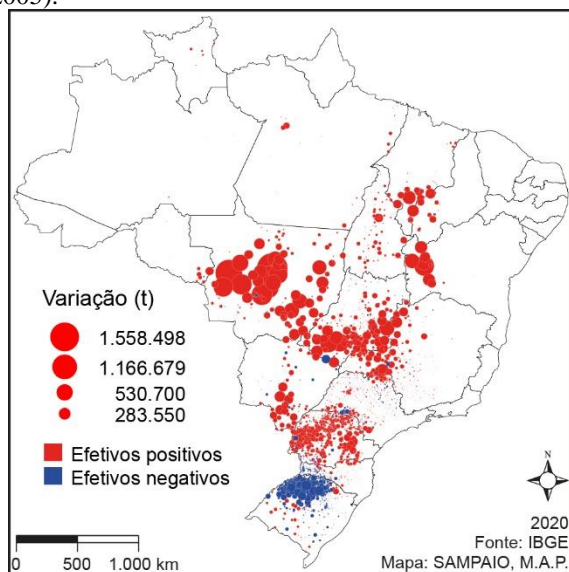
**Fonte:** elaboração própria, a partir dos dados do IBGE.

É interessante notarmos que, ao analisarmos a dinâmica espacial desse cultivo entre 1990 e 2005<sup>18</sup> (em toneladas), os municípios do norte do Rio Grande do Sul apresentaram redução produtiva, ao passo que as demais regiões produtivas todas

<sup>18</sup> Temos trabalhado com a ideia de “delta” (“ $\Delta S$ ”) para nos referir a variação (positiva ou negativa) de um determinado fenômeno num determinado intervalo de tempo. Basicamente, consiste-se em verificar se certo fenômeno (produção de toneladas de soja por município, por exemplo) ganhou ou perdeu importância no período, ampliando ou reduzindo seu valor, e quantificar essa mudança. O procedimento consiste-se em subtrair o valor da data final (neste caso 2005) pelo valor da data inicial (1990) e assim mesurar a variação.

apresentaram incremento (Mapa 8). Dentre os diversos aspectos que podem estar relacionados a esse “comportamento territorial” do norte do Rio Grande do Sul, um se refere à possível saturação produtiva regional, com provável esgotamento dos solos, onde os investimentos não compensavam economicamente, levando à venda das terras ou destinação para outros usos, um dos quais a valorização imobiliária das terras para a expansão urbana. Outra hipótese está relacionada à migração de parte de seus agricultores para as novas zonas da soja mais ao norte do país, tornando esta área originalmente central da sojicultura nacional numa zona menos significativa hoje para a soja. Também podem ser elencados problemas associados às doenças, pragas e fungos, tais como a ferrugem asiática. Mas neste caso os problemas climáticos parecem ter sido o principal elemento, já que houve uma sequência de três estiagens num curto intervalo de cinco safras, levando diversos municípios gaúchos a decretarem situação de emergência pela quebra de safra generalizada. Possivelmente, todos esses aspectos ocorreram juntos. O fato é que, em relação à colheita ocorrida 15 anos antes, o Rio Grande do Sul apresentou o maior decréscimo e o Mato Grosso o maior acréscimo.

**Mapa 8:** Brasil – variação na produção municipal de soja, em toneladas (1990 a 2005).



**Fonte:** elaboração própria, a partir dos dados do IBGE.

Atentando-nos aos dez municípios com maior participação de gaúchos do sexo masculino sobre a população total, de acordo com dados do Censo Demográfico de 2010, e localizados fora da região Sul do país, veremos que há correspondência com os dez municípios que mais expandiram a área cultivada com soja entre 2000 e 2010. Desses dez municípios, nove ficam no Mato Grosso e um no Mato Grosso do Sul. São estes: Ipiranga do Norte (MT, onde os homens nascidos no RS compõem 9,1% da população total), Nova Guarita (MT, 8,9%), Canarana (MT, 7,5%), Querência (MT, 7,3%), Itanhanga (MT, 7,3%), Terra Nova do Norte (MT, 6,8%), Lucas do Rio Verde (MT, 5,3%), São Gabriel do Oeste (MS, 5,2%), Santa Cruz do Xingu (MT, 5,1%) e Santa Rita do Trivelato (MT, 5,1%).

Já a análise da lista dos dez municípios que mais expandiram a área cultivada com soja entre os referidos anos de 2000 a 2010, aparecem três dos listados acima: a primeira posição é ocupada por Ipiranga do Norte (aumento de 172 mil hectares

entre os anos 2000 e 2010), o segundo posto é de Santa Rita do Trivelato (135 mil) e a quinta colocação fica com Itanhangá (52 mil). Com efeito, o que mais nos chama a atenção é o caso de Ipiranga do Norte, que aparece em primeiro lugar nas duas listagens. Em 2010 era o município fora da região Sul com a maior parcela de população masculina gaúcha sobre o total da população residente e também foi o município que sustentou a mais intensa expansão da sojicultura no período de 2000 a 2010. Tais aspectos parecem estar relacionados.

Ao analisarmos a dinâmica espacial e o delta do cultivo de soja entre 2010 e 2018 (variação positiva ou negativa, agora em termos de área), veremos que em pouquíssimos municípios contatou-se redução na extensão de cultivo. Por outro lado, 2.039 municípios ampliaram a área dedicada a esta lavoura. Em conjunto, o país ampliou a área cultivada com soja de 23.339.094 hectares em 2010 para 34.831.743 hectares em 2018, um aumento de 49% em oito anos. Dos dez municípios que mais ampliaram sua área de soja entre 2010 e 2018, sete ficam no Mato Grosso, dentre os quais três possuem em seu próprio nome uma clara referência à origem de seus fundadores: São Félix do Araguaia, Paranatinga, **Porto dos Gaúchos**,<sup>19</sup> Água Boa, **Gaúcha do Norte**,<sup>20</sup> Canarana e **Querência**.<sup>21</sup> Outros dois pertencem à Bahia (São Desidério e Formosa do Rio Preto) e um ao estado do Pará (Paragominas).

As principais regiões de expansão da sojicultura foram o chamado “Nortão” de Mato Grosso e o MATOPIBA (notadamente o Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e Sul do Piauí). Secundariamente aparecem os “Pampas Gaúchos”, o “Cone Sul” do Mato Grosso do Sul e, no Pará, o trecho da rodovia Belém-Brasília compreendido entre Paragominas e Dom Eliseu (Mapa 9). Dentre todas estas zonas de expansão, as maiores médias de produtividade obtidas em 2018 encontram-se no MATOBIPA (acima de 3,8 toneladas de grãos por hectares) e as menores nos Pampas (abaixo de 2,9 t/ha), ante uma média nacional de 3,4 t/há

---

<sup>19</sup> Sugerimos assistir um vídeo histórico do município <https://bit.ly/2Xbd2yn> e outro sobre seu momento atual <https://bit.ly/2LCUSAj>. Acesso em: 17 fev. 2020.

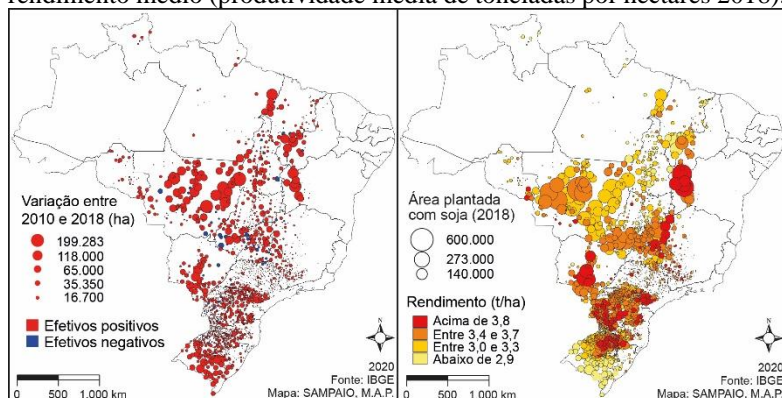
<sup>20</sup> Vide <https://bit.ly/2yZ2DOj>. Acesso em: 17 fev. 2020.

<sup>21</sup> Vide <https://bit.ly/2WG6xnY>. Acesso em: 17 fev. 2020.



(PAM/IBGE). Ainda que o Sul do país possua um número maior de municípios com alta produtividade de soja, é no Norte do Brasil onde se consegue reproduzir esses elevados índices em áreas muitas vezes maiores em extensão (Mapa 9).

**Mapa 9:** Brasil – variação na área plantada com soja (em hectares, entre 2010 a 2018), área plantada com soja (em hectares, em 2018) e rendimento médio (produtividade média de toneladas por hectares 2018).

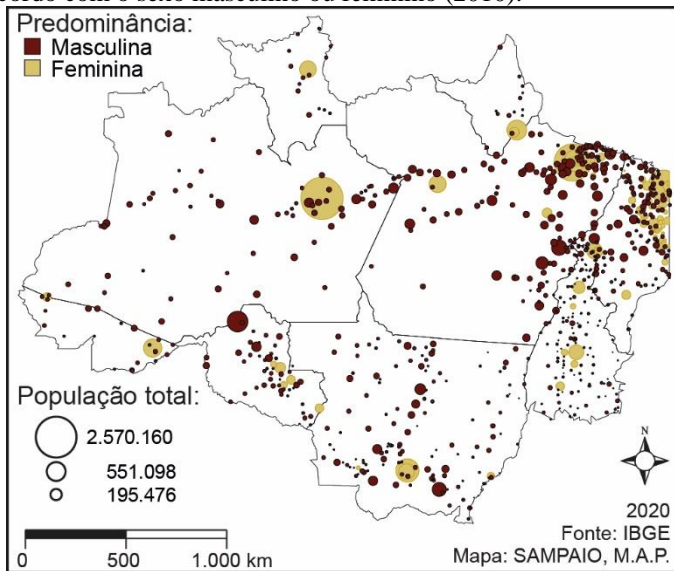


**Fonte:** elaboração própria, a partir dos dados do IBGE.

## QUESTÕES SOBRE O CAMPO E A CIDADE, O MASCULINO E O FEMININO, NA FRENTE COLONIZATÓRIA BRASILEIRA ATUAL

Uma das características do campo brasileiro, ainda mais visível na zona de expansão da fronteira agropecuária da Amazônia Legal, é a intensa participação de homens, que são ampla maioria quando comparados ao percentual das mulheres sobre o total da população. Como indica o Mapa 10, a presença masculina é mais intensa nos municípios pequenos e interioranos, ao passo que a presença feminina é majoritária sobretudo nas capitais e maiores cidades da região (a única exceção digna de menção é Porto Velho, onde os homens são maioria). Assim, podemos asseverar que uma das características das atuais zonas de frente de expansão e de frente pioneira na Amazônia brasileira é a predominância masculina.

**Mapa 10:** Amazônia Legal – população municipal total e predominância de acordo com o sexo masculino ou feminino (2010).



**Fonte:** elaboração própria, a partir dos dados do IBGE.

Na fronteira agropecuária ativa do Centro-Norte do país alguns aspectos populacionais interligam os estados do Rio Grande do Sul e Mato Grosso. São vínculos interessantes de ser destacados, que aqui abordaremos.

No que se refere a densidade populacional verificada em 2019, há uma diferença de grandeza de mais de 10 vezes entre ambos: enquanto o Rio Grande do Sul, com 40,4 hab./km<sup>2</sup> é o 12º estado mais densamente ocupado do Brasil, o Mato Grosso, com 3,9 hab./km<sup>2</sup> é o 3º menos denso (atrás apenas de Amazonas e Roraima). Tal característica alude à situação de maior saturação ocupacional, demográfica e de uso da terra no estado sulino, condição esta inversa à verificada na zona pioneira dos estados do centro-norte, dos quais Mato Grosso ainda é o melhor representante.

Os dados do Censo Demográfico de 2010 indicam haver uma relação entre esses dois estados também no que se refere a taxa

de masculinidade. Em primeiro lugar, cabe mencionar que no Brasil há mais mulheres do que homens. Estas estão localizadas sobremaneira nas grandes cidades e eram maioria em 98,9% dos 99 municípios cuja população era superior a 250 mil habitantes, sendo os homens maioria apenas em 1 desses municípios: Porto Velho. Inversamente, na grande maioria (77%) dos 2.513 municípios cuja população era inferior a 10 mil habitantes, predominavam os homens no contingente populacional. Assim, nas municipalidades brasileiras de pequeno porte, muitas das quais eminentemente rurais, predomina a presença masculina. Já naquelas com mais de 100.000 habitantes, onde os núcleos urbanos são significativamente mais desenvolvidos, as mulheres tendem a ser sempre majoritárias (Tabela 3).

**Tabela 3:** Brasil – municípios segundo faixas de tamanho e por predominância de sexo masculino ou feminino (2010).

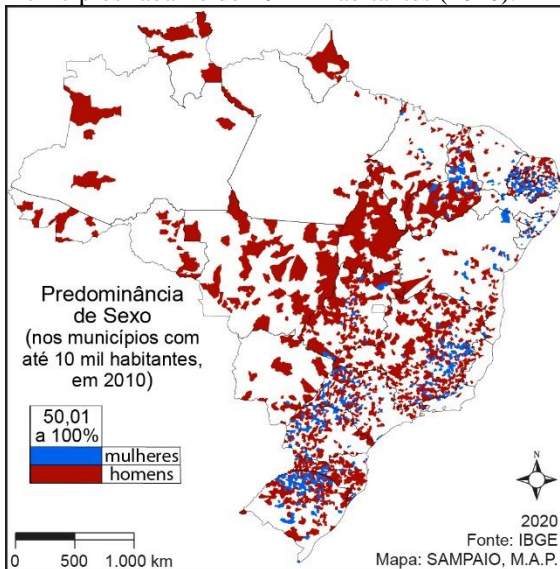
FAIXA DE TAMANHO (em habitantes)	TOTAL DE MUNICÍPIOS	MUNICÍPIOS COM PREDOMINÂNCIA MASCULINA	MUNICÍPIOS COM PREDOMINÂNCIA MASCULINA (%)	MUNICÍPIOS COM PREDOMINÂNCIA FEMININA	MUNICÍPIOS COM PREDOMINÂNCIA FEMININA (%)
até 10.000	2.513	1.921	77	592	23
de 10.001 a 100.000	2.769	1.474	53	1.295	47
de 100.001 a 250.000	184	17	9	167	91
de 250.001 a 500.000	61	1	2	60	98
de 500.001 a 1.000.000	23	0	0	23	100
acima de 1.000.001	15	0	0	15	100

**Fonte:** elaboração própria, a partir dos dados do IBGE.

No Brasil, 19 Unidades da Federação têm maioria feminina e apenas 8 têm maioria masculina. Mato Grosso é o estado do Brasil com maior taxa de masculinidade (102,1 homens para cada 100 mulheres); o enquanto Rio Grande do Sul é o oitavo estado “mais feminino” do país (97,34 homens para cada 100 mulheres). Especificamente no Mato Grosso, as mulheres são maioria em apenas 4 municípios; os homens em 137. No que tange à migração para as zonas de fronteira agropecuária, sabe-se que há predominância da população masculina e significativa presença de gaúchos, sobretudo nos novos e pequenos municípios, como já visto anteriormente. Diante disso, pergunta-se: até que ponto a migração de homens para a abertura da frente de expansão capitalista agrária no norte do país responde pela maior presença feminina no estado sulino? O Mapa 11 dá indícios de que pode

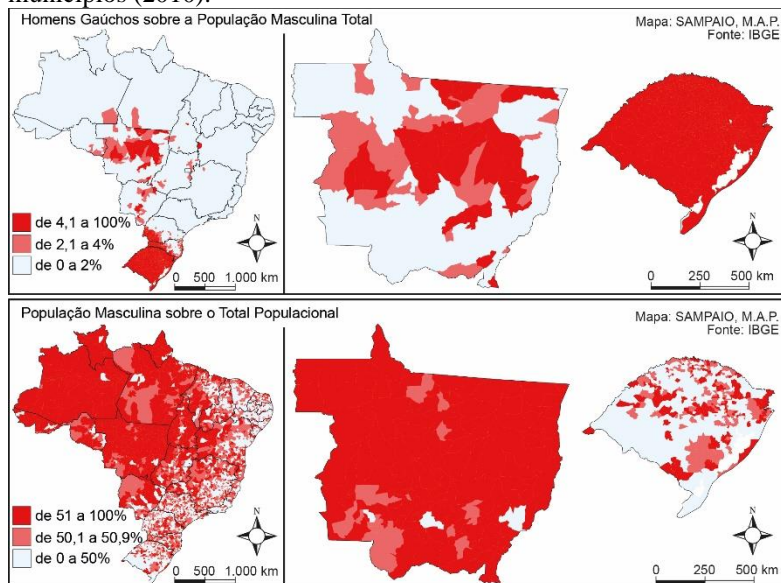
haver uma correlação entre a elevada participação feminina nos pequenos municípios (até 10 mil habitantes) da principal zona sojeira do Rio Grande do Sul, o Planalto Norte, com o processo migratório para as frentes pioneiras. Já o Mapa 12 sugere haver alguma relação entre a presença de colonos homens gaúchos no Mato Grosso e um relativo esvaziamento masculino no estado sulino.

**Mapa 11:** Brasil – predominância de sexo masculino ou feminino nos pequenos municípios -abaixo de 10 mil habitantes (2010).



**Fonte:** elaboração própria, a partir dos dados do IBGE.

**Mapa 12:** Brasil, Mato Grosso e Rio Grande do Sul – participação de homens gaúchos sobre a população masculina total dos municípios e participação da população masculina sobre o total populacional dos municípios (2010).



**Fonte:** elaboração própria, a partir dos dados do IBGE.

Para concluirmos, antes das considerações (e questões) finais, queremos apresentar, como mapa de síntese, mais subjetivo e voltado principalmente para suscitar novas questões, o Mapa 13. As suas quatro imagens confrontam as aqui chamadas “terras de gaúchos”, “terras de soja”, “terras de gaúchos sem soja” e “terras de soja sem gaúchos”.

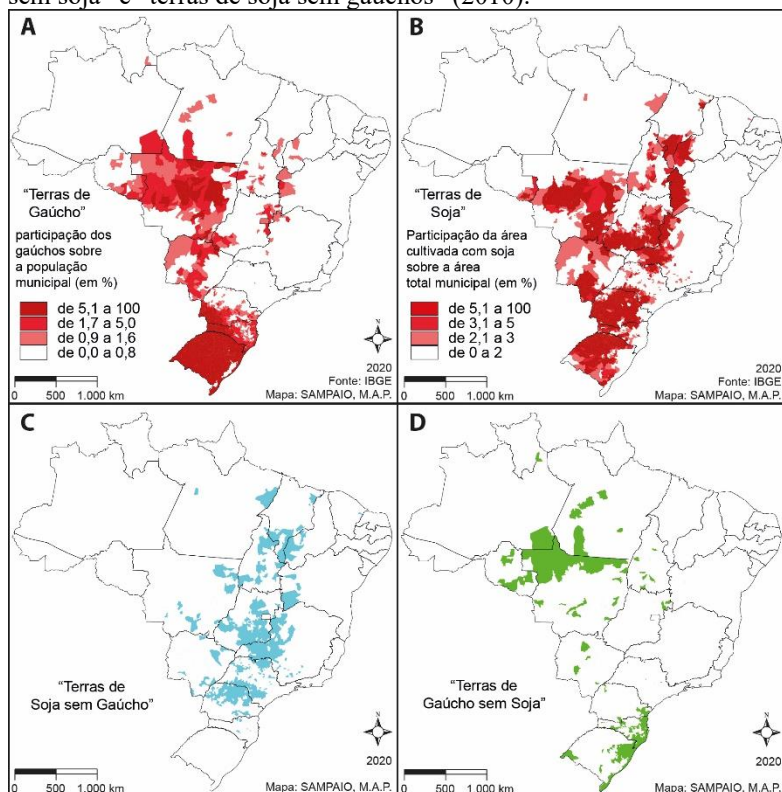
A primeira imagem, na parte superior esquerda (Mapa 13-A), apresenta basicamente onde a população gaúcha se territorializa. Neste sentido, mostra os municípios nos quais pessoas nascidas no Rio Grande do Sul estavam presentes de forma mais significativa no ano de 2010. A segunda das imagens, no canto superior direito (Mapa 13-B), destaca aqueles municípios onde a soja mais se destacava na paisagem, isto é, onde a Taxa de

Monocultura era mais elevada.<sup>22</sup> A terceira imagem, abaixo à esquerda (Mapa 13-C), indica as áreas em que há significativa produção de soja, mas com reduzida ou nenhuma participação de agricultores gaúchos nessas localidades. Por fim, a quarta imagem, abaixo à direita (Mapa 13-D), apresenta basicamente duas regiões dentro do território nacional em que há acentuada presença da população gaúcha, porém sem o cultivo do grão: uma no Norte, outra no Sul. Essas duas sub-regiões podem se caracterizar como terras agrícolas altamente especializadas em outros cultivos (como o arroz, na porção Sul, por exemplo), ou terras agrícolas ainda não incorporadas ao processo produtivo agropecuário, eventualmente em processo de “abertura”. Este último caso seria o das áreas destacadas no Norte, na quádrupla fronteira Mato Grosso, Pará, Amazonas e Rondônia. Entretanto, e como já mencionado, o intuito desse mapa é mais alçar novas hipóteses de pesquisas do que fornecer respostas prontas aos questionamentos levantados.

---

<sup>22</sup> Temos trabalhado com o termo “taxa de monocultura” para nos referir a participação de determinada cultura agrícola sobre a extensão territorial total de determinada unidade político-administrativa (basicamente municípios, mas também micro e mesorregiões geográficas, regiões geográficas intermediárias e imediatas, unidades da federação, países e outros). Desse modo, podemos aferir em quais superfícies do espaço geográfico tais culturas se manifestam de modo mais intenso, podendo assim conformar regiões agrícolas produtivas especializadas. Seu cálculo constitui-se na divisão da área cultivada com determinada cultura agrícola (neste caso soja) pela área territorial total (neste caso área dos municípios), dividindo-se em seguida o resultado por 100. Com isso demonstramos quanto por cento do território está ocupado com esta modalidade de uso-do-solo. Apenas como curiosidade, as quinze maiores “taxas de monocultura” de soja de 2010 concentravam-se todas no estado do Paraná, sendo a maior taxa a do município Cafelândia (89,9%) – onde há significativa presença de migrantes gaúchos.

**Mapa 13:** Brasil - “terras de gaúchos”, “terras de soja”, “terras de gaúchos sem soja” e “terras de soja sem gaúchos” (2010).



**Fonte:** elaboração própria, a partir dos dados do IBGE.

## CONSIDERAÇÕES (E QUESTÕES) FINAIS

O ciclo histórico da fronteira ainda não acabou. O presente da sociedade brasileira continua determinado e regulado, em boa parte, pela dinâmica da expansão territorial e seus confrontos sociais e étnicos [...] o Brasil da Conquista ainda não está terminado, ainda é mal esboçado o mapa do que seremos um dia (MARTINS, 2019, p. 21).

Desde que o Brasil começou a ser ocupado por europeus, nos primórdios do século XVI, pode-se falar do processo de (re)produção do espaço agrário e de contradições causadas pela gradual expansão da fronteira agropecuária. Acrescente-se ainda as incursões pelo interior do país, em função da exploração aurífera e de pedras preciosas. Os índios que aqui já habitavam desde antes da “descoberta” do Brasil foram e continuam sendo massacrados devido à ganância humana. Sempre houve forte sintonia entre migração populacional e expansão do capital, em todos os tempos e ciclos econômicos, especialmente nas chamadas frentes de expansão agrícola e demográfica. Desta forma, o país vem sendo “comido” pela cobiça das pessoas na ocupação do território. A depender do período histórico, o “vai e vem” acontece em todas as direções: do sul para o norte, do leste para o oeste, do norte para o sul, do leste para o norte, pois a migração é um processo contínuo e ininterrupto. Assim sendo, podemos nos referir a um dinamismo permanente de procura (ou fuga) de um lugar para outro, na busca de melhores condições para viver e/ou sobreviver e trabalhar. O Brasil foi historicamente ocupado por pessoas nascidas em outros estados, em outros países, em outras cidades.

Atualmente o campo apresenta novas configurações espaciais, evidenciadas pela presença da agricultura capitalista. Utilizadora de máquinas sofisticadas, usuária de tecnologias digitais, a agricultura de precisão poupa de mão de obra, dinamiza áreas, propicia o aparecimento ou a transformação de cidades nas quais a “atmosfera” nos leva a “respirar” a presença do agronegócio. Tais territórios, usados corporativamente sob a lógica da reprodução ampliada do capital financeiro globalizado, têm priorizado a construção de áreas extravertidas, voltadas para gerar valor de troca e envoltas em circuitos longos de produção e consumo que promovem a concentração da renda e a redução da diversidade produtiva.

Como reflexo dessa expansão recente, principalmente a da soja em direção às regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, há grande destruição de matas, florestas e cerrados pelas queimadas, em sua maioria criminosas, que têm provocado desastres ambientais cujas consequências são e serão irreparáveis. Em 2019 o “mundo acordou” e as denúncias em relação a estes problemas



no Brasil ultrapassaram as fronteiras nacionais, provocando reações principalmente por parte dos países que integram o Fundo Amazônia, recurso internacional voltado para ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, assim como para a promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal.<sup>23</sup> Há pouco tempo, o incansável defensor dos Direitos Indígenas, o cacique caiapó Raoni Metuktire, aos 90 anos de idade e indicado ao Prêmio Nobel da Paz em 2020, juntamente com Megaron Txucarramãe, participaram do “Colóquio Internacional de Política Socioambiental – A Amazônia: violência crescente e tendências preocupantes”, ocorrido entre 31 de janeiro a 02 de fevereiro de 2020 em Oxford, Inglaterra. O cacique utilizou na ocasião seu espaço para denunciar as várias formas de violência que os indígenas têm sofrido e a necessidade de preservação das florestas, das terras e da cultura indígenas. Apresentou o Manifesto do Piarçu no encontro que teve no dia 05 de fevereiro de 2020 no Parlamento Britânico com Zac Goldsmith, Ministro do Meio Ambiente da Inglaterra, inclusive recomendando que o mesmo fosse encaminhado ao primeiro ministro.<sup>24</sup>

Por meio de análise de dados, elaboração de cartografia exploratória e de síntese, leitura de fontes clássicas e de fontes hodiernas, pretendemos ter dado ao leitor uma interpretação acerca de temas que inter-relacionam, ao mesmo tempo, campo e cidade, ruralidade e urbanidade, feminilidade e masculinidade. Inter-relacionam ainda diferentes níveis de “rugosidades” (SANTOS, 2006) existentes no Brasil, interligando e nos fazendo refletir sobre processos vinculados à contradição essencial existente entre desmatamento e “desenvolvimento”. Nesta pesquisa, intencionalmente, demos maior foco na participação de migrantes sulistas, em especial aqueles do Rio Grande do Sul, que são atualmente os protagonistas na longa história da interiorização da fronteira agropecuária no interior do Brasil. Vistos ora como “heróis pioneiros”, ora como “bandidos cobiçosos”, estes tem grande representatividade no ciclo expansivo da pecuária e da soja atualmente em curso.

---

<sup>23</sup> Vide <https://bit.ly/3bJvRxV>. Acesso em: 21 fev. 2020.

<sup>24</sup> Ver <https://bbc.in/3bGTxmC>. Acesso em: 21 fev. 2020.

Neste avanço da soja e da migração na fronteira agrícola, há que se mencionar ainda a intensificação da concentração de terras e o predomínio de homens, em particular no campo. É possível que, pelo fato dos gaúchos terem iniciado “sua marcha em direção ao norte” em torno dos anos 1970 e, se estabelecido no Mato Grosso, Rondônia, Mato Grosso do Sul, Goiás, etc., muitas pessoas que nasceram nesses últimos 50 anos sejam filhos de gaúchos, mas naturais de municípios de outros estados, que guardam a herança histórica da migração gaúcha e, num plano maior, da migração de famílias alemãs e italianas, entre outras nacionalidades, para os sucessivos sertões e confins do Brasil. É significativa a presença de CTG's (Centros de Tradição Gaúcha) distribuídos por toda essa área de expansão recente da fronteira agropecuária, assim como a presença de churrascarias dirigidas por gaúchos em todo o país e, em especial, nestas áreas de expansão da soja.

Por fim, discutir o tema a partir da proposta de Milton Santos parece ser a forma mais completa para entender o território usado como sinônimo de espaço geográfico, entendido como “um conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações” (SANTOS, 2006, p. 63). Em outras palavras, o território usado é, ao mesmo tempo, a base material da sociedade e as ações presentes que utilizam e modificam, importando para a análise social o uso que se faz dele. Para o caso em tela, conclui-se que “é difícil reconhecer que haja desenvolvimento quando seus benefícios se acumulam longe da massa da população. Como é difícil reconhecer a legitimidade de um modelo de desenvolvimento que exclui legiões de seres humanos das oportunidades” (MARTINS, 2002, p. 10). Desse modo, se há hoje “um crescente interesse mundial por commodities agrícolas e não agrícolas, consequentemente por terras” (SAUER, 2013, p. 168), também deve-se ter em mente a necessária discussão a respeito da má distribuição de terras e, como consequência, sua concentração, tornando eminentes no país as “diversas situações da luta pela terra e da reforma agrária ao longo de nossa história” (STEDILE, 2013, p. 11).

## REFERÊNCIAS

ARCHELA, R.; THÉRY, H. Orientação Metodológica para Construção e Leitura de Mapas Temáticos. **Confins** [En ligne], n. 3, jun. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/confins.3483>. Acesso em: 05 jul. 2015.

BARBOSA, R. P. A Questão do Método Cartográfico. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 29, n. 4, out./dez. 1967.

BECKER, B.; MIRANDA, M.; MACHADO, L. O. (Org.). **Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do território**. Brasília e Rio de Janeiro: Editora da UnB e Editora UFRJ, 1990.

BERTIN, J. **Sémiologie Graphique: les diagrammes, les réseaux, les cartes**. Paris: Mouton, 1967.

BOMBARDI, L. M. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFLCH-USP, 2017.

BRUNET, R. **La Carte: mode d'emploi**. Paris: Fayard/Reclus, 1987.

CIA – Central Intelligence Agency. **The World Factbook**, 2020 [online]. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>. Acesso em: 20 maio 2020.

COPERTINO, M. et al. Desmatamento, Fogo e Clima estão Intimamente Conectados na Amazônia. *Cienc. Cult.* v.71, n. 4, out./dez. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3cPzGTy>. Acesso em: 02 mar. 2020.

COY, M.; KLINGLER, M.; KOHLHEPP, G. De Frontier até Pós-frontier: regiões pioneiras no Brasil dentro do processo de transformação espaço-temporal e sócio-ecológico. **Confins** [En

lign[e], n. 30, fev. 2017. [sem página]. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/confins.11683>. Acesso em: 21 fev. 2020.

FONSECA, F. P. **A Inflexibilidade do Espaço Cartográfico, uma Questão para Geografia:** análise das discussões sobre o papel da cartografia. 2004. 251 f. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/2zW8AeG>. Acesso em: 20 maio 2020.

GIRARDI, E. P. **Atlas da Questão Agrária Brasileira**, 2008 [online]. Disponível em: <https://bit.ly/2LLJKRG>. Acesso em: 06 jun. 2015.

GIRARDI, E. P. Cartografia Geográfica Crítica e o Desenvolvimento do “Atlas da Questão Agrária Brasileira”. **Revista do Departamento de Geografia**, n. spe, p. 302-331, ago. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/rdg.v0i0.540>. Acesso em: 20 maio 2020.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A Modernização Dolorosa** – estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

HAESBAERT, R. **Gaúchos no Nordeste:** modernidade, des-territorialização e identidade. 1995. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. Disponível em: <https://bit.ly/2zZwrtZ>. Acesso em: 20 maio 2020.

HARLEY, J. B. Deconstructing the Map. **Cartographica**, v. 26, n. 2, p. 1-20, mar./jun. 1989. Disponível em: <https://bit.ly/2ZnWzJQ>. Acesso em: 05 jul. 2015.

IANNI, O. **A Luta Pela Terra:** história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. 2020 [site]. Disponível em: <http://www.inpe.br/>. Acesso em: 20 maio 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Projeção da População do Brasil e das Unidades da Federação, 2010 [online]. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 maio 2020.

MACHEACHREN, A.; GANTER, J. H. A Pattern Identification Approach to Cartographic Visualization. **Cartographica**, v. 27, n 2, p. 64-81, jan. 1990. Disponível em: <https://doi.org/10.3138/M226-1337-2387-3007>. Acesso em: 20 maio 2020.

MARTINELLI, M. O Atlas do Estado de São Paulo: uma reflexão metodológica. **Confins** [En ligne], n. 7, nov. 2009. [sem página]. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/confins.6166>. Acesso em: 09 jul. 2015.

MARTINS, J. S. **Expropriação e Violência**: a questão política no campo. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

MARTINS, J. S. **A Sociedade Vista do Abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARTINS, J. S. **O Cativoiro da Terra**. 9. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

MARTINS, J. S. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2019.

MONBEIG, P. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. Tradução de Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

PRADO JÚNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1976.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Os (Des)Caminhos do Meio Ambiente**. 10. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2002.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Geografia da Riqueza, Fome e Meio Ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. In: **INTERthesis**, v. 1, n. 1, p. 1-55, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/2z64cdm>. Acesso em: 12 fev. 2020.

RANGEL, S. F. O Café. In: MOTTA, R. S.; VERSIANI, F. R.; SUZIGAN, W. [Coord. da Coleção]. **O Brasil, suas Riquezas Naturais, suas Indústrias**. [Centro Industrial do Brasil]. Tomo 2 Indústria Agrícola. Rio de Janeiro: M. Orosco & C., 1908. v. 2. Disponível em: <https://bit.ly/2WNXMII>. Acesso em 21 fev. 2020.

SALVADOR, F. V. **História do Brasil**. [Livro Primeiro do Descobrimento do Brasil: em que se trata do descobrimento do brasil, costumes dos naturais, aves, peixes, animais e do mesmo brasil]. Bahia: 1967. [Portal Domínio Público]. Disponível em: <https://bit.ly/2LMHnOt>. Acesso em: 20 maio 2020.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Edusp, 2006.

SAUER, S. Reflexões Esparsas sobre a Questão agrária e a Demanda por terra no século XXI. In: STEDILE, J. P. (Org.). **A Questão Agrária no Brasil** – debate sobre a situação e perspectivas da reforma agraria na década de 2000. São Paulo: Edição Expressão Popular, 2013, p. 167-187.

STEDILE, J. P. A história da questão agrária no Brasil. In: STEDILE, J. P. (Org.). **A Questão Agrária no Brasil** – debate sobre a situação e perspectivas da reforma agraria na década de 2000. São Paulo: Edição Expressão Popular, 2013, p. 7-13.

SINGER, P. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Editora Brasiliense/CEBRAP, 1975.

THÉRY, H.; MELLO-THÉRY, N. A. **Atlas do Brasil:** disparidades e dinâmicas do território. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2018.

WANIEZ, P. Les Donneés et le Territoir au Brésil. **Sociedade, Meio-Ambiente e Território no Brasil.** Paris: IRD, 2002. [CD-ROM].

# PESQUISA PÚBLICA NA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

*Lúcia Ferreira Lirbório*

## INTRODUÇÃO

Ao Brasil, no início de sua colonização pelos portugueses (séc. XVI) foi destinada a função de fornecedor de gêneros agrícolas tropicais de elevado valor comerciais. A investida colonizadora não aconteceu de forma tão simples, o colonizador precisou enfrentar os povos originários, que foram duramente perseguidos em seu próprio território; as condições geográficas da costa brasileira com mata bastante densa também era um desafio. Além disso, Portugal à época não dispunha de população excedente que pudesse ser enviada para ocupar a colônia tropical (ANDRADE, 1980; PRADO JUNIOR, 2004; FURTADO, 2005).

Assim, como forma de atrair colonos para efetivamente ocupar o território brasileiro, foi dado aos donatários enormes possessões de terras. De acordo com Andrade (1980, p. 52) cabia aos donatários “doar terras em sesmarias a pessoas cristãs e a [...] escravizar índios a fim de usá-los no trabalho”. Foi nessa base territorial que se estabeleceu o sistema de *plantation*, inicialmente com a cana-de-açúcar.

Tal situação configurou enorme concentração fundiária que se perpetua até os dias atuais. Para trabalhar na nova terra os portugueses inicialmente fizeram investidas por escravizar os indígenas, mas esses mesmo em muitos casos tendo sido aprisionados e escravizados travaram enormes guerras de resistência (ANDRADE, 1980).

Sem ter suas necessidades de mão-de-obra atendidas, os portugueses se lançaram em cruel sistema de escravidão imposto ao povo africano: homens e mulheres foram arrancados à força de seus territórios e submetidos as mais vis crueldades.

A mão-de-obra escrava acabava sendo grande trunfo na obtenção de lucro dos grandes proprietários de terra, uma vez que



além do monopólio da terra, não pagavam salários aos trabalhadores cativos<sup>25</sup>.

A tríade grande propriedade, monocultura e trabalho escravo não era capaz de gerar nos produtores rurais os estímulos necessários para melhorarem as técnicas agrícolas, tampouco buscar variedades de plantas mais produtivas. Assim o aumento da produção se dava pelo aumento da área cultivada. Tal situação pode ser constatada em Andrade (1980).

Nunca procuravam obter variedades de cana; cultivavam sempre a produzida no século XVI e que, posteriormente chamaram ‘crioula’; e só a partir do século XIX, passaram a cultivar outras variedades (ANDRADE, 1980, p.70).

Diante disso, a preocupação deste artigo é elucidar o quão incipiente foram às iniciativas de pesquisa agropecuária no Brasil até à década de 1970 do século XX. Isto posto, buscaremos demonstrar a importância da criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em 1973, com atuação em todo o território brasileiro. A criação da Embrapa marca um novo momento da pesquisa e da agropecuária tropical, sendo referência internacional.

## **DO SABER EMPÍRICO ÀS PRIMEIRAS INSTITUIÇÕES DE PESQUISA AGROPECUÁRIA NO BRASIL**

Ainda que a agricultura tenha sido por mais de quatro séculos a principal atividade econômica do Brasil, a sua realização ao longo do tempo se deu sem muito aporte técnico.

Andrade (1980) e Prado Junior (2004) afirmam que em grande medida o conhecimento empregado na agricultura era baseado no conhecimento empírico dos escravos africanos, que já tinham familiaridade com essa atividade. É preciso destacar que pessoas com formações específicas eram raras nos primeiros séculos do Brasil Colônia.

---

<sup>25</sup> Além dos escravos existia na colônia diminuto número de trabalhadores que recebiam algum tipo de remuneração, tais como, capelão, lavradores, trabalhadores da unidade fabril dos engenhos (mestre purgador, escumador), feitores, etc (ANDRADE, 1980).

Sem o suporte de instituições que pudessem auxiliar na introdução de novas técnicas e conhecimentos para a agropecuária, eram aqueles produtores com um pouco mais de conhecimentos de agronomia que, excepcionalmente, compartilhavam suas experiências bem sucedidas como foi constatado por Canabrava (2011), ao analisar o desenvolvimento da cultura algodoeira na província de São Paulo na segunda metade do século XIX:

Desprovido de órgãos técnicos próprios para orientar a cultura do algodoeiro, o Ministério da Agricultura encontrou nos lavradores e nas propriedades agrícolas particulares, os seus agrônomos e seus campos experimentais (CANABRAVA, 2011, p. 92).

Embora tenham sido raras as iniciativas de criação de instituições de suporte ao desenvolvimento agrícola no Brasil até o século XX, alguns casos merecem atenção, como o Jardim Botânico do Rio de Janeiro (1808) e os Imperiais Institutos de Agricultura (1859). Estes últimos não eram instituições do Estado, mas uma associação que contava com o seu financiamento. O Jardim Botânico, além de servir como área de lazer, era responsável pela seleção de variedades, aclimação e adaptação de plantas (TOURINHO, 1982; DABAT; PERES, 2015).

As instituições acima mencionadas foram criadas no contexto de fuga da família real portuguesa para a sua principal colônia tropical, devido ameaça eminente de possível invasão de Portugal pelas forças francesas comandadas por Napoleão Bonaparte. Ao chegar ao Brasil a família real se deparou com completa falta de instituições de ensino e pesquisa na colônia.

Segundo Dabat e Peres (2015, p. 217) a criação dos Imperiais Institutos de Agricultura acompanhava a tendência mundial no que se refere à criação de instituições estatais:

Durante o Império, a inovação na agricultura foi marcada por iniciativas do Estado central. **Esta tendência, então mundial, visava promover instituições estatais ou patrocinadas pelo Estado para auxiliar os produtores nos esforços de**

### **modernização de um setor ainda crucial** (DABAT; PERES, 2015, p. 217, grifo nosso).

Na segunda metade do século XIX, após o Imperador Dom Pedro II realizar viagens pelas províncias do Nordeste e ter constatando a precariedade técnica da principal atividade econômica da Colônia, a cana-de-açúcar e o açúcar, decidiu criar os chamados Imperiais Institutos de Agricultura (1859).

Foram criados cinco institutos: o Imperial Instituto Pernambucano de Agricultura – IIPA (1859-1871), Imperial Instituto Bahiano de Agricultura – IIBA (1859), Imperial Instituto Sergipano de Agricultura – IISE (1859), Imperial Instituto do Rio-Grandense de Agricultura – IIRGA (1859) e Imperial Instituto Fluminense de Agricultura – IIFA (1860).

A missão desses institutos era melhorar a agricultura do país, formar mão-de-obra qualificada num contexto de iminência do fim do trabalho escravo, facilitar a compra e difusão de equipamentos agrícolas e fundar escolas agrícolas. Nas palavras de Tourinho (1982, p. 64) os institutos imperiais

atuavam como agentes de progresso, informando aos agricultores e intervindo nos principais problemas da agricultura através de atividades educacionais e experimentais.

Os Imperiais Institutos eram formados pelo imperador e grandes proprietários de terras e escravos. Os membros desses institutos deveriam pagar uma taxa para participar, sendo uma espécie de parceria público-privada. A contrapartida dos produtores rurais acabou sendo um gargalo para manutenção dos mesmos, uma vez que estes não honravam com esse compromisso. Mesmo a iniciativa sendo inovadora, dos 5 institutos criados, apenas dois funcionaram efetivamente: o IIFU e o IIBA (DABAT; PEREZ, 2015).

Um dos desdobramentos das ações do IIBA (1859-1904) foi a criação da Escola Agrícola da Bahia – EAB (1877), no Engenho São Bento das Lages, município de São Francisco do Conde, recôncavo baiano. Essa escola ofertava o curso elementar

que tinha como objetivo formar operários para trabalhar nas grandes propriedades. O público que frequentava essa modalidade era composto por órfão, meninos abandonados da capital, filhos de agricultores sem terra e filhos de lavradores, para estes o curso era gratuito, já que não tinham como pagar (TOURINHO, 1982).

A outra modalidade ofertada pela escola era o curso superior que tinha por finalidade formar agrônomos e veterinários. Frequentava essa modalidade pessoas de origem urbana e rural, os alunos carentes não pagavam e os filhos das famílias aristocráticas pagavam uma pensão (TOURINHO, 1982).

Tourinho (1982) destaca ainda os desafios enfrentados na fase inicial da Escola Agrícola, tanto no que se referem aos poucos recursos financeiros disponíveis, reduzido número de professores e dificuldades de atrair e manter os alunos, pois a escola funcionava em tempo integral. Um turno dedicado à formação geral e o outro dedicado a atividades práticas no campo.

A escola agrícola ficou sob a administração do IIBA até 1904 quando este encerrou suas atividades. Após o encerramento das atividades do IIBA a Escola Agrícola da Bahia, passou pela administração federal e estadual, sendo fechada e reaberta algumas vezes. Em 1905, sob a administração estadual, a EAB passou a ser chamada de Instituto Agrícola da Bahia (IAB) e nesse período foi priorizada a pesquisa experimental. No ano de 1911 o IAB passou para administração federal, sendo renomeado para Escola Média Teórico-Prática (UFRB, sem data)<sup>26</sup>.

Em 1917 o Governo Federal extingue a escola, sendo reaberta em 1919 por Decreto Estadual nº 7.218 (UFRB, sem data). Esse decreto determinou que a escola fosse transferida para Salvador. No ano de 1938 o Decreto Estadual nº 10.891 (UFRB, sem data) recria a Escola Agrícola da Bahia e determina sua interiorização. O referido Decreto determinava ainda que essa instituição se destinaria ao ensino superior e a formação de engenheiros agrônomos. A escola foi transferida para no município de Cruz das Almas em 1943. Em 1967 a Escola Agrônômica da

---

<sup>26</sup>A referência não se encontra datada na publicação de origem. Para consulta vide: <https://www.ufrb.edu.br/memorial/o-memorial>.

Bahia é novamente federalizada e passa a fazer parte do patrimônio da Universidade Federal da Bahia (MAESB).

As contribuições iniciadas pela Escola Agrícola da Bahia, sob a tutela do IIBA, perduram até os dias atuais. A Escola Agrônômica de Cruz das Almas é referência no país nos estudos agrícolas. Não podemos deixar de mencionar certa especialização de conhecimento agrônômico nessa cidade que além da Escola mencionada, abriga a sede da Embrapa Mandioca e Fruticultura (desde 1975) e que, em 2005, passou a contar com a presença da Universidade Federal do Recôncavo Baiano.

O IIFU (1860) ficou sediado nas dependências do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, nesse período o Jardim Botânico ficou sob a administração do IIFU que pagava um valor para manutenção do mesmo e, com isso podia utilizar a infraestrutura já existente.

O IIFU, além das contribuições de pesquisas experimentais, aclimação e seleção de cultivares, prestou também auxílio aos grandes produtores rurais na aquisição de máquinas e instrumentos agrícolas. Contribuiu ainda com a criação da Revista Agrícola, em 1869, então o principal meio de comunicação científica para difundir o conhecimento agrícola (CANABRAVA, 2011; DABAT; PERES, 2015).

No final do século XIX merece atenção a criação, por parte do governo imperial, da Estação Imperial Agrônômica de Campinas (1887), pelo imperador D. Pedro II. Em 1892 a Estação Agrônômica passa para administração do estado de São Paulo, sendo renomeada como Instituto Agrônômico de Campinas (IAC). Atualmente o IAC faz parte da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA). Inicialmente a missão do IAC era dar suporte a atividade cafeeira no estado de São Paulo, buscando variedades mais produtivas (LIRBÓRIO, 2016).

Como demonstrado, a pesquisa agropecuária até o início do século XX, no Brasil, foi muito pontual e rarefeita. As culturas que minimamente contaram com algum apoio de pesquisa eram as voltadas para exportação (SUZIGAN; ALBUQUERQUE, 2011; LIRBÓRIO, 2016).

A situação da pesquisa agropecuária brasileira mudou radicalmente na década de 1970, com a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Dada à

importância que a EMBRAPA exerce na pesquisa agropecuária do país, nos próximos tópicos, serão explorados os antecedentes que levaram à sua criação, a sua consolidação e reconhecimento da qualidade das pesquisas desenvolvidas, inclusive a nível internacional.

## **A EMBRAPA E A CONSTITUIÇÃO DO SISTEMA TERRITORIAL DE INOVAÇÃO E PESQUISA AGROPECUÁRIA NO BRASIL**

Como já mencionamos nesse artigo os esforços de pesquisa na agropecuária brasileira foi muito pontual, restrita a algumas culturas, especialmente as voltadas para exportação. Essa situação fez com que do ponto de vista territorial a pesquisa foi bastante concentrada, como foi apontado no relatório que subsidiou a criação da EMBRAPA<sup>27</sup>.

Essa situação foi radicalmente modificada quando em 1973 é criada a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. A proposta de modernização da agricultura no país passava necessariamente por investimentos em pesquisa agropecuária, além de crédito e extensão rural. Articulado com a transformação em curso na agropecuária mundial a EMBRAPA ficou responsável por transformar em certa medida todas as regiões brasileiras no que se refere à agropecuária. Maior exemplo disso é a incorporação e transformação dos cerrados brasileiro, especialmente na região Centro-Oeste, que à época de criação da EMBRAPA era ainda pouco explorado e hoje é o principal centro produtor de grão e carnes do Brasil.

Antes de enveredarmos pela trajetória de criação da EMBRAPA é preciso considerar os esforços anteriores de pesquisa agropecuária federal. Em 1933, foi criado dentro do Ministério da Agricultura, a Diretoria Geral de Pesquisas (DGP), com três subdivisões para as quais desenvolvia pesquisas: lavouras, animais e vegetais.

---

<sup>27</sup> EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Sugestões para Formulação de um Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

Em 1938 foi criado o Centro Nacional de Pesquisa de Ensino e Pesquisa Agrícola (CNEPA), que tinha por finalidade ministrar o ensino agrícola e veterinário e executar, coordenar e dirigir as pesquisas agrônômicas no país. O CNEPA foi renomeado como Serviço Nacional de Pesquisa Agrônômica (SNPA).

Em 1962 o SNPA foi fundido com o Departamento Nacional de Pesquisa Animal, dando origem ao Departamento de Pesquisa e Experimentação (DPE). Em 1967 o DPE passa a ser o Escritório de Pesquisa e Experimentação (EPE); este se transformou, em 1971, em Departamento Nacional de Pesquisa e Experimentação Agropecuária (DNPEA), sendo o antecessor da Embrapa criada em 1973 (BEINTEMA; AVILA; PARDEY, 2001).

Embora o esforço de pesquisa agropecuária nacional tenha aumentado a partir da década de 1930, a nossa agropecuária ainda apresentava baixos índices de produção, mesmo nas culturas de exportação.

Na década de 1970, já sob o regime militar no Brasil (1964-1985), houve a expansão fronteira agropecuária brasileira para as regiões Centro-Oeste e Norte. Nesse cenário a agricultura e pecuária brasileira precisavam mudar radicalmente seus conteúdos técnicos, intensificando os princípios da Revolução Verde que ocorreu na década de 1950.

A difusão do modelo agrícola preconizado pela Revolução Verde (uso intensivo de equipamentos agrícolas, defensivos e melhoramento genético) nos Estados Unidos se deu de forma desigual nos territórios.

O conjunto da atividade agropecuária brasileira clamava por ações que a redimensionasse. A ambição pela incorporação dos cerrados colocava para as instituições brasileiras o desafio de realizar pesquisas que tornassem seus solos produtivos. O Brasil das décadas de 1960 e 1970 encontrava-se em franco crescimento urbano e industrial.

O aumento significativo da população urbana demandava cada vez mais o abastecimento do mercado nacional com produtos agrícolas, além da necessidade de aumentar as exportações. Nesse cenário, era urgente que medidas fossem tomadas, com o objetivo de reverter essa situação.

Diante de tal contexto, no ano de 1972 o Ministério da Agricultura, através da Portaria nº143 de abril de 1972 criou o Grupo de Trabalho (GT), com a missão de fazer o levantamento a respeito da situação da pesquisa agropecuária no país e elaborar as diretrizes para a formulação de um sistema nacional de pesquisa agropecuária (EMBRAPA, 2006).

Para compor o GT, que teve o prazo de um mês para concluir o relatório, o então ministro do Ministério da Agricultura, Fernando Cirne Lima, designou o Diretor da Divisão de Pesquisa Fitotecnia do DNPEA, Otto Lyra Sharde e o agrônomo José Irineu Cabral, vinculado ao Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas (IICA). Esse último foi o primeiro presidente da EMBRAPA (CABRAL, 2005; EMBRAPA, 2006).

O relatório do GT deu origem ao chamado “Livro Preto”, que trouxe um panorama da situação da pesquisa agrícola no país e continha as sugestões para a criação da nova empresa de pesquisa agropecuária. No Quadro 01 apontamos os pontos fortes e os pontos fracos da pesquisa agrícola no Brasil identificados pelo GT.



**Quadro 1:** Pontos fortes e pontos fracos da pesquisa agropecuária brasileira (1972).

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
Existência de apreciável rede de instituições de pesquisa e experimentação sob uma orientação unificada do DNPEA.	Falta generalizada de conhecimentos dos diversos problemas e causas que determinam a baixa capacidade das atividades de pesquisa e de transferência de tecnologia.
Disponibilidade de equipamentos, instalações de campo e laboratórios.	Limitada e descontinuada ação do Governo com o setor privado.
Existência de materiais e resultados de pesquisa de reconhecido valor.	O Modelo institucional, que impedia a agilidade e flexibilidade necessárias para o dinamismo necessário de um sistema nacional de pesquisa agropecuária.
Disponibilidade de meios de divulgação científica, pois possuía na época cerca de 20 principais periódicos, com destaque para a revista 'Pesquisa Agropecuária Brasileira' – PAB	As atuais atividades de coordenação e de comunicação a nível nacional, regional e local, em geral se revestiam de caráter precário e funcionavam quase sempre 'ad hoc'.
Existência de um pequeno grupo de dirigentes e profissionais altamente qualificados	Acentuada deficiência nas relações de coordenação no processo de planejamento e na execução das atividades de pesquisa entre os órgãos de pesquisa e os serviços de apoio à agricultura, especialmente os de assistência técnica, de financiamento e de comercialização
O sistema de reunir especialistas de diferentes procedências e dedicados aos problemas da produção, em 'comissões nacionais', por produto, como subsídio para o planejamento, coordenação e avaliação de projetos nacionais específicos e prioritários.	A inexistência de um plano integrado de pesquisa agropecuária com os fatores mais importantes que permitem mobilizar, em forma adequada e de acordo com as suas necessidades, os recursos humanos e financeiros indispensáveis às atividades de pesquisa.
A consciência da necessidade de uma programação nacional integrada de pesquisa agropecuária no país, com base nas necessidades e prioridades estabelecidas para o desenvolvimento.	Escassez acentuada de pessoal de liderança da pesquisa a nível nacional, regional e local.
	Limitado número de profissionais com nível de formação superior atuando na pesquisa federal
	Ausência de uma política salarial, adequada à categoria de pesquisadores.

**Fonte:** elaboração própria, a partir das informações de EMBRAPA (2006).

Após a aprovação da criação da Embrapa em 1973, os institutos federais regionais, os campos de pesquisa experimentais e o patrimônio material foi incorporado ao patrimônio da Embrapa. Os pesquisadores que faziam parte do DNPEA passaram por um processo seletivo, e alguns passaram a compor o quadro de pessoal da nova empresa, os demais foram redistribuídos por repartições estaduais de pesquisa. Desde a sua criação a EMBRAPA é vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

No que diz respeito aos recursos financeiros, essenciais ao desenvolvimento das pesquisas a Embrapa passou a ter um orçamento próprio, que anualmente é repassado pelo Governo Federal. Outras fontes de recursos se dão pela venda de pacotes tecnológicos desenvolvidos pela empresa e vendidos à iniciativa privada (EMBRAPA, 2006).

Uma das proposições essenciais que constavam nas reflexões do GT era a necessidade de uma articulação mais direta e contínua dos esforços de pesquisa que seria doravante coordenado pela nova empresa. Mas essa empreitada só seria possível com a articulação entre esferas do governo, estados, setor produtivo e universidades.

No caso das universidades, os relatores apontavam o fato de que essas, além de contribuírem com o desenvolvimento da pesquisa básica, seriam responsáveis também pela formação de recursos humanos qualificados.

Como na época poucas universidades ofereciam cursos de pós-graduação, e dado à urgência da formação de quadro profissional com formação adequada, as universidades brasileiras foram estimuladas a ofertarem tais cursos, sobretudo na área de Agronomia.

Além da criação de cursos de pós-graduação, uma medida considerada da maior relevância foi o envio de mais de dois mil funcionários do antigo DNPEA para realizarem cursos no exterior, principalmente em universidades da Europa e dos Estados Unidos (CABRAL, 2005; CRESTANA; SOUZA, 2008).

Tomando por base a concepção do conceito de Sistema Nacional de Inovação (SNI), proposto por Albuquerque (1996), que consiste em ação planejada ou não de atores que tem por objetivo o desenvolvimento tecnológico no país, podemos afirmar que nesse sentido a Embrapa constitui-se em um exemplo de sistema de inovação na agropecuária brasileira.

## **AS UNIDADES DE PESQUISA DESCENTRALIZADAS DA EMBRAPA E A CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DA PESQUISA AGROPECUÁRIA**

Mencionados os motivos que levaram a criação da Embrapa, é importante destacar a visão territorial da nova empresa para projetar o sucesso de suas ações. O reconhecimento da grande concentração dos recursos de pesquisa agropecuária nas regiões Sudeste e Sul fez com que fossem criadas unidades de pesquisa descentralizadas em todas as regiões do país, considerando as diferenças e potencialidades regionais (LIRBÓRIO, 2016).

Dessa forma, os antigos institutos regionais de pesquisa agropecuária e alguns Campos Experimentais desses institutos pertencentes ao antigo DNPEA foram absorvidos e transformados em unidades descentralizadas da Embrapa (CABRAL, 2005).

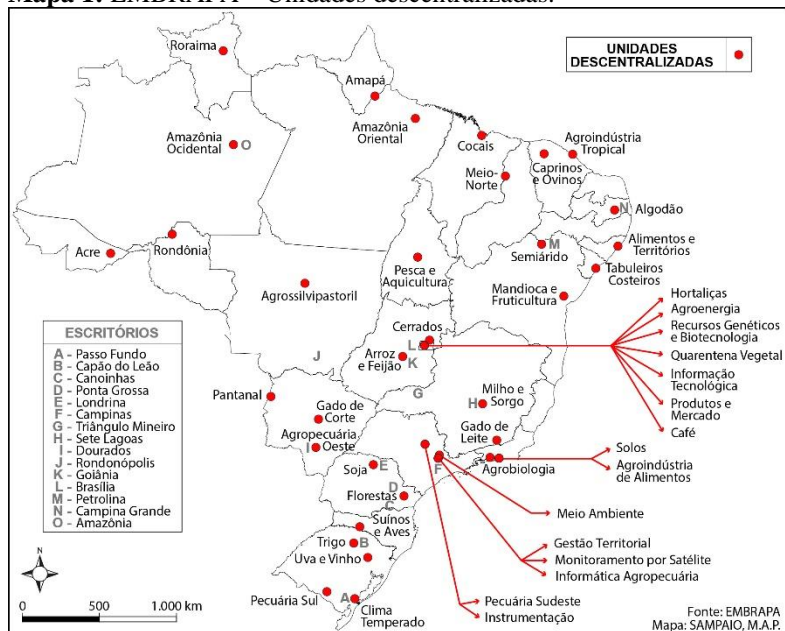
A EMBRAPA possui hoje unidades de pesquisa em quase todos os estados brasileiros, exceto no Rio Grande do Norte e Espírito Santo. A ausência de unidades descentralizadas nesses estados não significa que as ações de pesquisa comandadas pela Embrapa não se façam presentes nesses territórios.

Atualmente a EMBRAPA é formada por um sistema constituído por 17 Unidades Centrais, 47 Unidades de Pesquisa e Serviço descentralizadas no território brasileiro, Laboratórios Virtuais no Exterior (Labex) e Escritórios Internacionais na América Latina e na África.

As unidades descentralizadas possuem a seguinte tipologia: unidades de serviço, unidades de pesquisa básica, unidades de temas básicos, unidades ecorregionais. As respectivas unidades por modalidade podem ser observadas no Mapa 1.

Vale destacar que as Unidades que compõe o sistema EMBRAPA não foram criadas ao mesmo tempo, algumas foram surgindo a partir das novas necessidades da sociedade brasileira e mundial, exemplo disso é a Unidade Alimentos e Territórios, mais jovem unidade da Embrapa criada em 2018.

**Mapa 1: EMBRAPA – Unidades descentralizadas.**



**Fonte:** elaboração própria, a partir de dados da EMBRAPA.

**Mapa:** Mateus de Almeida Prado Sampaio.

A partir da análise da distribuição das unidades de pesquisa da Embrapa é possível verificar que a mesma se apresenta territorialmente dispersa, conforme já mencionado, porém ainda se observa grande concentração nos estados do Sudeste/Sul, como no caso de São Paulo, que conta com cinco unidades e o Rio Grande do Sul, com quatro unidades, enquanto a maioria dos estados conta com apenas uma unidade.

Além do considerável número de unidades no Sudeste observa-se a concentração de alguns centros de pesquisa estratégicos que envolvem conhecimentos fundamentais para atual dinâmica do setor agrícola, como por exemplo, a Embrapa Instrumentação (São Carlos/SP), Embrapa Informática Agropecuária (Campinas/SP), Embrapa Gestão Territorial (Campinas/SP), Embrapa Monitoramento por Satélite (Campinas/SP).

As unidades acima citadas se encontram na porção do território brasileiro na qual a agricultura apresenta maior conteúdo técnico-científico-informacional. Além do mais, a presença de fatores de infraestrutura técnica e científica, como as principais universidades do país (Universidade de São Paulo/USP, Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP e Universidade Federal de São Carlos/UFSCar) oferecem as condições necessárias para que as mesmas estejam sempre prontas a responder aos principais paradigmas da agricultura contemporânea. Entre esses paradigmas merece atenção a crescente informatização da produção no campo.

No caso de Brasília/DF, vamos ter significativo número de unidade, pois lá é a sede da empresa. Entre as unidades de pesquisa no Distrito Federal merece atenção a Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia (CENARGEN), é nesta unidade que se encontra o principal banco de germoplasma do país.

É oportuno destacar que algumas unidades de pesquisa de produtos, nem sempre estão no município onde aquele produto tem maior produção, como é o caso da Embrapa Soja, que se encontra no município de Londrina/PR. Isso ocorre porque no momento de criação dessa unidade aquele estado apresentava maior taxa de produção desse produto, hoje a maior produção encontra-se no Mato Grosso.

Situação semelhante foi analisada quando realizamos estudos sobre a Embrapa Algodão localizados em Campina Grande. Quando criada, em 1975 a produção de algodão no Nordeste era relevante, e essa cidade tinha uma longa história com a cultura algodoeira, mas ainda na década de 1970 a cotonicultura nacional enfrentou grande crise e as regiões tradicionais na produção dessa lavoura perderam espaço.

Na década de 1990 o cultivo de algodão ressurgiu nos Cerrados, fora das regiões tradicionais (Nordeste semiárido e Sudeste), mas a Embrapa Algodão permaneceu em Campina Grande. As demandas por pesquisas para essa cultura são resolvidas a partir dos campos experimentais existentes na região Centro-Oeste, como Sinop (MT) (LIRBÓRIO, 2016).

Além das unidades descentralizadas, a Embrapa possui Laboratórios Virtuais – Labex e Projetos no exterior, que facilitam

o intercâmbio de conhecimento científico entre os pesquisadores dessa instituição com os dos países onde os laboratórios e projetos estão instalados. Os primeiros Labexs surgiram a partir da fixação de pesquisadores da EMBRAPA no Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA). Há unidades do Labex nos Estados Unidos, na França, no Reino Unido, na Coreia do Sul e na China (EMBRAPA, sem data)<sup>28</sup>.

A Embrapa Projetos tem atuação em países da América Latina e da África: Projeto Embrapa África (Mali, Gana, Senegal e Moçambique); Projeto Embrapa Américas: Panamá, Equador, Colômbia e Venezuela.

Ao longo dos quase 50 anos de existência da Embrapa, o nível da pesquisa brasileira mudou consideravelmente, a ponto de Crestana e Souza (2008) dividirem a evolução da agricultura brasileira em duas fases. A primeira, a “agricultura nos trópicos” e a segunda, a “agricultura dos trópicos”.

Por **agricultura nos trópicos** entende-se aquela se desenvolve na região a partir da experiência do senso comum e da adaptação de conhecimentos técnico – científicos elaborados em outras áreas do globo. A força da investigação interna é ainda fraca, tanto em termos de formação e treinamento de alto nível dos seus cientistas e tecnólogos, quanto de sólidas instituições de ensino e pesquisa, além serem poucos os investimentos em ciência e tecnologia para a área da agricultura.

A **agricultura dos trópicos** está baseada na construção de sólida massa crítica de pesquisadores com alto nível de formação acadêmica, de treinamento e experiência em pesquisa, de gestão competente, e de agricultores e políticas públicas eficientes, além de instituições científicas fortes e dinâmicas, financiamentos abundantes e extensão rural de qualidade. Os investimentos em ciência e tecnologia para a agropecuária atingem nível elevado, possibilitando o funcionamento de

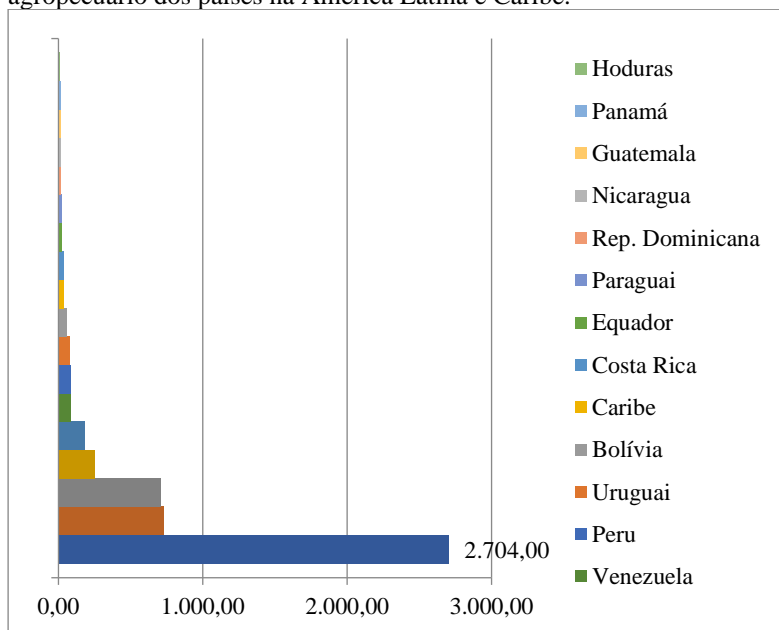
---

<sup>28</sup> A referência não se encontra datada na publicação de origem. Para consulta vide: <https://www.embrapa.br/programa-embrapa-labex>.

laboratórios e a capacitação contínua de pessoal especializado (CRESTANA; SOUZA, 2008, 45-46).

Além de reunir recursos humanos de alto nível, pesquisas em diversas culturas e temas que interessam à agropecuária nacional, a Embrapa em 2013 apresentou o maior volume de investimento em pesquisa pública na agropecuária nacional e o Brasil foi o país que mais investiu em pesquisa agropecuária na América Latina e Caribe segundo dados da ASTI<sup>29</sup>/IFPRI<sup>30</sup>, conforme pode ser observado no Gráfico 1.

**Gráfico 1:** Gastos em P e D na agropecuária proporcional ao PIB agropecuário dos países na América Latina e Caribe.



**Fonte:** elaborado por Lirbório (2016), com dados da ASTI/IFPRI (2016).

<sup>29</sup> *Agricultural Science Technology Indicators* (ASFRI).

<sup>30</sup> *International Food Policy Research Institute* (IFPRI).

Os maiores números de pesquisadores dedicados à pesquisa agropecuária em tempo integral no Brasil estão vinculados à Embrapa (42%), seguido dos pesquisadores que desenvolvem pesquisa nas universidades (26%), Governo – outros (29%), instituições sem fins lucrativos (3%) (ASFRI/IFRI, 2016).

Os dados acima mencionados demonstram a importância da pesquisa pública para esse importante setor da economia brasileira. Os dados referentes aos investimentos em pesquisa por parte do setor privado não foram contabilizados.

Além da missão de viabilizar pesquisa, inovação e desenvolvimento sustentável para agropecuária brasileira, a Embrapa apresenta grande desempenho na realização de pesquisas sobre os biomas de cada região do país, através de suas unidades ecorregionais, com o objetivo de reduzir as diferenças regionais. As unidades ecorregionais tem a especificidade de um bioma ou atividade específica do lugar, exemplo Embrapa Semiárido, Embrapa Cacaos, Embrapa Pecuária Sul, etc.

Na década de 1990 foi criado importante instrumento de gestão e articulação da pesquisa agropecuária nacional, o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA). A Embrapa é a coordenadora SNPA.

## **SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA AGROPECUÁRIA**

Além da responsabilidade pelo desenvolvimento da pesquisa agropecuária brasileira, a Embrapa é responsável pela coordenação das ações do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária. O SNPA foi instituído em 1992 pela Portaria nº 193, de 7/8/1992 (BRASIL, 1992), do Ministério da Agricultura, autorizado pela Lei Agrícola – Lei nº 8.171, de 17/1/1991 – (BRASIL, 1991).

O SNPA é constituído pela Embrapa e suas Unidades de Pesquisa e Serviço, pelas Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária (OEPAs), por universidades e institutos de pesquisa de âmbito federal ou estadual, bem como por outras organizações, públicas e privadas, direta ou indiretamente vinculadas à atividade de pesquisa agropecuária.



As OEPAs são fundamentais para eficiência do SNPA, contudo há grandes diferenças entre as OEPAs e a Embrapa, principalmente no que se refere aos recursos financeiros. Evidências dessas desigualdades podem ser encontradas nos relatórios elaborados pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE, 2009). Nos mesmos foi constatado que as OEPAs estão passando por sérias dificuldades financeiras, de recursos humanos e direcionamento de suas pesquisas.

Nem todos os estados brasileiros possuem OEPAs, fato que dificulta maior dinâmica no SNPA. A falta de empresas ou instituições de pesquisas a nível estadual e a falta de direcionamento das pesquisas desenvolvidas pelas empresas que existem é apontada nos relatórios do CGEE (2009) como fatores relevantes para o baixo desempenho dessas instituições. É preciso considerar por sua vez que há diferenças organizacionais e culturais significativas entre as OEPAs.

O próprio fato de só recentemente alguns estados terem criado suas empresas estaduais de pesquisa agropecuária e em bases frágeis já faz com que as diversas OEPAs, possuam desempenhos diferenciados no campo da pesquisa agropecuária.

Os estados brasileiros nos quais existe OEPAs possuem apenas uma instituição, com exceção do estado de São Paulo, que possui seis instituições estaduais, evidenciando a hegemonia da pesquisa agropecuária no estado. As dezesseis OEPAs são: a Agência Goiana de Desenvolvimento Rural e Fundiário (EMATER-GO); Empresa Mato-grossense de Pesquisa e Assistência Técnica e Extensão Rural S.A. (EMPAER-MT); Instituto de Desenvolvimento Agrário, Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul (IDATERRA-MS); Universidade do Estado do Tocantins (UNITINS-TO); Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A. (EBDA-BA); a Empresa de Desenvolvimento Agropecuário do Estado de Sergipe (EMDAGRO-SE); Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S.A. (EMEPA-PB); Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte (EMPAR-RN); Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária (IPA-PE); Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTASP, que compreende os seis institutos a seguir: Instituto Agrônômico

de Campinas, Instituto Biológico, Instituto de Economia Agrícola, Instituto de Pesca, Instituto de Tecnologia de Alimentos e Instituto de Zootecnia); Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG-MG); Instituto Capixaba de Pesquisa (INCAPER-ES); Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio de Janeiro (PESAGRO-RJ); Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. (EPAGRI-SC); Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO); Instituto Agrônômico do Paraná (IAPAR-PR) (EMBRAPA, sem data)<sup>31</sup>.

Em 2008, por meio da criação do Programa de Fortalecimento e Crescimento da Embrapa (PAC Embrapa), com objetivo de revigorar as ações de pesquisa da Embrapa, surgindo uma oportunidade de fortalecimento das OEPAs, pois entre os dez projetos que fazem parte do PAC Embrapa, um tem por finalidade dar suporte financeiro para o fortalecimento das OEPAs, de uma soma de R\$ 914 milhões destinados ao programa, R\$ 264 milhões serão destinados as OEPAs e o restante será investido na própria Embrapa. O mesmo relatório aponta ainda baixo número de projetos de pesquisa da Embrapa nos quais há presença de alguma OEPA.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise da trajetória da pesquisa agropecuária brasileira revela como foi lento o processo de criação de instituições públicas que tivessem como preocupação a pesquisa agropecuária nacional.

Na segunda metade do século XX, o Estado toma iniciativas importantes com vistas a mudar esse cenário e a pesquisa pública realizada pela Embrapa tem papel de destaque na dinâmica do agronegócio brasileiro. É preciso destacar que essa empresa tem enormes lacunas na difusão de suas tecnologias, especialmente para a agricultura familiar.

Ao mesmo tempo em que a Embrapa se tornou grande centro de referência internacional de pesquisa agropecuária

---

<sup>31</sup> A referência não se encontra datada na publicação de origem. Para consulta vide: <https://www.embrapa.br/oepas>.

tropical, esbarram em desafios como maior articulação com as Organizações Estaduais de Pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, E. M. Sistema Nacional de Inovação no Brasil: uma análise introdutória a partir de dados disponíveis sobre ciência e tecnologia. **Revista de Economia Política**, v.16, n.3, p. 56-72, jul./set. 1996. Disponível em: <http://www.rep.org.br/pdf/63-4.pdf>. Acesso em: 25 maio 2020.

ANDRADE, M. C. A **Terra e o Homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 4. ed. São Paulo: LECH, 1980.

ASTI/IFPRI – Agricultural Science and Technology Indicators/International Food Research Institute. **ASTI database**. Disponível em: <https://www.asti.cgiar.org/es/brasil>. Acesso em: 25 maio 2020.

BEINTEMA, N. M.; AVILA, A. F. D.; PARDEY, P. G. **P & D Agropecuário: política, investimentos e desenvolvimento institucional**. Whashington, D. C.: IFPRI, Brasília: Embrapa: FONTAGRO, 2001.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política agrícola. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1330, 08 jan. 1991. Disponível em: <https://bit.ly/2LWTjgD>. Acesso: 25 maio 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura e Reforma Agrária. Portaria nº 193, de 7 de agosto de 1992. Institui o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária – SNPA, sob a coordenação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 10 ago. 1992. Disponível em: <https://bit.ly/3gkoeRP>. Acesso: 25 maio 2020.

CABRAL, J. I. **Sol da Manhã: memória da Embrapa**. Brasília: UNESCO, 2005.

CANABRAVA, A. P. **O Desenvolvimento da Cultura do Algodão na Província de São Paulo (1861-1875)**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2011.

CGEE - Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. **Estudo sobre o Papel das Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária: OEPAs**. Brasília: CGEE, 2006.

CRESTANA, S.; SOUSA, I. S. F. Agricultura Tropical no Brasil. In: ALBUQUERQUE, A. C. S.; SILVA, A. G. (Editores Técnicos) **Agricultura Tropical: quatro décadas de inovações tecnológicas, institucionais e políticas**. Brasília: Embrapa Tecnológica, 2008. v.1, cap. 1, p. 42-66.

DABAT, C. R.; PERES, V. H. L. Imperial Instituto Pernambucano de Agricultura – IIPA, 1859-1971: o malogro de um projeto inovador de parceria público – privado. **Revista Brasileira de Inovação**. Campinas, v. 14, n. 1, p.217-240, janeiro/junho 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rbi.v14i1.8649095>. Acesso em 25 maio 2020.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Sugestões para Formulação de um Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

\_\_\_\_\_. **Programa Labex – 20 anos**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/programa-embrapa-labex>. Acesso em: 01 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. **Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/oepas>. Acesso em: 01 jun. 2020.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

LIRBÓRIO, L. F. **O Circuito Espacial do Algodão Naturalmente Colorido na Paraíba – Brasil**. 2016. 293 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/T.8.2017.tde-22052017-115134>. Acesso em: 25 maio 2020.

PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SUZIGAN, W.; ALBUQUERQUE, E. M. A Interação entre Universidades e Empresas em Perspectiva Histórica. In: SUZIGAN, W.; ALBUQUERQUE, E. M.; CARIO, S. A. F. (Org.). **Em Busca da Inovação: interação universidade - empresa no Brasil**. São Paulo: Autêntica, 2011. cap. 1, p. 17-43.

TOURINHO, M. A. C. **Imperial Instituto Bahiano de Agricultura: a instrução agrícola e a crise da economia açucareira na segunda metade do século XIX**. 1982. 271 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1982.

UFRB. Universidade do Recôncavo da Bahia. **Memorial**. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/memorial/o-memorial>. Acesso em: 01 jun. 2020.

## **ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ENFRENTAMENTO E ARTICULAÇÃO AO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: há contradição?**

*Maria Amália da Silva Marques  
Maria Rita Ivo de Melo Machado  
Patrícia Novais Calheiros Cardoso*

A demanda por produtos orgânicos cresce no mundo inteiro e no Brasil cresceu cerca de 20% no ano de 2018 (em relação ao ano de 2017), faturando 4 bilhões de reais<sup>32</sup>. Os dados da Biofach, considerada como maior feira mundial de produtos orgânicos, afirmam que o setor movimenta, na esfera global, cerca de 90 bilhões de dólares ao ano (LIU, 2019).

No Brasil, os dados de uma pesquisa desenvolvida pelo Conselho Brasileiro da Produção Orgânica e Sustentável (ORGANIS), divulgada no ano de 2017, apresentou que aproximadamente 15% da população brasileira consome produtos orgânicos<sup>33</sup> e que o país se encontra em 12º lugar no quadro internacional da produção. Os dados apresentados pela pesquisa mostram que no Brasil esta modalidade de produção cresceu mais de 204 mil hectares em 10 anos e que no ano de 2017 chegou 1,1 milhão de hectares destinados para a produção de orgânicos<sup>34</sup>.

Segundo a Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica (IFOAM), este tipo de produção acontece em mais de 180 países, desse total, apenas 87 possuem regulamentação própria, estando o Brasil entre estes (LIU, 2019). Apesar da Lei número 10.831, que trata sobre a agricultura orgânica, ter sido publicada em 2003, foi somente no ano de 2007 que ela foi regulamentada pelo decreto número 6.323.

A Lei e a regulamentação vieram atender uma demanda de mercado, possibilitando ao consumidor a garantia de que ele estava

---

<sup>32</sup> Disponível em: <https://glo.bo/2B11MNF>. Acesso em: 11 nov. 2019.

<sup>33</sup> Disponível em: <https://bit.ly/3ebl1SO>. Acesso em: 11 de nov. 2019.

<sup>34</sup> Disponível em: <https://bit.ly/3gkmEiR>. Acesso em 11 de nov. 2019.

efetivamente se alimentando de produtos cultivados de forma orgânica (faz-se necessário lembrar que o Brasil é um dos países que mais consomem agrotóxico no mundo<sup>35</sup>).

Visando se inserirem neste nicho, os agricultores familiares brasileiros, apesar não produzirem dentro de uma lógica capitalista, se tornaram importantes produtores. Além disso, se lançaram também como responsáveis pela comercialização da sua produção, especialmente através das conhecidas feiras de orgânicos que se realizam em diversos municípios.

Ao tentarem se inserir e permanecer no mercado de produtos orgânicos, mas sem perder a sua identidade de oposição e enfrentamento à lógica do modo de produção capitalista, os agricultores familiares tiveram que fazer algumas adequações. Sendo assim, alguns deles, no estado da Paraíba, passaram a produzir organicamente e com certificação. Para isso, tiveram que se adequar à Lei nº 10.831/2003 (BRASIL, 2003) e à regulamentação nº 6.323/2007 (BRASIL, 2007), criando os seus próprios organismos de avaliação de conformidade orgânica. Esse foi um dos caminhos encontrados para produzir dentro de uma lógica de economia solidária.

A produção agrícola de alimentos orgânicos dentro da lógica da economia solidária só foi possível em função da legislação vigente, que estabeleceu diferentes mecanismos de avaliação da conformidade orgânica dos produtos agropecuários. São eles: Organismos de Controle Social (OCS), Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC) e Certificação por Auditoria (CA).

Diante do cenário exposto, esclarece-se que o objetivo deste texto é expor como se deu o processo de materialização da economia solidária de produtos orgânicos, controlados por meio dos Organismos de Controle Social (OCSs), no estado da Paraíba. É importante mencionar que até janeiro de 2019 este estado possuía 23 (vinte e três) Organismos de Controle Social (OCSs)

---

<sup>35</sup> Sobre esse assunto recomenda-se a leitura do Atlas Geográfico do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia, da professora da Universidade de São Paulo, Larissa Mies Bombardi e assistir aos documentários “O veneno está na mesa” e “O veneno está na mesa II.”

cadastrados junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). O OCS cadastrado que será analisado neste artigo é a Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicas da Várzea Paraibana (ECOVÁRZEA), que conta com 25 agricultores familiares cadastrados no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO).

A OCS analisada começou a ser articulada no ano de 2001, ou seja, antes mesmo da legislação nacional voltada para a produção de orgânicos. Na Paraíba ele foi um dos primeiros OCSs a ter o processo de avaliação da conformidade orgânica aprovado pelo MAPA, sendo cadastrado no ministério no ano de 2011.

A articulação desse grupo de agricultores familiares para o processo de formação de um OCS se deu através da percepção dos próprios agricultores familiares de uma demanda crescente do mercado de orgânicos e do melhor retorno financeiro destas mercadorias, em detrimento do modo de produção da cultura tradicional. A forma de produzir e comprar, dentro da lógica da economia solidária, faz parte de um movimento crescente de um consumo mais consciente e da melhoria da qualidade de saúde e vida por meio da alimentação.

A avaliação da conformidade orgânica dos produtos realizada pelos OCSs é uma forma do cliente ter a garantia de que está efetivamente comprando e consumindo um alimento cultivado de forma orgânica. Essa lógica de produção atende não apenas aos aspectos econômicos, mas também aos vinculados à segurança e soberania alimentar.

Apesar de integrado ao mercado tradicional capitalista, o processo de produção e comercialização de orgânicos, que é realizado pelos agricultores familiares através dos Organismos de Controle Social (OCSs) na Paraíba, segue os moldes da economia solidária, articulando de forma direta produtores e consumidores, sem a participação de atravessadores e sendo a gestão da produção e comercialização feita pelos próprios produtores. Diante de tal contexto, alguns questionamentos foram feitos. Por qual motivo os agricultores familiares optaram por comercializar os seus produtos por meio da economia solidária, e não via relações comerciais tradicionais capitalistas? Por qual motivo não optaram pelas outras formas de obtenção da certificação? Quais os elementos mais



característicos da realização da economia solidária no processo de produção e comercialização da agricultura familiar?

Para alcançar o objetivo deste trabalho o texto foi dividido em quatro tópicos. Este primeiro é o introdutório, que apresentou o cenário geral do que vai ser tratado. Na sequência, está o tópico que traz alguns esclarecimentos conceituais sobre economia solidária. O terceiro ponto fala do processo de articulação dos agricultores familiares da Paraíba, em especial os da ECOVÁRZEA, para conseguirem a aprovação do Organismo de Controle Social (OCS) junto ao MAPA. Encerrando o artigo apresentamos as considerações finais.

## **O CONCEITO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM QUESTÃO**

O termo “economia solidária” é amplamente debatido em várias instâncias da sociedade. Na esfera acadêmica, ele possui diferentes conceitos, mas que em linhas gerais convergem no sentido da centralidade das relações de solidariedade, que estão relacionadas com a qualidade de se ser solidário. Ser solidário significa apoiar, ajudar, acompanhar um ao outro de forma recíproca. Sobre essa perspectiva, Silva (2006a, p. 25) aponta que a solidariedade passa a ser definida como laço voluntário que une cidadãos livres e iguais de direito.

Segue também a premissa ideológica de uma sociedade mais igualitária (econômica e socialmente falando) entre os seus partícipes. No contexto relacional a economia solidária tenta extinguir a ideia hierárquica de patrão (visto como superior) e empregado (visto como subordinado e que deve ser subserviente), assim como o fim da hierarquia entre as diferentes atividades laborais, entendendo que todos os agentes são igualmente importantes no processo produtivo e comercial. Ideologicamente ela busca estabelecer laços horizontais entre todos os agentes sociais (produtores, comerciantes, consumidores) envolvidos no processo.

Para Paul Singer (2002, p. 10), a economia solidária é um modo de produção cujos princípios básicos são a propriedade coletiva e o direito à liberdade individual. Percebe-se, a partir da

leitura deste autor, que a concepção de economia solidária é construída dentro de uma lógica de solidariedade coletiva e que a atividade de cada indivíduo é igualmente valorizada.

Alguns estudiosos da economia solidária apontam que a década de 80 do século XX, que segundo Ferrarini, Gaiger e Schiochet (2018, p. 300) é chamada no Brasil de “década perdida”, foi marcada como um período típico de crise econômica, com altos índices de desemprego e recessão mundial, desencadeada pela famosa crise do petróleo ocorrida na década anterior. Havia também um processo inflacionário com graves consequências à geração de emprego e renda. Esta fase foi marcante com relação ao aumento do desemprego e à precarização das condições de vida e de trabalho de grande contingente da população (FERRARINI; GAIGER; SCHIOCHET, 2018). Diante deste contexto, houve por parte da população civil, o desenvolvimento de práticas da economia solidária.

Foi a partir da década de 1990 que estudiosos como Gaiger (2011; 2013) e ativistas da sociedade civil aprofundaram uma corrente de discussões e estudos sobre questões baseadas na união da economia com a solidariedade. Segundo Ferrarini, Gaiger e Schiochet (2018, p. 158), essa lógica produtiva trata:

[...] em linhas gerais, de um conjunto diverso de iniciativas econômicas de trabalhadores, consumidores e usuários, assentes no estreitamento de vínculos, na partilha de interesses e valores e, sobretudo, em uma aposta por vezes intemorata no agir coletivo, com base na adesão voluntária, em processos participativos e em critério de equidade.

Atualmente a economia solidária é vista como uma opção política e socialmente viável no enfrentamento da exploração do trabalhador dentro do modelo econômico capitalista neoliberal que vem flexibilizando e precarizando as relações de trabalho num contexto de crise econômica mundial, possibilitando melhorias na qualidade de vida. De acordo com o Ministério do Trabalho (2015), a economia solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Por isso, enquanto na

economia convencional existe a separação entre os donos do negócio e os empregados, na economia solidária os próprios trabalhadores também são donos (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2015).

Para se ter uma ideia de como a economia solidária é diferente da lógica do modo de produção capitalista, vamos utilizar o argumento de Mészáros (2006, p. 39), quando explica a lógica hegemônica da alienação do trabalhador dentro do sistema capitalista:

A alienação caracteriza-se, portanto, pela extensão universal da “vendabilidade” (isto é, a transformação de tudo em mercadoria); pela conversão dos seres humanos em “coisas”, para que eles possam aparecer como mercadorias no mercado (em outras palavras: a “reificação” das relações humanas); e pela fragmentação do corpo social em “indivíduos isolados” (*vereinzelte einzelnen*) que perseguem seus próprios objetivos limitados, particularistas, “em servidão à necessidade egoísta”, fazendo do seu próprio egoísmo uma virtude em seu culto a privacidade.

É importante apontar que a economia solidária se opõe a esse modelo retratado por Mészáros (2006) e, como tal, tem por premissa o protagonismo dos trabalhadores numa ação conjunta por meio de laços de solidariedade orgânica, que na maioria das vezes se realiza a partir do associativismo e/ou cooperativismo. As relações acontecem horizontalmente no tocante à importância das atividades entre os membros participes em todo o processo. Esta articulação visa facilitar o enfrentamento das dificuldades decorrentes da competição no mercado e da lógica capitalista de transformação do homem em mercadoria, atribuindo ao trabalhador valor e não um preço pela sua capacidade laboral.

O exemplo da economia solidária a ser analisada pela pesquisa é a dos trabalhadores da Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicas da Várzea Paraibana (ECOVÁRZEA). Eles começaram a se organizar no final da

década de 1990, antes mesmo de entrar em vigor a referida lei de regulamentação dos orgânicos no Brasil.

O modelo de economia solidária materializado no estado da Paraíba foi feito com base na troca de saberes e através de associações. Apesar de articulada ao mercado tradicional capitalista, pois se realizou em função da demanda mercadológica, esta conexão não invalida o modelo de economia solidária criada pelos agricultores familiares para o enftretamento ao modo de produção capitalista. O Ministério do Trabalho (2015) entende que os empreendimentos econômicos e solidários são:

[...] uma resposta importante de trabalhadores e trabalhadoras às transformações no mundo do trabalho. Trata-se de uma alternativa de geração de trabalho e renda pela via do trabalho que combina os princípios de autogestão, cooperação e solidariedade na realização de atividades de produção de bens e de serviços, distribuição, consumo e finanças (1º Plano Nacional de Economia Solidária) – (CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2015, p. 3).

Estes empreendimentos normalmente, e como ocorre no caso da região estudada, estão organizados em forma de cooperativas, associações, grupos informais ou até mesmo sociedades mercantis. Segundo Carvalho et al. (2014, p. 450):

As cooperativas e as associações que se inserem na proposta da economia solidária vêm se disseminando crescentemente como uma alternativa de geração de renda aos trabalhadores social e economicamente excluídos em virtude das transformações ocorridas no mundo do trabalho.

Após ter explanado, em linhas gerais, o conceito de economia solidária através de diferentes olhares (academia e Estado), esta pesquisa chegou à seguinte conclusão: a economia solidária possui uma lógica de produção pautada em autogestão, cooperação e solidariedade entre os seus integrantes, através da

produção de bens, serviços, distribuição e finanças. É válido ressaltar que é atribuído a todos os seus membros igualdade de importância. Assim, a economia solidária se estabelece por meio do apoio e ajuda mútua entre todos os membros, que são igualmente protagonistas no processo produtivo via laços de solidariedade orgânica, relações horizontais e igualitárias.

### **O processo de formação da associação de agricultores familiares da ECOVÁRZEA e a avaliação da conformidade de seus produtos orgânicos: o desenvolvimento de uma economia solidária**

Este tópico trata da questão do processo de articulação dos agricultores familiares e a conquista do cadastro de produtor orgânico dos associados da ECOVÁRZEA junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Assim sendo, se faz necessário um breve esclarecimento sobre o conceito de certificação, que segundo Guimarães (2014) é a garantia de que um produto, processo ou serviço está em conformidade com um determinado requisito ou norma. Ainda de acordo com as ideias do autor, a certificação é a principal ferramenta de controle por parte do consumidor, dando a este a segurança e a garantia da rastreabilidade e qualidade dos produtos que visa adquirir (GUIMARÃES, 2016).

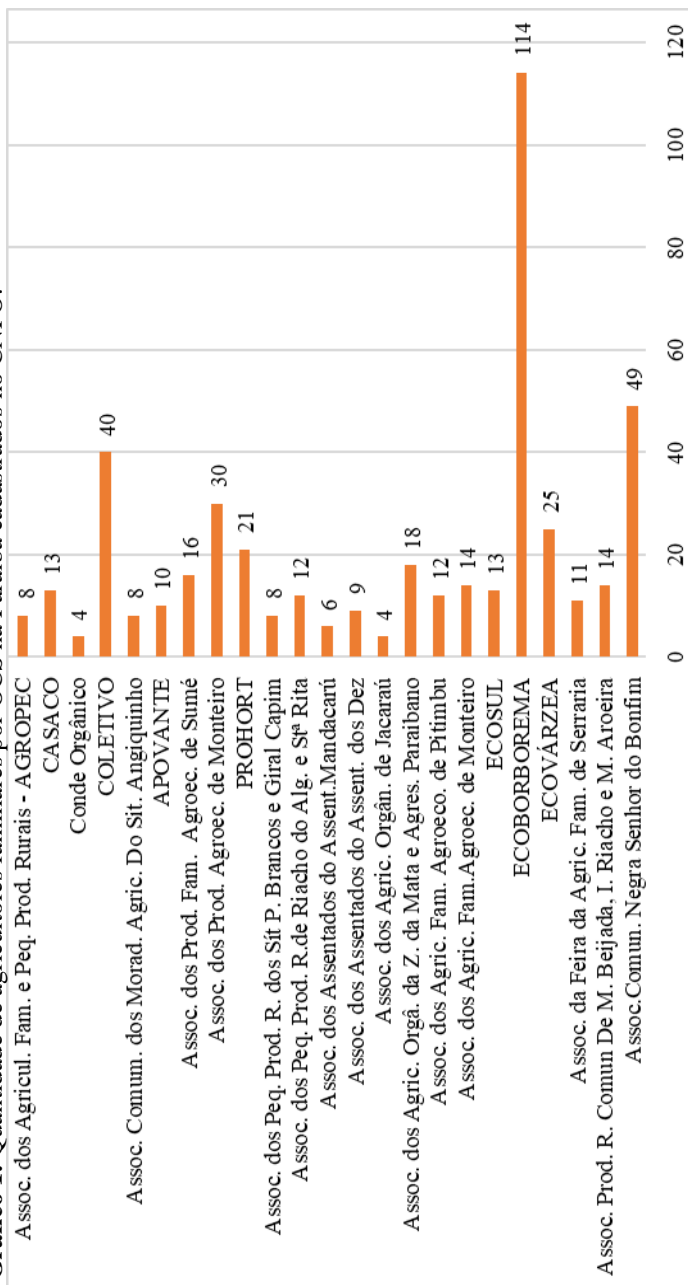
A própria lei de orgânicos do Brasil também define o conceito de certificação. Ela entende que isso é:

Um ato pelo qual um organismo de avaliação de conformidade credenciado dá a garantia por escrito de que uma produção ou um processo claramente identificado foi metodicamente avaliado e está em conformidade com as normas de produção orgânica vigentes (BRASIL, 2007).

Para realizar o processo de avaliação da conformidade orgânica os agricultores familiares associados à ECOVÁRZEA escolheram o caminho do Organismo Controle Social (OCS). O OCS é um mecanismo de avaliação da conformidade orgânica,

validado pelo MAPA, que faculta o processo de certificação. É um mecanismo participativo regido por normas próprias, baseadas na lei de orgânicos do Brasil, onde o controle social é realizado pelos próprios agricultores familiares, podendo ter participação de consumidores e técnicos. Na Paraíba esse é o mecanismo mais acessado pelos agricultores familiares. O Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (do ano de 2019) aponta que são 459 agricultores e agricultoras familiares cadastrados por este mecanismo de avaliação da conformidade orgânica. Estes estão organizados e distribuídos em 23 Organismos de Controle Social (OCS), conforme indica o Gráfico 1.

O mercado que pode ser acessado por esse mecanismo é o mercado de venda direta ao consumidor. Sendo assim, os agricultores familiares vinculados aos OCSs, comercializam os produtos orgânicos nas Feiras Agroecológicas, no Programa de Aquisição de Alimentos (PAAs), no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e nas cestas de entrega em domicílio.

**Gráfico 1:** Quantidade de agricultores familiares por OCS na Paraíba cadastrados no CNPO.

**Fonte:** elaboração própria, a partir dos dados do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO) e Superintendência Federal da Agricultura da Paraíba (SFA/PB), (2019).

Os mercados mais acessados por esses OCSs são as feiras agroecológicas e as feiras de produtos orgânicos. A maioria dos OCSs coordena, organiza e participa diretamente das feiras, como é o caso da ECOVÁRZEA. Ela é uma associação da sociedade civil fundada no ano de 2004 pelos agricultores e agricultoras agroecológicas dos assentamentos Dona Helena, no município de Cruz do Espírito Santo, e Padre Gino, Rainha dos Anjos e Boa Vista, no município de Sapé (ESTATUTO SOCIAL DA ECOVÁRZEA, 2004).

A sede oficial da ECOVÁRZEA é no Assentamento Dona Helena, mas geralmente as assembleias ordinárias e extraordinárias acontecem no Assentamento Padre Gino. A ECOVÁRZEA foi pensada visando estabelecer um compromisso com a Agroecologia e com o Comércio Justo e Solidário. Iniciou suas atividades de maneira informal, com o processo de articulação e organização social, pensando na montagem de uma feira agroecológica e seguindo a lógica da economia solidária. A ideia de organizar a Feira Agroecológica da ECOVÁRZEA aconteceu logo após a conquista pela terra, na década de 1990.

Para os agricultores familiares que participaram ativamente desse processo, a luta não acabava com a conquista pela terra. Era necessário organizar uma nova luta, a luta por uma vida digna e pela permanência no campo por meio de relações comerciais e trabalho justo.

De acordo com Silva (2006b), o processo de articulação da feira envolveu grupos de produção de diversos assentamentos do estado da Paraíba. Nesses encontros, um dos temas debatidos era a criação das estratégias de comercialização da produção dos assentados envolvidos, pois eles acreditavam que poderiam realizar a autogestão das suas produções e comercializações, fugindo da relação tradicional do modo de produção capitalista, onde as mercadorias passam por diversos atravessadores até chegar ao consumidor final. Esse caminho acaba por encarecer o produto na gôndola e gerar menor renda ao produtor agrícola, além de ser mais caro para o consumidor final. Sobre a reflexão a respeito do papel do atravessador na comercialização das mercadorias o agricultor Marcos Antônio, sócio e fundador da ECOVÁRZEA, retrata:



[...] a associação foi criada pelo motivo que quando a gente entrou aqui, em 1997, a gente começou a produzir. Veio aí os projetos de fomento, veio aí os projetos de custeio, projeto de investimento. E a gente produziu muito. E nessa produção, a gente ficava prejudicado, porque a gente entregava para os atravessadores. E os atravessadores ganhavam muito e a gente ficava sem nada. Então, começamos a se reunir em Sapé, com outros assentados de outros assentamentos. E aí, quando a gente disse: vamos tirar encaminhamentos para a gente mesmo ir comercializar o excedente da nossa produção (entrevista realizada durante a pesquisa de campo em junho de 2018).

Como estavam articulados e seguindo a lógica da economia solidária, por meio da troca de experiências os agricultores familiares, se espelharam no movimento que estava sendo criado na Rede Ecovida. Eles a conheceram através de uma visita de intercâmbio no Rio Grande do Sul. O contato com esses trabalhadores, que já tinham experiência na produção por meio do modelo agroecológico e de economia solidária, foi fundamental para criação da Feira Agroecológica da ECOVÁRZEA, como é possível observar na fala do agricultor Marcos Antônio:

[...] Rosa, nesse tempo, junto com Arnaldo participou de um encontro no Rio Grande do Sul. E lá, ela viu uma experiência com uma pessoa que trabalhava agroecologicamente. Isso foi no ano 2000. Ela trouxe essa experiência para a gente. Nesse encontro a gente já tava pra iniciar, [...] a maioria das pessoas que fizeram parte da reunião também já trabalhava sem usar agrotóxico, sem usar químico, de forma ecológica. [...] A gente não copiou, mas a gente colocou em prática também aqui na Paraíba (entrevista realizada durante a pesquisa de campo em junho de 2018).

O processo de articulação, financiamento e organização (atividades educativas, intercâmbios, planejamento de produção, orientações técnicas para produção agroecológica, comercialização, entre outros) contou inicialmente com a parceria da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Mandato Popular do Deputado Estadual Frei Anastácio. Ambos assessoram os agricultores desde a luta pela terra. Logo depois outros parceiros passaram a acompanhar o processo de conquista do OCS junto ao MAPA, como a Cáritas Arquidiocesana da Paraíba e a Universidade Federal da Paraíba (OLIVEIRA, 2012).

A ECOVÁRZEA também contou com a parceria do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), através da Delegacia Federal de Desenvolvimento Agrário da Paraíba (DFDA-PB). Mais recentemente, passou a contar com o apoio da Comissão de Produção Orgânica da Paraíba (CPOrg-PB) e da Cooperativa Agroecológica Mista da Várzea Paraibana (COMASE).

A primeira Feira Agroecológica da ECOVÁRZEA aconteceu em 2001, no bairro de Mangabeira, em João Pessoa. Ela contou com a participação de dez agricultores familiares, mas não teve o êxito esperado. No entanto, serviu como experiência, aprendizagem e reflexão sobre o que deveria ser ajustado para que a pudesse melhor se estabelecer e se solidificar. Entre os elementos apontados como responsáveis pelo “insucesso” estava a falta de diversificação da produção.

Feitas as observações neste protótipo, os agricultores optaram por se planejarem melhor e se reorganizarem para reeditar a feira com maior segurança no êxito. Assim, em 2002, a feira foi reeditada e, desta vez, no local desejado, o Campus I da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em João Pessoa. A Feira em pouco tempo passou a ser uma referência para as demais feiras agroecológicas da Paraíba e os membros partícipes começaram a perceber a necessidade de formalizar a associação. O objetivo era melhorar a organização e estabelecer parcerias e convênios mais sólidos, além de participar de editais e assinar convênios com instituições públicas e privadas.

O primeiro marco no processo de formalização foi a criação do Regimento Interno da feira. Isso foi feito no ano de 2003

e já no ano de 2004 a ECOVÁRZEA foi legalmente constituída através de Estatuto Social. Este Estatuto tem no seu artigo de número 2 o esclarecimento do que se trata a ECOVÁRZEA. Nele entende-se que ela “se constitui como uma organização de princípios educativos, de interação e cooperação de economia solidária”. Dentre seus 11 objetivos estão os elementos que a constituem como um grupo característico de economia solidária. Destacamos alguns deles:

- 1) Garantir a produção orgânica e agroecológica dos (as) agricultores (as) associados (as);
- 2) Fortalecer a autogestão dos (as) associados (as) pela organização, administração e escoamento de seus produtos;
- 3) Criar novos canais para escoar a produção orgânica e agroecológica dos agricultores e agricultoras associados (as);
- 4) Favorecer a elaboração de projetos para beneficiar esta associação;
- 5) Solicitar assessorias necessárias para as ações eminentes dessa associação, através de parcerias, convênios com organismos governamentais ou não governamentais ou de remuneração com recursos próprios;
- 6) Garantir os serviços técnicos especializados em produção orgânica e agroecologia, para o acompanhamento dos (as) agricultores(as)- sócios(as), através de parcerias, convênios com organismos governamentais ou não governamentais ou com recursos próprios;
- 7) Administrar os bens da associação  
(ESTATUTO SOCIAL DA  
ECOVÁRZEA, 2004, p. 1 - 2).

As instâncias de organização e administração da associação estabelecidas nos documentos de constituição da ECOVÁRZEA seguem uma lógica de organização solidária e coletiva, com as decisões sendo acatadas com o consenso dos

associados. As instâncias da gestão estão estruturadas de acordo com a seguinte composição: Assembleia Geral, Coordenação Executiva, Conselho Fiscal e Conselho de Ética. Todas essas instâncias possuem papéis e responsabilidades bem definidas no estatuto social e no regimento interno. Esta estrutura foi pensada para que as decisões tomadas sejam feitas sempre de forma coletiva durante as assembleias.

**Figura 1:** Assembleia Geral Ordinária da ECOVÁRZEA



**Fonte:** acervo das autoras. Crédito da Foto: Marenilson Batista, abril de 2018.

A estrutura e logística que cuidam da organização, produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização permitiram que a feira se tornasse referência de sucesso e tivesse sua maneira de funcionamento replicada. Isso permitiu o aumento do número de agricultores e agricultoras familiares envolvidos nas feiras agroecológicas do estado.

Atualmente a ECOVÁRZEA conta com 25 unidades de produção orgânica cadastradas no MAPA, essas áreas de produção estão distribuídas em 6 assentamentos da Reforma Agrária e uma Comunidade Quilombola. São eles: Assentamento Dona Helena, no município de Cruz do Espírito Santo; Assentamento Dona Antônia e a Comunidade Quilombola do Gurugi, ambos localizados no município do Conde; Assentamento 21 de Abril, no

município de Mari; Assentamento Padre Gino, Assentamento Rainha dos Anjos e Assentamento Boa Vista, localizados no município de Sapé. Todos fazem parte dos Territórios da Cidadania da Zona da Mata Norte e Zona da Mata Sul.

A organização autogestionária e solidária permitiu a criação de um fundo de investimentos, que é a canalização de investimentos financeiros visando um determinado objetivo. Ele foi formalizado pelo Regimento Interno e funciona desde o primeiro ano de realização da feira visando custear todas as atividades da ECOVÁRZEA, como a manutenção dos caminhões, o pagamento do frete do ônibus, a manutenção das barracas e a realização das visitas de controle social nas áreas de produção dos agricultores familiares.

## CONCLUSÃO

A partir do processo da pesquisa foi possível chegar a algumas conclusões a respeito da produção de orgânicos realizada pelos OCSs. A primeira delas é que, como os agricultores necessitam ter uma articulação complexa e coletiva, por meio de cooperativa ou associação, na qual os próprios trabalhadores/agricultores são os responsáveis por realizar a avaliação da conformidade orgânica de seus sistemas de produção, a economia solidária se materializa, mesmo que a maioria deles não tenha o entendimento conceitual desta dinâmica.

A lógica produtiva os liga por meio de uma rede solidária, na qual a produção, apesar de ser individual, é também articulada através da troca de saberes e de infraestruturas para a comercialização. Essa articulação dos agricultores familiares para a obtenção e manutenção da conformidade orgânica participativa finda por promover a organização social dos trabalhadores agrícolas, ao mesmo tempo em que possibilita agregar valor à produção e a alcançar mercados com maiores níveis de exigências no que se refere à qualidade dos produtos.

Entre os requisitos buscados pelos consumidores dessas feiras está o desejo de consumir não apenas um alimento saudável e produzido organicamente, mas também que se escorem na logística da economia solidária, possibilitando e contribuindo

diretamente para o desenvolvimento local e a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares.

Esta pesquisa ainda conseguiu identificar que a escolha do modelo de Organismo de Certificação Social se deu pela possibilidade de articulação entre os agricultores familiares no todo do processo e os consumidores finais. A partir do ponto de vista dos trabalhadores, a Certificação por Auditoria teria um custo financeiro muito elevado e não traria essa possibilidade de troca de saberes, experiências e autogestão das relações comerciais.

O Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade (OPAC), apesar de possibilitar um alcance comercial maior, podendo vender as mercadorias para o mercado externo, exige uma maior complexidade. Foi em função dessa maior demanda de logística que no momento da mobilização os agricultores e agricultoras optaram pelo modelo de OCS.

Apesar do grupo analisado se materializar dentro da lógica da economia solidária, esse modelo está articulado e subordinado a lógica do modo de produção capitalista, uma vez que a precificação das mercadorias segue a mesma lógica e norteamento desse modo de produção e atende a uma demanda do mercado tradicional.

Apesar desses aspectos ligados ao modo capitalistas, os agricultores familiares não se caracterizam como tais e sua articulação ao mercado se apresenta como forma de resistência e a não transformação do trabalhador em uma mercadoria alienada.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 8, 24 dez. 2003. Disponível em: <https://bit.ly/2ZBVrSP>. Acesso em: 25 maio 2020.

\_\_\_\_\_. **Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos**. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2Xzw5Tk>. Acesso em: 25 maio 2020.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007. Regulamenta a Lei nº 10.831, de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 28 dez. 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2TCrvSY>. Acesso em: 25 maio 2020.

CARVALHO, V. D. et al. Valores do Trabalho e Incubação de Empreendimentos Solidários: a experiência da Associação Terra do Marolo. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p.449-460, ago. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000200021>. Acesso em: 25 maio 2020.

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015 – 2019)**. Brasília, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3d1x6tP>. Acesso em: 25 maio 2020.

ESTATUTO SOCIAL DA ECOVÁRZEA. **Estatuto Social da Associação dos (das) Agricultores (as) da Várzea (Paraibana)**, Assentamento D. Helena – Cruz do Espírito Santo, 2004.

FERRARINI, A. V.; GAIGER, L. I.; SCHIOCHET, V. O Estado da Arte e a Agenda de Pesquisa em Economia Solidária no Brasil. **Revista da Sociedade Brasileira de Sociologia**, v. 6, n. 12, p.157-180, 1 jan. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20336/rbs.238>. Acesso em: 04 jan. 2019.

GAIGER, L. I. Relações entre Equidade e Viabilidade nos Empreendimentos Solidários. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 83, p. 79-109, 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-64452011000200004>. Acesso em: 11 mar. 2018.

GAIGER, L. I. A Economia Solidária e a Revitalização do Paradigma Cooperativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**,

v. 28, n. 82, p. 211-228, jun. 2013. Disponível em:  
<http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69092013000200013>. Acesso em: 11 mar. 2018.

GUIMARÃES, L. S. F. et al. Rastreabilidade e Sistemas de Certificação. **Revista Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v. 35, n.279, p.7-12, mar./abr. 2014.

GUIMARÃES, L. S. F. **Análise Crítica de Processos de Certificação por Auditoria em Organismo Público de Avaliação da Conformidade Orgânica do Estado de Minas Gerais**. 2016. 124 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em:  
<https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/1877>. Acesso em: 25 maio 2020.

LIU, M. O ano de 2019 pode ser o marco para os produtos orgânicos. **Revista Globo Rural**, Edição Digital, 31 jan. 2019. Disponível em: <https://glo.bo/2V9x9gd>. Acesso: 22 jun. 2020.

MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Economia Solidária**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria>. Acesso em: 25 maio 2020.

OLIVEIRA, M. B. **Certificação Participativa e Agroecologia: processos de organização e resistência camponesa na mata paraibana**. 2012. 260 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012. Disponível em:  
<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/5814>. Acesso em: 25 maio 2020.



**SILVA, M. R. Economia Solidária, Desenvolvimento Local e Resíduos Sólidos:** o caso da Associação de Catadores Erick Soares do município de Abreu e Lima/PE. 2006. 172 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2006a.

**SILVA, N. B. Educação Popular e Subjetividade na Feira Agroecológica.** 2006. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006b. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4610>. Acesso em: 25 maio 2020.

**SINGER, P. Introdução à economia solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

# **QUESTÃO AGRÁRIA E AÇÃO PASTORAL DA IGREJA CATÓLICA NO NORDESTE DO BRASIL: o papel da Pastoral Rural e da CPT na luta pela construção de Territórios de Esperança no estado da Paraíba**

*Emilia de Rodat Fernandes Moreira*

*Ivan Targino*

*Bárbara Zen*

## **INTRODUÇÃO**

O espaço agrário nordestino se estruturou inicialmente com base no monopólio fundiário, na monocultura canavieira, na criação de gado e na extrema exploração do trabalho, reproduzindo a lógica do que Gorender (1980) denominou de modo de produção escravista colonial<sup>36</sup>. Moreira (1990), embora não faça menção ao modo de produção, faz referência a um espaço agrário escravista colonial que teria prevalecido no Brasil do início da colonização até o século XVIII<sup>37</sup>.

A primeira crise do modo de produção escravista colonial teve lugar na segunda metade do século XVII quando a atividade canavieira, primeira atividade econômica implantada na região pelos colonizadores portugueses, perdeu o monopólio que exercia

---

<sup>36</sup> Jacob Gorender preocupou-se em caracterizar o que denomina de modo de produção escravista colonial a partir do homem cativo. Para tanto, apoiou-se na "economia política" buscando analisar de que forma "as relações sociais de produção escravistas criaram e passaram a ser regidas por mecanismos autodeterminados e determinantes. Nesse sentido, observa-se uma analogia entre o propósito de Gorender e aquele que Marx teria feito em relação ao capitalismo, estudando a produção e a vida material capitalistas, a partir do trabalhador livre" (VITORINO, 2014).

<sup>37</sup> Moreira chama a atenção para a diversidade e a unidade desse espaço composto por "anéis concêntricos" que nada mais seriam que as manchas de ocupação social e econômica do território brasileiro.

no mercado mundial do açúcar em virtude da forte concorrência com o açúcar produzido nas Antilhas<sup>38</sup>.

Essa crise vivenciada pela economia açucareira do Nordeste do Brasil, dependente fundamentalmente da procura externa, se arrastou por mais de três séculos com momentos de moderada recuperação seguidos de novas crises, o que contribuiu para a estagnação estrutural do seu sistema produtivo.

Por outro lado, no que se refere às relações de trabalho, observou-se mudanças significativas. Na medida em que o endividamento dos senhores de engenho lhes impedia de adquirir mais escravos, eles foram permitindo o acesso de homens pobres livres como trabalhadores em suas propriedades na condição de moradores de condição (ANDRADE, 1986; MOREIRA; TARGINO, 1997). Pode-se mesmo afirmar que a crise da economia açucareira permitiu a formação de um campesinato no interior dos engenhos. Com a abolição da escravatura muitos escravos tornaram-se moradores consolidando o sistema de morada na atividade canvieira do Nordeste.

No espaço escravista colonial o papel da Igreja Católica foi marcado pela sua aliança com o Estado<sup>39</sup> concretizada através da instituição do Padroado,<sup>40</sup> que se constituía em uma forma de compromisso entre estas duas instituições. Compromisso, porém, que não garantia àquele a usurpação do poder espiritual da Igreja.

---

<sup>38</sup> Os holandeses que ocuparam durante um quarto de século grande parte da região produtora de açúcar no Brasil adquiriram o conhecimento de todos os aspectos técnicos e organizacionais da indústria açucareira. Ao serem expulsos implantaram uma indústria concorrente, de grande escala, na região do Caribe que provocou enorme abalo na economia canvieira do Nordeste.

<sup>39</sup> Costa (2008, p.03) chama a atenção para o fato de que “na América Portuguesa amalgamaram-se os interesses da Igreja Católica e da Coroa, numa união indissolúvel que marcou todo o período colonial”.

<sup>40</sup> Entende-se por padroado um conjunto de privilégios, com certos deveres que, por concessão da Igreja, compete aos fundadores católicos de igrejas, capelas ou benefícios e aos que deles adquirem com direito por herança ou descendência. Os privilégios de patrono são: apresentar o clérigo para a igreja ou benefício, receber dos rendimentos o sustento, se cair, sem culpa, em pobreza, ter na Igreja o brasão da família, assento reservado fora do presbitério e procedência sobre outros leigos nas procissões, etc. Os deveres se estendem à conservação ou reedificação da igreja.

Tanto é que se para o Estado a escravidão do índio era uma necessidade econômica, para a Igreja tratava-se tanto de uma necessidade econômica (pela necessidade de braços para o trabalho) como ideológica (na medida em que visava a substituição da cultura indígena pelo dogmatismo católico). Essa forma de submissão do índio à Igreja significava a destruição de seus costumes, de suas tradições, de sua cultura e a assimilação dos costumes e valores presentes nos preceitos religiosos do povo colonizador.

Pode-se afirmar que a Igreja Católica deu sustentação e legitimação a escravidão negra no Brasil<sup>41</sup>. É a posse de escravos pelo clero o exemplo mais concreto dessa legitimação da prática escravagista. Segundo Badillo (1994, p. 6) a Igreja Católica “tanto doutrinalmente, como exemplarmente, defendeu a existência da escravidão”. Para Azzi (2008, p. 28) “[...] a instituição católica justificava o regime escravocrata, pois os próprios clérigos religiosos beneficiavam-se do trabalho dos negros [...]”. A escravatura foi abolida, mas permaneceu, adentrando o século XX, a aliança da Igreja com o Estado e as oligarquias rurais.

O pós Segunda Guerra Mundial trouxe consigo dois fatos de extrema importância para o espaço internacional: a expansão capitalista sob a hegemonia norte-americana e a Guerra Fria, aos quais se somou a Revolução Socialista Cubana, responsável pelo questionamento da supremacia estadunidense na América Latina.

Para impedir a ascensão do socialismo em outros países latino-americanos, os EUA adotaram duas estratégias não excludentes: a) de um lado uma política de convencimento através da OEA, a exemplo da conferência de *Punta del Este* (1962) e da implantação do programa de ajuda para o desenvolvimento dos países latino-americanos (USAID)<sup>42</sup>, b) o patrocínio de vários golpes de estado na região (Brasil, Chile, Argentina, Bolívia e Uruguai). As intervenções militares foram em boa parte concebidas

---

<sup>41</sup> Não se pode deixar de fazer referência ao Padre jesuíta português Antonio Vieira que lutou contra a escravização dos índios pelos colonos do Maranhão, tendo sido expulso em 1661 devido a suas obras contra a escravização indígena (MASSIMI, 2001).

<sup>42</sup> Para uma análise mais detalhada dessa estratégia, veja Franchini Neto (2005).

por setores do empresariado, da classe média, da Igreja Católica e das oligarquias rurais desses países, promovendo duras derrotas às forças populares (sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais, intelectuais críticos e a imprensa independente).

No Brasil, esse momento se cristaliza com o golpe militar de 1964, que estabeleceu um processo de repressão vigoroso no campo e na cidade contra políticos, camponeses e movimentos de esquerda. No campo nordestino, o mais importante movimento de massa, as Ligas Camponesas, foi destruído e suas lideranças perseguidas (TARGINO; MOREIRA; MENEZES, 2011).

Assassinatos, perseguições e terror marcaram os 20 anos de ditadura militar no Brasil (1964-1985). Esse período coincide com o da dominação e da expansão do capital sobre a agricultura nacional (assegurados pela consolidação do parque industrial, pela criação do Sistema Nacional de Crédito Rural, pelo crescimento da urbanização e pela internacionalização do pacote tecnológico da Revolução Verde) que implicaram em um intenso processo de expulsão dos trabalhadores do campo.

Justamente no ano do golpe, 1964, Dom Hélder Câmara foi nomeado arcebispo de Olinda e Recife e em 26 de março de 1966, Dom José Maria Pires assumiu a Arquidiocese da Paraíba. Esses fatos coincidiram com a realização do Concílio Vaticano II, que representou uma atualização da Igreja, particularmente na reflexão sobre sua inserção social, com repercussão na sua atuação na América Latina através das Conferências de Medellín e de Puebla. A partir de então, assiste-se a uma ação dos agentes pastorais com o apoio de Dom José Maria Pires na Paraíba e Dom Hélder Câmara em Pernambuco, junto aos camponeses sem terra, nas lutas de resistência e, posteriormente, de ocupação que, na sua maioria, originou Assentamentos, aqui entendidos como Territórios de Esperança<sup>43</sup>.

O presente artigo aborda o papel da Igreja na questão agrária do Nordeste, dando ênfase à ação da Pastoral Rural e da CPT na construção de territórios de esperança no estado da Paraíba.

---

<sup>43</sup> Sobre o conceito “Território de Esperança” veja uma primeira abordagem em Moreira e Targino (2007).

Ele é um dos produtos de duas pesquisas financiadas pelo CNPq<sup>44</sup> e se apoia na pesquisa bibliográfica, na pesquisa documental e em dados secundários obtidos junto ao Incra e à CPT. Acha-se estruturado em quatro eixos de análise. O primeiro apresenta o contexto social e político no qual se insere a Igreja Católica no Brasil e no Nordeste desde o início dos anos de 1950 até o golpe militar de 1964, com o surgimento da Teologia da Libertação. O segundo destaca o processo de transformação da Igreja no Nordeste e na Paraíba, de uma postura conservadora e a serviço da classe dominante para uma Igreja comprometida com os pobres e oprimidos, o que irá modificar completamente a ação pastoral junto aos trabalhadores do campo. O terceiro item centra sua atenção na ação da Comissão de Promoção à Saúde, posteriormente denominada de Pastoral Rural e da Comissão Pastoral da Terra na luta pela construção de Territórios de Esperança na Paraíba.

### **O RITO DE PASSAGEM: de uma igreja conservadora e anticomunista para uma igreja libertária a serviço dos pobres e oprimidos**

Como foi anteriormente mencionado, o espaço agrário nordestino desde o período colonial se estruturou com base no tripé: monopólio fundiário, monocultura e escravidão. A policultura alimentar que era praticada no interior dos latifúndios e nas áreas marginais se expande só no século XVIII de forma vinculada à atividade algodoeira. Isto principalmente em função do algodão poder ser plantado consorciado com as lavouras de subsistência, principalmente com o feijão e o milho.

As condições de vida e trabalho do campesinato eram extremamente precárias. As famílias camponesas sem-terra que viviam em propriedades de terceiros moravam em casebres feitos de palha ou taipa, com piso de chão batido, sem água e sem luz,

---

<sup>44</sup> Respectivamente “Geografia agrária e cartografia histórica crítica: refazendo e representando o percurso das lutas sociais no campo paraibano (1967 –2018)” e “Memória da luta pela terra, pela água e pela construção de Territórios de Esperança no estado da Paraíba: dando visibilidade aos protagonistas da CPT e do MST”.

submetidos ao pagamento do cambão<sup>45</sup>, a constantes aumentos do foro<sup>46</sup> e ao vale barracão. “A sujeição ao barracão e ao vale imprimia um caráter de semiescavidão ao sistema de morada” (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 45).

Mesmo após o advento da República e, já no século XX, com a aprovação das leis trabalhistas (CLT e Jornada de Trabalho de oito horas) pelo governo Vargas, os camponeses continuaram sem direitos, uma vez que tais leis só contemplaram o trabalhador urbano. Este contexto histórico-social no qual se inseria o campesinato nordestino levou o Partido Comunista Brasileiro (PCB) a fazer do meio rural um espaço de militância voltado para convencer o trabalhador “a reivindicar direitos e a transformar seu cotidiano em batalha pela cidadania” (CAVALCANTE, 2009, p. 2).

De fato, desde os anos de 1940 o PCB passou a atuar nos conflitos agrários e contribuiu para a criação de uma organização para representar as associações dos trabalhadores do campo em nível nacional que foi denominada de União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) e promoveu a organização dos trabalhadores rurais nas chamadas Ligas Camponesas, que foram reprimidas com a colocação do Partido Comunista na clandestinidade a partir de 1947 (TARGINO, 2002).

Foi ainda nesse período que se estabeleceu o chamado “Movimento de Natal”, liderado por Dom Eugênio Sales, então integrante do clero do arcebispado do Rio Grande do Norte e depois nomeado arcebispo. Um dos segmentos desse movimento foi a criação do Serviço de Assistência Rural (SAR) naquele estado para, em princípio, prestar assistência médica e educacional às populações rurais, bem como a criação das escolas radiofônicas para alfabetização de adultos (CAMARGO, 1971; CRUZ, 1982).

Essa inserção da Igreja Católica no espaço agrário nordestino vai ganhar maior expressão no pós 2ª Guerra Mundial, quando alguns dos seus segmentos passaram a denunciar as

---

<sup>45</sup> Renda-trabalho paga ao proprietário da terra pelo direito de acesso precário à mesma.

<sup>46</sup> Pagamento anual em dinheiro efetuado pelo foreiro ao dono da terra em troca do direito de morar e ter um roçado em sua propriedade.

condições de vida dos trabalhadores do campo, bem como disseminaram alguns dos valores campestres (o trabalho em comunidade e a cultura popular) (PAIVA, 1985), e denunciaram o anticomunismo. Fortalecendo essa ação da Igreja no campo, na segunda metade dos anos 1950 foi assinado um convênio entre a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o governo de Juscelino Kubitschek que garantia a participação da Igreja Católica na Campanha Nacional de Educação Rural (CNER).

As diversas experiências de escolas radiofônicas inspiradas no Movimento de Natal, passaram a ter uma articulação a partir da criação da Rede Nacional de Emissoras Católicas (RENEC) com a promoção do 1º Seminário de Educação de Base, realizado em Aracajú. Seguindo as discussões do Seminário, o arcebispo de Aracajú (Dom José Vicente Távora) propôs ao governo federal a criação do Movimento de Educação de Base no final de 1960. O MEB desenvolveu ações que foram além da alfabetização, passando a discutir uma pauta que envolvia sindicalismo, cooperativismo e reforma agrária (FAVERO, 2006).

Em 1961 foi criado o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE) sob a influência dos Círculos Operários Cristãos, visando prestar assistência médica e, sobretudo, serviço educacional às populações rurais de forma articulada com o Movimento de Educação de Base (MEB). Ao longo do governo Goulart, o SORPE atuou ativamente na criação de sindicatos rurais cristãos (conhecidos na Paraíba como Sindicato dos Padres), em oposição aos sindicatos de orientação comunista.

Em 1962 uma nova organização surge no seio da Igreja Católica, com diretrizes completamente diferentes dos Círculos Operários, do SER e do SORPE: a Ação Popular (AP). A Ação Popular brota de dentro da JUC (Juventude Universitária Católica), que tinha uma posição crítica tanto ao capitalismo quanto à postura da cúpula da Igreja Católica por sua ação reacionária e conservadora. Por esta razão se constituiu como uma organização autônoma em relação à Igreja. Atuou não só na luta estudantil como na educação popular através do MEB, utilizando o método Paulo Freire de alfabetização. Os “membros da AP que participavam do MEB procuravam mobilizar os trabalhadores através da conscientização de sua situação social, o que criou as bases para a



sindicalização rural desenvolvida por esta agremiação” (RAMOS, 2010, p. 6).

Paralela a essas formas de inserção da Igreja no meio rural e do surgimento de novas organizações voltadas para dar sustentação à luta dos trabalhadores rurais, desenvolveu-se em Pernambuco, no Engenho Galiléia, situado na Zona da Mata do estado, um movimento que se expandiu pelo Nordeste. Trata-se das Ligas Camponesas, que se transformou no maior movimento de massa da história agrária brasileira na primeira metade do século XX. As Ligas, inicialmente, tinham por objetivo a luta contra o pagamento do cambão. Com o apoio do Partido Comunista Brasileiro suas reivindicações foram pouco a pouco sendo canalizadas para a execução de uma Reforma Agrária “na Lei ou na Marra”.

A posição da Igreja Católica de oposição às Ligas é perceptível pela direção que foi dada aos Sindicatos dos Padres, que se colocavam como resistência contra o comunismo e as Ligas.

O golpe militar em 1964 trouxe consigo um modo de governar pautado no autoritarismo de Estado e na determinação de expandir o modelo capitalista de produção para todos os setores da economia brasileira, aí incluído o setor primário. Para a hierarquia eclesial católica os militares argumentavam em favor do golpe, na defesa da promoção do desenvolvimento do país e, simultaneamente, no impedimento definitivo da implantação do sistema comunista (PEREIRA, 2012).

A Igreja respondeu de forma diferenciada ao golpe. Em meio à cúpula da Igreja Católica, alguns poucos bispos posicionaram-se publicamente contra, a exemplo de Dom José Lamartine Soares, que na época era vigário capitular da Arquidiocese de Olinda e Recife (NASCIMENTO, 2005). Contudo, a maioria posicionou-se publicamente a favor do golpe, a exemplo do Arcebispo da Paraíba, Dom Mário de Miranda Villas Boas. O próprio Dom José Maria Pires, então bispo da diocese de Araçuaí, em Minas Gerais, também acreditou que os militares iriam conduzir o país em direção da diminuição das desigualdades sociais (PEREIRA, 2012).

O entusiasmo de Dom José e da maioria dos bispos que apoiaram o golpe militar se arrefeceu rapidamente. De acordo com Pereira (2012):

Dom José, nos momentos iniciais da administração dos militares, queria confiar em sua administração. Contudo, decepcionou-se muito rapidamente e iniciou, por meio de seus discursos, críticas a esse Governo. Segundo ele, o que foi anunciado com base num programa político, econômico e social, jamais foi cumprido (p. 69-70).

É importante destacar que a postura crítica da Igreja ao regime militar não se restringiu ao não cumprimento das mudanças propostas anteriormente, mas à violação dos direitos humanos, expressa através de atos de crueldade e violência contra qualquer indivíduo de qualquer classe social, inclusive membros do clero, que parecessem, aos militares, ligados ao comunismo (PEREIRA, 2012).

Outro fato que teve forte influência sobre a Igreja latino-americana foi a Conferência Latino-Americana de Medellín, convocada pelo papa Paulo VI e realizada em 1968 na Colômbia. Se o Concílio Vaticano II deu o primeiro impulso para a renovação da Igreja Católica, foi a partir da Conferência de Medellín que esta renovação passou a se concretizar.

A Conferência de Medellín, mais do que o próprio Concílio, se aproximou do *mundo dos pobres* e fez dele um dos principais temas de suas reflexões e resoluções. O Papa Paulo VI, em seu discurso de abertura, fez questão de ressaltar a prioridade que a Igreja e, sobretudo a Igreja da América Latina, havia reservado ao tema do ser humano em suas várias dimensões (PEREIRA, 2012, p. 99).

[...] Em Medellín, enfocavam-se a injustiça e a exigência pela justiça. Os pobres eram vítimas da injustiça. Jesus lutava contra a injustiça, que se tornara violência institucionalizada (COMBLIN, 2005, p. 267).

## Com base nessa nova prática da Igreja:

“surgem novas teorias sobre a interpretação do texto sagrado que foram sendo lapidadas até que um de seus vieses mais expressivos se transformou na doutrina conhecida como Teologia da Libertação” (BARBOSA, 2007, p. 13-14).

## Segundo Boff (2011, p.1):

O *punctum stantis et cadentis* da Teologia da Libertação é o pobre concreto, suas opressões, a degradação de suas vidas e os padecimentos sem conta que sofre. Sem o pobre e o oprimido não há Teologia da Libertação. Toda opressão clama por uma libertação. Por isso, onde há opressão concreta e real que toca a pele e faz sofrer o corpo e o espírito, aí tem sentido lutar pela libertação. Herdeiros de um oprimido e de um executado na cruz, Jesus, os cristãos encontram em sua fé mil razões por estarem do lado dos oprimidos e junto com eles buscar a libertação. Por isso a marca registrada da Teologia da Libertação é agora e será até o juízo final: a opção pelos pobres contra sua pobreza e a favor de sua vida e liberdade. A questão crucial e sempre aberta é esta: como anunciar que Deus é Pai e Mãe de bondade num mundo de miseráveis? Este anúncio só ganhará credibilidade se a fé cristã ajudar na libertação da miséria e da pobreza. Então tem sentido dizer que Deus é realmente Pai e Mãe de todos, mas especialmente de seus filhos e filhas flagelados.

Boff (2011), ao explicar o sentido da Teologia da Libertação, questiona como seria tirar os pobres-oprimidos da pobreza, não na direção da riqueza, mas da justiça. Para ele trata-se de uma questão prática de ordem pedagógico-política que precisa ser esclarecida. Para tanto aponta três estratégias:

A primeira interpreta o pobre como aquele que não tem. Então faz-se mister mobilizar aqueles que têm

para aliviar a vida dos que não têm. Desta estratégia nasceu o assistencialismo e o paternalismo. Ajuda mas mantém o pobre dependente e à mercê da boa vontade dos outros. A solução tem respiração curta. A segunda interpreta o pobre como aquele que tem: tem força de trabalho, capacidade de aprendizado e habilidades. Importa formá-lo para que possa ingressar no mercado de trabalho e ganhar sua vida. Enquadra o pobre no processo produtivo, mas sem fazer uma crítica ao sistema social que explora sua força de trabalho e devasta a natureza, criando uma sociedade de desiguais, portanto, injusta. É uma solução que ajuda favorece o pobre, mas é insuficiente porque o mantém refém do sistema, sem libertá-lo de verdade. A terceira interpreta o pobre como aquele que tem força histórica mas força para mudar o sistema de dominação por um outro mais igualitário, participativo e justo, onde o amor não seja tão difícil. Esta estratégia é libertária. Faz do pobre sujeito de sua libertação. A Teologia da Libertação, na esteira de Paulo Freire, assumiu e ajudou a formular esta estratégia. É uma solução adequada à superação da pobreza. Esse é o sentido de pobre da Teologia da Libertação. Só podemos falar de libertação quando seu sujeito principal é o próprio oprimido; os demais entram como aliados, importantes, sem dúvida, para alargar as bases da libertação (BOFF, 2011, p. 2).

Sem dúvida nenhuma, a opção de Dom José, Dom Hélder, Dom Frago e de outros bispos por uma Igreja comprometida com os pobres e oprimidos modificou a ação pastoral da Igreja no Nordeste e a sua ação junto aos trabalhadores do campo, particularmente nos estados de Pernambuco, da Paraíba e do Ceará, onde se radicaram esses prelados.

## **A IGREJA COMO “VOZ DOS QUE NÃO TÊM VOZ”: sua atuação no campo paraibano**

O período entre o final dos anos de 1950 e início dos anos de 1960 foi marcado no Nordeste por um importante processo de mobilização dos trabalhadores rurais, tendo como bandeiras de luta a reforma agrária e a legislação trabalhista. A esse processo organizativo as forças oligárquicas não assistiram de braços cruzados. Fundaram associações, criaram sindicatos, arremeteram capangas, utilizaram-se do braço policial e jurídico do estado, prenderam e mataram trabalhadores (as três principais lideranças das Ligas Camponesas da Paraíba foram assassinadas neste período: Pedro Teixeira; João Alfredo Dias, mais conhecido como Nego Fuba e Pedro Fazendeiro).

É nesse contexto de forte repressão que, a partir da atuação do chamado clero progressista, foi sendo gestada uma retomada das organizações dos trabalhadores rurais. Embora a organização sindical continuasse atuando, a sua ação não só passou a ser estreitamente vigiada, como também sofreu um forte processo de cooptação por parte do aparelho militar.

Como esses instrumentos não foram suficientes, aliaram-se à burguesia urbana e ao capital internacional para através de um golpe de estado reprimir a subversão no campo. Com o golpe militar, houve o desmantelamento dos movimentos de massa presentes no campo: as ligas camponesas foram desbaratadas, a atuação dos partidos políticos ficou bastante limitada, o movimento sindical foi domesticado (MOREIRA; TARGINO; MENEZES, 2001).<sup>47</sup>

Na verdade, os sindicatos rurais passaram a ser uma sucursal do sistema previdenciário, em particular após a criação do FUNRURAL, providenciando as aposentadorias dos trabalhadores idosos e prestando assistência médica e odontológica nos ambulatórios implantados pelo sistema previdenciário oficial. Se o movimento sindical se encontrava dominado e subordinado aos interesses do estado militar, por outro lado os problemas do campo

---

<sup>47</sup> Para uma descrição detalhada da repressão que se abateu sobre o campo nordestino, veja Cavalcanti (1980), Bezerra (1980), Lemos (1996) e Paiva (1996).

aceleravam-se em decorrência do processo de modernização da agricultura que estava em curso. A agudização dos problemas sociais no campo vai levar alguns membros do episcopado e do clero brasileiro a se posicionarem de forma clara pela reforma agrária (MOREIRA; TARGINO; MENEZES, 2001).<sup>48</sup>

Na Paraíba, a modernização da agricultura vai incidir mais fortemente nas atividades canavieira e pecuária, o que equivale em termos espaciais às Mesorregiões da Mata e do Agreste. As mudanças na base técnica da produção e nas formas de uso do solo vão repercutir nas relações sociais de produção, levando ao esgotamento do sistema de morada naquelas duas regiões. Concretamente, isso vai se exprimir através de mudanças no uso do solo e em um intenso processo de expropriação e expulsão dos antigos posseiros, moradores, foreiros e parceiros, propiciando em alguns casos a resistência dos trabalhadores. Na segunda metade dos anos de 1970, esse processo vai ser largamente reforçado com a implantação do Proálcool (MOREIRA; TARGINO; MENEZES, 2001).

É justamente nas décadas de 1960 e 1970 que a renovação da Igreja na América Latina irá contribuir para aproximar cada vez mais a cúpula eclesial das classes populares, cada dia mais afastadas do Estado pela própria política levada a efeito pelos militares, voltada para beneficiar a elite brasileira e o capital internacional.

A Igreja passou a ser "a voz dos que não têm voz", empenhando-se resolutamente na campanha de denúncia às torturas e pela defesa dos direitos humanos. O terror repressivo estendeu-se sobre ela: religiosos foram condenados por tribunais militares; padres foram assassinados pela polícia; um bispo foi sequestrado e seviciado por grupos direitistas. O povo redescobriu a Igreja, não apenas como seu espaço de expressão e nutrição da fé, mas também como espaço de organização e mobilização (FREI BETTO, 1981, p.11).

---

<sup>48</sup> Um belo exemplo dessa postura da hierarquia católica é o documento "Eu ouvi o clamor do meu povo", assinado pelos bispos do Regional Nordeste II.

Na Paraíba, a conversão de Dom José à Teologia da Libertação é por ele mesmo atribuída a três fatos: a) sua ida para o Nordeste; b) a realização do Concílio Vaticano II e; c) o golpe militar de 1964:

O período de conversão foi a minha ida para o Nordeste. Os fatos que provocaram essa conversão aconteceram quando eu ainda estava em Araçuaí (MG). Foram dois: a realização do Concílio Vaticano II, que deu outra visão de Igreja. O Vaticano II criou um clima de maior participação – participação e comunhão. O outro fato que provocou essa conversão, no momento em que entrei na realidade do Nordeste, foi exatamente o Golpe de 1964, que atingiu profundamente os direitos humanos! E, já em Araçuaí, eu comecei a reagir diante dessas violações dos direitos humanos: prisão de pessoas, prisão de suspeitos, torturas. A primeira impressão que eu tive foi muito, eu diria, chocante! Porque eu deixei o Nordeste de Minas e fui para o Nordeste do Brasil? No Nordeste de Minas, praticamente não havia nenhuma organização de povo, os fazendeiros faziam o que bem entendiam. Havia começado o sindicato dos trabalhadores rurais, só estava começando. Enquanto no Nordeste já havia uma experiência política bastante forte do povo, das Ligas Camponesas, que foram muito massacradas pelos representantes da ditadura, mas que estavam no coração do povo. Então havia mesmo um clima de luta entre os trabalhadores e os proprietários (PIRES in PASSOS, 2011, apud PEREIRA, 2012, p. 76-77).

Um quadro bastante particular se estabeleceu na Paraíba com a chegada de outro bispo: Dom Marcelo Carvalheira. As presenças de bispos da estatura de Dom José Maria Pires e de Dom Marcelo Carvalheira foram fundamentais para o engajamento efetivo da Igreja no suporte à luta dos trabalhadores rurais no estado. Essa atuação foi tão intensa que em praticamente todos os

conflitos de terra eclodidos no estado a partir dos anos setenta até o início dos anos de 1990 a Igreja se fez presente (MOREIRA, 1997). A experiência pessoal de envolvimento de Dom José nos conflitos de terra é assim descrita por ele:

Fui testemunha ocular de mais de um desses acontecimentos dolorosos. No meu primeiro Natal paraibano, 1966, ocorreu, bem perto de João Pessoa, a derrubada da casa de um trabalhador rural. Ela não aceitava o acordo proposto para deixar a terra que o proprietário desejava livre para plantar cana. [...] Na luta de Alagamar, fui com três sacerdotes ver a destruição que os novos proprietários mandaram fazer. Nós vimos e contamos mais de 10.000 pés de roça arrancados, murchando ao sol. Eu vi – e fotografei – a cerca de arame que o rico proprietário fizera passar dentro da casa de uma viúva. Em Caaporã, sim, senhores! A viúva fora aconselhada a deixar o campo e a mudar-se para a cidade após a morte do seu marido. Ele se enforcara em consequência da perseguição movida contra as Ligas Camponesas de que fizera parte. À pobre mulher haviam indicado aquele chão como terreno livre para ela levantar seu barraco. Depois de construída a moradia, o dono das terras vizinhas mandou cercar toda a sua propriedade. A linha divisória passou pela cozinha da casa da viúva. Os empregados foram perguntar ao patrão: “Passamos a cerca pela frente ou por detrás da casa da viúva?” Resposta: “Nem pela frente nem por detrás. Passem a cerca no lugar exato”. E assim se fez... O viver essa realidade foi determinante para minha conversão à evangélica opção preferencial pelos pobres com todas as consequências sociais e políticas que ela possa levar (PIRES, apud MOREIRA, 1997, p. 117-118).

Imbuídos dos princípios da Teologia da Libertação, Dom José e Dom Marcelo ampliaram a ação da Arquidiocese do estado e da Diocese de Guarabira para o meio rural e para a defesa dos direitos humanos. Nesse sentido, Dom José fundou o Centro de



Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba (CDDH-PB), o primeiro do Brasil, e passou a denunciar a concentração de terras, o latifúndio e a opressão sobre os mais pobres (PIRES, 1978).

Em 1969 outra ação do arcebispo resultou na criação de um movimento denominado de Igreja Viva, que consistia numa mudança de direção da ação da Igreja do “centro” para a “margem”. Como dizia Dom José:

[...] cada vez mais a gente sentia que a Igreja não podia mais ficar no centro, tudo da Igreja é no centro, os colégios da Igreja estão no centro, na parte mais rica, as Igrejas estão sempre nas partes mais ricas, e onde está o povo? O povo está cada vez mais na margem. Então a Igreja do Vaticano II é uma Igreja que deve estar cada vez mais na margem, então, se ela está no centro, ela tem que ir para a margem. Para quê? Para integrar a margem e não marginalizá-la cada vez mais (entrevista realizada com Dom José Maria Pires por Marco Antônio Mitidiero Junior em 09/10/2006).

A Igreja Viva buscou unir a fé à ação social, temas que sempre estiveram separados na tradição pastoral e que significava “juntar o social com o religioso no âmbito da pastoral paroquial, de modo que a prática de procurar respostas aos problemas da vida coincidissem com a prática da vida de fé” (GIACOMELLI, 2001, apud MITIDIERO JUNIOR, 2008, p. 293).

A experiência da Igreja Viva durou de 1969 a 1972 e reuniu aproximadamente 400 comunidades em toda a Paraíba. Na verdade, essa experiência nunca foi extinta, pois os seus participantes decidiram que a Igreja Viva deveria se juntar às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), e foi isso que aconteceu. “As CEBs na Paraíba nasceram das comunidades da Igreja Viva” (MITIDIERO JUNIOR, 2008, p. 293).

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) foram criadas com base nas resoluções da Conferência de Medellín, definidas por Frei Betto como sendo “(...) pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos” (1981, p. 8). Esses grupos de fiéis se

reuniam para fazer estudos bíblicos e orações. A “leitura popular da Bíblia”, tal qual era realizada, aproximou o texto da realidade local de cada comunidade, transformando-se no pilar a partir do qual se forjavam as discussões sobre a realidade concreta. Segundo Barbosa (2007, p. 10):

As Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) constituem-se numa experiência pastoral que nasceu da possibilidade de participação, aberta aos leigos, dentro da estrutura tradicionalmente rígida da Igreja. Essa abertura à participação dos leigos é ponto crucial para entendermos o que aconteceu na Igreja do Brasil nas décadas de 1970 e de 1980, quando as CEB's estavam trabalhando com todo o seu potencial mobilizador.

Os agentes pastorais eram padres, freiras ou leigos, formados pelas próprias comunidades que residiam em bairros populares, recebiam pouco mais do que um salário mínimo e assumiam “o trabalho com o povo como o compromisso prioritário de sua vida” (FREI BETTO, 1981, p. 9). Tratava-se de um verdadeiro trabalho de base para o desenvolvimento de uma consciência crítica a partir da difusão da fé cristã. Durante o regime militar esses agentes pastorais tiveram uma importante participação na oposição popular. No estado da Paraíba as Comunidades Eclesiais de Base se disseminaram por todas as regiões, no meio urbano e no rural.

Além das CEBs, uma nova experiência de fazer e ser Igreja surgiu influenciada pelo Concílio Vaticano II, por Puebla e Medellín: a Teologia da Enxada. Ela foi criada pelo teólogo Padre Comblin a partir de uma proposta efetuada por Ivan Targino, de oportunizar aos jovens seminaristas como ele à época, a possibilidade de complementar sua formação fora do seminário, trabalhando e vivendo ao lado do povo. Entre os anos de 1969 e 1971 dois grupos pioneiros de seminaristas se instalaram na periferia das cidades de Tacaimbó (PE) e Salgado de São Félix (PB) em residências muito humildes. “Os dois grupos constituíram um programa de vida em que a parte da manhã era reservada aos trabalhos na agricultura, a parte da tarde ao estudo e a noite aos

trabalhos apostólicos” (COMBLIN, 1977, p. 9). Foi com esta metodologia que se desenvolveu a experiência da Teologia da Enxada enquanto proposta inovadora na qual a Igreja busca a aproximação com os pobres, os menos favorecidos e distancia-se da elite, provocando fissuras no relacionamento entre ambos,

As classes dominantes e o Estado não conseguiram aceitar a nova mensagem da Igreja, que foi por eles percebida como excessivamente política, no melhor dos casos, quando não subversiva. Nada demonstra esse fato com tanta clareza como os muitos casos de prisão, tortura, destruição de propriedade da Igreja e outros exemplos de repressão privada e estatal procedida contra líderes eclesiais (MAINWARING, 2004, p. 39).

Além das CEBs e da Teologia da Enxada, outro segmento de ação da Igreja na Paraíba foi criado por Dom José para atuar no campo: a Comissão de Promoção Humana, que surge a partir das CEBs. É esta Comissão que dá início à ação evangelizadora no campo paraibano, como veremos a seguir.

### **DA COMISSÃO DE PROMOÇÃO HUMANA À COMISSÃO PASTORAL DA TERRA: o papel da igreja na luta pela construção de territórios de esperança no campo paraibano**

Para a classe trabalhadora, a dominação do capital sobre a agricultura deu origem a um ciclo de violência marcado pela expulsão maciça dos camponeses sem-terra, seguida pela destruição de suas casas e sítios e sua substituição por cana de açúcar na Zona da Mata e por cana e pasto no Agreste. Alguns camponeses não aceitaram passivamente essa violência e reagiram, dando origem a conflitos. No contexto de agravamento dos conflitos, os únicos canais de interlocução dos trabalhadores foram exatamente a Igreja e o movimento sindical.

### **A atuação da Comissão de Promoção Humana (CPH) e da Pastoral Rural da Arquidiocese da Paraíba**

Em um primeiro momento, a Igreja atuou concretamente junto aos camponeses ameaçados de expulsão, através da Comissão de Promoção Humana (CPH) da Arquidiocese da Paraíba. A CPH era composta pelos frades franciscanos Anastácio Ribeiro (coordenador) e Hermano José; pelas freiras de origem holandesa Irmã Tonny e Irmã Marlene; pelo casal de agentes pastorais Gláucia de Luna Ieno e Genaro Ieno e pela auxiliar de enfermagem Salete Silva, entre outros. O papel inicial da Comissão de Promoção Humana era:

atuar em terras da Igreja, até então arrendadas, para estimular a capacidade organizativa dos moradores através da formação de posto de saúde comunitário, dentro de uma concepção preventivista e de roçados comunitários, que viabilizassem técnica e economicamente as propriedades. Uma das propriedades, Taquara-Pitimbu, situava-se no Litoral Sul. Nessa área, a Equipe de Promoção Humana passou a atuar conjuntamente com frades franciscanos responsáveis pelas paróquias de Conde, Alhandra e Pitimbu. A forma diferenciada de atuação da equipe e dos Freis Hermano, Anastácio e Domingos, em Taquara (1973/1974), extrapolou os limites geográficos inicialmente demarcados e se expandiu pela região atendendo às reivindicações de grupos que percebiam as mudanças nas relações com os proprietários de terra da região. Estes vinham negando os tradicionais arrendamentos e pressionando os antigos posseiros a entregarem as terras que ocupavam, alguns a mais de 60 anos (depoimento prestado por Gláucia e Genaro Ieno em 30/10/1996 apud MOREIRA, 1997).

A primeira atuação da Comissão de Promoção Humana deu-se em resposta à demanda dos moradores de uma fazenda denominada de Mucatu, situada no município de Alhandra, no Litoral Sul do estado, com a equipe contribuindo na resistência dos trabalhadores em um processo de expulsão efetuado pelo novo

proprietário da terra. A partir desse contato, o grupo de agentes pastorais passou a se reunir todas as terças-feiras à noite com os agricultores de Mucatu, numa localidade da fazenda conhecida por "João Gomes", onde discutiam:

passagens do Evangelho, o Estatuto da Terra, a situação das trabalhadoras e dos trabalhadores rurais em particular, tanto na Paraíba como no Brasil, problemas internos da comunidade, os problemas de saúde, de educação e da produção local, assim como as ações e ameaças do proprietário da fazenda. Planejavam-se as ações e a organização dos trabalhadores, tanto referentes à luta pela terra, como em relação às questões internas citadas (depoimento prestado por Gláucia e Genaro Ieno em 30/10/1996 apud MOREIRA, 1997).

As reuniões da CPH na capela de Mucatu chamaram a atenção do proprietário da fazenda, que colocou de forma ostensiva, agentes da polícia federal, da polícia militar e do exército na área e nas reuniões da comunidade para reprimir os trabalhadores, os agentes pastorais e até mesmo o arcebispo e impedi-los de ter acesso ao imóvel. Apesar de toda a pressão, a equipe de saúde da Comissão de Promoção Humana composta pela médica Gláucia de Luna Ieno e pela auxiliar de enfermagem Salete Silva conseguia furar o bloqueio, continuando a dar assistência aos moradores da fazenda.

Finalmente, em 03 de julho de 1976, através do decreto Nº. 77.744/76 (BRASIL, 1976), ocorreu a desapropriação do imóvel por interesse social. A desapropriação abrangeu 10.224 hectares de terras que abarcavam tanto a fazenda Mucatu (em Alhandra) como a fazenda Garapu (também em Alhandra) e a fazenda Andreza (em Pitimbu) (MOREIRA, 1997).

A atitude corajosa dos agentes pastorais e dos moradores e a firme decisão de lutar para permanecer na terra foi um dos motivos da vitória. Como bem disse o Sr. Manoel Romão Neves, que há 25 anos morava na Fazenda: "Só saio daqui morto. Vou resistir até o fim e lutar por meus direitos" (depoimento do Sr.

Manoel Romão das Neves ao jornal “O Norte”, de João Pessoa, em 18.6.1975).

Assim que o decreto de desapropriação foi assinado, o Exército realizou na área a “Operação Aciso”, que consistiu na organização de festas, atividades com jovens e crianças, um grande churrasco, apresentação de filmes, jogos de futebol, atendimento médico e odontológico. Num desses dias de eventos, o comandante da operação disse para o Frei Hermano José:

Na Paraíba não haverá outro Mucatu. A vitória dos trabalhadores de Mucatu, primeira área desapropriada na Paraíba depois do golpe de 1964 e em plena vigência da ditadura militar, não poderia, na visão dele, contaminar outros trabalhadores. Mas contaminou” (depoimento prestado por Gláucia e Genaro Ieno em 30/10/1996 apud MOREIRA, 1997).

Foi ainda em 1976, que a Comissão de Promoção Humana passou a ser chamada de Pastoral Rural a qual, assim como a CPH, tinha por objetivo a realização de um trabalho de base junto à população do campo. Durante a vigência da CPH e da Pastoral Rural (1972-1988), além do conflito de Mucatu, destacou-se um outro conflito que ganhou expressão internacional: o conflito de Alagamar, conjunto de fazendas situadas nos municípios de Salgado de São Félix e de Itabaiana, na região do Agreste Paraibano.

O conflito de Alagamar eclodiu em 1978 quando, com a morte do antigo proprietário, o imóvel foi desmembrado e cada parte vendida a outros proprietários. Estes queriam expandir o plantio da cana ou do pasto de modo contínuo. Para tanto resolveram que só continuariam aforando terra aos que ali trabalhavam a mais de 30 anos, se estes aceitassem ser deslocados de suas áreas de roçado para uma área situada bem distante de onde eles viviam e cujo solo era muito pobre, deixando as terras de seus roçados à disposição dos proprietários para serem destinadas ao plantio da cana e do pasto. Esta proposta foi rejeitada pelos camponeses.

A esta reação dos trabalhadores, os proprietários responderam com violência concretizada através de ameaças de morte e de ações de pistolagem. A Pastoral Rural atuou firmemente nesse conflito, tendo contado com o apoio incondicional de Dom José Maria Pires.

“Com a participação ativa da Igreja e de Dom José e com a dimensão pública que o conflito tomou, grande parte da sociedade civil passou a defender os camponeses e, por conseguinte, a posição da Igreja” (MITIDIERO JUNIOR, 2008, p. 303).

A resistência camponesa com o apoio da Pastoral Rural, do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, de Dom José Maria Pires, de Dom Hélder Câmara, dos sindicatos e da sociedade civil foi determinante para garantir a desapropriação da terra. Esse processo foi, porém, lento e penoso, na medida em que teve início em 1978 e em 1996 ainda havia parte das terras de Alagamar por desapropriar.

Até 1987 outras áreas de conflito contaram com a ação da Pastoral Rural na Zona da Mata, com destaque para aquelas que tiveram maior repercussão: Árvore Alta, no município de Alhandra; Jacarateá, no município de Jacaraú; Camucim, no município de Pitimbu; Subaúma, em Alhandra e Paripe III, no município do Conde. Todos esses conflitos de longa duração deram origem a Assentamentos de Reforma Agrária.

Em 1988, a Pastoral Rural da Arquidiocese da Paraíba se transforma em Comissão Pastoral da Terra.

### **A Comissão Pastoral da Terra e a continuidade da luta para a construção de Territórios de Esperança**

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), embora tenha sido criada no Brasil em 1975, não se implantou imediatamente na Paraíba. Na verdade, em 1976, a Pastoral Rural ainda se encontrava em fase de organização. Neste mesmo ano, ela foi convidada para formar a CPT/PB e participar da CPT Nordeste II. A proposta foi recusada por três motivos principais: a) a metodologia adotada pela

CPT diferia da adotada pela Pastoral Rural, que se pautava no trabalho de base; b) o fato de que, naquele momento, o grupo da Pastoral Rural estar tentando realizar uma articulação estadual considerada de grande importância pela equipe e; c) a existência de movimentos leigos como o Movimento de Evangelização Rural (MER) e a Animação dos Cristãos no Meio Rural (ACR), que também adotavam o trabalho de base como metodologia e se articulavam com a Pastoral Rural (MITIDIERO JUNIOR, 2008).

Era o trabalho de base, mesclado com certo “basismo” nas decisões a serem tomadas em comunhão com as posições dos camponeses, que caracterizava o trabalho da Pastoral Rural da Paraíba, o que, a princípio, diferenciava-a da CPT, que nasceu sem a proposta direta de trabalho de base, e sim de assessoria jurídica e como um meio de denunciar a violência contra os trabalhadores rurais. Como se pode ver na fala de Dom José Maria Pires: “A CPT não tinha esse trabalho de base, de ir para o meio dos agricultores. Ela tem assessores que assessoram os problemas, mas não tinha quadros que ficassem diretamente nas comunidades; ela não era base”. Com isso, estava estabelecida uma diferença substancial entre a Pastoral Rural paraibana e a CPT nacional (MITIDIERO JUNIOR, 2008, p. 306).

De acordo com a irmã Tonny, foi principalmente o MER quem garantiu a existência da Pastoral Rural frente à expansão da CPT:

No Nordeste II, a CPT entrou muito mais tarde porque aqui continuou como Pastoral Rural e também sob influência do MER, porque o MER nos anos 80 era muito dentro da Pastoral Rural, e eles conseguiram, isso era uma política deles, entrar nas coordenações. Era muita gente do MER na coordenação da região Nordeste II. Eu me lembro que foi muita discussão para a Pastoral Rural se tornar CPT, e o pessoal do MER não era a favor e,



aí, na hora da votação, entra, não entra, o MER acabou ganhando, ficando como Pastoral Rural (entrevista realizada com irmã Tonny, por Marco Antonio Mitidiero Junior em 21/10/2005).

A transformação da Pastoral Rural em CPT na Paraíba só se deu em 1988, quando Dom Hélder Câmara saiu da diocese de Olinda e Recife e foi substituído por um bispo altamente conservador, que praticamente destruiu todos os projetos sociais existentes e ainda impossibilitou a atuação dos movimentos da Igreja.

Dom José Cardoso acabou com todos os projetos sociais da diocese de Olinda e Recife, “fechou as torneiras” para liberação de recursos que, de alguma forma, fossem para patrocinar a organização de iniciativas populares, acabou com grande parte dos agentes pastorais liberados que trabalhavam junto ao povo e removeu ou expulsou clérigos e leigos com aspirações de esquerda e adeptos da Teologia da Libertação (MITIDIERO JUNIOR, 2008, p. 306).

Os membros da equipe central do setor Pastoral da CNBB NE II, demitidos pelo bispo de Olinda e Recife, solicitaram a permissão de Dom José para participar do Encontro Regional da Pastoral Rural, também conhecido como Assembleia Regional e receberam como resposta: “A Assembleia pertence ao povo”. Dom José demonstrava naquele momento sua insubordinação ao conservadorismo e seu compromisso com uma “Igreja da libertação, profundamente conectada com o sonho de justiça dos/as empobrecidos/as da terra” (CPT Nordeste II).<sup>49</sup>

As dificuldades para a realização do Encontro Regional da Pastoral Rural, planejado para março de 1988, em virtude do grande número de participantes vindos de outros estados do Nordeste, levou a organização do evento a recorrer à CPT nacional.

---

<sup>49</sup> Cf. CPT NE 2. CPT NE 2 celebra 30 anos de vida em defesa dos povos da Terra. Disponível em: <https://bit.ly/3gifiqM9>. Acesso em: 25 maio 2020.

Esta não só assumiu os gastos como trouxe dois representantes para participar do encontro. Em agosto de 1988, em um dos auditórios do Centremar/Seminário Arquidiocesano, na cidade de João Pessoa/PB, aproximadamente 80 camponeses/as, agentes pastorais, religiosos/as e leigos/as dos estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte decidiram levar adiante a Assembleia do Setor Pastoral Rural da CNBB Regional Nordeste 2:

Foi ali, nas dependências do Centremar/Seminário Arquidiocesano, numa tarde de agosto, há 30 anos, que nasceu a Comissão Pastoral da Terra Nordeste 2. Ali, os então membros da Pastoral Rural decidiram se filiar à CPT Nacional, já existente desde 1975 [...] Logo de partida a CPT NE 2 passou a ser conhecida como uma Pastoral de fronteira, de risco e de conflito. Atuava prioritariamente em contextos de extrema violência no campo, provocados por grandes latifundiários que vitimizavam milhares de famílias camponesas empobrecidas. “O Clima agrário era de morte, bala e violência com a recém-fundada União Democrática Ruralista (UDR), braço armado do latifúndio”, relembra o Padre Hermínio Canova, da CPT NE2. Passadas três décadas, a violência e os conflitos no campo permanecem sendo uma realidade dramática e cotidiana para milhares de camponeses e camponesas (CPT NE 2)<sup>50</sup>.

O protagonismo dos agentes da CPT no campo paraibano se expressa através: a) do empoderamento de homens e mulheres do campo, que, participando do processo de evangelização adquirem consciência de seus direitos e passam a lutar por eles; b) da espacialização das lutas sociais por terra, água e reforma agrária, lutas estas acompanhadas e assistidas pelos membros da CPT; c) do número de assentamentos criados a partir da resistência na terra e da ocupação de terra que dão origem a “Território(s) de Esperança”. Para Moreira (2018, p. 6):

---

<sup>50</sup> Idem à nota anterior.

o Território de Esperança simboliza, além de uma “ruptura” mesmo que parcial ou momentânea com a forma de organização social, econômica e política dominante, uma forma de resistência à dominação do capital no campo e na cidade. O Território de Esperança surge de dentro do território capitalista rompendo com a sua lógica clássica, mas, simultaneamente, sendo um resultado do próprio caráter assumido pelo desenvolvimento contraditório e combinado do capital. Não se trata, pois, de um território gestado por um amplo processo revolucionário, mas pela rebeldia e pela insurgência contra a ordem estabelecida podendo se constituir numa possibilidade transformadora. Por isto ele só pode ser entendido como parte integrante de um processo. Daí o Território de Esperança se constituir num território em movimento, vivo, que experiencia um processo contínuo de (re)criação, (re)definição, (re)delimitação. Território inacabado, por conseguinte, sujeito a contradições, avanços, retrocessos, ganhos e perdas. Território de Esperança que não quebrou as amarras com o capital, mas a ele resiste, embora ainda não tenha conseguido emancipar-se.

Tomando como suporte as análises realizadas por Mészáros (1995), o Território de Esperança só se constituiria em algo acabado com a erradicação completa do sistema metabólico do capital, o qual é composto pelo tripé: capital, trabalho assalariado e Estado. Esses três elementos são indissociáveis, sendo impossível, na concepção do autor, a superação do capitalismo sem a eliminação do conjunto dos elementos que formam o núcleo central do sistema. No seu entender, não basta eliminar um ou mesmo dois elementos do sistema metabólico do capital, é preciso eliminar os três ao mesmo tempo. “É absolutamente crucial reconhecer que o capital é um sistema metabólico, um sistema metabólico socioeconômico de controle” (MÉSZÁROS, 1995, p. 131). Então, conseguindo-se derrotar o capitalista, mas permanecendo o sistema fabril (com todo o

processo produtivo funcionando) e a divisão do trabalho, nada mudará nas funções metabólicas da sociedade. “Os socialistas não podem continuar com a ilusão de que tudo se resume a abolir o capitalismo privado - porque o problema real permanece” (MÉSZÁROS, 1995, p. 136).

Sendo assim, tendo em vista todo o esgotamento das estratégias anteriores de superação do capital, para Mézáros, atualmente, a única possibilidade existente para se alterar as tendências destrutivas do capital é a sua superação pelo socialismo a partir da supressão do controle alienante e desumano do capital sobre o trabalho. A questão da quebra de controle é colocada, em primeiro lugar, no confronto contra o capital:

O verdadeiro alvo da transformação emancipatória é a completa erradicação do capital como modo de controle totalizante do próprio sociometabolismo reprodutivo e não simplesmente o deslocamento dos capitalistas da condição historicamente específica de personificações do capital (MÉSZÁROS, 2011, p. 451).

Em suma, para além do já exposto, o “Território de Esperança” visto a partir do campo é para Moreira (2019, p. 6):

o território construído e conquistado pela luta de resistência e de ocupação promovida pelos trabalhadores, com o apoio da Igreja, de movimentos sociais, universidades e ONGs, bem como o resultante da luta pela consolidação das diferentes formas de agricultura camponesa. Trata-se de um território construído com base na utopia e na esperança. Seu processo de construção não é fácil, uma vez que ele está sempre sendo ameaçado das mais diversas formas pelo capital. Daí a necessidade de que ele incorpore a luta por solidariedade e a luta por uma formação política crítica dos camponeses como metas a fim de possibilitar a redução das contradições e das desigualdades internas e o fortalecimento da resistência ao capital. Uma coisa é certa, o Território

de Esperança com suas vulnerabilidades e contradições ainda é a sinalização de uma forma experienciada de organização social diferente daquela marcada pela subordinação, pela dominação, pela bestialidade da exploração. Uma forma experienciada de organização social singular, singularidade de ordem seja “da sensibilidade pessoal ou da criação, da invenção de um outro modo de relação social, de uma outra concepção do trabalho social, da cultura, etc” (GUATTARI, 1986, p. 281).

Assim sendo, as frações do território capitalista conquistadas pela luta camponesa com a participação da Pastoral Rural e da CPT no estado da Paraíba constituem “Territórios de Esperança”. Entre 1983 e 2017 foram criados no estado 314 Áreas de Assentamento (INCRA/SIPRA, 04/2017), na sua grande maioria decorrentes da luta camponesa por terra e água. Desse total, 160 (51%) foram conquistadas através da luta camponesa acompanhada e assistida pela Pastoral Rural e pela CPT. Nessa relação não entram os primeiros assentamentos criados com a participação da Comissão de Promoção à Saúde e da Pastoral Rural entre 1976 e 1982. Em 2019 a CPT acompanha mais 13 conflitos de terra no estado.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Desde o ano de 1974, quando eclodiu o primeiro conflito de terra após as Ligas Camponesas, até 2010, final do Governo Lula da Silva, a desapropriação de terras para criação de assentamentos rurais pelo Governo Federal na Paraíba, na sua maioria, teve como origem as lutas de resistência acompanhadas pela Pastoral Rural e pela CPT (contando algumas vezes com o apoio de Sindicatos de Trabalhadores Rurais, de Paróquias e da Federação dos Agricultores do Estado da Paraíba). A partir de 1989, com a chegada do MST no Estado, uma nova estratégia de luta foi implementada: as ocupações. Tal estratégia foi, posteriormente, adotada pela. Via de regra, as lutas de ocupação ocorriam em propriedades onde a função social não era observada,

conforme prevê a Constituição Federal de 1988. A ação do Estado através da desapropriação dos imóveis e da criação de Assentamentos se deu em resposta a pressão dos camponeses.

A partir de 2014, com a reeleição de Dilma Rouseff e o inconformismo da direita frente à derrota, é engendrado um golpe político-jurídico e midiático para retirar Dilma do poder e através do seu vice fazer ascender os representantes do ultraconservadorismo neoliberal de direita. A partir desse momento vai se processando todo um investimento no desmonte das possibilidades de realização da reforma agrária no país. Na Paraíba, o então bispo Aldo Pagotto<sup>51</sup> assumiu o discurso contra a reforma agrária, perseguiu a CPT e procurou a todo custo fragilizar a ação dos seus quadros.

“O ano de 2016 foi o ano do Golpe, um Golpe político, parlamentar, jurídico e midiático que teve apoio direto de diferentes setores da elite brasileira, porém com protagonismo maciço da elite agrária” (MITIDIERO JUNIOR, 2018, p. 2).

A partir de então o tema da reforma agrária passou a ser fortemente atacado pelo parlamento e pelo Governo golpista.

Nesse íterim, um novo bispo chega à Paraíba para substituir Dom Aldo Pagotto, que em julho de 2016 renunciou ao bispado, acusado de acobertamento de casos de exploração sexual de crianças e adolescentes por padres e seminaristas e por ele próprio. Para o seu lugar foi nomeado como administrador diocesano o bispo emérito de Palmares, Dom Genival Saraiva, que não se posicionou claramente em favor de uma Igreja Progressista, ou da CPT, mas que fortaleceu o clero conservador. Para substituir o administrador diocesano foi designado novo arcebispo que, até o momento, não tem assumido qualquer compromisso de sustentação à CPT e ao engajamento da Igreja na luta pelos direitos dos trabalhadores em geral e dos trabalhadores rurais em particular.

---

<sup>51</sup> Substituto de Dom Marcelo Carvalheiro, que se afastou em decorrência de ter completado 75 anos. A substituição de Dom Marcelo seguiu a lógica adotada pelo Vaticano de repressão à teologia da libertação, com a nomeação de bispos conservadores e reacionários.

Vale dizer, houve efetivamente uma quebra no posicionamento da Igreja Católica em defesa da luta dos trabalhadores, interrompendo a trajetória construída por Dom José Maria Pires e por Dom Marcelo Carvalheira.

Durante a campanha de Jair Bolsonaro para a presidência da República em 2018 seus discursos inflamados de ódio avisavam: “aqueles que me questionam se eu quero que matem esses vagabundos, quero sim. A propriedade privada numa democracia é sagrada. Invadiu, pau nele” (RUSCHEL, 2018). Seu incentivo ao ódio, à morte e ao assassinato de lideranças do campo já teve êxito na Paraíba, com o assassinato brutal e cruel no dia 8 de dezembro de 2018 de uma liderança do MST, José Bernardo, e de um camponês sem-terra também do MST, Rodrigo Celestino.

Diante de tal quadro, a Comissão Pastoral da Terra permanece viva conclamando a resistência, e firme na sua caminhada dando assistência a 13 áreas de conflitos e vários assentamentos. Por outro lado, seus agentes pastorais têm investido concretamente no resgate da memória das Ligas e Lutas Camponesas da Paraíba através da criação de um Memorial das Ligas e Lutas Camponesas no território da Liga Camponesa do município de Sapé, localizado no sítio Barra de Antas, na casa em que residiram João Pedro e Elizabeth Teixeira, junto com seus 11 filhos, no período anterior ao golpe militar de 1964, organizando multidões de agricultores na luta por terra e direitos.

As Ligas Camponesas deixaram um legado muito importante para os movimentos do campo, influenciando hoje movimentos como a Via Campesina e o Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Sua atuação na Paraíba se deu sob a liderança do camponês João Pedro Teixeira, barbaramente assassinado em 02 de abril de 1962, e de sua companheira, Elizabeth Teixeira, que assumiu a luta pela reforma agrária após a morte de seu companheiro<sup>52</sup>. O tombamento

---

<sup>52</sup> Com o golpe militar, Elizabeth foi obrigada a abandonar sua família e a viver na clandestinidade, durante quase todo o período ditatorial, retornando à Paraíba somente em 1984, para protagonizar o filme do cineasta Eduardo Coutinho, “Cabra marcado para morrer” (1984), que resgatou a trajetória de lutas das Ligas Camponesas da Paraíba e a história de João Pedro e Elizabeth.

da sua casa de morada como patrimônio histórico aconteceu no ano de 2012, realizado pelo governo do Estado da Paraíba, sendo que em 2018 foi assinado o contrato de comodato da cessão da terra para a organização do Memorial por 50 anos.

Hoje o Memorial, em parceria com agentes pastorais da CPT, com militantes históricos da luta pela terra e de resistência à ditadura militar, com professores e outros parceiros, realiza um ativo trabalho de museologia social, buscando a continuidade da formação das agricultoras e agricultores no que tange à organização da juventude, formação feminista das mulheres, alfabetização de jovens e adultos e formação técnico-produtiva dos agricultores. A luta pela desapropriação da terra da Fazenda Antas também é foco de acompanhamento da equipe do Memorial, no acampamento que homenageia Elizabeth Teixeira neste território.

É nesse contexto que surge o projeto de formação do acervo histórico da luta pela terra na Paraíba, que está em andamento no resgate do arquivo audiovisual das lutas do campo no estado, documentado pelo Centro de Documentação Popular, na reunião do arquivo histórico das lutas travadas pela CPT e pelo MST e no registro das histórias de vida de militantes históricos. Todo esse material, de valor histórico incalculável, será hospedado no prédio anexo à casa tombada, construído a partir de campanha de arrecadação de fundos vindos de doações da militância.

É pela compreensão da importância do legado das lutas e na projeção da continuidade do trabalho de base iniciado na década de 1970 pelos agentes pastorais que a equipe responsável pelo Memorial avalia como primordial a formação deste acervo, principalmente em uma conjuntura onde os direitos políticos estão novamente sendo ameaçados pela força dos discursos fascistas que tomaram corpo desde o golpe jurídico-parlamentar ocorrido em 2016, apoiado pela atual bancada ruralista do Congresso Nacional.

Podemos inferir que, historicamente, existe uma correlação muito forte entre as memórias das lutas do passado e os diversos avanços e projetos de assentamentos conquistados na Paraíba pelos movimentos de luta pela reforma agrária popular. No que tange ao papel dos agentes pastorais nesse processo, fica bastante claro que a sua atuação a partir da década de 1970 foi fundamental para a conscientização e organização dos camponeses



em um processo fortalecedor de aproximação com as bases sociais mais atingidas e renegadas pelo sistema capitalista e pelas ideias de progresso técnico e desenvolvimento encrustados na chamada Revolução Verde. A resistência camponesa ao processo de expulsão de um contingente significativo de famílias rurais dos seus territórios de origem e a ocupação de propriedades improdutivas ou que não cumpriam sua função social tem o selo da presença da CPT enquanto sustentáculo da luta dos que resistiram e foram re-territorializados nos Assentamentos, sementes de Territórios de Esperança.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. **A Terra e o Homem no Nordeste**. São Paulo: Ed. Atlas, 1986.

AZZI, R. **A Teologia Católica na Formação da Sociedade Colonial Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BADILLO, J. S. Igreja e escravidão em Porto Rico no século XVI. In: PINSKY, J. et al. (Orgs). **História da América através de textos**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

BARBOSA, F. M. **Comunidades Eclesiais de Base na história social da Igreja - Cariacica (1973-1989)**. 2007. 193 f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – Centro Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/3377>. Acesso em: 25 maio 2020.

BEZERRA, G. **Memórias**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

BETTO, F. **O que é Comunidade Eclesial de Base?** São Paulo: Brasiliense, 1981.

BOFF, L. **Quarenta anos da Teologia da Libertação**. [Site] Disponível em: <https://bit.ly/2X0MAIL>. Acesso em 25 maio 2020.

BRASIL. Decreto nº 77.744, de 3 de junho de 1976. Declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais denominados Mucatu, Garapu e Andreza, localizados nos Municípios de Alhandra e Pitimbu, no Estado da Paraíba. Brasília. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 7956, 4 jun. 1976. Disponível em: <https://bit.ly/2LWkLuK>. Acesso em: 20 maio 2020.

CAMARGO, C. P. F. de. **Igreja e Desenvolvimento**. São Paulo: CEBRAP, 1971.

CAVALCANTE, M. H. Disputa de Poder: ligas camponesas x igreja católica. **Boletim Conteúdo Jurídico** n. 45, Ano I, 07 jul. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/36seQHK>. Acesso em: 25 maio 2020.

CAVALCANTI, C. **O Caso Eu Conto Como o Caso Foi**. Recife: Guararapes, 1980.

COMBLIN, J. **Teologia da Enxada**. Rio de Janeiro: Vozes, 1977.

COSTA, Robson Pedrosa. As Ordens Religiosas e a Escravidão Negra no Brasil. In: II ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL, 2008, Caicó. **Anais** [...]. Caicó: Revista de Humanidades/UFRN, v. 9, n. 24, set./out. 2008. Disponível em: <https://www.periodicos.ufrn.br/mneme/issue/view/44>. Acesso em: 25 maio 2020.

CRUZ, D. S. **A Redenção Necessária**: igreja católica e sindicalismo rural 1960-1964. 1982. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1982.

FÁVERO, O. **Uma Pedagogia da Participação Popular**: análise da prática pedagógica do MEB Movimento de Educação de Base, 1961-1966. Campinas: Autores Associados, 2006.

FRANCHINI NETO, H. A Política Externa Independente em Ação: a Conferência de Punta del Este de 1962. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 48, n. 2, p. 129-151, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-73292005000200007>. Acesso em: 25 maio 2020.

GORENDER, J. **Escravidão Colonial**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1980.

GUATTARI, F.; ROLNICK, S. **Micropolíticas**: cartografias do desejo. Petrópolis, Vozes, 1986.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Incra nos Estados** - Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária. [Site]. Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 10/10/2018.

LE MOS, F. A. **Nordeste o Vietnã que Não Houve** - Ligas Camponesas e o golpe de 64. Londrina: UEL/UFPB, 1996.

MAINWARING, S. **Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MASSIMI, M. Sentido da História e Identidade Pessoal e Política, na Visão de Padre Antônio Vieira. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v.11, n.21, p. 27-33, 2001. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2001000200004>. Acesso em: 25 maio 2020.

MÉSZÁROS, I. O Marxismo Hoje: entrevista com István Mészáros. Tradução João Roberto Martins Filho. **Crítica**

**Marxista**, São Paulo: Brasiliense, v. 1, n. 2, p. 129-137, 1995. Disponível em: <https://bit.ly/3emi0zl>. Acesso em: 25 maio 2020.

\_\_\_\_\_. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição.** Tradução Paulo César Castanheira e Sergio Lessa. ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

MITIDIERO JUNIOR, M. A. **A Ação Territorial de uma Igreja Radical: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da comissão pastoral da terra no estado da Paraíba.** 2008. 501 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/T.8.2008.tde-07012009-161303>. Acesso em: 25 maio 2020.

MITIDIERO JUNIOR, M. A. Brutalidade na Luta pela Terra na Paraíba. **Boletim DATALUTA**, v. 1, p. 2 - 11, 2018. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/boletim.php>. Acesso em: 22 jun. 2020.

MOREIRA, E. **Por um Pedço de Chão.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997. v. 1.

MOREIRA, E.; TARGINO, I.; MENEZES, M. Impactos dos assentamentos rurais na Zona da Mata da Paraíba, Brejo Paraibano e Zona da Mata de Pernambuco. **Relatório de Pesquisa.** João Pessoa: CPDA, UFRJ/NuAP (Museu Nacional), UFRJ. [Convênio NEAD/IICCA/ REDES], 2001.

MOREIRA, E.; TARGINO, I. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.

\_\_\_\_\_. De Território de Exploração a Território de Esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 10, p. 72-93, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2yvYUav>. Acesso em: 25 maio 2020.

MOREIRA, R. **Formação do Espaço Agrário Brasileiro**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

MOREIRA, E. O Projeto de Assentamento e o Acampamento como Territórios de Esperança. [Material didático para discussão]. Universidade Federal da Paraíba – Departamento de Geociências, João Pessoa, 2018.

MOREIRA, E. Revisitando e Aprofundando a Discussão sobre Território de Esperança. [Material didático para discussão]. Universidade Federal da Paraíba – Departamento de Geociências, João Pessoa, 2018.

NASCIMENTO, I. **Dom Távora, o bispo dos operários: um homem além do seu tempo**. São Paulo: Paulinas, 2005.

PAIVA, V. (Org.). **Igreja e Questão Agrária**. São Paulo: Loyola, 1985.

PIRES, J. M. **Do Centro para a Margem**. João Pessoa: Acauã, 1978.

RAMOS, C. A Construção do Sindicalismo Rural Brasileiro. In: VI SIMPÓSIO NACIONAL ESPAÇO E PODER, 2010, Aracaju. **Anais** [...]. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2010.

PEREIRA, V. P. O. **Em Nome de Deus, dos Pobres e da Libertação: ação pastoral e política em Dom José Maria Pires, de 1966 a 1980**. 2012. 179 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/5994>. Acesso em: 25 maio 2020.

RUSCHEL, RENE. No Campo, Estamos de Volta à Barbárie. **Revista Carta Capital**, ano 24, nº 1034, 14 dez. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3d8EJi0>. Acesso em: 25 maio 2020.

TARGINO, I.; MOREIRA, E.; MENEZES, M. As Ligas Camponesas na Paraíba: um relato a partir da memória dos seus protagonistas. **RURIS/UNICAMP**, Campinas, v. 5, n. 1, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2yxAj59>. Acesso em: 25 maio 2020.

TARGINO, I. A Luta pela Terra e os Movimentos Sociais Rurais no Brasil. **Raízes**, Campina Grande, v. 21, n. 1, p. 148-160, jan./jun. 2002. Disponível em: <https://bit.ly/2ZDUGss>. Acesso em: 25 maio 2020.

VITORINO, A. J. R. Escravidão e Capitalismo: notas de leitura do modelo Sistema Colonial nos anos 1970. **Revista Angelus Novus**, São Paulo, n. 6, p. 37-56, set. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/ran.v0i6.88880>. Acesso em: 25 maio 2020.



# **TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA: o lugar dos quilombos e a luta pela terra no espaço agrário do estado da Bahia - Brasil pós-abolição da escravidão em 1888**

*Ozeias de Almeida Santos*

## **INTRODUÇÃO**

O presente artigo tem como objetivo trazer algumas reflexões sobre o processo de formação, lutas e resistência das Comunidades Remanescente de Quilombos no espaço agrário baiano, bem como contextualizar esse fenômeno com os modelos políticos e econômicos que predominaram no decorrer da formação territorial do Brasil. A partir daí, discute-se como se deu a territorialização e (des)territorialização desses grupos de trabalhadores em cada momento histórico da sociedade brasileira, sobretudo a baiana. Paralelamente a esse fenômeno, busca-se discutir a situação hodierna da população quilombola, tendo como rumo as resistências e estratégias de sobrevivência históricas dos quilombolas, frente ao cenário excludente e contraditório que impera no país desde a sua formação territorial aos dias atuais.

Para orientar a discussão, além do conceito central do trabalho – o espaço geográfico – faremos uso das concepções de território e lugar, categorias geográficas fundamentais para a leitura da realidade e a reflexão a que esse ensaio se propõe fazer.

Sendo o espaço geográfico produto da apropriação da natureza pela sociedade, à medida em que os meios da apropriação se modificam, consequentemente essas mutações se manifestam nesse sistema de objetos e ações que é o espaço geográfico. Como definiu Santos (1999, p. 51), este

é formado por um conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações que não devem ser considerados



isoladamente, mas como um marco único onde a história evolui.

Assim, sob a visão do referido autor, os objetos inter-relacionados com as ações tem importância fundamental na construção e evolução da sociedade. A apreensão dos objetos e ações de maneira conjunta, e não isolada, permite entender a produção e organização espacial em sua essência e totalidade, reafirmando a natureza social do espaço.

O espaço agrário é um recorte do espaço geográfico, formado por sistema de objetos e ações próprios das dinâmicas agropecuárias, mas não dissociado da totalidade espacial. Sua produção é mediada pelo trabalho e por técnicas que atendam às necessidades do uso do próprio espaço no campo. As intencionalidades da produção e reprodução espacial no campo irão se manifestar no espaço agrário através da organização espacial e também da divisão territorial, social e também sexual do trabalho.

O território, enquanto categoria geográfica, contribui para a leitura do espaço geográfico em sua totalidade, desnudando as relações de poder e as intencionalidades incutidas nas inter-relações do sistema de objetos e sistemas de ações. Estes, por sua vez, orientam a apropriação e uso espacial mediante aparato técnico específico de cada tempo histórico do processo de produção do espaço.

De acordo com Santos (1994, p. 15) “não é o território em si, mas o seu uso que o faz objeto de análise social”. O autor define território usado como sinônimo de espaço habitado. Sendo o espaço geográfico produto e fator das ações humanas, na medida em que a sociedade se transforma, impõe também transformações ao espaço, numa intensa relação de reciprocidade mediada pelas técnicas. Portanto, as ações humanas definiram, definem e definirão o território através dos usos múltiplos e suas intencionalidades, dando-lhe um caráter uno e híbrido, numa situação única em um dado momento presente da evolução histórica.

No que tange às relações de poder e disputas inerentes à condição espacial enquanto território, Souza (1995, p. 78), quando

invoca o conceito de território, entende que o poder e a coalizão de forças o definem, considerando que

O território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. A questão primordial, aqui, não é, na realidade, quais são as características geológicas e os recursos naturais de certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações efetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço. Estes aspectos podem ser de crucial importância para a compreensão da gênese de um território ou do interesse por tomá-lo ou mantê-lo.

Os territórios quilombolas, enquanto espaços de luta, sobrevivência e resistências, foram institucionalizados<sup>53</sup> pelo Estado brasileiro no período colonial e imperial enquanto espaços proibidos, produzidos nos moldes teóricos abordados por Souza (1995), onde se estabelece a construção dos territórios por e a partir das relações de poder. A formação de um quilombo nos períodos supracitados era um ato de insubordinação e questionamento ao modelo político-econômico escravista implementado pelo capitalismo mercantilista nas Américas, inclusive no Brasil, sobretudo a partir do século XVI.

Os territórios quilombolas contrariavam a “ordem” vigente. Enquanto espaços de resistência e solidariedade, entravam em choque com o modelo capitalista e ameaçavam a economia agroexportadora baseada na exploração da mão de obra escrava. E de fato, a formação de centenas de comunidades autônomas no território brasileiro, através do agrupamento de libertos e escravos (fugidos ou foragidos) das fazendas e engenhos de cana-de-açúcar, criou outro ambiente socioeconômico, que apesar de ter, em muitos casos, contatos com a sociedade

---

<sup>53</sup> O termo em questão não se encontra no sentido conotativo, haja vista que em vários momentos da história do Brasil a destruição desses espaços foi legitimada pelo próprio Estado brasileiro.

escravista, conservava características peculiares nas relações de produção sem a exploração do trabalho alheio.

O espaço geográfico, enquanto totalidade pode ser apreendido em escalas menores, e estas são, por excelência, porções do espaço com toda a sua essência. Essas determinadas porções espaciais possuem algumas peculiaridades características de determinados grupos que ali produzem e se reproduzem – através do sistema de objetos e ações – através de técnicas específicas definidas, entre outros fatores, pelo conjunto de valores culturais, condições ambientais e relações político-econômicas estabelecidas com o entorno e seus agentes sociais. Santos (2014) usa o conceito de densidade técnica para explicar a forma como os lugares estão conectados na totalidade. No entanto, essa conectividade preserva, tanto na sua aparência quanto na essência, alguns elementos peculiares a esses lugares, os quais por sua vez, são produtos de laços afetivos e de pertencimento que determinados grupos têm com os lugares onde habitam e estabelecem suas relações mais íntimas.

O lugar é oportunidade de evento. E este, ao se tornar espaço, ainda que não perca suas marcas de origem, ganha características locais. É como se a flecha do tempo se entortasse no contato com o lugar (SANTOS, 2014, p. 163).

As comunidades remanescentes dos quilombos são lugares que possibilitam o encontro de tempos diferentes. Pode-se afirmar que nesses espaços o presente se reencontra com passado, numa conexão de reciprocidades e complementariedades. As rugosidades do passado são fatores protagonistas nas estratégias de luta e resistência na atualidade, tendo em vista que as condições de vida do presente são consequências produzidas preteritamente na mesma lógica do modo de produção capitalista vigente, mesmo que com relações de exploração e estratégias de exclusão diferentes em suas aparências.

Os territórios proibidos no período colonial e imperial do Brasil, hodiernamente foram transmutados em territórios marginalizados ou em litígios. Esses espaços, enquanto territórios

delimitados numa histórica e constante relação de disputas, vêm resistindo às grandes pressões de diversos tipos – grandes corporações, agronegócio e até órgãos governamentais – para de forma abrupta atender aos interesses desses agentes externos na mesma lógica capitalista que resultou na produção desses espaços enquanto territórios de luta e resistência ao modelo político-econômico vigente em cada período histórico.

## **ESCRavidÃO E RESISTÊNCIA NO ESPAÇO AGRÁRIO DA BAHIA: uma síntese do Brasil**

Os primeiros territórios quilombolas presentes no espaço agrário do Brasil foram forjados em constantes lutas e resistências dos trabalhadores e trabalhadoras escravizados ao longo dos anos de predomínio dos regimes político-econômicos luso-brasileiro colonial e imperial, respectivamente. Tais regimes, que vigoraram ao longo da formação territorial do país, foram deixando suas heranças, as quais permaneceram atuantes nos períodos posteriores à proclamação da república e produziram as estruturas contraditórias e excludentes que caracterizaram o espaço agrário brasileiro pretérito e também o presente.

No decorrer do longo processo de territorialização quilombola, os quilombos sempre foram caracterizados como espaços proibidos, destinados ao esconderijo de escravos insubordinados, fugidos e foragidos dos engenhos e fazendas em diversas regiões do Brasil. Na formação dos primeiros quilombos brasileiros, os ambientes que possibilitavam maiores dificuldades à penetração das forças opressoras e posições estratégicas de vigilância foram os preferidos pelos quilombolas para a construção dos seus ranchos – também conhecidos como mocambos – e para a prática coletiva da agricultura de autoconsumo. Por isso, era possível encontrar ali objetos e estruturas simples de produção: roças coletivas, pilões e outros recursos de sobrevivência.

A definição de quilombos pelo Conselho Ultramarino em 1740 apud MOURA (1993, p. 11) traz uma abordagem que condiciona a dinâmica de formação desses espaços, à existência de fugas ainda no período de vigência da escravidão, bem como a esconderijos localizados em regiões distantes das fazendas e

engenhos escravistas. Segundo este conselho, era considerado quilombo ou mocambo “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”. Portanto, devidamente localizados e identificados, esses espaços deveriam ser destruídos e ocupados por outros grupos fora da ilegalidade, o que de fato aconteceu em diversas regiões do Brasil com a chegada dos imigrantes europeus no território brasileiro.

Em 1 de abril de 1874, em discurso proferido na então Assembleia Legislativa Provincial da Bahia, o deputado Canto Brum solicitou através de requerimento – o qual foi lido e aprovado – a destruição de um quilombo próximo à Vila de Ilhéus. Tal fato chancelou a condição dos quilombos enquanto espaços não apenas marginalizados, mas sim proibidos de existir em território nacional.

O Senhor Canto Brum (em tempo) diz que, sendo informado da existência de um quilombo entre a Lagoa e a costa do mar da Villa de Ilhéus, julga fazer um serviço a seu país, mandando à mesa o seguinte requerimento: “requeiro que se pergunte à presidência se tem notícia de um quilombo que se está formando entre a Lagoa e a costa mar, na Villa de Ilhéus, e que ameaça à paz do distrito, se em princípio não for debelado” (BAHIA, 1874, p. 15).

O discurso do deputado Canto Brum representava a materialização do pensamento que predominava na elite política de então, composta quase que em sua totalidade pela oligarquia rural. Os quilombos sempre foram tratados como espaços proibidos, tanto do ponto de vista político quanto econômico. As orientações do Conselho Ultramarino legitimavam as ofensivas de destruição de centenas de quilombos no território brasileiro, principalmente na Província da Bahia, onde a presença desses espaços coletivos de sobrevivência era mais intensa, sobretudo no período colonial e nos primeiros anos do Império. Os diversos levantes abolicionistas e movimentos de resistências à escravidão em várias partes do território nacional ganham mais força com a publicação da Lei do Ventre Livre. Mesmo que de maneira gradual e a contragosto das elites, a lei preanunciava o fim do regime escravista no Brasil.

Na Bahia, a Revolta dos Malês, liderada principalmente por negros originários da costa ocidental da África, tomou as ruas da capital baiana – Salvador – e foi prenúncio de outros movimentos de resistência e luta pela abolição definitiva. O grande contingente populacional de escravos na província da Bahia foi fator determinante para o sucesso dos levantes e para o fortalecimento dos movimentos abolicionistas.

Nesse momento, o senhorio rural era assombrado pela eminência da abolição sem gradualismo e indenização, conforme se propunha, com a substituição gradual da mão de obra escrava por trabalho livre. Dessa forma, na perspectiva dos defensores do modelo de abolição gradual, a escravidão só acabaria quando morresse o último escravo. Outro agravante estava no fato de a substituição do trabalho escravo para o livre não prever a remuneração para os trabalhadores libertos, e sim atrair imigrantes europeus através de subsídios do próprio Estado brasileiro.

Outra questão que preocupava os latifundiários era o fato da Lei de Terras (BRASIL, 1850), aprovada em 1850 com promessas de consolidação do latifúndio e legitimação das propriedades através das concessões de sesmarias ou posses pacíficas, até aquele momento, mais de duas décadas depois, ainda não ter alcançado os objetivos desejados. A Lei de 1850 (BRASIL, 1850) tinha, entre outros objetivos, a finalidade de dificultar o acesso à terra aos libertos do trabalho escravo, pois os fazendeiros ainda temiam a ocupação de áreas devolutas do vasto território do Império através da formação de mais quilombos por parte dos trabalhadores forros ou foragidos. Essa preocupação, em grande parte, era fruto da instabilidade e dos entraves que a lei ainda enfrentava na sua plena implementação.

Com a abolição da escravidão no Brasil, mesmo resistentes à Lei 3.353 – Lei Áurea (BRASIL, 1888) – e aos movimentos abolicionistas, a oligarquia rural escravista teve que, mesmo tardiamente, substituir a força de trabalho escrava pelo trabalho livre. No entanto, a referida lei composta por apenas dois artigos, como observa Martins (2017), não previa nenhuma ação de amparo ou inclusão sócio produtiva dos trabalhadores libertos; apenas declarava extinta a escravidão a partir daquela data: 13 de maio de 1888.

Os primeiros anos pós-abolição foram marcados por movimentos migratórios muito intensos, em pequenas e largas escalas. Os trabalhadores libertos tomaram rumos diferentes, muitos mesmo sem destino certo. Algumas famílias se abrigaram em quilombos próximos, que resistiram ao sistema escravista ao longo dos anos. Outras tantas se agruparam e formaram comunidades rurais ou urbanas em constantes processos de territorialização, (des)territorialização e (re)territorialização. De acordo com Souza (2015, p. 56), “tal processo pode ter a ver com o desenraizamento (menos ou mais traumático culturalmente) de indivíduos e grupos; e pode implicar a privação do acesso a recursos e riqueza”.

Segregados socioespacialmente, esses trabalhadores construíram diferentes estratégias de sobrevivência naquela sociedade marcada socioeconomicamente pelos longos três séculos de escravização negra. Para outra parcela significativa dos trabalhadores libertos pela Lei de 1888 (BRASIL, 1888), a alternativa foi a permanência nas propriedades dos antigos senhores, ofertando seus serviços em troca de alimentação, proteção e um quinhão de terra onde pudessem construir sua moradia e fazer plantações de subsistência (o que já era comum em algumas fazendas e engenhos). Podemos assim afirmar que esta é a origem da maioria dos quilombos contemporâneos presentes no espaço agrário baiano.

Com a promulgação da Constituição Federal do Brasil em 1988 (BRASIL, 1988), um século após a lei da abolição, intensificaram-se no país as pesquisas e levantamentos de informações sobre os territórios quilombolas no Brasil. Esse movimento foi fortalecido principalmente pelo artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que tem, desde então, destacando-se como marco jurídico de referência para um conjunto de legislações relacionadas aos direitos do povo quilombola. Juntamente com a retomada da discussão dos quilombos no campo jurídico e político – agora fora daquela perspectiva legal de espaços proibidos vigente nos períodos colonial e imperial – foi elaborado um conjunto de leis, decretos dentre outros documentos, cujo objetivo era promover políticas públicas de garantia de direitos para a população quilombola. Dentre essas políticas, entra em

evidência o processo de certificação, demarcação e titulação dos territórios historicamente ocupados pelas populações remanescentes.

Em novembro do ano de 2003 o governo brasileiro, através da publicação do decreto presidencial 4.887,

regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (BRASIL, 2003)

Impulsionada pelo referido decreto presidencial, a Fundação Cultural Palmares publicou a portaria nº 98 de 26 de novembro de 2007 (BRASIL, 2007), instituindo o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos, também autodenominadas “Terras de Preto”, “Comunidades Negras”, “Mocambos” e “Quilombos”, dentre outras denominações congêneres. De acordo com informações da Fundação Cultural Palmares, órgão responsável pela certificação das Comunidades Remanescentes dos Quilombos, até a publicação da portaria 088 de 13 de maio de 2019 (BRASIL, 2019), foram identificadas e certificadas 3.311 comunidades nas diversas Unidades Federativas do Brasil.

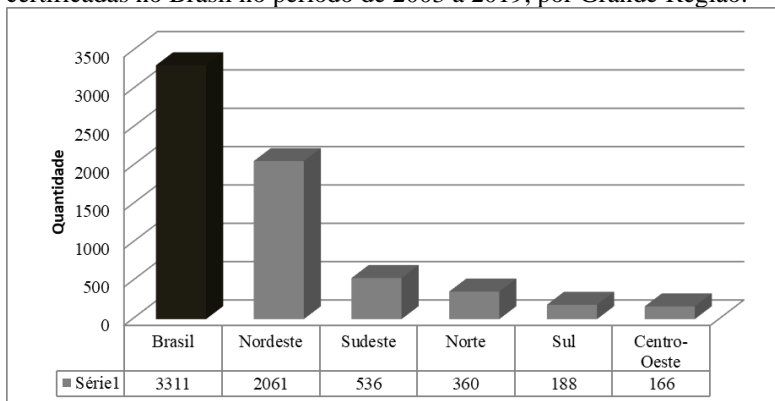
O Nordeste é a região que concentra o maior número de certificações – 62% do quantitativo nacional – sendo o estado da Bahia o que detém o maior número das comunidades remanescentes certificadas, representando 39% das certificações da região Nordeste. Os Gráficos 1 e 2 trazem o panorama da situação atual<sup>54</sup>.

---

<sup>54</sup> Dados coletados até a publicação da portaria 88 de 13 de maio de 2019 (BRASIL, 2019).

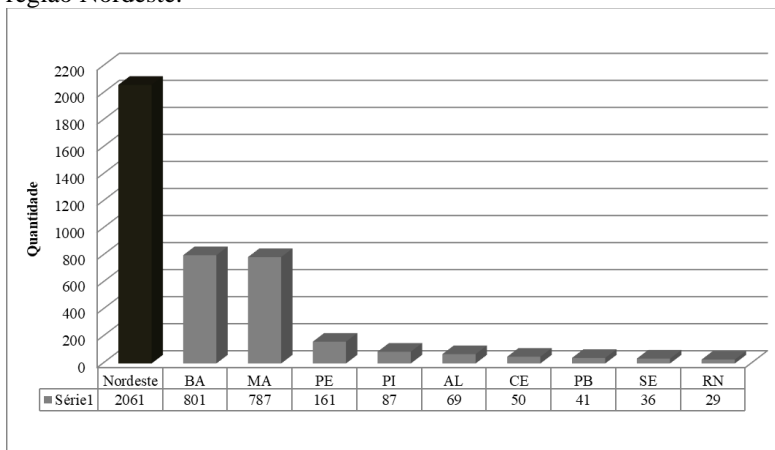


**Gráfico 1:** Distribuição das comunidades remanescentes de Quilombos certificadas no Brasil no período de 2003 a 2019, por Grande Região.



**Fonte:** elaboração própria, a partir dos dados da Fundação Cultural Palmares.

**Gráfico 2:** Distribuição das Comunidades Remanescentes de Quilombos certificadas no período de 2003 a 2019, por Unidades da Federação da região Nordeste.



**Fonte:** elaboração própria, a partir dos dados da Fundação Cultural Palmares.

É importante ressaltar que o estado da Bahia se destaca à frente no quadro das certificações devido à sua própria história de concentração de negros escravizados nos períodos da colônia e do império no Brasil, considerando que Salvador foi por muitas décadas o principal porto de entrada desses trabalhadores. A população da Bahia, salvas algumas exceções, é a síntese da formação populacional brasileira.

Escrever sobre o povoamento da Bahia, nos primeiros séculos da colonização, é o mesmo que dissertar sobre o próprio povoamento do Brasil, o qual excetuadas pequenas nesgas de terra ao norte, em Pernambuco e ao sul em São Vicente, era aqui mesmo onde tinha sediado o maior núcleo de desenvolvimento (SANTOS, 1948, p. 45).

O estado da Bahia, de acordo com o Gráfico 2, é a Unidade Federativa que possui o maior número de comunidades quilombolas certificadas do país. Apesar da forte presença dos quilombos urbanos nas cidades baianas, é no espaço agrário da Bahia que a maioria absoluta das comunidades está territorializada. Além das comunidades já certificadas, há um número expressivo de comunidades remanescentes que ainda não solicitaram registro e outras que estão em fase de conclusão, aguardando visitas técnicas dos órgãos competentes, conforme informações obtidas na própria Fundação Cultural Palmares.

## **OS QUILOMBOS DE PERMANÊNCIAS – QUILOMBAMENTOS – NO ESPAÇO AGRÁRIO DA BAHIA**

Entender os quilombos a partir da dinâmica de sua formação é condição fundamental para a correta leitura e entendimento dos fatores que atuaram na sua organização, resistência histórica e bandeiras de luta. Atualmente no Brasil, as pesquisas, principalmente no campo das ciências humanas e ciências sociais, têm permeado por duas linhas conceituais, não

distintas, mas complementares, no que tange à formação dos territórios quilombolas.

A primeira, e provavelmente a mais abordada por ser também a mais difundida, traz um entendimento sobre os quilombos “clássicos”, caracterizados por sua formação pretérita. Comumente esse conceito de quilombo é abordado como espaço construído no tempo passado, rudimentar e utilizado para o refúgio de negros do processo de escravidão. Alguns autores trazem essa abordagem no sentido de explicar a formação dos quilombos clássicos através da caracterização desses espaços como locais de isolamento geográfico, de difícil acesso, com moradias precárias e distanciamento considerável das antigas fazendas ou engenhos.

[...] um grande número de cativos fugia à procura de um ermo qualquer do interior, nas escapas de uma serra, no coração de uma ilha, nos embrenhados de um mangue ou na profundidade de uma floresta [...] procuravam formar uma comunidade de produtores livres em um espaço geográfico e social que, por suas características, estivesse longe do braço pesado do escravista (FIABANI, 2005, p. 11).

Para o autor, as áreas onde as barreiras geográficas apresentavam maiores dificuldades de acesso eram as preferidas pelos escravos em fuga para a fixação e organização das comunidades. A escolha pela posição era estratégica. Os territórios de matas fechadas, montanhas, mangues, vales entre serras, dentre outros, eram considerados os mais adequados para a formação dos quilombos.

A segunda abordagem privilegia os quilombos “contemporâneos”, formados em sua maioria com o final do regime escravista no Brasil, após a abolição em 1888. Tais quilombos contemporâneos foram formados de diferentes maneiras no território brasileiro. Ocupações, permanências, terras de santos, doações, heranças, dentre outras, são as dinâmicas mais conhecidas até o momento sobre a territorialização quilombola pós-abolição. Cabral (2017), em citação à Anjos (2009), destaca que os quilombos contemporâneos foram originados em ocupações

de fazendas falidas ou abandonadas, quando os escravos alforriados compravam propriedades, ou por meio de doações de terras por parte de proprietários de fazendas e ordens religiosas.

Corroborando com essa concepção, Dias (2017) disserta sobre a formação histórica-territorial da Comunidade Quilombola de Santiago do Iguape, no município de Cachoeira, no Recôncavo da Bahia. Segundo o autor, o quilombo de Santiago do Iguape originou-se nas terras que pertenciam a senhores de engenhos, onde os escravos realizavam seus trabalhos, mas que tinham acesso a uma extensão de terra para cultivar e plantar suas roças nos dias em que não estavam de efetivo serviço nos latifúndios.

Os frutos do cultivo eram utilizados no sustento das famílias e também comercializados nas feiras livres de centros urbanos, a exemplo da Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira e Santo Amaro da Purificação, bem como em trocas entre os escravos de fazendas vizinhas (DIAS, 2017, p. 49).

Essa concepção comprova que a gênese dos quilombos não está tão somente relacionada à fuga para locais distantes ou isolados, como resistência às forças escravistas. Os quilombos contemporâneos, em sua maioria, se apresentam enquanto alternativas de sobrevivência e reprodução social em uma sociedade estruturalmente resistente a abolição da escravidão, mesmo com a promulgação da Lei Áurea (BRASIL, 1888).

Santos (2016), em pesquisa realizada na comunidade quilombola de Paus Altos, no município baiano de Antonio Cardoso, antiga freguesia de Nossa Senhora do Resgate das Umburanas, outrora pertencente ao domínios de Cachoeira no Grande Recôncavo Baiano, discute o que denomina “quilombamento” na região, a partir do processo de permanência e agregação, como estratégia de sobrevivência dos trabalhadores alforriados ou livres na segunda metade do século XIX.

Após o processo de abolição em 1888 as famílias permaneceram nas propriedades dos fazendeiros, criando pequenos animais e fazendo plantações para o consumo. Essa prática da produção de subsistência

já era comum no período da escravidão, pois alguns senhores permitiam aos escravos o cultivo de roças e criações de animais em regime de meia. Em Umburanas, essa permanência deu-se não por bondade dos proprietários, mas sim pela necessidade que eles tinham de continuar explorando a força de trabalho dos seus ex-escravos. (SANTOS, 2016, p. 92).

As comunidades quilombolas formadas nessa perspectiva caminham conceitualmente no sentido da concepção de “território usado”, elaborada por Santos e Silveira (2008), isto é, enquanto porção apropriada e usada do espaço geográfico. Aqui a apropriação do espaço se dá na coletividade, para usufruto de determinado grupo, com objetivos comuns orientados e retroalimentados por relações de solidariedade e reciprocidade, dando coerção na construção da territorialidade.

## **RESISTÊNCIA E LUTA PELA TERRA: ANTIGAS DEMANDAS, NOVOS DESAFIOS**

O acesso à terra é um dos problemas mais graves – e urgente de resolução definitiva – enfrentado pelas comunidades quilombolas no Brasil. Essa situação interfere diretamente nas condições de sobrevivência das populações remanescentes e na preservação de patrimônios culturais seculares. Muito tem se perdido das práticas tradicionais por conta das inúmeras invasões e destruições dos territórios quilombolas. Para as comunidades dos quilombos a terra não é apenas o local de trabalho – meio de produção – é também o lócus da sobrevivência. Aí estão presentes, no mesmo espaço, as atividades agropecuárias e socioculturais. Além do vínculo simbólico com a terra enquanto espaço sagrado provedor do sustento, a relação dos trabalhadores com ela – a terra – é mediada pelo valor de uso, e não o de troca, extrapolando a concepção de mercadoria.

A terra também pode ser entendida como base material do território, o qual na concepção de Souza (1995) é produzido e delimitado a partir das relações de poder. Portanto pode-se inferir

que ter o domínio da terra é sinônimo de poder. No Brasil, a concentração fundiária sempre contribui para a manutenção do poder político e econômico dos proprietários. Segundo Feliciano (2009), a terra e o território estão numa relação quase que indivisível, e por isso a propriedade privada da terra é a materialização do poder nessa fusão.

A estrutura fundiária do campo baiano caracterizada pela presença de grandes latifúndios a serviço das monoculturas e pecuária extensiva, outros ainda em *status* improdutivo, apenas com a finalidade de especulação e imobilização de capital, contrasta com a situação de milhares de trabalhadores sem terras ou sobrevivendo em minifúndios insuficientes para garantir a subsistência familiar.

A perversa concentração fundiária tem forçado o êxodo rural, sobretudo nas comunidades quilombolas, em percentuais muito preocupantes. Por conta disso, os jovens não veem perspectivas de sobrevivência econômica em seus territórios. Logo, a (des)territorialização da juventude desencadeia o enfraquecimento dos laços identitários e simbólicos com suas respectivas comunidades, conforme argumenta Haesbaert (2001, p. 1772):

Trata-se aqui, de fato, de uma desterritorialização como perda do acesso à terra, terra vista não só no seu sentido físico (como na principal bandeira do movimento dos agricultores sem-terra), mas também como lócus da apropriação simbólica.

Com a expulsão dos jovens do campo, as comunidades quilombolas passam por um processo precoce de envelhecimento muito trágico, o que compromete a reprodução das técnicas, práticas e conhecimentos tradicionais construídos, preservados e transmitidos há séculos entre as gerações. Não se defende aqui a permanência dos jovens no campo a qualquer custo, e que os mesmos não devam sair das suas respectivas comunidades para conhecer e viver outras experiências; no entanto isso deve ser uma questão de livre escolha, jamais a única alternativa imposta pelas

estruturas expulsórias presentes no campo, como tem acontecido frequentemente no espaço agrário da Bahia e do Brasil.

Em uma determinada roda de conversa no Quilombo do Orobó, região do agreste baiano, no município de Antonio Cardoso, a fala de uma senhora verbaliza o pensamento da comunidade e, quiçá, da maioria dos quilombos do Brasil.

os nosso filhos vão embora não é por querer, eles não tem outro jeito. Aqui não tem trabalho, não tem oportunidade; nem terra pra tirar o sustento a gente tem. Até a casa de farinha tá pra cair encima da gente. Se a gente tivesse algum recurso pra viver, nossos filhos ‘tariam’ tudo aqui com a gente” (depoimento colhido em trabalho de campo no município de Antonio Cardoso, 2019).

A configuração territorial do município citado talvez seja um dos exemplos mais típicos da realidade do espaço agrário baiano. Os grandes latifúndios ocupam a maior extensão das terras agricultáveis, enquanto a maioria dos trabalhadores busca a sobrevivência nas áreas com predominância de neossolos que compõem os minifúndios no município. Santos (2016) aponta que aproximadamente 80% das famílias que habitam o espaço agrário de Antonio Cardoso contam com áreas menores que 5,0 hectares para a agricultura temporária de subsistência – com destaque para o milho, feijão e mandioca – e criação de animais de pequeno porte (galinhas, suínos e ovinos). Essa realidade provoca situação profunda de vulnerabilidade socioeconômica da população. Tal fato poderia ser mitigado com ações efetivas de acesso à terra através de uma política pública eficiente de reforma agrária e titulação definitiva dos territórios dos quilombos.

A edição do decreto 4.887 de 2003 (BRASIL, 2003) que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas foi uma conquista muito importante para os povos dos quilombos. No entanto, apesar dos avanços alcançados nos últimos 15 anos no tocante aos procedimentos de identificação e reconhecimento, os processos de

delimitação, demarcação e titulação dos territórios ocupados pelos quilombolas ficaram aquém do almejado pelas comunidades. O decreto atribui a competência da identificação, primeiramente às comunidades requerentes, através da autodeclaração, conforme estabelece o Artigo 2º:

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (BRASIL, 2003).

O procedimento de reconhecimento com a respectiva emissão da certidão de registro é de responsabilidade da Fundação Cultural Palmares. Sob a observação das etapas anteriores, é de competência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, conforme o Artigo 3º, proceder a demarcação e titulação das terras ocupadas e usadas pelos povos quilombolas.

Art. 3º - Compete ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sem prejuízo da competência concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, 2003)<sup>55</sup>

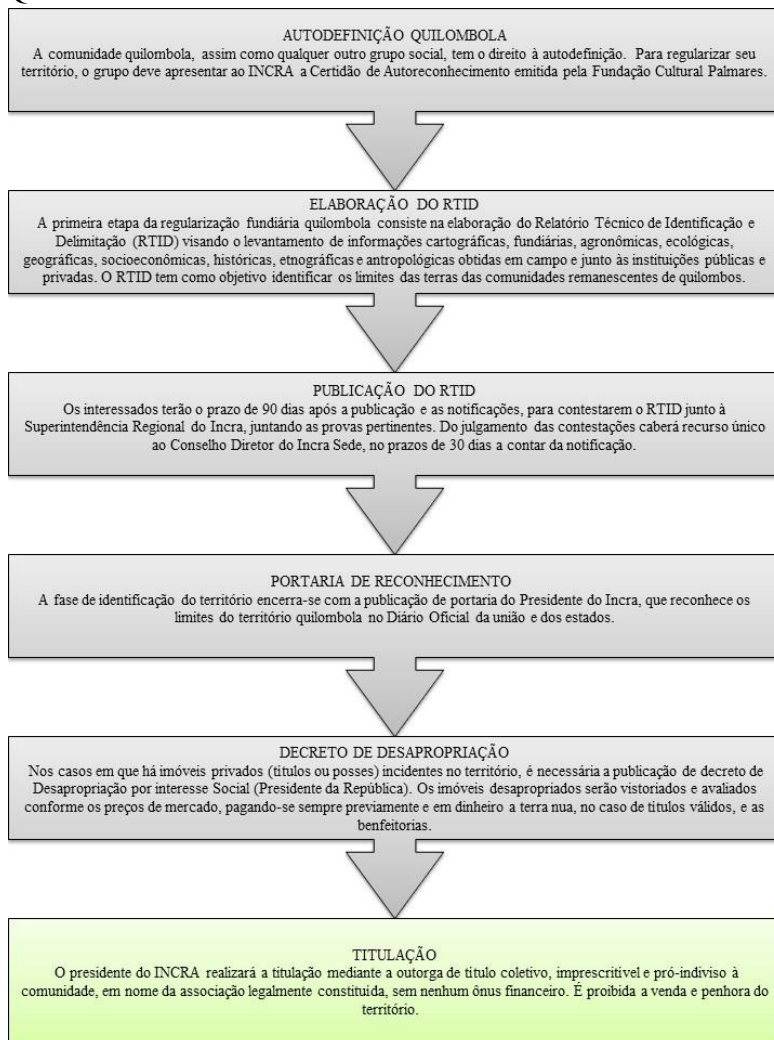
A Figura 1 faz uma síntese das etapas principais do percurso de titulação dos territórios quilombolas:

---

<sup>55</sup> A Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016 (BRASIL, 2016), extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).



**FIGURA 1:** Percurso do processo de Titulação de Territórios Quilombolas.



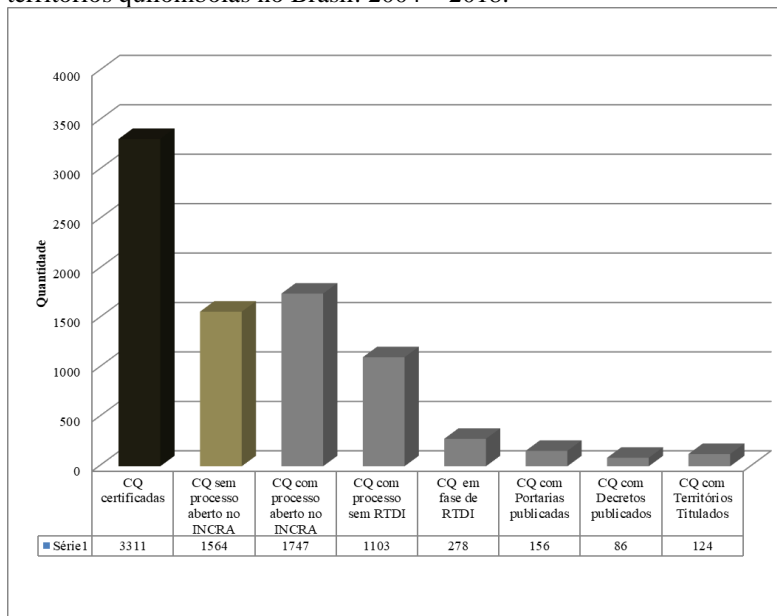
**Fonte:** elaboração própria, a partir dos dados do INCRA.

A partir da análise de dados obtidos no INCRA e na Fundação Cultural Palmares, associados à vários relatos das comunidades, percebe-se que o processo de demarcação dos

territórios quilombolas enfrenta dificuldades e resistências na sua implementação. Os desafios impostos à política de demarcação e principalmente às ações de titulação das terras é o grande entrave no cumprimento em plenitude do Decreto 4.887 de 20 de novembro de 2003 (BRASIL, 2003) e legislações resultantes deste ato.

O Gráfico 3 retrata a discrepância entre o número de processos abertos para titulação dos territórios das comunidades quilombolas certificadas no Brasil pela Fundação Cultural Palmares e os títulos fundiários efetivamente emitidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

**Gráfico 3:** Situação geral de andamento dos processos de titulação dos territórios quilombolas no Brasil: 2004 – 2018.



**Fonte:** elaboração própria, a partir dos dados do INCRA.

A leitura do gráfico corrobora na discussão que elege o processo de demarcação e titulação definitiva dos territórios como o grande gargalo na implementação das políticas públicas para os povos quilombolas, bem como no cumprimento pleno das atribuições do decreto 4.887/2003 (BRASIL, 2003).

Apesar de ser o ponto de partida, a obtenção da certidão de reconhecimento através da auto atribuição coletiva das comunidades, por meio das suas respectivas associações comunitárias ou lideranças, não garante melhorias nas condições de vida das mesmas, pois elas continuarão em situação de vulnerabilidade se não lhes forem assegurados a posse efetiva dos seus territórios e respectivos recursos. Em muitos casos, há conflitos diretos ou indiretos nas áreas ocupadas pelas famílias, principalmente quando o território usado historicamente e seus respectivos recursos não coincidem com o espaço ocupado atualmente pelas comunidades.

A demarcação e titulação das terras, além de enfrentar a burocratização dos órgãos competentes, precisa vencer a batalha contra os grandes latifundiários que atuam juridicamente e politicamente no sentido de dificultar o processo. Esse movimento de negação dos direitos dos povos tradicionais está institucionalizado no Estado brasileiro. A bancada ruralista, por exemplo, presente no legislativo brasileiro nas diversas esferas (nacional, estadual e em alguns casos municipal) é uma demonstração muito clara da atuação historicamente articulada da elite agrária do Brasil para dificultar o avanço da política de reforma agrária para o acesso a terras pelos menos favorecidos.

A nítida disparidade entre o número de processos abertos no período analisado e suas respectivas titulações reafirma que existe uma contradição bem acentuada entre as orientações da legislação e a política efetiva de garantia de acesso dos quilombolas à terra e permanência em seus territórios. De acordo com o Decreto 4.887/2003 (BRASIL, 2003), o procedimento de certificação da comunidade e titulação das terras deve ocorrer sequencialmente. No entanto, há uma fragmentação no percurso, a qual coloca a emissão dos títulos da posse coletiva como um novo processo, muito mais burocratizado e com alto grau de lentidão quando comparado às certificações.

Esse cenário reflete as fragilidades e dificuldades do processo de titulação, resultantes dos inúmeros conflitos existentes nas áreas da delimitação territorial. Em muitos casos, os territórios quilombolas foram invadidos por órgãos do próprio Estado, como por exemplo, a Marinha do Brasil, por Unidades de Conservação,

grandes empresas rurais, dentre outros. Esse tipo de ação, além de dificultar o processo de demarcação, na maioria das vezes transfere o conflito para outro órgão ou incentiva conflitos locais, que desarticulam os movimentos sociais.

Enquanto decorre o longo tempo da burocracia, milhares de famílias têm seus direitos diariamente violados e continuam sofrendo com as ofensivas dos latifúndios e corporações que atuam no espaço agrário, em conflitos que ferem a dignidade humana e ceifam dezenas de vidas todos os anos no Brasil.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A abolição da escravatura no Brasil não trouxe consigo melhorias para os trabalhadores escravizados até então. Após a promulgação da Lei Áurea em 1888 (BRASIL, 1988) os libertos foram abandonados à própria sorte. No que se refere à inclusão socioeconômica, não houve nenhuma política de reparação ou medidas compensatórias para esses trabalhadores.

Legitimado pela Lei de Terras de 1850 (BRASIL, 1850), o Estado brasileiro não se esforçou em promover minimamente iniciativas de acesso à terra, educação, moradia ou outros direitos básicos para a população negra. A terra, o mais importante meio de produção, continuou concentrada nas mãos de poucos, formando grandes latifúndios sob controle da elite agrária do país. A partir daí, os ex-escravos foram forçados a criar estratégias de sobrevivência e subsistência num cenário aparentemente novo, no entanto, essencialmente com a mesma estrutura racista, excludente e patrimonialista.

A condição de alijada da terra, contribuiu para o processo de quilombamento da população em áreas devolutas ou abandonadas, terras pertencentes às ordens religiosas, locais insalubres e até mesmo nas propriedades dos antigos senhores, prestando serviços em troca da permissão para construção de ranchos e plantios de autoconsumo.

Foi necessário esperar exatamente 100 anos após a abolição para o Estado brasileiro garantir em lei aos povos dos quilombos o direito à posse dos seus territórios historicamente ocupados. No entanto, mesmo com a regulamentação legal, a

população quilombola luta pela demarcação das suas terras. Sabe-se, porém, que o gargalo do problema não reside na falta de legislação, mas sim na sua prática. Enquanto aguardam a morosidade das instituições, as comunidades resistem às invasões das suas terras e subjugação dos seus territórios.

As poucas, porém, significativas conquistas adquiridas pela resistência e reivindicações dos povos das comunidades tradicionais, juntamente com o apoio dos movimentos sociais de diversas frentes e bandeiras de lutas, enfrentam ainda o histórico ataque da elite agrária brasileira nas ofensivas para a manutenção dos seus privilégios. Essa elite se faz representada em diversos setores da sociedade e atuam no sentido de criminalização dos movimentos de resistência e esfacelamento das políticas compensatórias para os grupos historicamente excluídos.

Portanto, nesse cenário tenso, a demarcação territorial e a reforma agrária são as questões estruturais da pauta reivindicatória das comunidades quilombolas, indígenas, fundo e fecho de pastos, dentre outros povos tradicionais. Contudo, as demandas dos quilombolas não entram na agenda de prioridades do Estado brasileiro. Dessa forma, as estruturas conservadoras e excludentes, tais como o latifúndio, monocultura e a exploração do trabalho, são reafirmadas e fortalecidas no campo, acentuando assim as desigualdades e vulnerabilidades no espaço agrário da Bahia e do Brasil.

## REFERÊNCIAS

ANJOS, R. S. A. **Quilombos**: geografia africana - cartografia étnica - territórios tradicionais. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2009.

BAHIA. (Estado). **Annaes da Assembleia legislativa Provincial da Bahia 1873 - 1887**. Ano 1874. Ed. 02, p.15.[online]. Disponível em: <https://bit.ly/2XA9XrE>. Acesso em: 29 maio 2019.

BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. **Coleção de Leis do Brasil de 1850**, Rio de Janeiro, RJ, 1850. Disponível em: <https://bit.ly/2A9ZnzP>. Acesso em: 25 maio 2020.

\_\_\_\_\_. Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888. Declara extinta a escravidão no Brasil. **Coleção de Leis do Brasil de 1888**, Rio de Janeiro, RJ, 1888. Disponível em: <https://bit.ly/2TCAT8X>. Acesso em: 25 maio 2020.

\_\_\_\_\_. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: <https://bit.ly/3grAcco>. Acesso em 25 maio 2020.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 4, 21 nov. 2003. Disponível em: <https://bit.ly/3gr1kbN>. Acesso em: 25 maio 2020.

\_\_\_\_\_. Fundação Cultural Palmares. Portaria nº 98, de 26 de novembro de 2007. Institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos e outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 228, p. 29, 28 nov. 2007.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016. Altera as Leis nºs 10.683/2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e 11.890/2008, e revoga a Medida Provisória nº 717/2016. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 30 set. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2ZFsfKf>. Acesso em: 25 maio 2020.

\_\_\_\_\_. Fundação Cultural Palmares. Portaria nº 088, de 13 de maio de 2019. Certifica comunidade autodefinida como Remanescente de Quilombo e autoriza seu registro no Livro de Cadastro Geral. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 9, 13 maio 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3ejAyjC>. Acesso em: 25 maio 2020.

CABRAL, C. L. **Conflitos Territoriais na Comunidade Quilombola de Gurupá – APA Arquipélago do Marajó/PA.** 2017. 277 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/31367>. Acesso em: 25 maio 2020.

DIAS, G. S. **Alijados da Terra:** (des)territorialização e (des)caminhos da comunidade quilombola de Santiago do Iguape em Cachoeira - BA. 2017. 193 f. Relatório de Qualificação (Mestrado) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2017.

FELICIANO, C. A. **Território em Disputa:** terras (re) tomadas no Pontal do Paranapanema. 2009. 575 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/T.8.2009.tde-03022010-160739>. Acesso em: 25 maio 2020.

FIABANI, A. **Mato, Palhoça e Pilão:** o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004). São Paulo: Expressão Popular, 2005.

HAESBAERT, R. Da Desterritorialização a Multiterritorialidade. In: IX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 2001, Rio de Janeiro. **Anais** [...] Rio de Janeiro: ANPUR, 2001. p. 1769-1777.

MARTINS, J. S. Privilégios vs. Direitos. **Valor Econômico**, São Paulo, 17 nov. 2017. Caderno Eu e o Fim de Semana, p. 3. Disponível em: <https://glo.bo/2LZlrQn>. Acesso em: 25 maio 2020.

MOURA, C. **Quilombos:** resistência ao escravismo. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SANTOS, O. A. **O Território e a Pedra de Rumo: uma experiência de delimitação territorial da Comunidade Quilombola de Paus Altos no município de Antônio Cardoso –**

**Bahia.** 2016. 140 f. Relatório de Qualificação (Mestrado em Planejamento Territorial), Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2016.

SANTOS, M. **O povoamento da Bahia:** suas causas econômicas. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1948.

\_\_\_\_\_. O Retorno do Território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Território, Globalização e Fragmentação.** São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994, p.15-20.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

\_\_\_\_\_. **Da Totalidade ao Lugar.** 7. ed. São Paulo: EdUSP, 2014.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA, M. L. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

\_\_\_\_\_. “Território” da Divergência (e da Confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e Territorialidades:** teorias, processos e conflitos. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p. 53-68.





## REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO: população e migração

*Aline Lima Santos*

### INTRODUÇÃO

A intenção deste trabalho é oferecer um diagnóstico populacional e uma descrição da demografia da Região de Ribeirão Preto, com destaque para as dinâmicas e tendências recentes das migrações na área. Além do apoio da bibliografia disponível sobre o tema, os dados usados para cumprir o objetivo proposto são provenientes sobretudo do último recenseamento demográfico brasileiro, realizado em 2010. Foram fundamentais, também, as informações primárias obtidas em diversas pesquisas de campo realizadas no âmbito dos projetos sobre Geografia e Gênero, coordenados pela Professora Doutora Rosa Ester Rossini, no Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e financiados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), desde 2002 até 2019, período em que a autora fez parte da equipe de pesquisadores e pesquisadoras associados aos projetos.

Articulada às dinâmicas nacionais e internacionais da produção e comercialização de *commodities* e biocombustíveis, a Região de Ribeirão Preto é uma das expressões espaciais mais significativas da modernidade técnico científica no campo brasileiro. A produção agrícola da região, especialmente aquela relacionada ao setor sucroenergético, desenvolveu-se de modo articulado ao desenvolvimento urbano-industrial.

As características demográficas da região contribuíram e foram impactadas tanto por esse desenvolvimento como pelas transformações técnicas do setor sucroenergético. Desde os anos 1970, a região passou por pelo menos dois períodos no que se refere a suas dinâmicas migratórias. O primeiro, até o fim dos anos 1980 e início dos anos 1990, foi marcado pela conformação enquanto área de atração de migrantes nacionais. Essa migração,

de caráter eminentemente temporário, ao longo do tempo foi se fixando e sustentou o crescimento demográfico, estabeleceu conexões da região com distintos municípios em outros estados brasileiros, sobretudo na região Nordeste, mas também em Minas Gerais e Paraná.

No segundo período, iniciado nos anos 1990, e ainda inconcluso, a região colabora e participa da conformação de um novo padrão migratório brasileiro, marcado pelo crescimento de pequenas e médias cidades e pelas perdas populacionais das grandes metrópoles nacionais (BAENINGER, 2012). Na Região de Ribeirão Preto, os avanços do uso de técnicas altamente sofisticadas de produção agrícola, especialmente de cana de açúcar, tem levado à substituição dos trabalhadores braçais pelas tecnologias intensivas. A isso se soma a diminuição de oportunidades de trabalho para pessoas com baixa qualificação e a queda dos salários oferecidos a trabalhadores e trabalhadoras rurais. Como consequência, a atração de fluxos migratórios temporários interestaduais e inter regionais tem diminuído, com impactos socioeconômicos e espaciais que merecem ser observados e analisados.

Considerando o objetivo e o breve panorama exposto, inicia-se delimitando-se a região estudada. Em seguida, apresenta-se uma descrição do volume e distribuição da população residente nos municípios que compõem a área de interesse, apontando suas características quanto à composição por idade, sexo, raça/cor e situação de domicílio. Posteriormente, lança-se mão de uma perspectiva diacrônica para avaliar o que há de ineditismo e continuidade do período atual das migrações (anos 1990 em diante) em relação a fase imediatamente anterior (anos 1970 a início dos anos 1990). Espera-se, assim, estimular novas pesquisas e contribuir para aprofundamento dos conhecimentos sobre os impactos da modernidade técnico-científica em São Paulo e no Brasil.

## **O RECORTE ESPACIAL ADOTADO**

Adota-se aqui o pressuposto teórico metodológico de que a região é uma realidade concreta, material e socialmente

constituída, resultante do desenvolvimento desigual e combinado característico do modo de produção capitalista. Dotada de intenso dinamismo, a região se forma, se transforma e pode vir a se desintegrar; articula determinações diversas que incluem, por exemplo, sua forma de inserção na divisão nacional e internacional do trabalho, os interesses políticos e econômicos locais, bem como aspectos identitários, culturais, sociais e heranças históricas. Vale citar as palavras de Corrêa (2007, p. 46), segundo o qual a região é:

particular, ou seja, é a especificação de uma totalidade da qual faz parte através de uma articulação que é ao mesmo tempo funcional e espacial. Ou, em outras palavras, é a realização de um processo geral, universal, em um quadro territorial menor, onde se combinam o geral – o modo dominante de produção, o capitalismo, elemento uniformizador – e o particular – as determinações já efetivas, elemento de diferenciação.

Considera-se, igualmente, o uso político da região para fins de controle, gestão e ação. Neste sentido, os vínculos do conceito de região com o planejamento territorial devem ser sublinhados: regionalizar serve para governar, o que remete à própria origem etimológica do conceito em questão (CÔRREA, 2007).

O Estado é um dos principais agentes atuantes na organização do território, e a regionalização é um processo que o instrumentaliza para este fim. O Estado brasileiro e os demais entes federativos atuam de modo a buscar institucionalizar regiões por meio de legislações com fins político-administrativos. Em São Paulo, a administração pública estadual compreende região como:

[...] agregações de caráter supra municipal, com vistas à organização de atividades de planejamento, de prestação de serviços públicos e/ou gestão de políticas e programas públicos, de responsabilidade compartilhada, quer entre o Estado e municípios, quer entre municípios (SEADE, 2019).

Diante do caráter mutável da região, decorrente de transformações da realidade social, populacional, econômica, política e espacial, tais regionalizações são constantemente revisadas e reformuladas. Disso resulta, ao longo do tempo, mudanças dos recortes espaciais regionais adotados.

No caso da Região de Ribeirão Preto, por exemplo, nos anos 1970 considerava-se um recorte espacial composto por 80 municípios, abrangendo quase 15% da área do estado. A regionalização vigente hoje, ao privilegiar a capacidade de polarização, concentração e influência exercida por uma determinada cidade em relação ao seu entorno, considera a Região Metropolitana de Ribeirão Preto (RMRP) como uma área que ocupa quase 6% do estado e abarca 34 municípios (ver Mapa 1. Região Metropolitana de Ribeirão Preto: sub-regiões e municípios, 2016). Da Lei Complementar nº 1.290, de 6 de julho de 2016, que determina tal divisão, cita-se os seus artigos 2º e 3º:

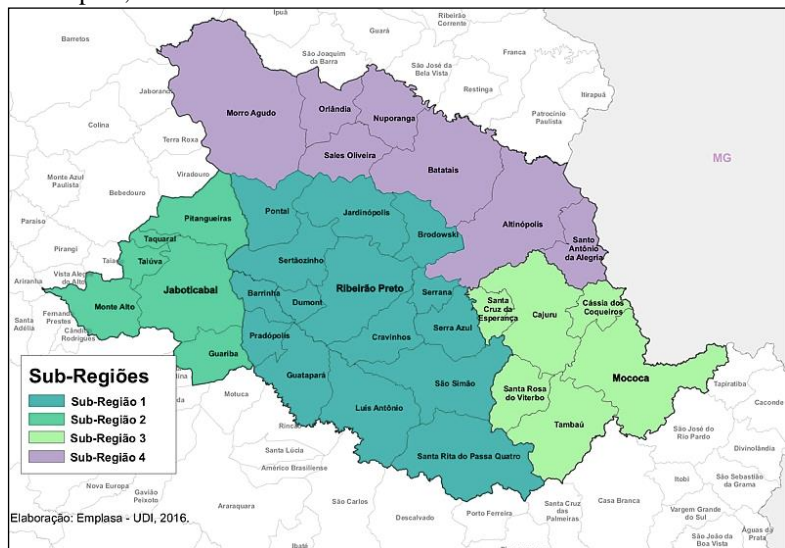
Artigo 2º - A Região Metropolitana de Ribeirão Preto tem por objetivo promover:

- I. o planejamento regional para o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria da qualidade de vida;
- II. a cooperação entre diferentes níveis de governo, mediante a descentralização, articulação e integração de seus órgãos e entidades da administração direta e indireta com atuação na região, visando ao máximo aproveitamento dos recursos públicos a ela destinados;
- III. a utilização racional do território, dos recursos naturais e culturais e a proteção do meio ambiente, mediante o controle da implantação dos empreendimentos públicos e privados na região;
- IV. a integração do planejamento e da execução das funções públicas de interesse comum aos entes públicos atuantes na região;

## V. a redução das desigualdades regionais.

Artigo 3º - Integram a Região Metropolitana de Ribeirão Preto os Municípios de Altinópolis, Barrinha, Batatais, Brodowski, Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Cravinhos, Dumont, Guariba, Guatapar, Jaboticabal, Jardinópolis, Luís Antônio, Mococa, Monte Alto, Morro Agudo, Nuporanga, Orlanda, Pitangueiras, Pontal, Pradópolis, Ribeirão Preto, Sales Oliveira, Santa Cruz da Esperança, Santa Rita do Passa Quatro, Santa Rosa de Viterbo, Santo Antônio da Alegria, São Simão, Serra Azul, Serrana, Sertãozinho, Taiúva, Tambaú e Taquaral. (SÃO PAULO, 2016).

**Mapa 1:** Região Metropolitana de Ribeirão Preto: sub-regiões e municípios, 2016.



**Fonte:** EMPLASA (2019).

A região como recorte espacial institucionalmente estabelecido se orientaria pelos esforços e intenções dos distintos entes federativos em unir e gerir conjuntamente as políticas públicas. Apesar disso, o forte caráter ideológico, marcado pelos

interesses das classes dominantes colaboram para o esvaziamento da eficácia de tais iniciativas, pois pouco considera as necessidades básicas concretas da maioria da população (CÔRREA, 2007).

Este trabalho, ao adotar o recorte oficialmente vigente da RMRP, estabelecido a partir de 2016, e atentar para as características e dinâmicas demográficas da região contribui justamente para evidenciar tais necessidades. Além disso, a divisão administrativa oficial facilita a obtenção e o mapeamento dos dados, uma vez que é um recorte espacial de referência para sua produção.

## **O PERFIL POPULACIONAL DA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO**

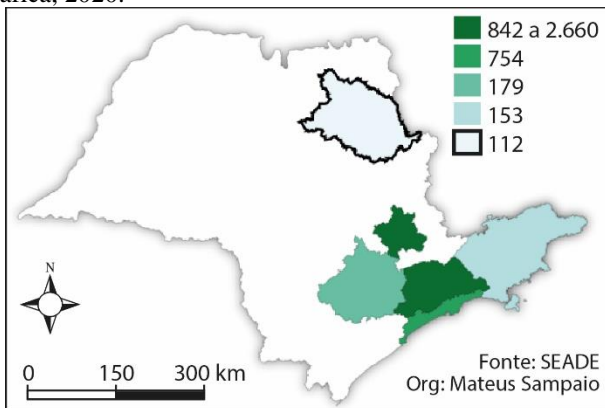
A preocupação com a distribuição espacial da população é das mais elementares no raciocínio geográfico (HOOSON, 1960). A repartição populacional no território sintetiza condicionantes de diversas ordens, desde físico-naturais à socioeconômicas e políticas. Sendo essas últimas, no contexto do modo de produção capitalista, forças preponderantes, já que, conforme assinala Smith (1988, p. 158):

[...] a concentração e a centralização do capital no ambiente construído dá-se de acordo com a lógica social inerente ao processo de acumulação de capital, e isto (...) leva a um nivelamento das diferenças naturais, pelo menos até onde elas determinam a localização da atividade econômica.

Em outros termos, a sujeição da natureza e a intensificação da divisão do trabalho ao longo da história e segundo especificidades de cada formação sócio-espacial foram alterando a distribuição populacional. Fatores econômicos, culturais, políticos passaram a ser cada vez mais decisivos na repartição dos habitantes, embora sem excluir totalmente a influência da natureza. Na prática, todos esses elementos atuam conjuntamente e de maneira associada.

Na década de 2000, a população da RMRP representou mais de 3,5% da população residente no estado de São Paulo. Em 2019, estimativas apontam cerca de 1.720.469 pessoas habitantes na área, contingente que perfaz 3,7% do total estadual (IBGE, 2019). Estima-se que em 2020 a sua densidade demográfica seja de 112,89 habitantes/km<sup>2</sup>, o que coloca essa região metropolitana como a sexta mais densamente povoada do estado (ver Mapa 2).

**Mapa 2:** São Paulo: Regiões Metropolitanas segundo densidade demográfica, 2020.



**Fonte:** elaborado a partir dos dados da SEADE [Perfil dos municípios paulistas. Território e população]. Organizado por Mateus Sampaio.

No interior da região, quase 10% da população se concentra em 6 dos 34 municípios: Ribeirão Preto, Sertãozinho, Jaboticabal, Mococa, Batatais e Monte Alto. Cada um deles possui um total populacional de mais de 50.000 pessoas (IBGE, 2019).

Comparando Censos Demográficos de 2000 e de 2010, o crescimento populacional da RMRP foi de mais de 200.000 pessoas. Entretanto, entre os anos de 2000 e 2010, os municípios de Cássia dos Coqueiros e Taiúva apresentaram decréscimo populacional da ordem de 237 e 59 pessoas, respectivamente. Taquaral teve a população estável, sendo acrescida apenas de 4 indivíduos residentes (IBGE, 2010).

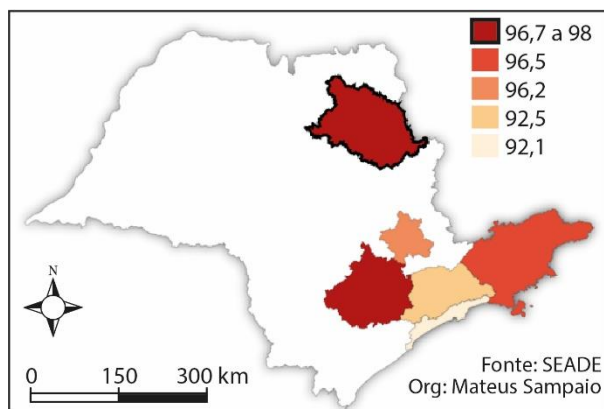
Por sua vez, os municípios com maior crescimento demográfico entre 2000 e 2010 foram Ribeirão Preto (+99.759



pessoas), seguido de Sertãozinho (+15.410 pessoas) e Pontal (+10.563 pessoas). Entre 2010 e 2019, Cássia dos Coqueiros (-111 pessoas) foi o único município com saldo populacional negativo, enquanto Ribeirão Preto (+98.611 pessoas), Sertãozinho (+ 15.741 pessoas) e Pontal (+ 9.717 pessoas) mantiveram-se como aqueles que mais cresceram.

No que se refere as características da população segundo sexo, a RMRP apresenta percentual de mulheres mais elevado do que de homens, mantendo-se pouco maior que 50% em 2000 e em 2010. Em 2020, estima-se que na RMRP haja 96,76 homens para cada 100 mulheres, enquanto para o estado o número de homens é de 94,8 para cada 100 mulheres (SEADE, 2020). Apesar da maioria feminina, entre as regiões metropolitanas, esta é a que apresenta a população mais masculinizada do estado (ver Mapa 3).

**Mapa 3:** São Paulo: Regiões Metropolitanas segundo razão de sexos, 2020.

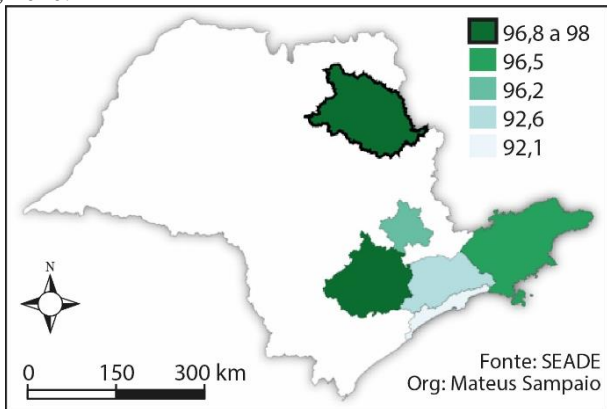


**Fonte:** elaborado a partir dos dados da SEADE [Perfil dos municípios paulistas. Território e população]. Organizado por Mateus Sampaio.

Em 2019, as maiores proporções de mulheres no total da população estão em Ribeirão Preto (52%), Santa Rita do Passa Quatro (51,6%) e Jaboticabal (51,44%). Tais municípios apresentam percentuais de mulheres superiores ao do total estadual (51,3%) (IBGE, 2019).

Em 2000, aproximadamente 95% da população da RMRP residia em áreas urbanas. Em 2010, a concentração demográfica nas cidades chegou a 96,5%. O grau de urbanização atingiu 97,42% em 2020, segundo estimativas da Fundação SEADE (ver Mapa 4).

**Mapa 4:** São Paulo: regiões metropolitanas segundo grau de urbanização (em %), 2020.



**Fonte:** elaborado a partir dos dados da SEADE [Perfil dos municípios paulistas. Território e população]. Organizado por Mateus Sampaio.

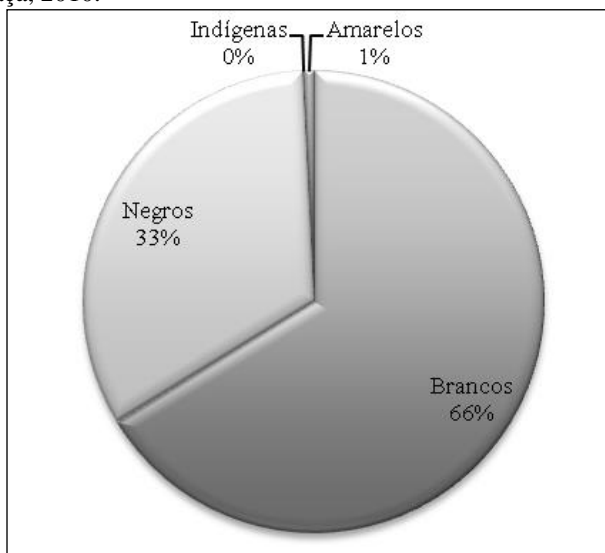
Os municípios com população rural mais expressiva eram Santa Cruz da Esperança (32,2% do total), Cássia dos Coqueiros (31,8%) e Serra Azul (28,7%). Por seu turno, no mesmo ano, Ribeirão Preto apresentou uma população rural inferior a 0,3%, seguido por Serrana (1,05%) e Barrinha (1,1%) como municípios com as menores proporções de residentes no campo (IBGE, 2010).

Ainda sobre situação do domicílio, destaca-se que a população rural vem apresentando crescimento negativo na RMRP tanto em números relativos quanto absolutos, caindo de 63.920 em 2000 para 52.276 pessoas em 2010. Apesar disso, 8 municípios viram sua população rural crescer, sendo eles: Batatais, Serra Azul, Pradópolis, Orlandia, Cajuru, Santo Antônio da Alegria, Barrinha e Santa Cruz da Esperança. O acréscimo da população rural nestes municípios variou de 31 (em Santa Cruz da Esperança) a 3.704 pessoas (em Batatais).

Em contrapartida, Mococa, Sertãozinho, Jaboticabal, Morro Agudo e Jardinópolis perderam mais de 1.000 pessoas em seu contingente populacional rural no período de 2000-2010. A perda mais expressiva da região se deu em Mococa, onde a população rural se reduziu em 3.149 pessoas (IBGE, 2010).

O cruzamento dos dados relativos à situação de domicílio com o quesito sexo aponta para menores percentuais de mulheres na população rural do que na população urbana. Em 2010, do total da população de homens, 96% residiam em cidades, enquanto no total da população de mulheres, o percentual de residentes urbanas era de 97%. Tais valores são superiores aos dados para o estado de São Paulo, em que 95% dos homens e 96% das mulheres vivem no contexto urbano, e para o Brasil, no qual a proporção de homens e mulheres citadinos perfazem, respectivamente, 83% e 85% do total da população masculina e feminina.

**Gráfico 1:** Região Metropolitana de Ribeirão Preto: população segundo cor ou raça, 2010.

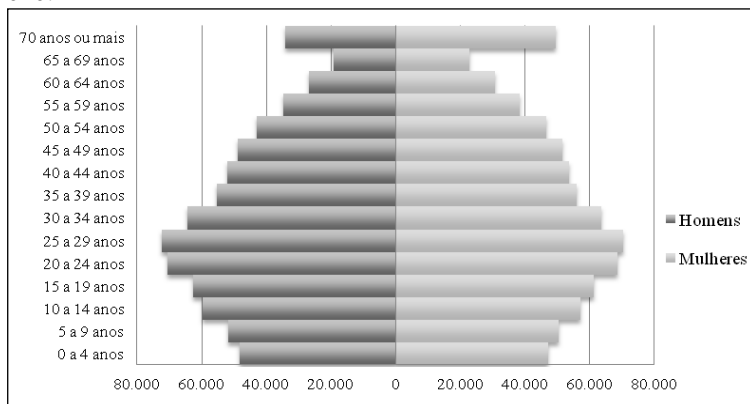


**Fonte:** elaboração própria, a partir dos dados do Censo Demográfico (IBGE, 2010).

Com relação à composição étnico racial, a RMRP possui a maior parte de sua população autodeclarada branca (ver Gráfico 1). Considerando somente a população urbana, os destaques de percentuais da população branca são encontrados nos municípios de Taiúva (80%), Nuporanga (78%), Monte Alto (77,9%), Sales Oliveira (77,4%) e Santa Rita do Passa Quatro (75,6%). A população negra, isto é, autodeclarada preta ou parda é proporcionalmente maior em Barrinha (57,4%), Pontal (54,2%) e Guariba (51,8%). Apesar da pequena participação indígena na população total, vale destacar sua presença mais significativa em Pontal (0,13%) e Barrinha (0,11%). Já a população autodeclarada amarela tem algum destaque nos municípios de Guatapar (5,7%) e Taquaral (1,1%).

No que se refere à população rural, nota-se, embora ainda predominantes, menores percentuais de brancos em toda a região (63,4%), bem como uma maior diversidade étnico-racial, expressa nas maiores proporções de negros (35,2%), indígenas (0,1%) e amarelos (1,1%). A população rural mais branca é encontrada nos municípios de Santo Antônio da Alegria (81,8%) e Monte Alto (81,5%).

Morro Agudo (65,6%) e Pontal (57,04%) tem as mais elevadas participações de pessoas negras no contingente populacional rural. Indígenas tem destaque em Orlândia (0,87%) e Jaboticabal (0,51%). Por fim, pessoas autodeclaradas amarelas têm maior peso relativo na população rural de Guatapar (18,3%) e Barrinha (4,7%) (IBGE, 2010).

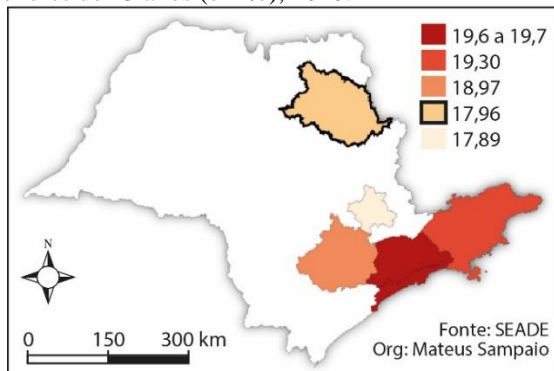
**Gráfico 2:** Região Metropolitana de Ribeirão Preto: estrutura etária, 2010.

**Fonte:** elaboração própria, a partir dos dados do Censo Demográfico (IBGE, 2010).

Quanto a estrutura etária, a maior parte da população da RMRP é adulta (59%), encontrando-se na faixa etária de 20 a 50 anos. A proporção de jovens menores de 20 anos é de 29%, enquanto as pessoas idosas, com 60 anos e mais de idade, perfazem 12% do contingente total. A pirâmide etária da região, portanto, apresenta a base e o topo estreitos, bem como o meio alargado (ver Gráfico 2), o que demonstra resultados do processo de redução de taxas de natalidade e fecundidade, baixas taxas de mortalidade, aumento da esperança de vida e migrações que vem ocorrendo após anos 1950 (IBGE, 2010).

Os percentuais de jovens, adultos e idosos da RMRP e do estado de São Paulo são convergentes. A estrutura etária paulista conta com 29,5% de população menor de 19 anos, 59% de população adulta e 11,5% de população idosa. No Brasil, a proporção de jovens é maior (33%) ao passo que para adultos (56%) e idosos (11%) é menor do que na realidade estudada (IBGE, 2010).

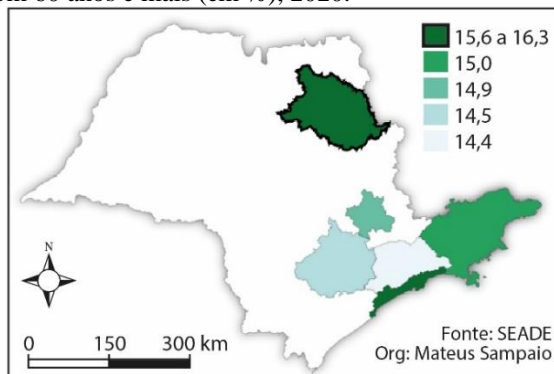
**Mapa 5:** São Paulo: Regiões Metropolitanas segundo proporção de pessoas menores de 15 anos (em %), 2020.



**Fonte:** elaborado a partir dos dados da SEADE [Perfil dos municípios paulistas. Território e população]. Organizado por Mateus Sampaio.

No contexto paulista, as Regiões Metropolitanas de Campinas e Ribeirão Preto apresentam os menores índices de participação de pessoas com até 15 anos no conjunto da população (ver Mapa 5). Por sua vez, a população idosa com 60 anos ou mais é mais expressiva na Região Metropolitana da Baixada Santista e de Ribeirão Preto (ver Mapa 6) (SEADE, 2020).

**Mapa 6:** São Paulo: Regiões Metropolitanas segundo proporção de pessoas com 60 anos e mais (em %), 2020.



**Fonte:** elaborado a partir dos dados da SEADE [Perfil dos municípios paulistas. Território e população]. Organizado por Mateus Sampaio.

Em 2020, estima-se que os cinco municípios da RMRP com maiores proporções de jovens de até 20 anos sejam: Barrinha (29,3%), Pitangueiras (28,3%), Morro Agudo (28,2%), Pontal (28,1%) e Serrana (28%). A participação da população adulta (20 até 60 anos) no total municipal tem maior destaque em Serra Azul (64,9%), Taiúva (63,3%), Pontal (62,5%), Dumont (62%) e Luís Antônio (61,9%). Por fim, os municípios com maiores percentuais de população idosa (60 anos e mais) são: Santa Rita do Passa Quatro (22,4%), Cássia dos Coqueiros (20%), Monte Alto (19,1%), Altinópolis (19,1%) e Santo Antônio da Alegria (SEADE, 2020).

Sobre as condições de vida da população, vale observar o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS), o qual busca considerar distintas dimensões socioeconômicas e demográficas para identificar riscos sociais que atingem parcelas distintas da população. O índice leva em conta, por exemplo, informações relativas a ciclo de vida, tipo de arranjo familiar, formas de inserção no mercado de trabalho, renda, condições de saúde, acesso e desfrute de serviços públicos, dentre outros fatores. O indicador estabelece 7 grupos populacionais conforme suas possibilidades de levar uma vida digna e segura, reconhecendo distintas dimensões da pobreza e formas de segregação espacial, sendo o grupo 1 menos vulnerável e o grupo 7 mais vulnerável (SEADE, 2000).

No contexto da RMRP, com base nos dados do Censo Demográfico de 2010, quase 70% da população enquadrou-se em grupos considerados de baixíssima, muito baixa ou baixa vulnerabilidade social. Mas 29% das pessoas residentes estava exposta a média ou alta vulnerabilidade, enquadrando-se sobretudo nos grupos 4 e 5.

O retrato aqui exposto das características demográficas da RMRP tem forte influência das dinâmicas migratórias e dos processos político-econômicos e sociais vinculados à modernização no campo. Observa-se no item a seguir aspectos históricos, continuidades, rupturas e ineditismos, que marcam a atual fase das migrações para a região estudada.

## **TRABALHO VOLANTE E MIGRAÇÕES NA RMRP: BREVE ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E PERSPECTIVAS ATUAIS**

Por influência direta do Programa Nacional do Álcool (Proálcool), a partir dos anos 1970, o processo agroindustrial se acelerou na Região de Ribeirão Preto, levando a capitalização do campo a novos patamares. Neste contexto, houve aumento do preço das terras, concentração fundiária, êxodo rural, crescimento das cidades, aumento da oferta de empregos, assalariamento, encarecimento do custo de vida, dentre outras transformações socioespaciais (ELIAS, 2003).

O controle capitalista da produção no campo articulado ao aspecto sazonal do trabalho aí realizado fez surgir o trabalhador volante, também denominado como “bóia-fria”. Em 1970, cerca de 15% do emprego rural em São Paulo enquadrava-se na categoria de trabalhador volante. No fim da década, correspondiam a mais de 27%, atingindo os 30% em meados dos anos 1980 (VICENTE, 1989). Intermitência e instabilidade de emprego, bem como precariedade laboral foram marcas das condições de inserção destes trabalhadores nas atividades produtivas (GUIMARÃES; INNOCENCIO; BRITO, 1984).

A capitalização do campo transformou as funções urbanas na Região de Ribeirão Preto. Algumas cidades tornaram-se áreas habitadas predominantemente por pessoas que, saídas do campo, voltavam a ele para o trabalho na atividade de produção. Era o caso de Serra Azul, por exemplo, identificada por Rossini (1971) como uma cidade-dormitório.

A distribuição espacial de trabalhadores volantes evidenciava o aspecto perverso da modernidade no campo: as áreas de maior expansão capitalista da agricultura eram também as de maior concentração dessa categoria de força de trabalho excluída da previdência social e desprovida de direitos trabalhistas (GUIMARÃES; INNOCENCIO; BRITO, 1984).

Em todo o Brasil, a maioria desses trabalhadores era composta por indivíduos do sexo masculino. O Censo de 1980, porém, registrou que quase 30% dos trabalhadores volantes do estado de São Paulo eram do sexo feminino (GUIMARÃES,



INNOCENCIO; BRITO, 1984). A participação das mulheres como mão-de-obra volante possuía diversos condicionantes, dentre os quais a expropriação e o dismantelamento da agricultura familiar em áreas de expansão do capital no campo, os baixos salários oferecidos, os altos custos de vida nas cidades e, sobretudo, as necessidades do capital.

No período da safra (sobretudo de maio a outubro) a demanda por trabalhadores superava a disponibilidade de força de trabalho na região. Decorre daí que, do ponto de vista do capital, a necessidade de força de trabalho volante era acrescida da necessidade de migração sazonal. Os migrantes eram provenientes, sobretudo do próprio estado de São Paulo, mas outros estados também contribuíram com os saldos positivos, especialmente Minas Gerais e Paraná.

Os migrantes temporários eram predominantemente homens, jovens de 15 a 24 anos. Apesar da perspectiva inicialmente temporária, parte desses indivíduos acabava optando pela permanência, conforme apontou resultados de pesquisa sobre as repercussões do Pró-Álcool no comportamento migratório de Ribeirão Preto:

dos componentes desta forma de migração, no final das safras, 58% permanecem no Estado de São Paulo e destes 43% na Região de Ribeirão Preto; 42% dirigem-se para outros Estados, nem sempre o de origem” (MOTTA; QUINTEIRO, 1983, p. 127).

Por isso, os saldos migratórios da região, negativos entre as décadas de 1950 e 1970, tornaram-se positivos. Nas décadas de 1970 e 1980 a imigração superou a emigração nas sub-regiões onde o desenvolvimento da produção de álcool foi maior (SEADE, 1980). Nesta fase, estados do Nordeste brasileiro passaram a contribuir de modo significativo para os fluxos à RMRP, sobretudo Alagoas, Pernambuco e Bahia (MOTTA; QUINTEIRO, 1983). Tratou-se fundamentalmente de uma migração laboral que comprovava empiricamente teorias como a de Singer (1973, p. 33), que via as migrações internas como “um mero mecanismo de

redistribuição espacial da população que se adapta, em última análise, ao rearranjo espacial das atividades econômicas”.

A partir do fim dos anos 1980 e início dos anos 1990, esses fluxos migratórios diminuíram, acompanhando a queda da ocupação dos trabalhadores volantes. Vale destacar que os fluxos nordestinos continuaram em destaque, com origens no Maranhão e Piauí, principalmente (SILVA, 2016; SANTOS, 2016). Mais uma vez, a alteração refletiu e compôs as dinâmicas do capital e da modernidade técnico-científica a elas associadas. Inovações mecânicas, físico-químicas e biológicas contribuíram para expansão do período de safra, colaborando, assim, para maior estabilidade da demanda de trabalhadores no decorrer do ano. As novas tecnologias e formas de organização do trabalho no campo diminuíram a demanda pela força de trabalho com baixas qualificações, como era o caso dos trabalhadores volantes migrantes (VICENTE, 1999).

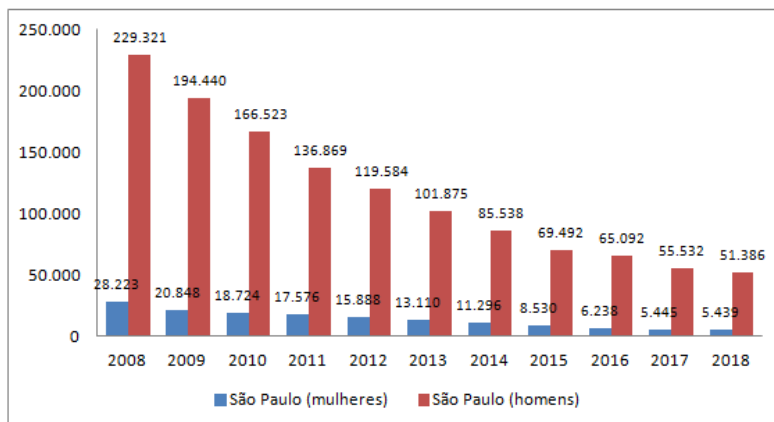
No transcorrer da década de 2000, o emprego dos trabalhadores volantes na agroindústria canavieira tendeu a se reduzir, sobretudo após a aprovação da Lei Nº 11.241, de 19 de setembro de 2002 (SÃO PAULO, 2002), que “Dispõe sobre a eliminação gradativa da queima da palha da cana-de-açúcar e dá providências correlatas” e do Decreto N. 47.700, de 11 de março de 2003 (SÃO PAULO, 2003), que regulamenta essa lei. Também se ressalta a assinatura do Protocolo Agroambiental entre o governo do Estado de São Paulo, representado pelas Secretarias do Meio Ambiente (SMA) e da Agricultura e Abastecimento (SAA) e o setor sucroenergético paulista, representados pela União da Indústria da Cana de Açúcar (UNICA) e pela Organização dos Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil (ORPLANA) em 04 de junho de 2007.

Esses marcos deram início a um processo paralelo de redução das queimadas realizadas nos canaviais para facilitar o corte manual de cana e de aumento vertiginoso no número de maquinário agrícola voltado a colher mecanicamente esses canaviais. De acordo com a UNICA, o número de máquinas colhedoras de cana no Estado de São Paulo, capazes de operar ao longo das 24 horas do dia, saltou de 753 para 3.747 entre as safras de 2008 e 2017. Sampaio (2006, p. 104), afirma que:

uma colheitadeira, com um tratorista, corta em 10 horas de serviço, mais ou menos a mesma quantidade de cana que um grupo de 50 boias-frias no mesmo intervalo de tempo. Em 24 horas, essa mesma máquina, funcionando com uma equipe de apenas três tratoristas, divididos em turnos de oito horas, cortará 2,4 vezes mais cana que corta a turma de 50 cortadores em uma jornada diária de trabalho.

Já Sampaio (2010, p. 150-151), entende que “para cada colhedora de cana que entra em operação, deixam-se de ser contratados em torno de 80 a 100 trabalhadores braçais”, repercutindo numa intensa redução nos postos de trabalho dos boias-frias (ver Gráfico 3).

**Gráfico 3:** Estado de São Paulo: pessoas empregadas no cultivo de cana-de-açúcar, por sexo, 2008-2018.



**Fonte:** CAGED/MTE (2019). Organizado por Mateus Sampaio.

A redução dos postos de trabalho na lavoura canavieira paulista, na qual a região de Ribeirão Preto ocupa posição de primazia, não apenas continuou como se acentuou ainda mais na década de 2010. A contradição básica entre capital e trabalho se viu ampliada e se acirrou devido ao desenvolvimento de uma nova

técnica de produção, neste caso representada pela nova forma de se colher cana mecanicamente. O uso de potentes máquinas agrícolas potencializou a força de trabalho, na medida em que foram criadas unicamente para desempenhar, concomitantemente, as funções de corte e colheita.

Estima-se que, devido à grande informalidade que historicamente marcou a contratação de trabalhadores volantes para o corte de cana, o número total de redução de postos de trabalho tenha sido muito maior do que os 200 mil oficialmente contabilizados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED/MTE). Mais recentemente, já na década de 2010, também as etapas de plantio e tratos culturais da lavoura canavieira passaram por mudanças técnicas que alteraram o perfil do trabalhador empregado. A mecanização do plantio e a aplicação de adubos e defensivos químicos por empresas de aviação agrícola reduziram ainda mais o contingente de funcionários necessários para a realização de tais tarefas.

Os impactos para as migrações, sobretudo as de caráter temporário, são significativos. A diminuição dos fluxos provenientes de outros estados e regiões do Brasil para cidades da Região de Ribeirão Preto tem impactado os comércios locais, o setor imobiliário, o setor de transportes, dentre outras atividades econômicas formais e informais que tinham nos imigrantes seu público alvo. Tais implicações ainda estão por serem pesquisadas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As relações de trabalho vigentes em cada período da história das técnicas expressa, incontestavelmente, o modo como a expansão do capital estrutura e reestrutura o mercado de trabalho. Esse evolui sempre no sentido de atender aos interesses das forças dominantes da economia.

É neste sentido que se entende, em termos mais amplos, porque determinadas formas de relações de trabalho têm sido substituídas por outras, ao longo do processo de evolução da economia agrícola do País. Isto ocorreu do trabalho escravo para o colonato e deste para o trabalhado sazonal volante, contratado em momentos específicos em troca do assalariamento puro,

frequentemente pago de acordo com a produtividade de cada indivíduo.

Dentro das relações sociais de produção capitalistas puras, no caso do trabalho temporário, o aparecimento do trabalhador volante foi o resultado concreto dos padrões de desenvolvimento que foram adotados no setor agrícola da região, notadamente a partir da década de 1970. A partir do momento em que a utilização de trabalhadores com vínculos de caráter permanente, como ocorria no caso do colonato, não mais respondia aos interesses econômicos dos produtores, adotou-se o emprego temporário, que se tornou a forma de exploração do trabalho mais lucrativa.

No período compreendido entre as décadas de 1970 e 1990, a grande massa de trabalhadores migrantes que sazonalmente chegavam aos municípios da região de Ribeirão Preto para passar de seis a nove meses por ano dinamizavam a economia urbana das pequenas cidades canavieiras. Conferiam ao quadro populacional regional um caráter mais diverso, no sentido de aportar um contingente de pessoas mais jovens, de diferentes origens geográficas e étnico-racialmente diversificadas.

Na atual conjuntura em que o trabalho manual temporário realizado no plantio, corte e tratos culturais da cana reduziu-se drasticamente frente às inovações implementadas no processo produtivo, houve nova mudança na estrutura das relações de trabalho. As máquinas, associadas à uma agricultura de precisão de alta produtividade e que dispensa o grande volume de trabalhadores anteriormente inseridos no processo produtivo, fizeram cessar a migração sazonal voltada à lavoura canvieira na região em tela. Novas oportunidades de trabalho não foram criadas de modo a criar alternativas à população migrante. As migrações permanentes também sofreram diminuição, já que, frequentemente, vinculavam-se às experiências anteriores de migração sazonal.

As novas técnicas agrícolas usadas na produção canvieira pouparam mão-de-obra e afetaram de modo desigual e combinado o trabalho de homens e mulheres. As relações no seio das famílias foram alteradas tanto nas áreas de origem da população migrante, quanto na região de Ribeirão Preto propriamente dita, promovendo grandes transformações em ambos os espaços geográficos.

Tais mudanças técnicas no setor sucroenergético e seus impactos nas migrações articulam-se a outras transformações demográficas em andamento. Contribuem, por exemplo, para o aumento do envelhecimento na região, uma vez que diminuem as entradas de pessoas jovens; para os rearranjos dos deslocamentos populacionais no país, com diminuição dos fluxos inter-regionais. As consequências para a razão de sexo, para a composição étnico racial, para a economia, dentre outras características da realidade da região ainda merecem atenção. Que este artigo contribua para provocar mais estudos!

## REFERÊNCIAS

BAENINGER, R. Fases e Faces da Migração em São Paulo. Campinas: Núcleo de Estudos de População - Nepo/Unicamp, 2012. Disponível em: <http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros.php>. Acesso em: 26 jun. 2020.

CAGED/MTE – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados/Ministério do Trabalho e Emprego. Brasília, 2019. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/trabalhador-caged>. Acesso em: 20 maio 2020.

CORRÊA, R. L. **Região em Organização Espacial**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007.

ELIAS, D. **Globalização e Agricultura**. São Paulo: Edusp, 2003.

EMPLASA – Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://emplasa.sp.gov.br/RMRP>. Acesso em: 01 mar. 2020.

GUIMARÃES, L. S. P.; INNOCENCIO, N. R.; BRITO, S. R. O Trabalhador Volante na Agricultura. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 46, nº1, p. 5-78, jan./mar.

1984. Disponível em: <https://bit.ly/2X3q8ib>. Acesso em: 25 maio 2020.

HOOSON, D. J. The Distribution of Population as the Essential Geographical Expression. **The Canadian Geographer**, v. 4, n. 17, p. 10-20, 1960. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1541-0064.1960.tb01842.x>. Acesso em: 25 maio 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico brasileiro 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3d4cUHv>. Acesso em: 20 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. **Estimativas da População**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/36u8kpw>. Acesso em: 20 abr. 2020.

MOTTA, A. C. C. R.; QUINTEIRO, M. C. Repercussões no Proálcool no Comportamento Migratório do Estado de São Paulo: o caso de Ribeirão Preto - informe demográfico. **Relatório de Pesquisa**. São Paulo: Fundação SEADE, n. 10, 1983.

ROSSINI, R. E. **Serra Azul** - o homem e a cidade. 1971. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1971.

SAMPAIO, M. A. P. **Morro Agudo**: o maior produtor de cana-de-açúcar do Brasil: inter-relações entre local, regional, nacional e global. 2006. 163 f. Trabalho de Graduação Integrado (Bacharelado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/3d5FBUE>. Acesso: 18 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. **Aceleração do Tempo e Encurtamento das Distâncias** - o histórico papel das técnicas no processo de interiorização e modernização da canavieira paulista: séculos XVI a XXI. 2010. 219 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em:

<https://doi.org/10.11606/D.8.2010.tde-22122010-143613>. Acesso em: 18 abr. 2020.

SANTOS, A. L. Migração de Piauienses para o Trabalho na Lavoura Canavieira Paulista. In: ROSSINI, R. E. (Org.). **Dinâmicas Contemporâneas do Espaço Agrário Brasileiro**. São Paulo: Annablume, 2016.

SÃO PAULO. (Estado). Lei Nº 11.241, de 19 de setembro de 2002. Dispõe sobre a eliminação gradativa da queima da palha da cana-de-açúcar e dá providências correlatas. **Diário Oficial do Estado de São Paulo - Poder Executivo**: seção 1, São Paulo, SP, v. 112, n. 180, p. 2, 20 set. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2ZEf3Gc>. Acesso em: 25 maio 2020.

\_\_\_\_\_. Decreto nº. 47.700, de 11 de março de 2003. Regulamenta a Lei nº 11.241/2002, que dispõe sobre a eliminação gradativa da queima da palha de cana-de-açúcar e dá providências correlatas. **Diário Oficial do Estado de São Paulo - Poder Executivo**: seção 1, São Paulo, SP, v. 113, n. 48, p. 3, 12 mar. 2003. Disponível em: <https://bit.ly/2X5jWWQ>. Acesso em: 25 maio 2020.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº. 1.290, de 06 de julho de 2016. Cria a Região Metropolitana de Ribeirão Preto e dá providências correlatas. **Diário Oficial do Estado de São Paulo - Poder Executivo**: seção 1, São Paulo, SP, v. 126, n. 125, p. 1, 7 jul. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2A5FGZP>. Acesso em: 25 maio 2020.

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Divisão Regional do Estado de São Paulo**: evolução histórica 1967 – 2018. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://produtos.seade.gov.br/produtos/divpolitica/>. Acesso em: 19 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. **Perfil dos Municípios Paulistas** – território e população. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://perfil.seade.gov.br/>. Acesso em: 18 abr. 2020.



SILVA, A. E. R. **Territorialidade de Redes da Migração Maranhense para Trabalhar nos Canaviais Paulistas**. Curitiba: Editorial CRV, 2016.

SINGER, P. **Migrações internas**: considerações teóricas sobre seu estudo. Economia política da urbanização. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

VICENTE, M. C. M. **O Mercado de Mão-de-Obra Volante na Agricultura Paulista, 1974/75 a 1986/87**. 1989. 76 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/D.11.2018.tde-20181026-185757>. Acesso em: 26 jun. 2020.

VICENTE, M. C. M. Trabalho volante: a evolução de uma categoria. **Revista Informações Econômicas**, São Paulo: Instituto de Economia Agrícola, v.29, n.2, fev. 1999. Disponível em: <https://bit.ly/2yAD85F>. Acesso em: 18 abr. 2020.



## **DA CIDADE AO CAMPO: o colorir da luta de LGBTs no Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST)**

*Wilians Ventura Ferreira Souza  
Carlos Alberto Feliciano*

### **INTRODUÇÃO**

Para uma melhor apresentação e debate dos conteúdos alcançados durante a construção deste artigo, selecionamos estrategicamente três grandes etapas, estabelecendo, intencionalmente, uma exposição dos conteúdos de uma forma mais clara e, por que não, mais colorida. 1) uma leitura histórica da atuação do movimento LGBT 2) um diálogo a partir da abordagem socioespacial 3) o surgimento do coletivo LGBT no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Este trabalho é resultado de pesquisas<sup>56</sup> e discussões que vêm sendo desenvolvidas no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA. O nosso principal objetivo está centrado na realização de uma leitura e compreensão socioespacial do Movimento LGBT, que produz diferentes momentos nas cidades e no campo a partir das suas ferramentas, estratégias de luta e da disputa por espaços, ocasionando um acúmulo de organização, resistências e ativismos.

Esses ativismos podem ser identificados a partir da (re)construção histórica das Paradas Gay/Diversidade/Orgulho/LGBT, que se expressam como movimentos socioespaciais, travando batalhas ainda que efêmeras em nome do direito de existir e ser LGBT.

---

<sup>56</sup> Pesquisa de iniciação científica intitulada “A PRODUÇÃO E DISPUTA PELO ESPAÇO A PARTIR DO CORPO: luta e formação do movimento LGBT de Presidente Prudente”, desenvolvida por Wilians Ventura Ferreira Souza e orientada por Carlos Alberto Feliciano, ambos autores deste capítulo – Apoio: FAPESP, Processo (2018-14080-0).

Os discursos possuem um importante conteúdo geográfico e são percebidos e sentidos pelo ímpeto utilizado como ferramenta e arma de luta contra as normas que cercam e limitam os corpos desses sujeitos identificados como Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Reconhecemos que essas categorias devem ser lidas a partir da limitação imposta por uma classificação que acaba por excluir diferentes outras sexualidades. Portanto, reconhecemos que a diversidade é muito mais colorida, ampla e complexa.

Os (as) autores (a) como Camarotti (2009), Coletto (2013), Facchini (2002; 2018), Freire (2015), Nogueira (2018), Vianna (2015) foram essenciais para a leitura em torno da história do Movimento LGBT brasileiro, já que demonstram através de diferentes perspectivas e posicionamentos, as passagens realizadas pelo movimento durante o seu processo de construção histórica.

No entanto, ressaltamos, especialmente, a dissertação de Facchini (2002), intitulada *“Sopa de Letrinhas? – movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo”*, que realiza uma leitura histórica sobre a criação do Movimento LGBT organizado, representado, principalmente, pela imagem e atuação do Grupo Somos.

A dificuldade do Estado em elaborar soluções para os problemas que emergiam e emergem na sociedade e sobre determinados sujeitos, faz surgir ações sociais e políticas que expressam diferentes lutas pela criação de políticas públicas, espaços menos desiguais, divisão de poderes e esferas. Podemos compreender o surgimento de grupos, coletivos, mais especificamente de Movimentos Sociais, como um produto gerado pelo discurso ineficiente do Estado em relação ao suprimento e auxílio, destinado a essas populações e grupos sociais específicos, que normalmente têm seus direitos violados e encontram-se em níveis diferenciados de estigma, subalternização e vulnerabilidade.

O processo de estigmatização e subalternização direcionado a esses sujeitos provocam ações, forças coletivas e agrupamentos, que comumente se manifestam através dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais organizados. Cabe destacar, que nesta última etapa histórica vivida por nós,

brasileiros, vemos surgir organizações com pautas específicas que não necessariamente se organizam em torno de movimentos socioespaciais e socioterritoriais organizados, mas sim, de ações espontâneas e coletivas.

Esses sujeitos, que vivem em processos de exclusão, não satisfeitos com a condição em que se encontram, se organizam enquanto sujeitos políticos (aqui entendendo que o ato de se manifestar, é necessariamente um ato político) e sociais na busca pela disputa daquilo que certamente corresponde a sua sobrevivência e manutenção de sua vida.

O arcabouço-teórico-metodológico utilizado neste trabalho é resultado das discussões presentes no coletivo de pensamento desenvolvido no NERA. Destacamos que a concepção, análise e leitura dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais realizada por Fernandes (2005; 2012), se faz presente em diferentes etapas deste trabalho, seja nos traços estratégicos presentes nas etapas metodológicas, nas discussões teóricas e na composição dos diferentes elementos que surgiram durante sua realização. A leitura feita por Fernandes está inerentemente ligada aos aspectos da realidade e materialidade desses movimentos, visto que sem a atuação e organização do Movimento LGBT não seria possível realizar e aplicar dada leitura.

Um outro objetivo foi compreender as manifestações socioespaciais e socioterritoriais do Movimento LGBT em escala nacional, partindo primeiramente da sua formação, do seu desenvolvimento e das mudanças que podem ser percebidas e sentidas através das práticas espaciais dos sujeitos que o compõe, das lutas que historicamente foram estabelecidas e construídas e das estratégias, disputas por espaços, territórios e visibilidades.

As estratégias de disputas por espaços de visibilidade, políticos, culturais e econômicos, desempenhadas pelos movimentos socioespaciais, aqui realizando um recorte para o Movimento LGBT, estão, sumariamente, representadas pelas Paradas da Diversidade, que assumem a sua máxima capacidade de atuação, disputa e conflitualidade no espaço urbano, isto é, em sua categoria espacial. Nos colocamos ao debate em torno das questões teóricas relevantes que, sem dúvida, originaram avanços

qualitativos importantes durante o caminhar da construção deste trabalho.

Entender a espacialização dos crimes de ódio e as práticas de violência contra os sujeitos LGBTs, também se manifesta como um grande desafio, que acreditamos ter alcançado e que está fortemente ligado ao processo de formação do Movimento LGBT em resposta aos duros ataques. Neste sentido, apresentamos um mapa síntese da violência desenvolvido a partir da criação de um banco de dados sustentado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB)<sup>57</sup>. Os processos de violação e violência são identificados pelos Movimentos Sociais LGBTs e ativistas da causa como crimes de ódio (FILHO, 2016; GGB, 2018), visto que as práticas de violência se expressam em momentos de extrema violação e brutalização dos corpos, representadas pela quantidade excessiva de golpes que destroem, violam e demonizam o corpo LGBT. É a violência inexplicável, materializada na vida de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

Obtivemos avanços significativos na construção das etapas metodológicas, já que em diferentes momentos estávamos diante da inexistência de informações que considerávamos significativas e importantes para a continuação do projeto. No entanto, conseguimos contorná-las, através de discussões coletivas dentro do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), como também, através de diálogos estabelecidos com os Movimentos Sociais LGBTs que participaram ativamente da construção das referidas etapas e deste trabalho fruto, portanto, de um esforço coletivo.

As discussões realizadas em torno da atuação dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais se tornam cada vez mais relevantes e necessárias, principalmente por dois motivos: 1) Produzem uma leitura geográfica da atuação dos movimentos sociais, compreendendo as suas escalas de atuação e as suas ferramentas de luta em resposta aos diferentes processos de violação e 2) Aproximam o pesquisador das materializações

---

<sup>57</sup> Organização responsável pela divulgação dos relatórios publicados anualmente “Quem a homotransfobia matou hoje?”, denunciando o processo de violação direcionado aos corpos de LGBTs.

produzidas no espaço por esses movimentos, que desempenham diferentes papéis em diferentes momentos da história, por exemplo reivindicando o direito à cidade, à saúde, educação, trabalho e vida, como também à terra, à água, às florestas, desempenhando uma dimensão socioterritorial e socioespacial.

A partir destes apontamentos iniciais, miramos realizar uma discussão em torno da atuação do movimento socioespacial LGBT, de suas materializações, do seu surgimento e de seu processo de formação, consolidação e transformação no quebrar das décadas.

Avançamos ainda mais. Recentemente, os temas relacionados à diversidade sexual e de gênero têm ganhado cada vez mais progressão, penetrando em espaços onde antes era improvável realizar tais discussões. Alguns movimentos socioespaciais e socioterritoriais têm buscado introduzir as questões de gênero, de raça, classe, sexualidade, entre outros temas, em seus espaços de diálogo, produzindo o reconhecimento de novas identidades e vivências. É nesse sentido que realizamos uma leitura histórica a partir da introdução de coletivos, rodas de conversa, espaços de discussão e desconstrução que emergiram no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em torno das questões que perpassam a vivência de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

Quando um movimento social, socioterritorial ou socioespacial trava batalhas, disputas e conflitos, em torno de demandas específicas, esse duelo acontece em um determinado espaço ou território (de acordo com a intencionalidade de cada movimento). Um exemplo claro é a atuação dos movimentos que lutam pela terra, como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), que ocupam como forma de protesto e reivindicam terras improdutivas. Ali se territorializam e disputam aquele espaço para as famílias que de forma geral produzem alimentos que vão contra a lógica existente em dado momento histórico, isto é, as grandes extensões de monoculturas, o uso excessivo de agrotóxicos, etc. O MST é um exemplo claro de um Movimento Social que tem na conquista do território (identificado pela conquista de terras) o seu trunfo, a sua existência, a sua razão

de ser, desta forma a partir de um olhar de reflexão geográfica o identificamos como um movimento socioterritorial.

O espaço é tido na geografia como uma importante categoria de análise, conseqüentemente, é relevante estudarmos e aprofundarmos nossos conhecimentos em torno da discussão geográfica do que é espaço. Fazemos isso a partir de uma perspectiva específica, já que quando falamos de espaço, falamos também de uma composicionalidade e multidimensionalidade que nele estão contidas.

Nas páginas seguintes traremos à luz deste trabalho os momentos relevantes, seja no âmbito histórico, como também geográfico, do surgimento do Movimento LGBT brasileiro. Na seqüência realizaremos uma discussão em torno dos conceitos de movimentos socioespaciais e socioterritoriais, aplicando nossa leitura em torno da compreensão do surgimento do movimento LGBT na cidade como também no campo.

## **MOVIMENTO LGBT BRASILEIRO: QUE MOVIMENTO É ESSE?**

Para uma melhor compreensão do texto, adotamos a sigla LGBT (significando Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), que designa um coletivo de sujeitos genericamente concentrados dentro da categoria maior “diversidade sexual”, mas como aponta Nogueira et al, (2018, p. 9), “essa diversidade, no entanto, envolve a população homossexual, bissexual e heterossexual”.

O movimento LGBT pode ter o seu surgimento no cenário internacional identificado a partir do Século XVIII, desempenhado por uma gama de intelectuais e pensadores que lutavam contra as diferentes formas de opressão direcionadas especificamente as suas sexualidades. Vê-se, portanto, que já se trilhava um caminho em direção ao combate a heteronormatividade, isto é, a heterossexualidade imposta como norma social, política, econômica e cultural.

Como aponta Freire (2015, p. 62):



no decorrer do século XVIII, até meados do século XIX, a homossexualidade foi definida pelos setores conservadores e religiosos como pecado e também como crime.

Engolidos pelo cenário que acompanhava a Revolução Francesa mergulhados no ideário da igualdade e liberdade, os sujeitos homossexuais iniciaram lutas em defesa de suas sexualidades, em torno de pautas como a descriminalização da homossexualidade em alguns países como a França.

No entanto, nesse mesmo sentido, isto é, da descriminalização da homossexualidade, no século XIX iniciava-se um processo inverso a essa luta, representado pela patologização da homossexualidade, novamente outro momento era marcado pelo estigma e preconceito direcionados a população de homossexuais.

A luta desses movimentos e sujeitos foi importante para a criação de uma plataforma sustentada pelo discurso da liberdade e da liberação de suas sexualidades, entendidas e reafirmadas como normais, confrontando o discurso vigente, fosse baseado numa plataforma religiosa representada pelo pecado ou numa plataforma científica representada pela doença.

Entretanto, no período marcado pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945), muitos coletivos e militantes do movimento homossexual foram perseguidos pelo ideário nazifascista. Essa perseguição provocou um grande impacto na organização política homossexual existente na época, uma vez que muitos foram discriminados, violentados e torturados nos campos de concentração, culpabilizados pela sua orientação sexual.

Após a Segunda Guerra Mundial inicia-se uma nova fase do Movimento LGBT internacional, reconhecida pelas bibliografias como segunda fase do movimento. Nesse momento, as principais pautas dos sujeitos políticos estavam centradas na liberação da diversidade sexual/homossexualidade.

Na década de 1960, o surgimento dos movimentos de contracultura nos Estados Unidos e na Europa, com fortes nuances e críticas às estruturas do conservadorismo imbricados na sociedade e nas relações sociais/sexuais influenciam o movimento

homossexual, iniciando o terceiro momento do movimento em escala internacional, identificados por alguns autores como o nascimento do movimento gay contemporâneo. Um marco histórico:

Importante ressaltar que a população LGBT já vinha resistindo às várias formas de opressão, mas é em 28 de junho de 1969 que, pela primeira vez, a comunidade LGBT se organiza com o claro propósito de enfrentar a polícia que agia com atos violentos motivados pela discriminação contra a homossexualidade. Esse fato contribuiu para que os Estados Unidos fossem considerados o berço da luta pelos direitos civis para a população LGBT (FREIRE, 2015, p. 65).

Nesse momento o movimento adota uma postura política radical, marcada até mesmo em alguns momentos pelo uso da força que combatia e ia de encontro às normas presentes na sociedade da época. Portanto, a Revolta de Stonewall contribuiu para o surgimento de relevantes mudanças na estrutura dos movimentos, que se viam potencialmente como a ferramenta de mudança viva através de seus corpos identificados como corpos políticos, representados, principalmente, pela saída do “gueto”.

Na década de 1970 o movimento LGBT começa a sofrer algumas rupturas, sobretudo, identificadas a partir da crise de identidades contidas dentro da organização hierárquica do movimento. Como aponta Freire (2015, p. 66)

foi se enfraquecendo em decorrência da emergência de organizações conservadoras e das rupturas internas provocadas pelas diferenças de gênero entre gays e lésbicas, passando a se organizar em torno das identidades.

Além desse caráter fragmentário, o movimento também assume uma outra postura ao se institucionalizar e formalizar-se, perdendo por completo o seu radicalismo. O conceito de “homossexual” é muito recente e sua aparição faz parte de um

conjunto de outros elementos que estão intrinsicamente associados aos processos de consolidação das sociedades, então chamadas “sociedades ocidentais”. Comumente usava-se esse termo para designar pessoas que mantinham relações sexuais com outras do mesmo sexo. Deste modo podemos compreendê-lo como um processo de identificação de um comportamento sexual específico, que agrupa um conjunto de formas de “ser”, de “sentir” e de se “materializar nos espaços”.

As práticas sexuais entre sujeitos do mesmo sexo, logo, como descrito anteriormente, foi entendido como um “modo de ser”, isto é, a existência de sujeitos que se comportavam e pensavam diferentemente da maioria.

Os autores Facchini e Rodrigues (2018) ressaltam a relevância de alguns atores que podem ser considerados os primeiros a lutarem e levantarem bandeiras em torno de pautas especificamente homossexuais, caminhando no sentido contrário do estabelecido por leis que criminalizavam relacionamentos homoafetivos, como também a patologização do corpo homossexual: o inglês Edward Carpenter e o alemão Magnus Hirschfeld, fundador de um Comitê Humanitário Científico.

Todo esse movimento contrário aos direitos homossexuais que se fundam no Século XIX contribuíram de certa forma para o surgimento de uma identidade homossexual, como assinalam Facchini e Rodrigues (2018, p. 233):

tudo indica que a discussão pública da homossexualidade, impulsionada pela questão legal, ajudava a criar uma nova identidade entre as pessoas que orientavam suas práticas e desejos sexuais para as do mesmo sexo.

Ato que historicamente se repete, os movimentos sociais que se constroem em torno de pautas recheadas de liberdade e afirmação do ser, ressignificam palavras e conotações que inicialmente foram utilizadas de forma pejorativa.

Portanto, as restrições legais e médicas que em alguns momentos foram impostas aos homossexuais provocaram uma atitude reversa, quer dizer, os próprios sujeitos identificados pelas

leis e pela medicina como “homossexuais” passaram a se reconhecer como uma categoria, criando laços afetivos entre si, como também uma vasta rede de sociabilidade. Reafirmaram as plurais identidades nas cidades, que estavam em constante processo de crescimento e desenvolvimento.

As bibliografias relatam que o primeiro movimento homossexual organizado surge no mundo na década de 1940, sendo seu principal objetivo desconstruir aquela imagem negativa imposta aos corpos homossexuais. O espaço era chamado de COC (*Center for Culture and Recreation*), na cidade de Amsterdam. Como expressam Facchini e Rodrigues (2018, p. 234),

os organizadores desse centro investiam seu esforço na promoção de ocasiões de sociabilidade e no trabalho junto às autoridades locais no sentido de fomentar a tolerância para com os homossexuais.

Na década de 1950 nascia, no mesmo sentido do COC, a *Mattachine Society*, um grupo que atuava na clandestinidade e que tinha como lideranças militantes da esquerda estadunidense. Ligada à *Mattachine Society*, em meados da década de 1950 nascia o *Daughter of Bilitis*, grupo composto e direcionado para lésbicas.

Naquele momento, fim da década de 1960 e início da década de 1970, não era somente o movimento homossexual que ganhava corpo, levantava bandeiras e ocupava as ruas. Surgiam no mundo todo diferentes movimentos que adotavam e incorporavam um espírito de liberdade, emancipação e luta. Evidenciamos o movimento negro, o movimento feminista e o movimento estudantil.

Naquele momento, as discussões acaloradas inspiradas pela contracultura faziam parte da vida desses militantes e da organização desses movimentos. Buscavam uma organização horizontal, criticavam as organizações e instituições hierárquicas, utilizavam táticas de ação direta e desobediência, buscavam a adoção de um sentimento de comunidade e criavam novos instrumentos de informação que circulavam pelas cidades e mãos, como os jornais “alternativos” (FACCHINI; RODRIGUES, 2018).

Durante a construção da história do Movimento LGBT brasileiro, é importante, desde já, elencar alguns fatos que fizeram e que, sem dúvida, influenciaram no “produto” de movimento existente atualmente.

Na fundação do movimento existiam sujeitos com concepções divergentes, principalmente as ideológicas. Não possuíam atuações no mesmo campo político. Por consequência, devemos compreender que dentro do próprio movimento existiam rixas, rivalidades e disputas, que causaram diferentes fragmentações e rupturas.

Se no final dos anos 70 e início dos 80 as disputas dos grupos presentes no movimento eram marcadas pela dualidade revolucionária/reformista, em 1990, com uma nova estratégia produzida pelos elementos históricos, marcantes daquela conjuntura, o movimento se adequa a formatos de ONGs e entidades em torno de pautas e questões específicas, como por exemplo a epidemia da AIDS.

A compreensão de “Movimento Homossexual” ou Movimento LGBT será trabalhada de diferentes formas durante a construção dessa etapa, já que os seus objetivos foram ressignificados durante as fases que sucederam a sua criação. Assim, entendemos que se convencionou chamar de “Movimento Homossexual” o recorte realizado em torno das redes de relações sociais estabelecidas pelos sujeitos que lutaram pelo reconhecimento, emancipação e cidadania plena. É importante envolvermos as atuações desses sujeitos sociais, para que entendamos os processos de construção do movimento LGBT brasileiro, realizando uma leitura em torno de suas múltiplas formas de coletividades e materialidades no espaço social.

Os primeiros trabalhos de Macrae (1982) e Fry (1982) surgem no Brasil em um contexto de polarização política e ideológica, marcado pelos abalos provocados pela ditadura militar, como também a desconfiança existente em torno de organizações políticas atuantes naquele contexto histórico.

Vale lembrar que no início do surgimento do movimento LGBT, as pautas, identificadas por alguns como pautas “identitárias”, eram tidas e classificadas pela esquerda brasileira

atuante na época como uma “luta secundária” e menos importante que a luta maior – a luta de classes.

A exemplo da disputa socioespacial travada entre os movimentos na década de 1970, tem-se o jornal *Lampião da Esquina*, apontado como uma das primeiras ferramentas políticas da luta em torno da temática homossexual. O jornal *Lampião da Esquina* surge no contexto da ditadura militar, momento marcado pela enorme repressão e ausência de liberdade, elementos que o jornal fazia questão de primar, estabelecendo uma leitura crítica de todos os fatos históricos que ocorriam naquele momento. O jornal se constituiu como principal jornal homossexual brasileiro e possuía um caráter político muito potente e viço. Todavia, cabe ressaltar que antes do surgimento do *Lampião* existiram outras formas de expressão homossexual e LGBT. O primeiro jornal para pessoas homossexuais circulou no Rio de Janeiro sob o título de “*Snob*”, fundado por Agildo Guimarães.

Existiam também redes de sociabilidade que expressavam uma fuga e refúgio socioterritorial (zonas de prostituição, bares, hotéis, praias, etc) como também ferramentas que disputavam narrativas contra a falta de liberdade, a exemplo do mencionado jornal *Lampião da Esquina*.

No entanto, o caráter “conservador” presente na esquerda brasileira, como exposto anteriormente, identifica a luta das “minorias” como uma luta secular, fazendo emergir alguns questionamentos centrais para a compreensão desse conflito:

Em meio à ditadura militar, diversas reivindicações, exclusões, grupos, partidos e associações convergiram naquilo que comumente é chamado de esquerda brasileira. No entanto até onde a esquerda se constituía em uma esquina de vias para algumas direções comuns e outras antagônicas, e até onde a esquerda poderia ser uma direção única de luta política? (FACCHINI, 2002, p. 25).

Se a esquerda brasileira na década de 1970 atribuía um papel secundário ao Movimento LGBT, hoje ela assume um caráter completamente diferente, sendo a organização que mais tem pautado questões em torno de temáticas LGBT.

Trouxemos os elementos que fizeram parte da composição do movimento LGBT brasileiro e as relações estabelecidas entre ditadura militar, movimentos de esquerda e movimento homossexual, para que se entenda de qual contexto estamos falando, a partir de qual perspectiva e de que leitura estamos realizando.

Como aponta Facchini (2002, p. 61), até a década de 1970 “essas associações, apesar de reunir homossexuais, possuíam uma atuação qualificada pelos militantes como “não-politizada”, por estar exclusivamente voltadas para a sociabilidade”.

O surgimento do Grupo Somos marcado inicialmente por uma polarização político-ideológica, produziu tensões internas, culminando em diversas fragmentações e dissidências que veremos mais adiante. Antes de adentrarmos na compreensão da existência e da formação do grupo Somos, trataremos algumas construções realizadas nos primeiros trabalhos e bibliografias, que se atentam, sobretudo, para as redes e esferas de atuação de sujeitos específicos e que, por fim, tiveram um papel crucial na construção da coletividade homossexual brasileira.

Silva reconhece a importância da existência de locais de frequência de homossexuais e de iniciativas como a coluna do meio de Celso Curi, que noticiava tanto a abertura de novas boates gays, quanto informações ligadas ao movimento gay e lésbico em outros países, mas ressalta a importância do contato com o movimento gay internacional, principalmente o norte-americano, via autoexílio, contatos com pessoas que moravam no exterior ou acesso a publicações do movimento internacional. Nesse sentido, podemos tomar como exemplos as histórias de João Silvério Trevisan e João Antônio Mascarenhas, primeiros articuladores do Grupo Somos e do grupo de intelectuais que formaria o corpo de editores e colaboradores do jornal *Lampião da Esquina*, respectivamente (FACCHINI, 2002, p. 64).

João Silvério Trevisan e João Antônio Mascarenhas tiveram papéis centrais para a organização LGBT no Brasil. O autoexílio possibilitou que tivessem contato com outras organizações e instrumentos de luta criados em diferentes contextos.

Foi nos Estados Unidos que Trevisan teve o seu primeiro contato com o movimento homossexual e com a efervescência da contracultura norte-americana, contatos que sem dúvida influenciaram e possibilitaram o “sonho” de se criar coletividades e ações semelhantes as quais ele havia tido o privilégio de conhecer.

João Antônio Mascarenhas teve contato com produções feitas pelo grupo *Gay Sunshine*, através da imprensa e da literatura inglesa e norte-americana. Já em 1972, ele teve contato direto com o jornal *Gay Sunshine* e outras publicações inglesas. Em 1973, como aponta Facchini (2002, p. 65)

passou a assinar o *Gay Sunshine* e a encomendar livros dos Estados Unidos reunindo em 1977, a partir de contatos com Winston Leylard, editor do *Gay Sunshine*, um grupo de intelectuais, escritores e jornalistas, que posteriormente fundariam o Lâmpião da Esquina.

Quando adotamos uma perspectiva evolucionista para ler o movimento homossexual brasileiro, podemos acabar naturalizando os acontecimentos em torno de um suposto “amadurecimento” dos sujeitos que compunham o movimento. No entanto, os elementos históricos e complexos marcados pela época (ditadura militar) foram essenciais para o surgimento de movimentos de resistências (libertários, emancipatórios, contra hegemônicos, etc.)

Antes do final da primeira metade da década de 1980 ocorreu uma grande redução no número de grupos presentes no Movimento LGBT brasileiro, esse recrudescimento pode ser identificado por alguns acontecimentos históricos, evidenciados também pela bibliografia consultada.



O surgimento da epidemia da AIDS, que logo foi atribuída aos homossexuais, identificada como “peste gay”, foi um importante fato histórico utilizado inclusive para atacar aqueles que haviam iniciado o processo de reconhecimento enquanto LGBTs.

Um outro acontecimento histórico e que de certa maneira impactou o movimento e as organizações LGBTs, foi o fim do jornal *Lampião da Esquina*, que anteriormente havia se colocado como uma das principais fontes de politização e discussão em torno de pautas especificamente LGBTs, que inflavam e provocavam discussões em torno de questões específicas de dada população. Além de ser uma importante ferramenta de informação, o jornal também realizava um panorama em torno dos grupos que eram criados no Brasil.

Macrae (1982) também realiza uma leitura em torno do movimento homossexual brasileiro focalizando, sobretudo, a etnografia do grupo *Somos*. Ao final de sua tese fala de um recrudescimento/declínio do movimento, ao mesmo tempo em que relata o surgimento de importantes realizações de dois grupos que não apareciam com muito destaque na narrativa sobre a “primeira onda” do movimento homossexual brasileiro, o Grupo Gay da Bahia e o Triângulo Rosa.

A leitura feita a partir da diminuição dos grupos e militantes do movimento homossexual também pode ser observada a partir de um outro viés, isto é: será que houve um recrudescimento ou uma mudança estratégica?

Alguns militantes possuíam uma forma diferente de olhar para a ação do movimento, cabe destacar a ação do já falecido João Antônio Mascarenhas (do *Lampião da Esquina* e fundador do extinto grupo *Triângulo Rosa*) e Luiz Mott (fundador do Grupo Gay da Bahia). Ambos são figuras fundamentais para compreendermos essa mudança estratégica em um período de “declínio” do movimento.

Entender o que Facchini (2002) coloca como a mudança de uma ênfase antiautoritária e comunitarista para uma organização de caráter mais formal, implica em envolvermos os processos geográficos que foram produzidos pelos conflitos internos, pelas disputas ideológicas, pelo ataque ao “ser homossexual”, dentre

outras características que, de certa forma, construíram uma nova espacialidade e identidade do movimento LGBT brasileiro.

Retomando os aspectos que circundam a organicidade do grupo Somos, é importante lembrarmos que o objetivo dos sujeitos (sejam eles autonomistas ou mais ligados a grupos de esquerda), possuíam projetos de transformação da sociedade como um todo.

Já Mascarenhas e Mott demonstram através das suas formas de atuação um menor envolvimento com ações de transformação social ampla e uma maior aproximação das ações pragmáticas, específicas e centralizadoras, que estavam concentradas principalmente no combate à discriminação e violências que sempre marcaram os corpos LGBTs.

A expressão do pragmatismo contida nesses dois militantes e nos dois grupos atuantes nessa vertente (GGB e Triangulo Rosa) fica clara sendo um dos principais objetivos de Mott a conquista de um espaço físico, isto é, de uma sede para o grupo. Acreditava-se que o fortalecimento e o crescimento do grupo só seriam possíveis através da conquista de espaços físicos mais adequados.

Um aspecto interessante presente na nova atuação do movimento, além da preocupação com o espaço onde seriam realizadas as reuniões, era também a oficialização e o reconhecimento legal do Grupo Gay da Bahia e do Triangulo Rosa. Facchini (2002, p. 82) aponta que

além da obtenção do direito de associação, a existência de uma personalidade jurídica pode ser muito importante num contexto em que os grupos/associações se proponham a uma ação mais direta e pragmática em favor dos direitos civis dos homossexuais.

Lembro-nos de que o surgimento dessa nova forma de enxergar e trabalhar a organicidade e os aspectos da construção de uma nova estratégia para o movimento também surge carregada de algumas barreiras que foram elementares para o produto final, ou seja, para a forma como esses sujeitos se organizaram em decorrência da complexidade do tempo histórico em que viveram.

Portanto, a forte associação de caráter negativo/pejorativo/patológico, entre a AIDS e a homossexualidade fez com que diferentes sujeitos e grupos optassem por não trabalhar prioritariamente com a luta contra a AIDS.

Na década de 80 ocorre, portanto, um declínio na quantidade de grupos. No entanto, há essa contraposição que distancia um pouco a ideia de que “houve um declínio”, apresentando a ideia de que houve sim, uma mudança estratégica, uma reorganização dos movimentos e um novo direcionamento de pautas e lutas.

Os grupos passam a se organizar em encontros, conhecidos como EBHO (Encontro Brasileiro de Homossexuais Organizados), que se constituíam como importante ferramenta de expansão da discussão em torno das pautas LGBTs.

A partir de 1992 a quantidade de grupos e ativistas LGBTs presentes nos encontros nacionais volta a crescer, indicando que existia um certo vigor e uma vontade de atuar em diferentes estados.

**Quadro 1:** Históricos dos encontros EBHO (Encontro Brasileiro de Homossexuais).

Ano	Encontros	Local	Nº de Grupos
1980	I Encontro Brasileiro de Homossexuais	São Paulo – SP	8
1984	II Encontro Brasileiro de Homossexuais	Salvador – BA	5
1989	III Encontro Brasileiro de Homossexuais	Rio de Janeiro – RJ	6
1990	IV Encontro Brasileiro de Homossexuais	Aracaju – SE	6
1991	V Encontro Brasileiro de Homossexuais	Recife – PE	6
1992	VI Encontro Brasileiro de Homossexuais	Rio de Janeiro – RJ	11
1993	VII Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais	Cajamar – SP	21
1995	I Enc. Bras. De Gays e Lésbicas que trabalham com AIDS e VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas	Curitiba – PR	84
1997	II Enc. Bras. De Gays e Lésbicas que trabalham com AIDS e IX Enc. Bras. De Gays, Lésbicas e Travestis	São Paulo – SP	52

**Fonte:** elaboração própria, a partir de FACCHINI (2002).

Como observável no quadro 1, cabe ressaltar que houve um grande aumento no número de grupos presentes nos encontros a partir de 1993 e, também, a presença de financiamentos estatais a partir de 1995, que visavam combater às DST/AIDS, ocorrendo paralelamente aos encontros nacionais de “gays e lésbicas que trabalham com AIDS”, rebatizados posteriormente de “gays, lésbicas e travestis que trabalham com AIDS”.

Sobre o ressurgimento do movimento LGBT marcado pela forte presença desses grupos, Facchini (2002, p. 101) ressalta que:

Gostaria de finalizar este relato sobre o reflorescimento do movimento homossexual nos anos 90 ressaltando não somente o número de grupos/organizações do movimento aumentou, como houve uma diversificação de formatos institucionais e propostas de atuação. Por outro lado, nota-se também uma ampliação da rede de relações sociais do movimento e a presença de novos atores.

Fala ainda sobre o aumento de novos movimentos que, por sua vez, se diversificaram, muitos deles adotando um caráter institucional com propostas de ações mais pragmáticas. Ao mesmo tempo ela aponta para o surgimento de uma rede de relações sociais do movimento com a presença de novos atores. Com o surgimento de redes de relações surgem conexões ativas, que produzem ações coletivas.

No entanto, antes dessa nova estrutura se consolidar, compreendemos que o movimento possuía um caráter combativo de ataque à estrutura social. A partir desse novo momento, os autores identificam um menor desenvolvimento com projetos de transformação social e um direcionamento maior para as ações mais pragmáticas levantadas pelos LGBTs brasileiros.

O surgimento da epidemia da AIDS, abala de certa forma a estrutura organizativa dos movimentos sociais, nota-se, que é inserido uma preocupação em reestruturar os tópicos abordados nos encontros do movimento homossexual, assim como as ações desempenhadas pelos militantes na luta contra a epidemia, além da espera de uma resposta estatal.

Sabemos, portanto, que o surgimento da epidemia da AIDS e a atribuição do seu aparecimento aos homens gays causou um grande impacto sobretudo quando olhamos para a organização dos movimentos existentes, que recrudesceram. Ao mesmo tempo que a atribuição da AIDS a esses sujeitos foi negativa, fez com que as questões que envolvessem uma “identidade homossexual” se tornassem mais visíveis.

É também na década de 1990, que o movimento passa por novas mudanças, multiplicando os sujeitos políticos que a ele pertenciam. Em 1993 ele aparecia como MGL (movimento de gays

e lésbicas) , após 1995 aparece como GLT (gays, lésbicas e travestis) e, logo em seguida, a partir de 1999, passa a se apresentar como GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros), se modificando em alguns momentos para LGBT, a partir das diferentes estratégias dos segmentos. Como apontam Facchini e Rodrigues (2018, p. 241)

em 2005, o XII Encontro Nacional aprova o uso de GLBT, incluindo oficialmente o B de bissexuais e convencionando que o T se refere a travestis, transexuais e transgêneros.

Nessa nova estrutura orgânica do movimento LGBT, as lutas também ganham novas formas e se materializam sob diferentes estratégias espaciais. Essa relevante incidência política nos mais diferentes espaços, a visibilidade provocada pela mídia e por políticos específicos, as Paradas do Orgulho LGBT e manifestações nos espaços urbanos se formulam como as principais estratégias do movimento adotadas nesse novo período.

## **ABORDAGEM SOCIOESPACIAL DO MOVIMENTO LGBT BRASILEIRO**

A ocupação dos espaços realizada pelos movimentos socioespaciais, aqui especificamente pelo movimento LGBT, necessita de uma leitura a partir da intencionalidade inscrita naquele espaço que está em evidente disputa. A ocupação e, em alguns momentos, a transformação dos espaços, está alocada em debates centrais realizados pelos movimentos que, historicamente, lutam pela transformação social, respeito e visibilidade.

A parada LGBT assume, a partir do exposto, uma centralidade de disputa espacial e atua em diferentes escalas, até mesmo nas corporeidades. No entanto, além de compreender a parada LGBT como um ato político, como de fato é, alguns autores como Moreira (2016) apontam os elementos da festividade muito presentes nas discussões realizadas pelos movimentos sociais que antecedem o ato da parada propriamente dito, como na consumação do ato, representado pela ocupação de vias de circulação

importantes em determinadas cidades, modificando, assim, a sua dinâmica espacial.

É evidente que as Paradas LGBTs imprimem um papel de festividade, criticado e visto por alguns como algo negativo ao movimento e a luta. No entanto Moreira (2016, p. 37) aponta que “o festar, é entendido por muitxs participantes como um momento de liberdade, descontração e socialidade”.

A Parada LGBT, apesar de ser um acontecimento efêmero, apresenta repetição e marca o espaço, as vezes apresenta conquistas, alcança objetivos propostos e por isso imprime elementos que resistem ao tempo. O debate, a reflexão e o diálogo posto por esse evento, e até mesmo a visibilidade na sociedade metropolitana são elementos importantes que permanecem mesmo após o fim daquele momento. Em síntese, o instante da Parada LGBT imprime marcas no espaço-tempo. É um acontecimento efêmero e que se repete anualmente, que modifica de um ano para outro, mas que resiste em seus diálogos e objetivos: luta, visibilidade, sociabilidade, reflexão e diálogo (MOREIRA, 2016, p. 39).

Os movimentos e os articuladores da Parada LGBT se utilizam daquele momento efêmero para marcar no espaço-tempo suas reivindicações, disputas, debates e diálogos. É, portanto, um espaço de extrema relevância, seja pela busca incessante de visibilidade, seja pela disputa realizada pelas tidas “minorias” a um espaço da cidade.

**Quadro 2:** Conteúdo das atuações desempenhadas pelo Movimento LGBT.

1. De visibilidade – Manifestações Socioespaciais	1.1 A realização de Paradas
	1.2 A realização de eventos culturais de estímulo ao respeito à diversidade e valorização da identidade LGBT
	1.3 A realização de manifestações e protestos
2. De denúncia	2.1 A documentação e acompanhamento de casos de violência contra LGBTs
	2.2 O acompanhamento da mídia e tomada de providências nos casos considerados de discriminação aos LGBTs
3. Da presença no campo político formal	3.1 A proposição e pressão para aprovação de leis
	3.2 A proposição, execução e monitoramento de políticas públicas
	3.3 A candidatura a cargos legislativos e executivos e o estabelecimento de alianças com políticos favoráveis à causa LGBT
	3.4 A atuação junto ao poder judiciário visando assegurar direitos dos LGBTs
4. De articulação	4.1 A criação de redes LGBTs transnacionais, nacionais e locais
	4.2 O incentivo ao surgimento de novas organizações LGBT
	4.3 O estabelecimento de redes com outros movimentos sociais

**Fonte:** elaboração própria, a partir dos dados de CAMAROTTI (2009).

O quadro 2 expressa de forma sintética os nuances presentes na ação socioespacial do Movimento LGBT brasileiro, desde a construção de espaços/manifestações socioespaciais representadas pelas Paradas do Orgulho LGBT/Paradas da



Diversidade, até a articulação que permeia a criação de amplas redes nacionais e internacionais de debate em torno de pautas especificamente LGBTs.

A partir da metade da década de 1980 os estudos em torno dos movimentos sociais a partir da adoção da teoria crítica e do materialismo histórico dialético começam a ganhar corpo e se projetar na geografia brasileira. No entanto, muitas análises em torno do surgimento de protestos, lutas, mobilizações, em suma, de movimentos sociais, se dão baseadas em realidades distintas da brasileira, principalmente voltadas ao contexto europeu. Pedon (2013, p.23) aponta que “são poucos os geógrafos que vão se preocupar em edificar uma base teórica e conceitual substancial para os estudos dos movimentos sociais realizados pela geografia”.

Dois importantes geógrafos nordestinos foram os pioneiros a apontar suas obras a atuação dos movimentos sociais no Brasil. Manuel Correia de Andrade (1964) publica em 1963 o livro “A terra e o homem no Nordeste”, no qual o autor realiza uma análise dos problemas do nordeste brasileiro a partir da apropriação do solo, elaborando uma regionalização com base no processo de colonização da região [...]. Josué de Castro (1967) publica em 1965 o livro “Sete palmos de terra e um caixão: ensaio sobre o Nordeste, área explosiva”, o qual introduz o estudo dos movimentos sociais do Nordeste explorando a ação das Ligas Camponesas (PEDON, 2013, p. 28).

Esses estudos são considerados os primeiros com forte base crítica e que tiveram os movimentos sociais como principal lócus de investigação. Eles apontam como a falta de reforma agrária no Brasil faz os conflitos no campo aumentarem e se intensificarem, produzindo maiores embates entre organizações com objetivos sociais no contexto agrário brasileiro e aqueles que objetivavam a manutenção do *status quo*.

Alguns autores, como Pedon (2013) e Fernandes (2005; 2012), realizam uma leitura muito clara, concisa e potente em torno dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais, os qualificando

dentro da geografia a partir de diferentes processos, ações, lutas, manifestações, ocupações, etc.

Fernandes (2005) ressalta de forma segura e expressiva a definição do filósofo francês Henri Lefebvre sobre espaço ao dizer que o espaço social é a materialização da existência humana, sendo, portanto, compreendido como uma dimensão do real, daquilo que vivenciamos através de diferentes experimentações nas mais heterogêneas escalas, até mesmo na escala do corpo.

Ao direcionarmos-nos para a leitura dos movimentos socioespaciais representados pelas organizações e coletivos LGBTs, caminhamos também para uma leitura e compreensão geográfica do que é espaço e território, categorias tão caras e importantes no/para o desenvolvimento da ciência geográfica, como também das leituras nas mais diferentes realidades, sobre os mais diferentes movimentos.

Historicamente, muitos pesquisadores, cientistas e estudiosos, caminham para a utilização dos conceitos/categorias da geografia como espaço e território de forma equivocada, pois como aponta Fernandes (2005, p. 273), “muitas vezes a sua utilização não é compreensível, porque não se define o espaço do qual está se falando”.

É assim que o espaço vira uma panaceia. Para evitar equívocos, é preciso esclarecer que o espaço social está contido no espaço geográfico, criado originalmente pela natureza e transformado continuamente pelas relações sociais, que produzem diversos outros tipos de espaços materiais, e imateriais, como por exemplo: políticos, culturais, econômicos e ciberespaços. (FERNANDES, 2005, p. 274).

O espaço deve ser compreendido a partir de sua totalidade evidenciada e expressa no real, isto é, na materialidade, onde a vida acontece, onde as coisas estão localizadas. Por esse fato o autor aponta que o espaço é multidimensional e possui uma composicionalidade, ou seja, só será possível realizar uma leitura em torno do espaço a partir de todas as suas dimensões. Em um movimento de troca intensa, os espaços se alteram, ou como

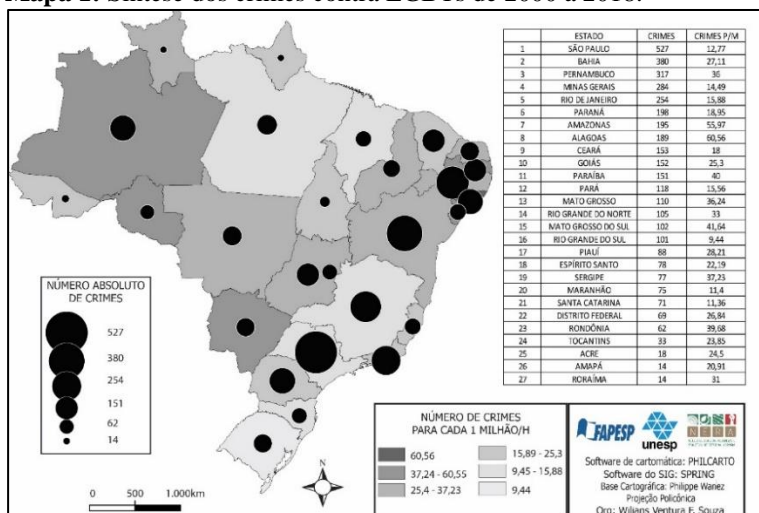
expressa Fernandes (2005, p. 274): “as pessoas produzem espaços ao se relacionarem diversamente e são fruto dessa multidimensionalidade”.

## O COLORIR DE LGBTs NO MST

Partimos de uma leitura e abordagem geográfica pretendendo ler a ação socioespacial e socioterritorial que os movimentos estabelecem a partir de diferentes intencionalidades e propósitos que estão impressos na materialidade dos espaços. A vida e o cotidiano dialogam com os processos antagônicos representados pela luta de classes, juntamente com os elementos que imprimem em determinados corpos marcas de violência, vítimas do preconceito e intolerância. Tudo isso, faz parte de uma leitura histórica, mas também geográfica.

Cumpre salientar que o Brasil é o país que mais mata lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no mundo, assim como localizar onde tais crimes ocorrem.

**Mapa 1:** Síntese dos crimes contra LGBTs de 2000 a 2018.



**Fonte:** elaboração própria, a partir dos dados do Grupo Gay da Bahia [Relatórios 2000 – 2018].

Em relação aos dados absolutos, representados pelos crimes registrados entre os anos 2000 e 2018, o estado de São Paulo ocupou o 1º lugar no ranking com um total de 527 crimes, seguido do estado da Bahia com 380, Pernambuco com 317, Minas Gerais com 284 crimes e, por fim, Rio de Janeiro com um total de 254 crimes.

No entanto, em relação aos dados relativos, isto é, o número de crimes proporcionalmente ao número total de habitantes de cada estado, temos uma outra configuração. O estado do Alagoas se apresentou como o mais violento de todos da federação, acumulando um total de 60,56 crimes por milhão de habitantes, seguido do estado do Amazonas com 55,97 crimes, Mato Grosso do Sul com 41,64, Paraíba com 40 e, por fim, Rondônia com 39,68 crimes para cada milhão de habitantes. A partir da exposição dos dados é possível verificar o que já mencionamos anteriormente, isto é, um enorme processo de violação direcionado a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) demonstra uma aproximação com temáticas relacionadas a diversidade sexual e de gênero a partir de diferentes ações expressas em seminários, congressos, rodas de conversa, discussões e grupos de estudos. Trata-se de uma relevante tentativa de inserir no cerne do movimento discussões que permeiam a comunidade LGBT, como também o processo tangível expresso na luta histórica deste movimento. Isto é, a luta contra um sistema que os oprime e mantém as desigualdades plurais, uma sociedade marcada pelo racismo, pelo patriarcado e também pela lesbo-homo-bi-transfobia, expressas nos crimes de ódio e em diferentes espaços que são impenetráveis aos corpos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

O MST, que tem o seu trunfo na conquista dos territórios, reivindicando uma melhor distribuição de terras, ao mesmo tempo que denuncia uma imensa concentração de terras nas mãos de poucas pessoas constrói seus ideais em torno de diferentes objetivos e pautas. Entre elas a luta pela terra, pela reforma agrária e por uma transformação ligada às discussões realizadas no âmbito do movimento, que se direcionam a uma crítica concisa, concreta

e lúcida ao sistema capitalista e ao seu modo que destrói, usurpa e corrompe o equilíbrio natural da vida.

Os autores Dardot e Laval (2016) expressam de forma precisa que, apesar das consequências catastróficas provocadas pelas políticas neoliberais, estas são cada vez mais aceitas como modelo a ser seguido, desempenhando um papel fundamental na desconstrução dos Estados, no aumento do abismo social, do individualismo, como também na contribuição para o surgimento de crises gravíssimas e retrocessos imensuráveis.

O neoliberalismo define certa norma de vida nas sociedades ocidentais e, para além dela, em todas as sociedades que a seguem no caminho da “modernidade”. Essa norma impõe a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada, intima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo do mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo, que é instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 16).

Os reflexos de um sistema marcado pela competição, pela individualização e pelas mudanças profundas na forma como os sujeitos se relacionam, também produzem reflexões nas políticas de desenvolvimento rural dos países mergulhados nesse modelo.

A violência no campo é cada vez mais explícita, a reforma agrária não acontece, as lutas se intensificam, as fronteiras são abaladas e, no meio de tudo, emerge uma discussão do corpo LGBT dentro dos movimentos sociais. Afinal, o que é ser uma lésbica, um gay, um bissexual, uma travesti ou uma transexual na cidade? O que é ser um LGBT no campo?

No processo de formação do MST já se postulou espaços de discussão com objetos centrais na integração das famílias, como expresso por Mariano e Paz (2018) esse processo se deu ao longo do desenrolar de sua história, em momentos de importantes avanços e reflexivos retrocessos. A organização inicial do movimento foi questionada pelas mulheres, que desejavam

participar dos processos de formação política. Ao mesmo tempo a Juventude sem-terra também emerge, ganhando espaço no movimento, como também as crianças, com importantes discussões e avanços em torno da infância.

A luta de LGBTs se inseriu recentemente no movimento e pode ser lida, a partir da necessidade de se reconhecer, dentro do movimento, a existência das diversidades que também fazem parte da luta pela emancipação da classe trabalhadora. O MST se esforça para interpretar a luta pela terra como uma luta que concentra uma gama de sujeitos, diversidades, vivências e representações quando constrói espaços de diálogo, formação, mas, sobretudo, de desconstrução, sob temas essenciais que corroboram na luta contra o patriarcado-racismo-capitalismo. Esses espaços são estruturados no formato de setores e coletivos dentro do movimento e discutem temas como: gênero, saúde, educação, trabalho, cultura, comunicação, juventude, dentre outros.

Há poucos trabalhos que debatem as determinações sobre a sexualidade a partir do campo; durante os seminários, cursos de formação e reuniões realizadas pelas LGBTs Sem Terra, tem sido dedicado um tempo para que as histórias de vida sejam compartilhadas. Assim, existem alguns dados que foram sendo coletados, contribuindo para que se forme uma compreensão coletiva sobre as contradições que envolvem os sujeitos do campo e na atuação nas organizações e movimentos populares. (MARIANO; PAZ, 2018, p. 294).

É importante ressaltarmos que a atuação do MST está baseada principalmente na luta contra as contradições da sociedade capitalista, patriarcal e racista. Está sujeita aos processos históricos que produzem arranjos e rearranjos em torno destas temáticas. O movimento não é linear, mas cheio de curvas que em alguns momentos percorrem espaços jamais habitados e necessitam de novas leituras.

As violências e diferentes formas de opressão (racismo, machismo) se expressam também contra sujeitos LGBTs que atuam dentro do MST. As práticas surgem como um reflexo de uma

sociedade marcada pelo preconceito, intolerância e discriminação, considerando o corpo LGBT como um corpo doente e que merece ser combatido ou ao menos invisibilizado.

Mariano e Paz (2018) nos alertam que em alguns momentos durante o processo de inserção das temáticas LGBTs no MST houveram respostas negativas, como a recusa de que LGBTs participassem dos acampamentos do movimento e outras diferentes formas de violência.

Os espaços de formação e desconstrução criados pelo movimento possibilitaram um embate direto as práticas lesbo-homo-bi-transfóbicas que recorrentemente aconteciam. O processo de formação em torno de temas como diversidade sexual e gênero surge, portanto, a partir de uma necessidade e combate a essas formas de opressão. Identifica-se de forma relevante a organização do 1º Curso de Formação Política de LGBTs Sem Terra, que ocorreu em Caruaru/PE em julho de 2017, como o evento que marca o início deste processo rico e ousado.

Um dos objetivos centrais do encontro foi o de potencializar a formação política de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais inseridos dentro do Movimento Sem Terra. Os assuntos perpassam diferentes esferas que de alguma forma se diferenciam do movimento homossexual que surgiu nos fins da década de 1970, marcado pela intensa polarização entre os militantes que pretendiam realizar uma luta autônoma e aqueles que demonstravam uma maior aproximação com setores da esquerda brasileira, organizações e sindicatos. A luta expressa na coletividade LGBT que surge a partir do encontro de Caruaru é marcada por uma discussão que está contida principalmente na transformação social, que também é uma luta de LGBTs, além da discussão da sexualidade humana, do patriarcado, da história do movimento LGBT, unindo estes assuntos à conjuntura política e à luta pela reforma agrária popular.

O processo de desconstruções realizado no seio do movimento, identificando os aspectos negativos marcados pela violência e preconceito, como também os pontos positivos identificados a partir da construção de espaços de diálogo e formação, só foram possíveis dado o acúmulo histórico contido no movimento a partir dos diferentes arranjos que surgiram durante o

seu percurso. Tal avanço sobre questões de gênero e diversidade sexual são resultados do processo de formação e consciência trabalhados dentro do MST.

O encontro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) com LGBTs (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) é anterior ao 1º Curso de Formação Política de LGBTs Sem Terra do ano de 2017. Mariano e Paz (2018, p. 297) apontam que “no dia 15 de maio de 2013, MST e movimento LGBT coincidiram suas agendas de mobilização em Brasília”. Esses dois grupos tão distintos e que almejavam espaços/territórios tão diversos, se conheceram pela primeira vez, unindo a bandeira vermelha com o colorido do arco-íris. No ano seguinte, o MST realizou a construção do VI Congresso Nacional e em meio aos mais de 15 mil participantes foi notória a presença de LGBTs. Ainda nesse mesmo ano de 2013 uma regional do MST no Ceará realizou um seminário para debater a diversidade sexual e de gênero com a base social dos seus acampamentos e assentamentos.

A aproximação do MST com os LGBTs continuou. Em 2015 o MST do estado da Bahia realizou uma Marcha Estadual que concentrou um total de 3 mil participantes, entre eles a juventude do MST que projetou uma brigada de agitação e propaganda, mecanismo importante utilizado pelo movimento para atingir a classe trabalhadora. Nesta atividade discutiram aspectos relacionados aos papéis de gênero, diversidade sexual e universo LGBT. Ainda em 2015 ocorreu a construção de uma roda de conversa na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) quando diferentes estudantes oriundos de vários países da América Latina participaram e contribuíram com as discussões.

No entanto, a organização formal da comunidade LGBT dentro do MST, baseada na auto-organização, se dá na construção do primeiro seminário intitulado “O MST e a Diversidade Sexual”, realizado na ENFF. Como apontam Marinho e Paz (2018, p. 298), “o evento contou com a participação de 35 militantes de 13 estados do país e marcou o que podemos chamar de início formal da organização”.

Esse evento foi marcado por constantes discussões e debates, partindo principalmente do acúmulo de diferentes militantes e LGBTs que compunham o movimento. É a partir deste



momento que se postulam diferentes etapas e reflexões em torno do setor LGBT no MST, dos objetivos e da luta que passam a ser mais coloridos.

As discussões postuladas neste encontro foram sintetizadas da seguinte forma:

- 1) a questão da diversidade sexual e a auto-organização dos sujeitos LGBTs Sem Terra só tem sentido se estiver vinculada ao projeto de reforma agrária popular e às lutas mais gerais por transformações sociais e pelo socialismo;
- 2) apesar desta luta ter sido forjada no bojo das lutas da esquerda, historicamente ocorreu por parte desta a negação e desqualificação das suas lutas, por muitas vezes, perseguindo os sujeitos LGBTs e ignorando as violências por eles vividas, na sociedade e nos próprios espaços de militância. O momento atual indica cada vez mais a necessidade de debate e unidade da esquerda também nessa temática;
- 3) a luta pela liberdade sexual revolucionária é coletiva e esta construção deve ser feita, desde já, pelo conjunto de nossa organização, se contrapondo à perspectiva liberal burguesa;
- 4) [Afirmamos] a luta contra o patriarcado, como estratégia para a superação da sociedade de classes, entendendo que a igualdade substantiva dos sujeitos jamais será possível nos marcos do capital;
- 5) a formação do ser humano numa perspectiva unilateral, que prioriza suas várias dimensões como: o trabalho, a político-ideológica, cultural, estética e efetiva é fundante do nosso projeto de reforma agrária popular, que implica na construção de novas relações humanas e sociais. (MST, 2017, p. 30 apud MARIANO; PAZ, 2018, p. 299).

As expressões postuladas acima exprimem o caráter organizacional do MST em relação as temáticas LGBTs. Traça-se, a partir do primeiro item, os aspectos da auto-organização LGBT Sem Terra, assumindo intrínseca importância a luta pelo projeto de reforma agrária popular e a diversidade sexual e de gênero que só serão possíveis a partir das transformações sociais e pela conquista de uma sociedade regida pelo socialismo. Reconhecem, no segundo item, o ato histórico e falho de supressão das pautas LGBTs e de suas lutas realizado pela esquerda seja em âmbito internacional como também nacional. O terceiro e o quarto ponto afirmam a luta presente dentro das discussões já realizadas por alguns movimentos LGBTs da cidade, centrando forças no combate ao patriarcado, como uma forma de superação das classes, compreendo que o sistema capitalista é também um sistema de regulação que cria e mantém relações desiguais de gênero e de sexualidades. O quinto ponto reafirma uma importante abertura realizada pelo movimento ao discutir diferentes esferas da vida dos militantes, partindo de suas experimentações, vivências e conhecimentos.

A construção de espaços mais coloridos faz com que a presença de LGBTs se torne cada vez mais marcante dentro do MST. Mas para isso foi necessário um processo intenso de formação em diferentes espaços e instâncias. Em uma das reuniões da Direção Nacional do MST, a instância máxima de decisão se posicionou de forma favorável às discussões que vinham se construindo em torno da temática, reconhecendo a diversidade presente no movimento e a importância das mesmas para a somatória de forças na luta pela reforma agrária popular.

A partir da construção destes diferentes espaços de discussão o movimento entende que é necessário um aprofundamento e enraizamento em torno destas discussões. Surgiu a necessidade de formar pessoas para que as discussões ganhassem cada vez mais relevância e atingissem de uma forma mais eficaz os sujeitos do movimento. A partir destes pressupostos entende-se a realização do Curso de Formação Política para LGBTs Sem Terra em junho de 2017, no Centro de Formação Paulo Freire do assentamento Normandia, em Caruaru/PE.

O ato de incorporar discussões em torno de temáticas como sexualidade, gênero, corpo e lesbo-homo-bi-transfobia, sobretudo, no contexto atual, é sem dúvida um ato revolucionário. O MST tem demonstrado historicamente que suas pautas e leituras estão cunhadas na transformação social e na luta contra as plurais formas de opressão.

## CONCLUSÃO

O presente artigo se constitui como um importante instrumento para identificarmos, sobretudo no campo da atuação científica, os aspectos que circundam as atuações dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais, o que essas ações provocam, como modificam e alteram as plurais dinâmicas da relação entre corpo e cidade, entre normas e existências que as subvertem. Mas também entre o considerado normal e o anormal, entre o corpo que é considerado sadio e aquele que é considerado doente, entre os sujeitos que acessam os mais variados espaços da cidade e os sujeitos que não podem sair de casa à luz do dia, entre aqueles sujeitos que acessam a saúde, a educação, o trabalho, a cultura, etc., e aqueles que não acessam nada disso.

A nossa busca é incessante e necessária. Tivemos por objetivo iniciar uma discussão em torno desses sujeitos e como a relação entre cidade e campo. Ou, de forma mais genérica, como o espaço se dá e se estabelece, que dinâmicas espaciais e sobre que processos geográficos estamos falando?

Identificamos que a nossa ação em ler as atuações desses sujeitos e das lutas estabelecidas por elas e eles é uma ação muito relevante. A partir de suas oralidades e exposição de suas vivências e práticas espaciais pudemos avançar em discussões tão relevantes para a geografia, sobretudo, para a linha teórico-conceitual desenvolvida no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA, em torno dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais.

É evidente, como apresentamos exaustivamente durante a construção deste artigo, que o processo de estigmatização direcionado a esses sujeitos é intenso e violento. Suas vidas são marcadas pelo ato de viverem de forma subversiva, configurando-

se, portanto, em um ato político. O fazer corpo, o ser corpo na cidade e no campo, sendo o corpo ele próprio uma ferramenta política que questiona a heteronormatividade e que luta pela igualdade entre os corpos.

Constatamos através da leitura dos dados disponibilizados pelo Ministério dos Direitos Humanos e do Grupo Gay da Bahia que a violência atinge toda a População LGBT, impedindo que acessem espaços que são essenciais e importantes para a manutenção da vida. Impede que esses corpos sejam corpos livres, aprisionando-os em espaços específicos nas cidades e nos campos, espaços limitados e que limitam também o corpo e suas corporeidades.

Quando colorimos a história do Movimento LGBT brasileiro, tínhamos por objetivo trazer a discussão socioespacial/socioterritorial para dentro desse processo construtivo, isto é, apresentar e debater a relação corpo-espaço geográfico. E, quando trouxemos os momentos marcantes dessa história, pudemos constatar que os sujeitos se organizaram em movimentos e coletividades, em esferas ou redes de sociabilidade cujo principal objetivo é lutar contra as diferentes formas de opressão.

O Grupo Somos e os jornais politizados como o “Lampião da Esquina” são importantes ferramentas que exerceram e travaram uma incessante luta contra a violência direcionada a seus corpos, são também um produto dessa dinâmica histórica marcada pela falta de liberdade e repressão.

O surgimento do Movimento LGBT brasileiro, marcado por um constante enfrentamento às normas vigentes, ao exercício e a prática da Lesbo-Homo-Bi-Transfobia, que fere diariamente os corpos dos sujeitos LGBTs, sua dignidade mas, sobretudo, a identidade desses corpos, se faz presente em todos os espaços em que esses corpos contra-heteronormativos estão.

Ao mesmo tempo vemos espaços de formação, diálogo e desconstrução sendo criados dentro de coletivos e movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), espaços importantes que acabam por unir uma luta tão importante como a luta pela liberdade e direito de ser quem se é, com a luta pelo acesso à terra.

## REFERÊNCIAS

CAMAROTTI, R. **A Trajetória do Movimento LGBT**: a luta por reconhecimento e cidadania no contexto brasileiro e baiano. 2009, 154 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/19823>. Acesso em: 25 maio 2020.

COLETTI, L. H. **O Movimento LGBT e a Mídia**: tensões, interações e estratégias no Brasil e nos Estados Unidos. 2013. 278 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3ejzNXX>. Acesso em: 25 maio 2020.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A Nova Razão do Mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

FACCHINI, R. **“Sopa de Letrinhas”?** - movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo. 2002. 245 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/282012>. Acesso em: 25 maio 2020.

FACCHINI, R.; RODRIGUES, J. **É Preciso Estar Atenta (o) e Forte**: histórico do movimento LGBT e conjuntura atual. In: NOGUEIRA, L. et al. (Org.). **Hasteemos a Bandeira Colorida**: diversidade sexual e de gênero no Brasil. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018. p. 231-262.

FERNANDES, B. M. **Movimentos Socioterritoriais e Movimentos Socioespaciais**: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **OSAL: Observatório Social de**

**América Latina**, Buenos Aires: CLACSO, ano 6, n.16, jun. 2005. Disponível em: <https://bit.ly/2ZFOIHC>. Acesso em 25 maio 2020.

FERNANDES, B. M. Movimentos Socioterritoriais e Movimentos Socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. *Revista Nera* (Unesp), v. 6, p. 14-34, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/3fOxRat>. Acesso em 25 maio 2020.

FILHO, R. E. Corpos Brutalizados: conflitos e materializações nas mortes de LGBT. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.46, p. 311-340, abr. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201600460311>. Acesso em: 25 maio 2020.

FREIRE, L. **A Máquina da Cidadania**: uma etnografia sobre a requalificação civil das pessoas transexuais. 2015. 192 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

FRY, P. **Para Inglês Ver**: identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

GGB – GRUPO GAY DA BAHIA. **Relatório de 2000**: assassinatos de LGBT no Brasil. Salvador. 2000

\_\_\_\_\_. **Relatório de 2001**: assassinatos de LGBT no Brasil. Salvador, 2001.

\_\_\_\_\_. **Relatório de 2002**: assassinatos de LGBT no Brasil. Salvador, 2002.

\_\_\_\_\_. **Relatório de 2004**: assassinatos de LGBT no Brasil. Salvador, 2004.

\_\_\_\_\_. **Relatório de 2005**: assassinatos de LGBT no Brasil. Salvador, 2005.

\_\_\_\_\_. **Relatório de 2008:** assassinatos de LGBT no Brasil. Salvador, 2008.

\_\_\_\_\_. **Relatório de 2009:** assassinatos de LGBT no Brasil. Salvador, 2009.

\_\_\_\_\_. **Relatório de 2010:** assassinatos de LGBT no Brasil. Salvador, 2010.

\_\_\_\_\_. **Relatório de 2015:** assassinatos de LGBT no Brasil. Salvador, 2015. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>. Acesso em: 25 maio 2020.

\_\_\_\_\_. **Relatório 2017:** Assassinatos de LGBT no Brasil. Salvador, 2018. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>. Acesso em: 25 maio 2020.

\_\_\_\_\_. **Relatório 2018:** Assassinatos de LGBT no Brasil. Salvador, 2018. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>. Acesso em: 25 maio 2020.

MACRAE, E. Os Respeitáveis Militantes e as Bichas Loucas. In: EULÁLIO, A. et al. **Caminhos Cruzados**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.

MARIANO, A; PAZ, T. T. Diversidade Sexual e de Gênero no MST: primeiros passos na luta pela liberdade sexual. In: NOGUEIRA, L. et al. (Org.). **Hasteemos a Bandeira Colorida:** diversidade sexual e de gênero no Brasil. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018. p. 289-313.

MOREIRA, J. F. R. **Do Movimento Social à Festa:** as microterritorialidades festivas e efêmeras da Parada LGBT de Goiânia, Goiás. 2016. 316 f. Tese (Doutorado em Geografia) –

Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/6290>. Acesso em: 25 maio 2020.

NOGUEIRA, L. et al. (Org.). **Hasteemos a Bandeira Colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

PEDON, N. R. **Geografia e Movimentos Sociais: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

VIANNA, C. P. O Movimento LGBT e as Políticas de Educação de Gênero e Diversidade Sexual: perdas, ganhos e desafios. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 3 p. 791- 806, jul/set. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1517-97022015031914>. Acesso em: 25 maio 2020.



## SOBRE OS AUTORES

**Aline Lima Santos** – Pós-Doutora no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo. Mestre e Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (2010 e 2016, ambas com bolsa FAPESP). Realizou Estágio em Pesquisa no Exterior (BEPE/FAPESP/2013) e teve auxílio à pesquisa do Instituto Camões em parceria com a Cátedra Jaime Cortesão (2010), realizando investigações científicas em Portugal. É pesquisadora associada ao LABOPLAN-USP desde 2002, dedicando-se a estudos pertinentes à Geografia da População e Geografia Agrária. Atua na produção de materiais didáticos. E-mail: [aline.lisan@gmail.com](mailto:aline.lisan@gmail.com)

**Bárbara Zen** – Graduada em Economia pela Universidade Federal de Santa Maria-RS; Pesquisadora do Grupo de Estudos em Trabalho, Espaço e Campesinato (GETEC/UFPB). Foi coordenadora do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas da Paraíba (MLLC-PB) e atualmente é coordenadora de Projetos de Formação de Jovens e Mulheres junto ao MLLC-PB, onde participa do projeto de criação do Centro de Memória e Documentação. É militante da Marcha Mundial das Mulheres (MMM/PB) e do Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direito (MTD-PB). E-mail: [Brbr.zen@gmail.com](mailto:Brbr.zen@gmail.com)

**Carlos Alberto Feliciano** – Mestre (2003) e Doutor (2009) em Geografia Humana/USP. Exerceu cargo de Ouvidor da Fundação Instituto de Terras, vinculada à Secretaria de Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo (2007 - 2008). Pesquisador III da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista. Credenciado nos Programas de Pós-Graduação em Geografia (FCT) e Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (IPPRI). Coordenador do Núcleo de Estudos sobre Agroecologia do Pontal

do Paranapanema (NEAPO). Atua principalmente nos seguintes temas: geografia agrária, reforma agrária, ensino, políticas ambientais e cartografia. E-mail: [carlos.feliciano@unesp.br](mailto:carlos.feliciano@unesp.br)

**Danton Leonel de Camargo Bini** – Graduado (2003), Mestre (2009) e Doutor (2015) em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola (IEA) da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA/SP). Responsável pelo levantamento oficial de preços recebidos pela agropecuária Paulista. Tem experiência com Estatísticas Agropecuárias. E-mail: [dbini2000@yahoo.com.br](mailto:dbini2000@yahoo.com.br)

**Emilia de Rodat Fernandes Moreira** – Graduada em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB/1973). Maitrise em Geografia pela Universidade de Paris X, Nanterre (1980). Mestre em Analyse Regionale et Amenagement de l'Espace pela Université Paris I Panthéon-Sorbonne (1981). Doutora em Estudos da América Latina - Área Geografia, pela Universidade de Paris III Sorbonne-Nouvelle (1988). Pós-Doutora pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS). Foi Professora da UFPB entre 1982 e 2018. Atualmente é Professora Titular aposentada, voluntária no PPGG/UFPB, Pesquisadora do CNPq, Pesquisadora do NERA e Membro da Rede DATALUTA. E-mail: [erodat@hotmail.com](mailto:erodat@hotmail.com)

**Ivan Targino Moreira** – Mestre em Economia na Universidade Federal de Pernambuco (1978). Doutor em Economia na Université Paris I Pantheon-Sorbonne. Pós-doutor em Ciências Sociais Aplicadas na Université Paris I Pantheon-Sorbonne, França (2004). Foi Professor da UFPB entre 1976 e 2017 e Pró-Reitor de Extensão na mesma instituição entre 1992 e 1996. Recebeu a Medalha Celso Furtado do Conselho Regional de Economia (2009). Atualmente é Professor Titular aposentado da UFPB, voluntário nos Programas de Pós-Graduação em Geografia e Educação e na Graduação em Economia desde 2017. E-mail: [ivantarginomoreira@yahoo.com.br](mailto:ivantarginomoreira@yahoo.com.br)

**Lúcia Ferreira Lirbório** – Possui Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (2009), Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (2012) e Doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2016), com período de doutorado sanduíche no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT) na Universidade de Lisboa - Portugal, com bolsa concedida pela Comissão de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES). Atualmente é professora do Instituto Federal de Pernambuco - campus Belo Jardim. E-mail: [lucialirborio@hotmail.com](mailto:lucialirborio@hotmail.com)

**Maria Amália da Silva Marques** - Engenheira Agrônoma pela UFPB e mestra em Extensão Rural e Desenvolvimento Local pela UFRPE. Foi consultora na assessoria técnica administrativa da base de serviço e apoio a comercialização dos produtos de agricultura familiar no território da Borborema (2009 - 2012). É assessora técnica da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente do município de Remígio (PB). E-mail: [amaliamarques@yahoo.com.br](mailto:amaliamarques@yahoo.com.br)

**Maria Rita Ivo de Melo Machado** – Professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Graduada e mestre em Geografia pela UFPE. Foi professora substituta da UFPE (2008-2009) e UFRPE (2012-2013). É Editora Assistente da Revista Rural & Urbano e membro do grupo de pesquisa Produção do Espaço, Metropolização e Relação Rural-Urbano (GPRU). Membro do Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental (LABOPLAN). E-mail: [mariaritamachado@yahoo.com.br](mailto:mariaritamachado@yahoo.com.br)

**Mateus de Almeida Prado Sampaio** – Pós-doutorando em geografia junto ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Campus de Presidente Prudente com apoio PNPd/CAPES. Mestre (2010) e Doutor (2015) em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Pesquisador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA -

FCT/UNESP), da Rede de Pesquisa sobre Regiões Agrícolas (REAGRI - NUCLAMB/UFRJ) e do Grupo de Geografia e Gênero (LABOPLAN – DG/USP). E-mail: [sampamateus@gmail.com](mailto:sampamateus@gmail.com)

**Ozeias de Almeida Santos** – Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Mestre em Planejamento Territorial pela mesma Universidade. Possui Especialização em Gestão Estratégica em Políticas Públicas pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Doutorando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Professor de Geografia na rede de educação básica da Secretaria de Educação do estado da Bahia. Liderança quilombola do município de Antonio Cardoso – Bahia. E-mail: [ozeias.santos@usp.br](mailto:ozeias.santos@usp.br)

**Patrícia Novais Calheiros Cardoso** – Licenciada em Graduação de Professores da parte de formação espacial do currículo de 2º Grau com habilitação em Comércio e Administração pela FACHUCA e é especialista em Educação Ambiental e Sustentabilidade pela FMGR. Mestra em Extensão Rural e Desenvolvimento Local pela UFRPE. É membro do grupo de pesquisa Produção do Espaço, Metropolização e Relação Rural-Urbano (GRPU). E-mail: [pncpatricia@hotmail.com](mailto:pncpatricia@hotmail.com)

**Rosa Ester Rossini** – Professora do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo desde 1970. Professora Titular desde 1991. Professora Sênior desde 2011. Bolsista 1A do CNPq desde 1982 e dedicada ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC desde 1989. Em 2004 recebeu a Comenda da Ordem Nacional do Mérito Científico concedida pelo Ministério da Ciência e Tecnologia do Governo Federal. Recebeu o título de Professor Honoris Causa pela Universidade Federal de Rondônia em 2012; Doutora "Honoris Causa" pela Universidade Estadual do Ceará e pela Universidade Federal do Piauí em 2015. Homenageada pelo CNPq na página Pioneiras da Ciência do Brasil em 2014. Tem experiência em Geografia Agrária e da População. E-mail: [rrossini@usp.br](mailto:rrossini@usp.br)

**Wilians Ventura Ferreira Souza** – Graduando em geografia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Campus de Presidente Prudente/SP. Pesquisador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA. Membro do Centro de Memória e Hemeroteca Sindical "Florestan Fernandes" – CEMOSI. Autor da pesquisa “Produção e disputa pelo espaço a partir do corpo: luta e formação do Movimento LGBT de Presidente Prudente/SP financiada pela FAPESP (processo de nº 2018-14080-0). Membro do Grupo Somos LGBT de Presidente Prudente. E-mail: [wiliansventura98@gmail.com](mailto:wiliansventura98@gmail.com)





